



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CENTRO DE HUMANIDADES

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DOUTORADO EM PSICOLOGIA

ANTÔNIA VANESKA TIMBÓ DE LIMA

TRABALHO REPRODUTIVO: REPERCUSSÕES PÓS-PANDÊMICAS

FORTALEZA

2026

ANTÔNIA VANESKA TIMBÓ DE LIMA

TRABALHO REPRODUTIVO: REPERCUSSÕES PÓS-PANDÊMICAS

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social.

Linha de pesquisa: Processos psicossociais e vulnerabilidades sociais.

Orientador: Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino.

FORTALEZA

2026

ANTÔNIA VANESKA TIMBÓ DE LIMA

TRABALHO REPRODUTIVO: REPERCUSSÕES PÓS-PANDÊMICAS

Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutora em Psicologia.

Área de concentração: Psicologia Social.

Linha de pesquisa: Processos psicossociais e vulnerabilidades sociais.

Aprovada em: 26 / 05 / 2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Raquel Nascimento Coelho
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Dra. Tereza Gláucia Rocha Matos
Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

Prof. Dr. Leonardo Araujo Lima
Centro Universitário Católica de Quixadá (UniCatólica)

Profa. Dra. Geruza Tavares D'Ávila
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Às minhas filhas, Giovana e Clara, fontes inesgotáveis de amor, motivação e cuidado.

Amo vocês com toda a inteireza do meu ser.

Agradecimentos

Ao Prof. Dr. Cássio Adriano Braz de Aquino, pela paciente, generosa e primorosa orientação, além do bom humor que nos salva em tempos de desesperança. A leveza que ele imprimiu na sua forma de orientar foi um afago para uma mãe-trabalhadora, que ousa pesquisar mesmo diante de cenários tão desafiadores.

Aos professores participantes da banca examinadora Dra. Raquel Nascimento Coelho, Dra. Tereza Gláucia Rocha Matos, Dr. Leonardo Araujo Lima, Dra. Geruza Tavares D'Ávila e Dr. James Ferreira Moura Jr pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos casais entrevistados, pelo tempo concedido nas entrevistas e pela coragem em discutir um tema tão íntimo e sensível.

À minha dupla nesse doutorado, Ádilo, que foi apoio e força para seguir nessa caminhada, por vezes tão solitária.

Às mulheres fortes e aguerridas da minha família, minha mãe, D.Quinha e minha irmã, Veruska. Vocês foram a acolhida e o suporte que eu precisei durante a reta final dessa jornada.

Às minhas amigas-irmãs, fontes de inspiração e força, Bárbara e Eveline, sem vocês esse sonho não teria começado.

Aos meus amigos que acompanharam de perto esse longo trajeto, sendo escuta, acolhimento, afago e motivação, mesmo quando eu acreditava não ser possível, Débora, Karine, Dário, Elívia, Carolina.

“Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado” (Federici, 2019, p.22).

“Nós queremos chamar de trabalho o que é trabalho, para que, eventualmente, possamos
redescobrir o que é amar” (Federici, 2019, p.26).

Resumo

A presente tese teve como objeto de estudo a análise dos efeitos que se estenderam da pandemia de COVID-19 na distribuição/composição das atividades do trabalho reprodutivo realizado por casais da classe média no âmbito doméstico. Tomamos o período pandêmico como possível disparador de alterações no campo laboral que reverberaram na conformação da relação entre produção e reprodução naquele momento histórico. Dentre essas modificações, destacamos o isolamento social e a quarentena que exigiram que uma grande parcela da população se restringisse ao espaço doméstico, convocando-os a reconfigurarem o âmbito privado em espaço produtivo e reprodutivo, a um só tempo. Questionamo-nos se o evento pandêmico trouxe novos modos de estruturação do trabalho, espacial e temporal, que tenha gerado uma alteração na distribuição do trabalho reprodutivo entre casais. Ancoramo-nos na Teoria da Reprodução Social em articulação com a Teoria da Divisão Sexual do Trabalho, assentados na epistemologia feminista marxista, para compreendermos a relação entre produção e reprodução dentro da sociedade capitalista atual. Ali o trabalho reprodutivo - invisível e desvalorizado - surge, não somente como condição *sine qua non* para a manutenção e reprodução da sociedade, mas, também, como meio pelo qual o capital garante a renovação e reprodução da força de trabalho necessária para o processo de acumulação capitalista e, consequentemente, para a perpetuação do sistema como um todo. Tal trabalho é historicamente impulsionado, em sua quase totalidade, às mulheres, sendo executado de forma não remunerada e sob as vestes do “amor à família”. Surge daí o objetivo geral, a saber: “Analisar os efeitos que se estenderam da pandemia de COVID-19 na distribuição do trabalho reprodutivo realizado por casais da classe média no âmbito doméstico”, bem como os objetivos específicos: (1) Descrever o cenário do trabalho reprodutivo no contexto contemporâneo; (2) Identificar a dimensão distributiva do trabalho reprodutivo no período pandêmico; (3) Investigar se houve manutenção da distribuição do trabalho reprodutivo experimentada na pandemia no contexto pós-pandêmico (4) Discutir os sentidos que os casais da classe média atribuem à distribuição do trabalho reprodutivo entre si. Inseridos no campo da pesquisa, optamos por lançar mão de uma

perspectiva qualitativa de pesquisa. Para a construção dos dados elegemos a entrevista narrativa em articulação com um modelo de construção de dados apoiado no método da autoconfrontação cruzada /entrevista autoreferenciada, que foi realizada com casais heterossexuais da classe média da cidade de Fortaleza-CE, bem como o diário de campo erigido durante a construção dos dados. Os participantes da pesquisa foram selecionados por acessibilidade e conveniência. As entrevistas individuais e a autoconfrontação, foram gravadas e transcritas tanto para realização da autoconfrontação em si, quanto para posterior análise por meio da análise de narrativas. As discussões das análises foram realizadas à luz do aporte teórico que respalda nossa investigação. Os dados apontaram para uma alteração parcial dos arranjos distributivos utilizados pelos casais, havendo dispensa pontual da mão de obra doméstica – que foi retomada após o período pandêmico –, bem como uma redistribuição relativa ao trabalho de cuidados com a prole entre os casais. Nesse cenário, os homens passaram a ter uma participação mais expressiva, o que se manteve após o fim da crise sanitária. Concluimos que a distribuição do trabalho reprodutivo sofreu deslocamentos em direção a uma divisão menos desigual, embora ainda não equitativa.

Palavras-chave: trabalho reprodutivo, divisão sexual do trabalho, teoria da reprodução social, pandemia de COVID-19

Abstract

This doctoral dissertation analyzed the lingering effects of the COVID-19 pandemic on the distribution and composition of reproductive labor performed by middle-class couples within the domestic sphere. We framed the pandemic period as a potential catalyst for changes in the labor field that reverberated in the configuration of the relationship between production and reproduction at that historical moment. Among these modifications, we highlight social isolation and quarantine, which required a large portion of the population to restrict themselves to the domestic space, prompting them to reconfigure the private sphere into a productive and reproductive space simultaneously. We questioned whether the pandemic event brought about new modes of spatial and temporal work structuring that led to a shift in the distribution of reproductive labor between couples. We anchored our analysis in Social Reproduction Theory articulated with the Theory of the Sexual Division of Labour, grounded in Marxist feminist epistemology, to understand the relationship between production and reproduction within contemporary capitalist society. There, reproductive labor—invisible and devalued—emerges not only as a *sine qua non* condition for the maintenance and reproduction of society, but also as a means by which capital ensures the renewal and reproduction of the labor force necessary for the capital accumulation process and, consequently, for the perpetuation of the system as a whole. Such labor has been historically assigned almost in its entirety to women, performed on an unpaid basis and under the guise of “family love”. Hence, the general objective emerged, namely: “To analyze the lingering effects of the COVID-19 pandemic on the distribution of reproductive labor performed by middle-class couples in the domestic sphere,” as well as the specific objectives: 1. To describe the scenario of reproductive labor in the contemporary context; 2. To identify the distributive dimension of reproductive labor during the pandemic period; 3. To investigate whether the distribution of reproductive labor experienced during the pandemic was maintained in the post-pandemic context; 4. To discuss the meanings that middle-class couples attribute to the distribution of reproductive labor among themselves”. Situated within the field of empirical

Abstract

research, we opted for a qualitative research perspective. For data construction, we chose the narrative interview in articulation with a data construction model supported by the simple/crossed self-confrontation method (self-referenced interview), conducted with heterosexual middle-class couples in the city of Fortaleza-CE, as well as the field diary kept during data construction. Research participants were selected by accessibility and convenience. Individual interviews and self-confrontation sessions were recorded and transcribed both for the self-confrontation itself and for subsequent narrative analysis. The analytical discussions were carried out in light of the theoretical framework supporting our investigation. The data pointed to a partial alteration in the distributive arrangements used by couples, with a temporary dismissal of domestic workers—which was resumed after the pandemic period—as well as a relative redistribution of childcare labor between couples. In this scenario, men took on a more significant role, which persisted after the end of the health crisis. We conclude that the distribution of reproductive labor underwent shifts toward a less unequal, though not yet equitable, division.

Keywords: reproductive labor, sexual division of labor, social reproduction theory, covid-19 pandemic

Sumário

Prólogo.....	11
Introdução.....	22
Teoria da Reprodução Social e a Divisão Sexual do Trabalho: um Olhar para	
Repensar o Trabalho Reprodutivo.....	28
Gênero: um breve relato (sócio) histórico.....	39
Teoria da Reprodução Social: Implicações para a Compreensão do Trabalho	
Reprodutivo.....	42
Cisão entre Público e Privado: a Criação da Família como “Fábrica Social” pelo	
Capital	49
O Trabalho Reprodutivo na Lógica da Teoria da Reprodução Social.....	53
Patriarcado e Capitalismo: um casamento que deu certo (para quem?).....	57
Divisão Sexual do Trabalho e as Relações Sociais de Sexo: um Breve	
Apontamento.....	59
Trabalho Reprodutivo e as Reminiscências do Período Pós-Pandêmico.....	81
O Trabalho Reprodutivo e sua Configuração Antes da Pandemia de COVID-19..	84
Arena ou “Lócus” do Trabalho Reprodutivo: a Família e o Domicílio (ou Lar).....	87
A Distribuição do Trabalho Reprodutivo: Acordos e Arranjos ou Tensões e Disputas?	94
O Contexto Pandêmico no Brasil: as Medidas Sanitárias, a Quarentena e o	
Isolamento Social e a Expansão do Home-Office.....	109
Trabalho Reprodutivo na Pandemia de COVID-19: deslocamentos ou intensificação?..	120
Percurso Metodológico.....	133
Sobre os Caminhos Percorridos na Construção da Pesquisa.....	133
Metodologia e Construção de Dados.....	134
Nos Embalos do “Lar Doce Lar”: Discussões e Análises.....	149
Relato das Entrevistas: sobre aproximações, reflexões e afetos.....	154

Sumário

Duarte.....	155
Maria Moura.....	157
Maria Moura e Duarte.....	158
Jesuíno.....	160
Dôra.....	161
Dôra e Jesuíno.....	163
Valentim.....	165
Marialva.....	166
Valentim e Marialva.....	167
Análises e Discussão do Corpus.....	169
Sentidos do Trabalho Reprodutivo: um Trababalho (In)Visível e (Des)Valorizado?.....	169
Distribuição do Trabalho Reprodutivo: O Meu, o Seu, O Nosso Trabalho?.....	183
Pandemia: Mudanças e Permanências.....	204
Conciliação ou Enfrentamento: Entre a Intenção e a Ação.....	224
Considerações Finais.....	230
Referências.....	238
Apêndices.....	254

Prólogo: do Trabalho Disfarçado de Amor ao Tensionamento do Trabalho Reprodutivo

“Gostaria que você fizesse um prólogo descrevendo como se encontrou com seu tema de pesquisa” – solicitou-me meu orientador. Perguntei-lhe, na ocasião, se poderia me remeter à infância, pois não teria como o fazer sem regressar ao meu entendimento mais longínquo como ser humano do “gênero” feminino – e todas as distinções e prescrições que isso acarretou em minha trajetória até o presente momento da qualificação. Com um enfático “é claro” ele aprovou meu pedido.

Assim, regressêmos à 1988 (um ano tão emblemático para nós brasileiros). O ano em que celebramos a promulgação da nossa Constituição Cidadã, é o mesmo ano em que eu – com cinco anos de idade – deparei-me com as primeiras distinções “generificadas” entre mim e meus irmãos. Eu tinha que ter cuidado com o modo que eu me sentava (pernas fechadas ou cruzadas, nunca abertas e relaxadas), com a maneira que me expressava (uma menina não usa palavras de baixo calão ou obscenas) e devia ter “cuidado” com meus pertences. Do auge dos meus cinco anos, eu me via injustiçada, pois meu irmão (hum ano e meio mais velho do que eu) não precisava se ater a nenhuma dessas recomendações, contudo, deveria “engolir o choro e ser homem”. Assim, foi nesse período que “descobri” que meninos e meninas não poderiam, ou não deveriam, experienciar a vida e seus percalços da mesma maneira. Havia uma série de distinções que já me incomodavam e eu “linguaruda” (como minha mãe dizia) questionava sem entender que não era algo específico da minha família, mas, advindo de práticas de socialização estruturais da nossa sociedade capitalista e patriarcal.

Com o passar dos anos, tal percepção foi sendo aguçada a cada diferenciação que o ambiente doméstico e familiar me apresentava. Minha irmã mais velha (quatro anos a frente) era constantemente punida por querer ser “homem”. Justificativas: gostava de esportes, não era romântica e nem sonhava em casar, queria “se divertir” sem se prender. Meu irmão, por sua vez, era encorajado a ser “experiente”, ter muitas “namoradinhas” e estudar bastante para

ser “alguém na vida”. A forma como nós mulheres vamos sendo socializadas para vislumbrar uma relação conjugal e constituir uma família como grandes objetos de “consumo” e, em contrapartida, o modo como os homens vão sendo forjados para o sucesso profissional e para uma certa “blindagem emocional”, foi sempre sentida por mim de forma muito pungente, fazendo nascer um certo inconformismo por ser mulher e ter que me submeter a essas regras e normas sociais.

E qual a relação disso tudo com meu objeto de pesquisa: o trabalho reprodutivo e sua distribuição no interior dos lares? A resposta mais simples vem do amargor que exalava das seguintes frases proferidas por meus pais (mais corriqueiramente por minha mãe): “vá arrumar o seu quarto porque você já é uma ‘mocinha’ e tem que saber cuidar das suas coisas e da sua casa quando casar” / “estamos sem ‘ajuda’ (empregada doméstica), então cada uma (referindo-se a mim e à minha irmã) vai ter que limpar e arrumar seu quarto e ajudar a limpar a casa” (enquanto meu irmão ficava de fora dessa distribuição) / “você já está na idade de aprender a cozinhar ou você vai deixar seu marido morrer de fome?”. Essas e tantas outras frases me deixavam enfurecida. Porque meu irmão não podia se responsabilizar, também, por seus pertences e pela manutenção da casa? Porque ele não precisava aprender habilidades domésticas se ele também teria que comer, vestir roupas limpas e ter uma casa higienizada quando crescesse? Quem meus pais pressupunham que fariam essas atividades por ele?

E, desse modo, fui encontrando as respostas aos meus questionamentos na repetida “ladainha”: ele é homem e você é mulher!!! Ou seja, haveria uma mulher – e sempre uma mulher – para suprir suas necessidades: hoje a mãe e irmãs, amanhã a esposa, além de sempre poder “contar com a ajuda” de uma outra mulher remunerada (a empregada doméstica / babá / cozinheira / faxineira).

Esse era o retrato que eu via em casa: minha mãe sempre cuidando da casa e dos filhos e meu pai trabalhando “fora”. Ao chegar em casa, nada de trabalho ou problemas para

ele. Estava cansado e deveria ser “servido”: “vá pegar água para mim” / “traga meu cigarro” / “pegue meus chinelos” / “faça um lanche para mim” / “procure isso, procure aquilo”... Sem fim, e em todos os dias, sempre sendo servido.

Somando-se à vida familiar, vieram-me todos os filmes, músicas, novelas e programas de televisão que divulgavam e perpetuavam tais desigualdades de gênero, com tons de naturalidade: princesas ou mocinhas são educadas, frágeis e recatadas, enquanto os príncipes ou rapazes são destemidos, fortes e protagonistas. As diferenças de gênero determinavam o que eu deveria consumir, assistir ou ler. Livros de meninas, brinquedos ou jogos de meninas, filmes de meninas. E eu sempre me sentia mais atraída pelas inúmeras possibilidades que eram dadas ao meu irmão e que eu aproveitava em paralelo (e às escondidas): lendo seus livros, ouvindo suas músicas e brincando de suas brincadeiras. Nesses momentos, não conseguia ver as razões para tantas distinções que eu percebia e sentia em casa e na vida comunitária. Os questionamentos do porquê de tantas diferenças não conseguiam ser sanados pela simples explicação que “os homens são de marte e as mulheres são de vênus” que a mídia e as revistas “Capricho” da época defendiam.

Pela tese que aqui me proponho, já sabemos que não foram suficientes, e nem aceitáveis, tais respostas e segui com os mesmos questionamentos até o matrimônio, onde a divisão sexual do trabalho reprodutivo se mostrou de maneira mais evidente. Mesmo que meu ex-marido se apresentasse como um homem “diferente”, pois sabia cozinhar, cuidar da roupa, limpar uma casa e se propôs a aprender e dividir os cuidados com a casa e com as crianças (sim, tenho duas adolescentes), não suportava a idéia de que ele teria que ser “exaltado” por estar fazendo algo que eu desempenhava sem grandes reconhecimentos ou sem a “surpresa” dos demais, que nunca esboçaram tamanha reação ao saberem que eu cozinhou ou sabia fazer penteados nas minhas filhas, por exemplo.

Não somente os amigos e conhecidos, mas ele mesmo (o ex-marido) se sentia como

alguém “especial”, acima dos demais homens por ser, simplesmente, um “adulto funcional”, em outras palavras, por saber cuidar de si e das suas filhas. À mim caberia agradecer a “sorte” de ter “escapado” da sina da maioria das mulheres, pois teria com quem dividir as tarefas domésticas sem que isto fosse pauta de grandes discussões ou reclamações. Um mar de rosas, alguns diriam, mas, as garras da divisão sexual do trabalho são mais ardis do que o véu da vida cotidiana possa esconder. As tarefas divididas em casa eram escolhidas por “aptidão”, leia-se: as de preferência dele, seriam suas, as que sobrassem, caberiam a mim. E assim, ele ficava com o preparo de alimentos, mas eu lavava a louça, a roupa e faxinava a casa. Ele dava banho nas crianças e eu lhes cortava as unhas. Ele levava pra brincar e eu levava e trazia da escola. Ele realizava desejos, eu colocava limites e regras. Ele dizia os “sins” e eu os “nãos”.

Aqui é preciso fazer uma pequena retrospectiva para antes da maternidade, mais precisamente, para quando me imaginei tendo filhos(as). Já estava casada há cinco anos, formada em psicologia, com especialização em gestão de recursos humanos (RH) e trabalhava como gestora de RH em uma empresa de médio porte do ramo varejista, localizada em Fortaleza-Ce. Na ocasião, meu cargo de gestão exigia que eu não tivesse horário para “sair” da empresa, que estivesse disposta a ser escalada em feriados, caso a empresa precisasse, e que – de preferência – não tivesse filhos. Para a gestão, a ausência ocasionada por uma licença maternidade não era desejada, uma vez que teriam que me substituir temporariamente e isso teria um impacto financeiro e gerencial. Ademais, a empresa apresentava uma “cultura organizacional” de que as gerentes (de lojas do varejo, mais especificamente) não gozavam de todo seu período de licença-maternidade, retornando, muitas vezes, com dois a três meses para as funções habituais.

Essa realidade laboral se somava a práticas e discursos na empresa que retratavam a desigual divisão sexual do trabalho nos âmbitos produtivo e reprodutivo: as mulheres tinham que “dar conta” das atividades domésticas e dos cuidados com os filhos, ao mesmo tempo em

que tinham que se dedicar fortemente ao trabalho para provarem que “mereciam” estar ocupando um cargo de gestão, por exemplo, ou mesmo qualquer outro cargo na empresa. Caso sua vida doméstica e familiar “esbarrasse” nas obrigações laborais produtivas, elas eram submetidas a práticas coercitivas que tinham como lema a seguinte frase: “você tem que cuidar do seu trabalho para cuidar da sua família”. O que estava implícito era que sem trabalho elas não teriam condições materiais de cuidarem da família, mas, não somente, que elas “deviam” cuidar da família – essa era sua primeira obrigação como mulheres – desde que não atrapalhassem o trabalho na empresa.

Foi a lancinante dupla jornada das mulheres que se mostrou para mim, naquela época, de maneira tão evidente. As trabalhadoras eram mandadas à minha sala sempre que algo da vida doméstica invadia a vida profissional: uma falta ou atraso por causa da doença de um filho ou porque tiveram que ir a uma reunião na escola ou porque estavam cuidando de um familiar doente ou idoso ou mesmo porque não tiveram com quem deixar os filhos pequenos, porque outras mulheres não puderam assumir essa tarefa naquele dado momento. Seja qual fosse a justificativa, o que de similar me saltava aos olhos era que a responsabilidade prioritária pelo trabalho reprodutivo era sempre impultada às mulheres. Nenhum trabalhador, em quatro anos de empresa, foi encaminhado à minha sala por falta ou atraso cujo o motivo fossem as “responsabilidades familiares”. Coincidências ou acaso? Sabemos que não.

Diante dessa realidade, a diretoria esperava que eu fosse coadunar com tais práticas coercitivas e utilizasse meus “conhecimentos sobre a subjetividade humana” para elaborar meios mais eficazes para tal. Eles partilhavam da crença de que não havia coerção ali, não havia exploração ou opressão dessas trabalhadoras, mas que a empresa estava apenas tentando “as ajudar” a conciliarem vida privada e vida pública. Em posição diametralmente oposta, a partir da escuta a estas mulheres, fui em busca de aprofundar meus estudos sobre o campo do trabalho, procurando formas de reagir contra tais práticas – que me remetiam

diretamente aos meus questionamentos de menina acerca das desigualdades de gênero vivenciadas desde a infância.

Tais estudos remontavam à graduação em psicologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), especificamente, à disciplina de Psicologia Organizacional e do Trabalho II, ministrada pelo meu atual orientador, até então, o professor da disciplina. Foi com as discussões sobre a categoria trabalho e a exibição em sala do clássico filme (alguns diriam inédito na época) intitulado “segunda-feira ao sol”, película espanhola de León de Aranoa (2002), que eu comecei minhas indagações sobre o trabalho em suas dimensões ontológica, social, histórica e material. No filme percebemos como o sujeito estabelece uma relação com o trabalho que não é meramente monetária, mas, identitária, onde o trabalho figura como organizador e estruturador da vida cotidiana, estabelecendo ritmos, horários, intensidade, intervalos e até mesmo o lazer pertinente ao sujeito-trabalhador. Sem o trabalho, o personagem principal se vê perdido, desvalido, apartado do tecido social. Contudo, tais estudos não me davam, ainda, o subsídio que eu necessitava para entender, ou melhor, compreender e explicar o que estava por trás dessa desigual divisão sexual do trabalho, seja ele produtivo ou reprodutivo.

Diante de tantas inquietações - em casa e no trabalho - e embuída do sentimento de que aquele não era um trabalho que eu desejasse fazer, ou mesmo acreditasse no potencial de transformação, uma vez que me via “amarrada” pela tal “cultura organizacional” que me sinalizava com grandes “bandeiras vermelhas” que eu estava mais próxima de conseguir uma demissão do que de alterar as condições de trabalho daquelas mulheres, pedi minha demissão. Outrossim, a maternidade que eu almejava vivenciar não se “encaixaria” naquele contexto laboral. Eu não estava disposta a vestir a tal “camisa da empresa” e reduzir minha licença maternidade ou ficar temendo pela minha estabilidade no trabalho cada vez que meus filhos adoecem ou precisassem de mim. Não estou alheia a situação material em que me

encontrava, à época, que me permitiu fazer essa escolha sem grandes prejuízos financeiros, uma vez que o meu ex-cônjuge (ainda marido, naquele momento dispunha de uma condição laboral privilegiada e assentiu que eu me dedicasse aos estudos para um concurso ou para a prática da psicologia clínica – que seriam “mais adequadas” ao papel de mãe e esposa.

Assim, por um ano me vi sendo uma “dona de casa” e psicóloga clínica. Na época, passei a assumir mais atividades domésticas, pois estava “contribuindo menos” para o orçamento familiar e me via na obrigação de compensar tal redução. Dispensei a mão-de-obra doméstica e assumi as “obrigações familiares” – como minha mãe gostava de nomear o trabalho reprodutivo. Nesse mesmo período, surge a minha primeira gestação que foi rapidamente seguida da segunda, com uma pequena diferença de um ano e quatro meses. Foi nesse período de intensos cuidados parentais (a amamentação exclusiva por seis meses, em especial) que me vieram, como uma avalanche, todos os questionamentos da infância e todos os relatos que havia escutado por quatro anos no meu antigo trabalho culminando na seguinte constatação: o que chamam de “amor” à família, de “natureza feminina” ou “aptidão feminina” era pura e simplesmente um gigantesco trabalho reprodutivo não remunerado, invisibilizado e tomado por uma “obrigação” das mulheres de forma muito conivente pela nossa sociedade.

Passado o período da amamentação exclusiva da segunda filha e tendo sido bem sucedida na introdução alimentar (o que me dava segurança de ficar longe dela para estudar – nós mulheres sempre nos certificando que o trabalho reprodutivo será feito, seja por nós ou por outras), surgiu-me o interesse em retornar para a academia e cursar o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFC, no intuito de investigar a experiência daquelas mulheres que precisavam fazer tudo o que eu estava fazendo e ainda estarem imersas no mercado de trabalho, literalmente lutando para sobreviverem.

Às voltas com a elaboração do projeto de pesquisa, para submissão à seleção, deparei-

me com a possibilidade de retornar aos grupos de estudo do Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA) que eram abertos para participantes externos à universidade e dos quais participei, em momentos pontuais, durante a graduação em psicologia na mesma universidade. Nesses encontros, conheci um mestrando que me presenteou com um livro que falava sobre meu tema inicial: os efeitos da dupla jornada para as trabalhadoras. O referido livro era “*O trabalho duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: Um estudo das trabalhadoras do telemarketing*”, de Nogueira (2006). Após a leitura desse livro, descortinou-se, para mim, a Teoria da Divisão Sexual do Trabalho (DST) que, até então, eu, apesar de conhecer tão bem seus efeitos na minha e na vida de tantas outras mulheres, não sabia nomeá-la. A partir dessa referência, muitas outras se seguiram e o projeto ficou pronto e foi submetido.

Após a aprovação na seleção, sucederam-se as primeiras orientações e com elas um “grande balde de água fria” caiu sobre minha cabeça: meu orientador sugeriu que eu centrasse minha dissertação no estudo das “donas de casa”, já que eu queria dar visibilidade ao trabalho reprodutivo. Eu abandonaria as questões referentes ao enfrentamento da dupla jornada e me centraria no trabalho que é realizado pelas “donas de casa”. Por sorte, meu sábio orientador fez o devido recorte que me possibilitou mergulhar mais a fundo na compreensão do lugar que é dado ao trabalho reprodutivo, apreendendo seu valor na nossa sociedade e no interior dos lares, bem como estabelecendo a defesa de que o conjunto de atividades e tarefas que tomam o disfarce de “amor à família” é, em verdade, um trabalho extremamente vital para toda a sociedade, apesar de não ser reconhecido como tal, sendo, a um só tempo, desvalorizado e invisibilizado. E, de mesmo modo, que a “dona de casa”, mesmo que seja tida como uma pessoa improdutiva segundo os parâmetros do mercado, é uma trabalhadora em tempo integral, vinte quatro horas por dia e nos sete dias da semana. Ademais, ficaram reminiscências sobre a divisão sexual do trabalho no âmbito reprodutivo, a saber: qual o

papel dos homens na execução daquelas tarefas? Como os homens se percebem as executando? Pensariam, estes, que estariam “ajudando” a companheira, considerando que não seria uma função sua? Ou se perceberiam, também, como “donos de casa”? Tais questionamentos ficaram guardados até que o período pandêmico me obrigou a confrontá-los.

Findo o período do mestrado, iniciou-se mais uma etapa em minha vida que me levou ao presente projeto de tese: passei em um concurso para professora substituta no curso de psicologia da Universidade Estadual do Ceará (UECE) em 2018, sendo convocada em 2019. Nesse período, continuei ligada ao NUTRA, participando dos grupos de estudo e dando continuidade às pesquisas no campo do trabalho. Em casa, as tensões advindas da divisão sexual do trabalho começavam a se tornar mais evidentes: eu deveria montar meu horário de aulas na UECE considerando as “obrigações familiares”, ou seja, poderia trabalhar desde que continuasse levando e pegando as crianças na escola, ajudando nos deveres escolares e cuidando delas no horário “comercial” em caso de falta da empregada doméstica, que havia sido contratada justamente para “cobrir” minhas responsabilidades enquanto eu estivesse no trabalho produtivo.

Ao marido não caberia nenhum tipo de “ajuste” em seu trabalho. Este não poderia ser flexibilizado, com horários rígidos (do ponto de vista dele) não poderia se deslocar no intervalo do almoço para pegar as crianças na escola ou sair mais cedo para ficar com elas até que eu chegasse do trabalho. Restava-me adequar meus horários às necessidades e rotina das crianças, complementando minha carga-horária na universidade com aulas à noite, quando meu marido estaria em casa com elas. Por trás dessas desigualdades, estava a concepção de que seu trabalho era mais “valioso” do que o meu, pois auferia maiores valores e, dessa forma, deveria ser poupado de mudanças.

Foi então que a pandemia terminou de desmascarar as desigualdades que a divisão sexual do trabalho me “presenteava”: seu trabalho passou a ser remoto, assim como o meu, e

ambos se viram dividindo o mesmo espaço doméstico para a execução das atividades produtivas. Contudo, as diferenças perduravam: eu poderia dar aulas e atender às necessidades das crianças ao mesmo tempo, quando estas interrompiam às aulas para solicitar comida, atenção ou mesmo para “participar” do trabalho da mamãe. Já o pai, estava no escritório da casa, “trancafiado”, para não ser incomodado em suas reuniões ou em outras tarefas laborais. Agudizavam-se as desigualdades laborais dia após dia.

Essa não era uma realidade que se aplicava somente a mim. Ao meu redor, escutava relato de inúmeras amigas e colegas de trabalho que precisavam ajustar seus trabalhos às atividades domésticas e cuidados parentais, ao passo que seus companheiros pareciam não estarem dispostos a fazerem o mesmo. Eu me questionava, à época, se não haveria mudanças nessa divisão tão desigual, se os homens não “enxergariam” o imenso trabalho que estava sendo realizado diante de seus olhos e se questionariam sobre sua responsabilidade perante à ele. E foi ao começar a questionar alguns amigos e colegas sobre essas indagações que percebi que “deslocamentos” eram possíveis. Um amigo relatou que tinha aprendido a cozinhar para revezar a tarefa com a esposa quando esta estava em reuniões; outro relatava que havia se responsabilizado pela limpeza da casa e higienização dos alimentos e compras (atividade essencial pelas recomendações sanitárias de enfrentamento à pandemia); mais um colega verbalizava como havia tanto trabalho a ser feito em casa que ele “nunca tinha se dado conta”. E o quadro só se intensificava a partir das recomendações de isolamento social e da quarentena impostas pelo governo brasileiro, além do fomento público à dispensa de mão de obra doméstica – que eram tidas como vetores da doença por estarem transitando constantemente nos transportes públicos e entre grande quantidade de pessoas.

Assim, a pandemia trouxe um novo cenário laboral para mim, da mesma forma que para inúmeros outros ao redor do globo, e me fez querer retornar, mais uma vez, à academia como estudante/pesquisadora para analisar se a pandemia foi suficientemente significativa

para gerar modificações na distribuição do trabalho reprodutivo no âmbito doméstico. E se assim o tenha sido, se essa distribuição haveria se mantido após findo o evento pandêmico. Nesse ponto, os questionamentos de menina, de trabalhadora, de pesquisadora, mas sobretudo de mulher, esposa e mãe, confluíram para a tese que a seguir vos apresento.

Por fim, resta-me dizer que hoje concluo esse percurso com o sentimento de que muito ainda poderia ser feito, mas satisfeita com o que vos apresento, fruto dos esforços empreendido antes e durante um furacão que foi uma separação litigiosa, e pós-pandêmica, há quase dois anos. Tal separação culminou na minha necessidade de intensificação laboral no campo produtivo, almejando dar conta das demandas financeiras inerentes à nova situação civil, seguida de uma ainda maior intensificação do trabalho reprodutivo em face do genitor ter mudado, não somente de cidade, mas de estado, em busca de seu crescimento profissional, seguro de que eu arcaria com todos os cuidados e trabalho reprodutivo referentes às crianças – como de fato venho arcando, até a presente data. Resiliente e com a capacidade adaptativa que me acompanha desde muito cedo, segui no propósito de concluir essa tarefa árdua, que fala muito mais de uma nova vida para mim e para minhas filhas, do que de uma titulação. Não desmereço o título de doutora, mas reconheço a força da simbologia que a conclusão dessa etapa de vida trará para minhas filhas enquanto mulheres em formação que busquem lutar por uma sociedade mais igualitária.

Introdução

A presente tese tem como objeto de estudo a análise dos efeitos que se estenderam da pandemia de COVID-19 na distribuição do trabalho reprodutivo realizado por casais da classe média no âmbito doméstico. O estudo é reflexo de questionamentos frutos de pesquisas sobre as relações sociais de sexo, a partir do olhar da divisão sexual do trabalho, e suas repercussões no mundo laboral. Nesse sentido, destacamos a importância do desenvolvimento de pesquisas sobre as constantes transformações operadas no campo laboral, considerando as diferenças de gênero e os processos psicossociais envolvidos, bem como enfatizando o compromisso da ciência psicológica na produção de saberes e práticas que visam superar desigualdades historicamente construídas.

Esta pesquisa reflete a trajetória da pesquisadora em sua formação no Curso de Psicologia (2006) e no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (2018), ambos na Universidade Federal do Ceará (UFC). Nesse processo, sublinhamos a participação no Núcleo de Psicologia do Trabalho (NUTRA), importante espaço de pesquisa sobre as questões do mundo laboral. Os questionamentos, as discussões e as reflexões empreendidas no NUTRA têm relação direta com as questões apresentadas nesta investigação.

Do mesmo modo, a problemática que aqui se apresenta também guarda estreita relação com as reminiscências da Dissertação intitulada *O lugar do trabalho reprodutivo: um estudo com donas de casa da cidade de Fortaleza* (Meyer, 2018). Decorre de tal estudo, a compreensão de que os fenômenos do campo do trabalho recaem de forma diferenciada sobre mulheres e homens, tendo como base a desigual divisão sexual do trabalho como um todo e, de modo especial, no trabalho reprodutivo, onde historicamente a responsabilidade pelos afazeres domésticos e cuidados com pessoas no domicílio é imputada em sua quase totalidade às mulheres, deixando os homens de fora dessa equação. No cenário laboral atual, marcadamente precário, o capital continua a se apropriar do trabalho não remunerado das

mulheres (realizado no interior dos lares¹) e, dessa maneira, ele se mantém isento de arcar com o ônus da reprodução e manutenção da sociedade.

Nessa conjuntura, os questionamentos sobre a responsabilização masculina em relação ao trabalho reprodutivo ganham destaque, ao reconhecermos que nosso país – mas não somente – precisa avançar nas políticas de enfrentamento às tensões e aos conflitos advindos da relação produção-reprodução. Tais políticas passam pela (co)responsabilização e redistribuição da manutenção e reprodução da sociedade entre mulheres e homens no interior das famílias², mas também entre Estado e iniciativa privada.

Somam-se a essa questão as derivações do contexto pós-pandêmico vividas na atualidade, que aprofundam as desigualdades de gênero e ampliam a discussão sobre o trabalho reprodutivo. Considerando as orientações governamentais que foram adotadas para o combate à COVID-19, especialmente as medidas de isolamento social estabelecidas, entendemos que o espaço doméstico, naquele momento, passou a ser habitado de forma mais intensa. Isso ampliou as tensões em relação ao trabalho reprodutivo entre mulheres e homens, principalmente na classe média quando a dispensa da mão-de-obra doméstica foi fomentada por medidas governamentais – dado que essa parcela da população historicamente conta com esse “arranjo” para executar grande parte do trabalho reprodutivo (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos [DIEESE], 2020). Esse cenário veio reforçar a indagação sobre o papel dos homens na superação dessas desigualdades, fazendo emergir a seguinte pergunta de partida: o evento pandêmico trouxe novos modos de estruturação do trabalho, pautados numa redistribuição espacial e temporal e, diante disso, poderia se aventar uma reconfiguração na relação entre trabalho produtivo e reprodutivo no

¹ O conceito de lar adotado em nosso estudo se refere aos domicílios, ou seja, espaços privados onde residem as famílias. Nesse sentido, não tomamos tal conceito de forma romantizada, entendendo que ele é palco de conflitos e disputas, tanto quanto de cuidado e acolhimento (Montiel, 2007).

² Tomando por base o Censo Demográfico Brasileiro de 2022, consideramos a família como o “conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco na unidade doméstica” (IBGE, 2025, p.26).

âmbito doméstico?

Em outras palavras, o isolamento social (dentre outras condicionalidades) imposto pela pandemia foi suficientemente significativo para gerar alterações na distribuição do trabalho reprodutivo no âmbito doméstico? E se assim o foi, houve repercussão de tais alterações após findo o evento pandêmico? Tais interrogativas possibilitaram a construção do objetivo geral desta pesquisa, que consiste em: “Analisar os efeitos que se estenderam da pandemia de COVID-19 na distribuição do trabalho reprodutivo realizado por casais da classe média no âmbito doméstico” e como objetivos específicos: (1) Descrever o cenário do trabalho reprodutivo no contexto contemporâneo; (2) Identificar a dimensão distributiva do trabalho reprodutivo no período pandêmico; (3) Investigar se houve manutenção da distribuição do trabalho reprodutivo experimentada na pandemia no contexto pós-pandêmico (4) Discutir os sentidos que os casais da classe média atribuem à distribuição do trabalho reprodutivo entre si.

Entendemos que perante o cenário da pandemia e da organização laboral que ali se configurou, o trabalho reprodutivo, invisível e desvalorizado (Berdague, 2025), passou a ganhar mais destaque nas discussões do mundo laboral. A divisão sexual do trabalho reprodutivo³ e as vivências dos sujeitos nesse âmbito são temas atuais e oferecem contribuições para o campo da Psicologia Social, e, mais especificamente, da Psicologia Social do Trabalho (PST), trazendo discussões que revelam o cotidiano com foco nos processos micropolíticos que denotam as distintas formas de experienciar, agir e produzir sentidos a partir da vivência com o trabalho. Isso permite acessar ainda as reverberações sobre os processos de precarização, intensificação e desigualdades de gênero que constituem o cenário laboral contemporâneo. A PST é o espaço que constitui nosso pano de fundo ao pensarmos que, a partir do conhecimento que será aqui construído e tendo a leitura crítica da

³ A divisão sexual do trabalho reprodutivo é a divisão sexual do trabalho que se manifesta no âmbito do trabalho reprodutivo, operando sobre os mesmos princípios da hierarquia e da separação (Kergoat, 2000).

realidade – as transformações operadas na dimensão do trabalho, a articulação política e a compreensão advinda dos próprios trabalhadores implicados nessa realidade e a interdisciplinaridade como substrato (Coutinho et al., 2017; Pereira, 2020) – poderemos trazer contribuições para entendermos a configuração de um elemento tão relevante para compreensão desse cenário, a saber: o trabalho reprodutivo e as possíveis alterações na sua distribuição implicadas a partir do fenômeno da pandemia. É sobre essa conformação que se debruça a tese aqui apresentada, compreendendo que este fenômeno figura em um conjunto de mudanças sociais, políticas e econômicas sobre as quais a PST tem muito a colaborar. Acreditamos que a nossa investigação é contemporânea e relevante, contribuindo para uma ciência psicológica voltada para a construção de saberes que estejam comprometidos com a superação das desigualdades historicamente construídas (Sato et al., 2017).

No intuito de dar ao leitor um panorama do que foi dissertado nesse *cumpuscripto*, entendemos ser necessário enunciar a estruturação básica desta pesquisa, além de elencarmos os pormenores que foram desenvolvidos ao longo da tese. Nesse sentido, serão apresentadas, na sequência, duas seções teóricas, uma breve discussão acerca do método adotado – na qual buscamos indicar, de forma lacônica, o percurso metodológico por nós trilhado –, seguidas da seção das discussões e análises do *corpus* erigido durante a pesquisa e, por fim, encerramos com nossas considerações finais, no intento de demarcarmos o alcance dos objetivos gerais e específicos aos quais nos dispusemos nesta presente investigação.

Gostaríamos, inicialmente, de ressaltar que a **Introdução**, ocasião na qual nos encontramos, é o momento onde articulamos as implicações pessoais, descritas no prólogo, que nos levaram à temática estudada, bem como aos questionamentos fundamentais do nosso trabalho. Nossa intenção é incitar nossos avaliadores a, juntamente conosco, mergulhar nesses questionamentos, que estão imersos no trabalho reprodutivo, e em toda a tensão e enfrentamento advindos das questões que envolvem a participação e conformação desse

trabalho a partir da divisão sexual do trabalho e suas reverberações sobre mulheres e homens em coabitação de núcleo familiar. Ademais, este momento também é destinado à apresentação resumida dos temas que abordaremos nas seções seguintes, através da qual buscamos evidenciar ao nosso leitor as linhas teóricas que fundamentam nosso estudo.

Na primeira seção denominada **Teoria da Reprodução Social e a Divisão Sexual do Trabalho: um olhar para repensar o trabalho reprodutivo** resgatamos conceitualmente as Teorias da Reprodução Social (TRS) e da Divisão Sexual do Trabalho (DST) e seus desdobramentos para o entendimento da categoria trabalho e, em especial, para a apreensão do trabalho reprodutivo. Estabelecemos nosso posicionamento teórico e conceitual acerca destas, afiliando-nos à base epistemológica do marxismo feminista (Federici, 2019; Hirata, 2014; Kergoat, 2010; Saffioti, 2015). A partir dessa compreensão, problematizamos o lugar que as mulheres e os homens ocupam nas relações sociais de sexo, denunciando a dominação, opressão e exploração masculina dentro da sociedade capitalista e patriarcal.

Na segunda seção, intitulada **Trabalho reprodutivo e as reminiscências do período pós-pandêmico**, buscamos caracterizar o trabalho reprodutivo realizado por mulheres e homens, evidenciando a participação destes no âmbito doméstico e a relação que ambos estabelecem com o mesmo, destacando, ainda, as diferenças e desigualdades nesse contexto, em especial, entre os casais da classe média. Derradeiramente, refletimos sobre o cenário laboral pandêmico e pós-pandêmico e suas implicações para o trabalho reprodutivo, em busca de pistas que nos levassem a possíveis deslocamentos nos sentidos e distribuição desse trabalho no interior dos lares.

No **Percurso Metodológico**, abordamos tanto as ferramentas metodológicas que foram utilizadas na realização da pesquisa, – a entrevista narrativa em articulação com um modelo de construção de dados apoiado no método da autoconfrontação cruzada –, quanto o método do qual fizemos uso para as análises do material construído nas entrevistas realizadas

com os casais entrevistados. Nesta seção, além de discorrermos sobre a pesquisa qualitativa – no qual ancoramos nossa investigação –, as características dos métodos e ferramentas utilizadas, tratamos das questões procedimentais referentes à realização da pesquisa, tais como o formato elegido para o contato inicial com os participantes, os critérios segundo os quais estes foram selecionados, além do detalhamento de informações de como foram contactados e local onde foram realizadas as entrevistas, dentre outras.

As entrevistas compuseram a seção intitulada **Resultados e Discussões**, sendo perscrutadas coletivamente por meio da análise de narrativas e em consonância com o aporte teórico que respalda nosso estudo, em especial, a Teoria da Reprodução Social e da Divisão Sexual do Trabalho. Na ocasião, pormenorizamos e discutimos os resultados erigidos durante a pesquisa, buscando atingir nossos objetivos geral e específicos.

O epílogo da tese se deu nas **Considerações Finais**, ponto em que sumarizamos os resultados de nossa pesquisa, credores de que nos foi possível alcançar os objetivos aqui porpostos.

Teoria da Reprodução Social e a Divisão Sexual do Trabalho: um Olhar para Repensar o Trabalho Reprodutivo

Situamos nossa investigação sobre o trabalho reprodutivo e suas mais recentes transformações – alavancadas, dentre outros fatores, pelas derivações do contexto pós-pandêmico – especificamente pela via social de apropriação do trabalho (Bendassolli, 2011). Conforme Bendassolli (2011, p.76), a psicologia do trabalho, enquanto um campo do saber científico, apropria-se por três grandes vias distintas – organizacional, social e clínica – do constructo trabalho de forma a desenvolver “sua própria visão acerca da relação entre trabalho e a constituição do sujeito”. Nesse sentido, a via de apropriação social do trabalho – na qual situamos nosso estudo através da Psicologia Social do Trabalho (PST) (Sato et al., 2017) – vem afiançar a centralidade do trabalho na estruturação de processos psíquicos basilares para o sujeito.

Como Bendassolli (2011) assevera, a esta vertente interessa o “enriquecimento” que o trabalho pode proporcionar à experiência pessoal e coletiva, em oposição a aspectos como a produtividade ou a eficiência. O trabalho é apreendido como um objeto social que não se circunscreve aos limites das organizações, tratando-se de um fato social, ou seja, de um fenômeno do saber cotidiano cujo significado “emerge de processos de interação inter pessoal, do pertencimento a grupos específicos e, em termos mais amplos, dos repertórios de época sobre o trabalho [ou de estruturas sociais que os reproduzem] ” (p.79). Em suma, tomamos o trabalho como uma atividade irredutível à compreensão de emprego, ou seja, o trabalho não é circunscrito a uma noção monetizada da atividade humana, mas, e principalmente, entendido como “um recurso para a individualização, uma forma para o indivíduo construir um significado de si mesmo, para si mesmo e para os outros” (p.80). Em outros termos, a categoria trabalho é considerada dentro de sua dimensão psicossocial, sendo responsável por modos de subjetivação dos sujeitos (Nardi, 2006).

Tal categoria é apreendida, ainda, em suas dimensões sociais, históricas e culturais, compreendendo seu caráter organizador e estruturante da realidade social (Aquino, 2005).

Corroborando com Aquino (2005), Sato et al (2017, pp. 12-13) reafirmam a centralidade do trabalho para a PST, compreendendo-o “em sua materialidade e em sua historicidade”, requerendo do pesquisador a atenção às “relações de poder presentes na divisão social do trabalho e nos valores e ideologias – entendidas aqui no sentido marxista –, bem como das condições e das peculiaridades do capitalismo contemporâneo”.

Dito isto, corroboramos com os autores supracitados, bem como com Silva et al. (2011), ao intentarmos investigar o trabalho reprodutivo, compreendendo, não somente a relação que os participantes da pesquisa estabelecem com este e sua distribuição, mas – em uma visão mais ampla – delimitando, também, sua relevância para as práticas em psicologia, mais especificamente para a PST que tem por objeto de estudos o trabalho enquanto atividade coletiva transformadora tanto do meio (objetos), quanto dos outros sujeitos.

Em estudo anterior (Meyer, 2018), estabelecemos a necessidade da compreensão dos fenômenos do campo laboral não somente pelo viés de classes, mas também pelo viés de gênero, afirmando que os fenômenos do campo do trabalho incidem de forma diferenciada, especificamente, entre mulheres e homens. Buscamos, na ocasião, estarmos vigilantes à crítica aludida por Hirata e Kergoat (1994) acerca da existência de uma tradicional análise de classes no âmbito acadêmico que não levava em conta a heterogenidade na composição da categoria dos trabalhadores, bem como a multiplicidade de comportamentos e práticas que perpassam estes sujeitos. Adotamos, portanto, em nossa atual investigação, a perspectiva marxista feminista (Arruzza & Bhattacharya, 2023; Cisne, 2018; Devreux, 2005; Federici, 2019; Saffioti, 2009) que compartilha o entendimento de que homens e mulheres experienciam de maneira distinta os fenômenos laborais, além de demarcarem a urgência de um fazer científico que vise a mitigação e o enfrentamento da dominação, exploração e opressão masculina.

Ao investigarmos acerca do trabalho reprodutivo, a partir de um olhar feminista marxista, colocamo-nos ao exame do fenômeno na interface entre as relações sociais de classe e sexo, atentando para a consubstancialidade e coextensividade⁴ que a díade estabelece entre si e

⁴ A consubstancialidade se refere ao entrelaçamento de duas ou mais relações sociais de tal maneira que se

que pode manter com outras relações sociais, como as de etnia e religião. Ou seja, entendemos que a experiência de uma mulher negra e umbandista é distinta de uma mulher branca e católica, por exemplo, e que o entrelaçamento dessas relações sociais devem ser ponderados para fins de análise. Considerando o fulcro do nosso estudo, e reconhecendo que as relações sociais de classe e sexo são estruturantes e basilares na sociedade ocidental (Cisne, 2018; Federici, 2019; Hirata & Kergoat, 1994; Souza-Lobo, 2021), debruçaremos-nos mais amiúde no estudo dessas relações sociais específicas, sobretudo nas relações sociais de sexo, entendidas aqui como “relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e opressão entre duas categorias de sexo⁵ socialmente construídas” (Hirata, 2002, p. 275). Entretanto, não nos furtaremos de estar observantes a estes possíveis entrelaçamentos, estando cientes de que inexistem relações sociais primordiais ou prioritárias em comparação a outras (Kergoat, 2010).

Entendendo que as relações sociais se configuram como relações antagônicas entre dois (ou mais) grupos distintos e que se inauguram ao redor de um conflito (Devreux, 2005; Cisne, 2018; Federici, 2019), teceremos nossa análise sobre as relações sociais de sexo, especificamente aquelas que se dão no campo da divisão sexual do trabalho no âmbito reprodutivo, considerando os três imperativos de análise apontados por Kergoat (2010). O primeiro imperativo, o materialista, postula que estas relações são relações de produção, onde se entrelaçam exploração, dominação e opressão, sendo imprescindível uma análise cuidadosa da forma pela qual se estabelece a apropriação de um grupo por outro. Urge que estejamos atentos às disputas materiais e ideológicas que se estabelecem na interface destas relações e que se expressam particularmente, em nosso estudo, na seara da divisão sexual do trabalho no âmbito reprodutivo, buscando desvelar os aspectos de exploração, opressão e dominação que se

tornam indissociáveis no nível das práticas sociais, de modo que somente numa perspectiva de análise sociológica é plausível realizarmos um estudo “isolado” dessas relações. No que lhe concerne, a coextensividade indica o dinamismo entre elas, que em seu desenvolvimento se reproduzem e co-produzem reciprocamente (Kergoat, 2010).

⁵ Em estudos predecessores, Hirata e Kegoat (1994, 2007, 2008) utilizam o termo sexo para se referir às categorias de gênero “homem cis” e “mulher cis” ao discorrerem sobre as relações sociais de sexo e a Divisão Sexual do Trabalho. Ancorados nesse entendimento, usaremos o termo sexo dentro dessa perspectiva das relações sociais que se estabelecem, tradicionalmente, entre mulheres e homens, tomando, ainda, “o feminino e o masculino em termos de elaboração social do sexo” (Saffioti, 1999, p.161). Ademais, coadunamos com Devreux (2005) quando esta defende a importância de visibilizar o termo sexo, posicionamento que desenvolveremos mais a miúdo ainda nessa seção.

mascaram no interior dos lares e dos vínculos conjugais.

O próximo imperativo aborda o caráter histórico das relações sociais, sendo a dinamicidade destas um elemento essencial para sua análise. Isto posto, apesar de reconhecer que as relações sociais possuem uma base na qual se assentam, buscamos evidenciar as transformações à qual são submetidas e que remetem a determinados períodos históricos e a eventos que interferem no curso e ritmo destas mudanças (Kergoat, 2010). Ao intentarmos compreender as mudanças que a pandemia de COVID-19 pode ter operado no trabalho reprodutivo, em especial aquele realizado no âmbito doméstico (e sendo credores de que ainda estejamos vivenciando derivações desse momento), esse imperativo se torna ponto de partida em nosso estudo. De maneira oposta, o último imperativo enseja a busca pelos aspectos invariáveis dessas relações, estabelecendo aquilo que constitui o “núcleo duro” destas. Tomando as relações sociais que se firmam no interior da divisão sexual do trabalho, partilhamos da concepção de Kergoat (2000) quando esta pontua que o núcleo perene dessas relações seria constituído pelos princípios da separação e hierarquia⁶ que esteiam essa divisão, os quais serão considerados em nossas análises.

Para além da observância desses imperativos, somos cientes de que é necessária uma prévia ponderação sobre a categoria gênero que perpassa nosso estudo no intuito de situar o posicionamento imbricado em nossa pesquisa. Tomando o gênero enquanto uma categoria histórica, Saffioti (2015, p.47) assinala que este pode ser concebido a partir de inúmeras instâncias, admitindo que cada corrente de feministas enfatizará um aspecto específico desse constructo ao desenvolver seus estudos. Contudo, a socióloga aponta o que considera um campo, mesmo que limitado, de concordância entre estas: o de que o gênero seria “a construção social do masculino e do feminino”, apesar de entender que o conceito de gênero é múltiplo e complexo, não sendo reduzido a uma visão binarista. Sob esse prisma histórico, o estudo do

⁶ O princípio da hierarquia versa sobre a existência de uma valorização do trabalho masculino em detrimento do trabalho feminino. Por sua vez, o princípio da separação nos fala sobre uma distinção entre trabalhos ditos “masculinos” e trabalhos ditos “femininos”. Em decorrência destes dois princípios, tanto os trabalhos reconhecidos como masculinos seriam mais valorizados em relação aos femininos, quanto os trabalhos realizados por homens seriam melhor remunerados em comparação ao mesmo trabalho quando realizado por mulheres (Kergoat, 2000).

gênero (e aqui nos interessamos, especificamente, pelas relações sociais que se estabelecem entre os gêneros masculino cis e feminino cis, em específico) proporciona o estabelecimento de um diálogo interdisciplinar e a articulação deste com outros conceitos no intuito de firmar uma nova leitura da realidade social (Matos, 2009). Dito isto, nosso recorte proposto, refere-se a um recorte da realidade, não podendo, portanto, dar conta da complexidade da mesma, mas de um segmento específico (já reconhecendo neste fato, uma limitação do estudo), todavia, podendo ser uma forma válida de aproximação a essa mesma realidade, mesmo que parcialmente. Assim, em nosso estudo, buscaremos nos aproximar da realidade pertinente aos casais heterossexuais da classe média, como será pormenorizado posteriormente.

Cientes de que o conceito de gênero não “explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres” (Saffioti, 2015, p.47), julgamos ser necessário fazer uso da perspectiva feminista marxista para análise desse constructo ao nos interessarmos diretamente, em nosso estudo, pela denúncia do antagonismo entre homens e mulheres que se estabelecem nas relações sociais de sexo (Cisne, 2018; Devreux, 2005; Federici, 2019; Hirata, 2002). Reafirmamos, desse modo, nosso posicionamento ético-político na busca pela mitigação da dominação, exploração e opressão masculina que se expressa por meio dessas relações sociais específicas. Corroborando com nosso posicionamento, Devreux (2005, p.564) postula que não há relação social sem confrontação e, conseqüentemente, ao nos utilizarmos da perspectiva das relações sociais de sexo estamos expondo o confronto existente entre duas classes sociais (mulheres e homens), onde a relação de dominação-exploração tem um vetor direcionado dos homens para as mulheres, necessariamente. Para a autora, o termo gênero, de forma isolada, acaba por obnubilar esse confronto pois evocaria uma “idéia de um problema social sofrido pelas mulheres, de uma desigualdade social construída, mas na qual os homens não seriam atores”.

Vale pontuar, entretando, que para Saffioti (2005) o que entendemos ser um certo entrave à nossa pesquisa, seria em realidade, uma qualidade da categoria gênero que deixaria em aberto a direção do vetor de dominação-exploração, ou seja, a dominação-exploração

poderia seguir na direção dos homens contra as mulheres ou vice-versa, ou mesmo entre homens ou entre mulheres. Tal qualidade tornaria o conceito mais amplo, sendo capaz de elucidar “eventuais transformações, seja no sentido do vetor, seja na abolição da exploração-dominação” (Saffioti, 2005, p.46). Neste ponto, não estamos alheios à ponderação da socióloga acerca das “vantagens” de trabalhar dessa forma com a categoria gênero, mas, coadunamos com Devreux (2005), e demais feministas marxistas, ao entender ser necessária a deliberada exposição das relações de exploração e opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas, a saber, mulheres e homens (Hirata, 2002), inclusive, por entendermos como Saffioti (2009, p.21) que a “dominação-exploração da categoria social mulheres pela categoria social homens continua vigente” e, ousaríamos dizer, continua a escalonar patamares cada vez mais altos.

Ademais, uma vez que em nossa sociedade capitalista e patriarcal, estas relações ainda se mostram como um sustentáculo de toda sua estrutura (Federici, 2018, 2019), não podemos nos furtar de tal posicionamento. Como a própria Saffioti (2005) afirma, quem “lida com gênero de uma perspectiva feminista, contesta a dominação masculina. Por via de consequência, estrutura, bem ou mal, uma estratégia de luta para a construção de uma sociedade igualitária” (p.47). Em síntese, mesmo cientes de que o termo gênero comporta outras funcionalidades⁷ que não a de lente para a compreensão das relações de opressão e dominação que se estabelecem entre homens e mulheres, fazemos a escolha consciente e ético-política por este viés.

Respaldamo-nos, ainda, na perspectiva marxista de Kergoat e Hirata (1994, 2007, 2008) ao considerarem que em nossa sociedade a organização social é baseada no sexo edificando

⁷ Dentre outras visões, destacamos a Teoria Queer (Butler, 2020) que entende tanto os conceitos de sexo, como o de gênero, como construções culturais que são repetidamente “performadas”, sendo o sexo construído, também, pelo gênero. Nessa teoria, os estudos se voltam para questões como a sexualidade, identidade de gênero e sobre a transexualidade (Machado & Pereira, 2022). Para essa corrente, as relações sociais de gênero devem ser pensadas em termos de um trinômio “sexo/gênero/desejo” (Machado & Pereira, 2022, p.48). Ademais, criticam uma visão entendida por seus teóricos como “binária” (sexo/natureza *versus* gênero/cultura), a exemplo da erigida por Joan Scott. Em verdade, para a teoria queer, aceitar essa visão binarista seria equivalente a entender que o gênero carrega uma essência do sujeito. Considerando os avanços e contribuições que esta teoria tem feito no campo dos estudos de gênero, contudo, alinhando nosso estudo ao campo da teoria da reprodução social (Bhattacharya, 2018; Federici, 2019) e da divisão sexual do trabalho (Souza-Lobo, 2021), reafirmamos nosso recorte de gênero entendido em termos de relações sociais de sexo ao buscarmos entender a conformação e distribuição do trabalho reprodutivo no interior dos lares.

duas visões de mundo – masculina e feminina – nas quais há divergências entre as visões dos homens e das mulheres e, conseqüentemente, de seus interesses (idem). É sobre essa divisão que recai nosso estudo e, desse modo, trataremos o trabalho reprodutivo enfocando esses dois atores referenciados. Segundo Hirata (2014, pp.61-62), essas diferentes visões de mundo se fazem sentir, também, na constituição do conhecimento científico, onde vigorou o ponto de vista masculino na interpretação e construção cognoscente da realidade social. Valores como a neutralidade, universalidade, objetividade e racionalidade científicas, em verdade, corriqueiramente expressam em suas definições “a visão de mundo das pessoas que criaram essa ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das interdependências das relações de poder de raça, sexo e classe”. Como alerta Simone de Beauvoir (1980), lembrando o pensamento de Poulain de la Barre, um feminista do século XVII, “tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte” (pp.15-16). Ícone do feminismo, a autora vai além e coloca sob suspeita todo e qualquer conhecimento ou discursos masculinos, vigilante de que as relações que se estabelecem entre os sexos feminino e masculino são tensionadas por interesses e perspectivas distintas.

Como já enunciado, partilhamos do entendimento de que o conceito de gênero é multideterminado e sócio-historicamente construído. Utilizado desde sua gênese como forma de organização social das diferenças biológicas entre homens e mulheres, o gênero, dentro de uma perspectiva feminista marxista, configura-se como “uma construção social das diferenças sexuais” (Alves, 2004, p. 7), não se remetendo unicamente ao campo das idéias, mas fazendo referência “às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais” (p. 6).

Enquanto uma lente usada para a leitura da realidade social, Matos (2009, p.65) aponta que o gênero, dentro dessa vertente, vai estipulando significados às diferenças biológicas notadas historicamente que, por sua vez, são socialmente construídas em torno do ideário de “ser homem” e “ser mulher” e que irão se expressar dentre outros modos, na “divisão sexual do trabalho, nas relações de poder, no âmbito doméstico, na produção e reprodução”. Negreiros e

Carneiro-Féres (2004), aprofundam a questão e defendem que os papéis masculino e feminino adquirem um caráter prescritivo, conformando tipificações endereçadas ao homem e à mulher em contextos sociais específicos. É sobre esse processo que repousa nosso interesse ao olharmos para as relações sociais de sexo e buscarmos perceber como o antagonismo que se estabelece entre homens e mulheres conforma a divisão sexual do trabalho no âmbito reprodutivo.

É necessário, contudo, situarmos que tal entendimento sobre gênero foi, em grande medida, fruto de estudos feministas⁸ que buscavam fazer oposição ao conceito de “sexo” que era utilizado simplesmente com o intuito de atrelar às bases biológicas a gênese das diferenças entre homens e mulheres, o que concedia a estas diferenças o caráter de imutabilidade, tornando quase nulas as possibilidades de alterações (Matos, 2009). Na contemporaneidade, o vocábulo “sexo” é comumente utilizado em alusão às diferenças “anatômicas e fisiológicas que definem os corpos masculino e feminino” (Giddens, 2005, p.102), enquanto que o termo “gênero” busca estabelecer as diferenças psicológicas e socioculturais entre homens e mulheres.

Todavia, Devreux (2005, p.563) não descarta a referência ao sexo biológico, partindo da sapiência de que a categorização social dos sujeitos ainda permanece em grande medida, desde a natividade, sendo operada por esse critério, ou “mais precisamente, sob a representação social segundo a qual esse critério é de uma importância primordial para classificar os indivíduos”. Não por acaso podemos observar em nossa sociedade, capitalista e patriarcal⁹, o crescente costume de investigarmos o sexo dos bebês em gestação no intuito de nomeá-los, definir suas vestimentas, preferências e, muitas vezes, seu destino à revelia dos processos de constituição da identidade de gênero (Lattanzio & Ribeiro, 2018) de um indivíduo que ainda não deu seu

⁸ Entendemos feminismo como um movimento social que almeja a erradicação das desigualdades de gênero, principalmente através da equiparação dos direitos civis e políticos entre homens e mulheres (Nogueira, 2001). Em outras palavras, feminismo é uma “estratégia de luta para a emancipação e para a igualdade de gênero” (Souza-Lobo, 2021, p.13).

⁹ Segundo Hartman (1979, p.232, nota 1) o patriarcado é compreendido “como um conjunto de relações sociais que tem uma base material e no qual há relações hierárquicas entre homens, e solidariedade entre eles, que os habilitam a controlar as mulheres.

primeiro suspiro. Nesse contexto, para Devreux (2005) o sexo permanece, até este tempo, como um ponto crucial para os sujeitos e seu futuro, uma vez que a partir desse “ato de classificação” dos indivíduos – tomando o sexo biológico por referência – a história de vida destes se inicia sob “o signo da diferença e da hierarquia”. Saffioti (2009, p.13) faz um interessante contraponto ao afirmar que embora o “porto seguro do gênero” sempre tenha sido – e ainda é – o sexo, isso não impedirá que uma pessoa do sexo masculino seja socializada como mulher ou de uma pessoa do sexo feminino como homem. Concordamos com a socióloga, partindo da compreensão de que o sexo biológico não determina obrigatoriamente a forma de socialização dos sujeitos sociais, mas partilhamos do entendimento de Devreux (2005) de que o sexo permanece exercendo grande influência sobre esse processo.

Saffioti (2009) acaba por reforçar o pensamento da autora supracitada, quando, em estudo posterior, enuncia a persistente importância do sexo para a construção de uma identidade de gênero. A estudiosa refere o caso da famosa transexual Roberta Close, uma das primeiras mulheres trans no Brasil a realizar a redesignação de sexo ¹⁰ como exemplo para seu argumento. Segundo Saffioti (2009, p.14), o indivíduo ao nascer com um sexo que não corresponde a sua “identidade sexual” se vê diante de um conflito inevitável e geralmente, quando possui recursos, busca solucionar esse conflito por meios cirúrgicos. Para a pesquisadora não importa “que a compatibilidade entre gênero e sexo seja alcançada depois da formatação social do indivíduo para ser homem ou mulher. Esta intelegibilidade cultural do gênero admite mais facilmente a coincidência entre sexo e gênero”. Dito isto, entendemos que sexo e gênero não são categorias dicotômicas (Saffioti, 2005) e, nesse sentido, a construção social do sexo precisa ser apontada, sem com isto, gerar uma polaridade entre estes dois constructos.

Partindo para uma reflexão sobre as distinções e tipificações acerca do homem e da mulher, Nogueira (2001) aponta que sempre existiu, no decorrer dos tempos, uma gama de discursos, teorias e concepções sobre a mulher que estavam intrinsecamente vinculados à sua

¹⁰ A redesignação de sexo consiste em um processo que envolve procedimento cirúrgico com a finalidade de reajustar “os traços genitais e sexuais do paciente de modo a tornar condizente o corpo com que ele se identifica” (Santos et al., 2022, p.3).

capacidade reprodutiva. Marques (2021) se soma à autora, assentindo que embora hajam distinções biológicas irrefutáveis entre homens e mulheres, a mais importante delas é a possibilidade das mulheres gerarem vida. A distinção entre os sexos ancorada, principalmente, na capacidade reprodutiva feminina, vai fomentar um modelo onde as diferenças sócio-historicamente construídas entre os dois sexos vão tomando aspectos de “naturalidade”, demarcando diferenças tanto biopsíquicas, como sociais. Nesse “modelo antigo”, o ser homem e o ser mulher são circunscritos com precisão, estabelecendo as possibilidades de comportamento, atitudes, interesses, afinidades e sentimentos pertinentes a cada um de forma excludente, não cabendo intercâmbios entre estes (Negreiros & Carneiro-Féres, 2004). Embora Negreiros e Carneiro-Féres (2004) reconheçam que esse modelo vem mudando, ainda temos forte influência dele nos tempos atuais, como afirma Souza-Lobo (2021).

Machado e Pereira (2022, p.39) coadunam com os autores supracitados e recordam o pensamento de Gayle Rubin que, embasada em análise marxista sobre o funcionamento do capitalismo, circunscreve o “sistema de sexo/gênero”. Segundo as autoras, este sistema pode ser entendido como um conjunto de arranjos pelos quais uma determinada sociedade transmuta a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, que por sua vez, satisfarão estas necessidades sexuais transmutadas. Tal sistema não se limitaria, portanto, à reprodução biológica, mas, estaria entranhado no conjunto das relações sociais que se estabelecem em sociedade.

Sobre este aspecto, Hirata e Kergoat (1994) já denunciavam que mais do que simplesmente separar os papéis sociais masculino e feminino, esse sistema social sexista, que foi sendo forjado nas bases das diferenças biológicas entre macho e fêmea, reserva um lugar de dominação e superioridade aos homens em relação às mulheres. São estas clivagens simbólicas entre homem e mulher que irão balizar a construção de uma sociedade desigual, assentada na crença de diferenças “naturais” que imputarão às mulheres qualidades negativas responsáveis pelo cerceamento da sua participação na sociedade, delegando a estas um papel inferior e subalterno e, ao mesmo tempo, respaldando a dominação masculina (Nogueira, 2001).

Somando-se às autoras, Machado e Pereira (2022) resgatam o pensamento de Joan Scott (pioneira na construção do gênero como categoria histórica) para uma compreensão do gênero dentro dessa perspectiva das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas (e construídas) entre os sexos, sendo um meio para decodificar “os sentidos das formas de interação humana” (Machado & Pereira, 2022, p.43). Para Scott (1995) a política seria um dos campos, por exemplo, onde esse constructo pode ser usado para uma análise histórica da sociedade e na qual percebemos a presença dessa dominação masculina.

Como bem pontuam Nogueira (2001) e Alves (2004), essa dominação vai se expressar em um certo discurso científico que legitima o lugar reprodutivo da mulher (a maternidade), enquanto respalda o homem como provedor e defensor da prole. Um discurso que carrega em si uma visão dualista, biologizante da condição feminina e masculina e que em pouco difere do discurso religioso pré-moderno (Nogueira, 2001). Essa visão vai se estender para a própria linguagem corriqueira, os ditados populares, as piadas, os provérbios, os galanteios, e mesmo as palavras de baixo calão, que refletem e reforçam as desigualdades de gênero ao apresentarem as “relações sociais entre os sexos de forma estereotipada” (Alves, 2004, p. 7). Em síntese, Alves (2004) pontua que a nossa cultura ocidental, herdeira da cultura greco-judaico-cristã, “valoriza a representação do homem viril, branco, adulto, rico, monogâmico e heterossexual” (p.25). Estaríamos diante de um universo representado por “uma dualidade sexuada e hierarquizada”, que conformaria uma polaridade formada pelo “homem-marido-pai [adulto másculo]” no canto superior e pela “mulher-esposa-mãe” no canto inferior (p.25). Dessa forma, o discurso sexista segue legitimando esse cenário, dando-lhe ares naturais e a-históricos.

É diante desse panorama que, em meados do século passado, inicia-se um movimento dentro da academia para a construção do conceito de gênero e seus desdobramentos que viriam a descortinar essas relações de dominação, opressão e exploração dos homens em relação às mulheres. Entretanto, a despeito da visibilidade atual deste conceito, pouco se discute sobre suas origens e os primeiros desdobramentos deste (Lattanzio & Ribeiro, 2018), o que intentaremos a seguir de forma sintética.

Gênero: um breve relato (sócio) histórico

Machado e Pinheiro (2022) identificam já desde o século XVI, nos escritos de Henri-Corneille Agrippa de Nettesheim, formas antigas de se utilizar o termo “gênero” como sinônimo de “sexo”, no momento em que o polímata se referia ao “gênero masculino e gênero feminino” para denominar – para além das categorias gramaticais – “categorias humanas de macho e fêmea” (p.33). Entretanto, somente com a publicação do livro “*A Vindication of the Rights of Woman*” de Mary Wollstonecraft em 1792 – primeiro livro considerado por muitos como eminentemente feminista – inaugura-se o debate sobre o questionamento das diferenças intelectuais e dos papéis sociais entre homens e mulheres que eram apontadas, pelas feministas, como resultante de uma educação diferenciada destinada para cada uma das classes de gênero, contrapondo-se às teorias da época, segundo as quais tais desigualdades eram fruto dos fatores biológicos ou mesmo de uma vontade divina. A partir de então, o conceito de sexo que vigorava passa a ser questionado e a independência econômica feminina, como forma de emancipação pessoal e acesso à igualdade entre os gêneros (feminino e masculino), torna-se pauta da luta feminista, juntamente com a luta sufragista (Lattanzio & Ribeiro, 2018; Nogueira, 2001).

Entretanto, para Lattanzio e Ribeiro (2018, p.412) a primeira aparição acadêmica do termo gênero só se concretizará quase dois séculos depois, em 1955, quando o psicólogo e sexólogo norte-americano John Money apresenta o vocábulo pela primeira vez no arcabouço conceitual científico – em uma publicação na qual abordava o hermafroditismo. Na ocasião, o termo veio creditar a concepção de que não existe uma relação “natural” entre o sexo biológico de uma pessoa (sua anatomia) e a sua identidade sexual, que passa a ser chamada de “identidade de gênero”. Segundo os pesquisadores, a partir de Money (1955), o gênero adquire uma maior relação com as experiências de socialização e de educação dos sujeitos do que com fatores biológicos, inatos, inaugurando um novo campo de pesquisas, que agregará respaldo científico a teorias esparsas que denunciavam a naturalização das desigualdades de gênero (Lattanzio & Ribeiro, 2018). Saffioti (2005, p.43), por sua vez, credita a elaboração do conceito de gênero à concepção cunhada por Stoller, em 1968, que teve sua expansão por meio do artigo de Gayle

Rubin (1975), intitulado “O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a ‘economia política’ do sexo”.

Nesse momento histórico, tal constructo apresentará uma “ênfase pleonástica em seu caráter relacional”, além de adotar “uma nova postura adjetiva, ou seja, a perspectiva de gênero”, o que entendemos ir ao encontro do pensamento de Money, mesmo que a socióloga não faça menção a este.

Controvérsias à parte, como aludimos anteriormente, foi com os avanços das teorias feministas, principalmente durante a “Segunda Onda¹¹” no final dos anos de 1960, que a importância conceitual do gênero passa a ser reconhecida como potente arma para a desnaturalização das relações de poder que se tecem entre os sexos (Nogueira, 2001), passando a dar conta das relações socialmente erigidas (Machado & Pereira, 2022). As autoras demarcam, ainda, que em meados de 1980, o conceito de gênero alça seu sentido político, tal qual utilizamos na atualidade, reconhecendo, muito embora, que este tenha sido a resultante de uma construção coletiva nas ciências sociais ao longo das décadas anteriores (Machado & Pereira, 2022).

Sobre este feito das feministas, Lattanzio e Ribeiro (2018, p.411) são enfáticos ao dizer que estas “desenvolveram o conceito de forma brilhante e subversiva, relacionando-o com questões políticas amplas, mostrando a normatividade inerente às relações de gênero, denunciando como inúmeras categorias do pensamento ocidental moderno pautam-se em valores masculinos e se pretendem naturais”. Desde então, as teorias feministas seguem na luta de ocupar cada vez mais espaços na academia, com representantes de áreas diversas, (não sem encontrar inúmeras resistências) e persiste na utilização conceitual do gênero como categoria analítica crítica das relações sociais e de poder, questionando o próprio fazer científico

¹¹ A história dos movimentos feministas é comumente retratada por “ondas” em alusão a uma certa estruturação desses movimentos que seria definida por características e ênfases de um momento distinto, tomando por base uma separação cronológica dos acontecimentos (Perez & Ricoldi, 2023). A primeira onda é caracterizada pela conquista do sufrágio, situando-se entre o final do século XIX e início do século XX. A segunda onda feminista é associada às lutas políticas da década de 1960 e 1970, na confluência com os movimentos dos direitos civis e da contracultura. Nesse período se inauguram os estudos sobre as mulheres e os primeiros ensaios sobre gênero, tendo o texto de Gayle Rubin (1975) como um dos clássicos do período (Perez & Ricoldi, 2023). A terceira onda é caracterizada pelos estudos interseccionais e pela abordagem pós estruturalista da sexualidade e sua consequente incorporação aos estudos de gênero. Hoje, estaríamos vivenciando a quarta onda marcada pela mobilização via uso das redes sociais e uma aproximação dos movimentos feministas com o Estado.

impregnado da ótica dominante masculina. De mesmo modo, unimo-nos a esta perspectiva na busca por compreender os possíveis deslocamentos na distribuição do trabalho reprodutivo entre os casais derivadas do período pandêmico a partir do olhar para as relações sociais de sexo que se estabelecem entre estes.

Voltando-nos para os estudos de gênero que foram sendo desenvolvidos, especificamente, no campo da Psicologia, podemos apontar historicamente dois principais vieses epistemológicos: a perspectiva empiricista, ancorada nas abordagens essencialista e de socialização, e a pós-moderna, sedimentada na abordagem construcionista (Borges et al., 2013). Na primeira metade do século XX, o paradigma das diferenças sexuais caracterizou a postura empiricista que pairava na Psicologia nesse período. O foco residia nas supostas diferenças inatas e permanentes entre os sexos. Dentro desta perspectiva, temos a abordagem essencialista na qual o gênero é apreendido como uma qualidade inata, estável e bipolar que diferenciava os dois sexos, masculino e feminino, tendo um caráter eminentemente determinista, descrevendo as personalidades e os processos cognitivos pertinentes a cada gênero. A abordagem da socialização, por sua vez, entende o gênero como resultante de forças sociais e culturais, sendo aprendido e não inato ao sexo. A explicação dessa abordagem passa pela concepção de que homens e mulheres “aprendem e internalizam identidades específicas através da socialização” (Borges et al., 2013, p.733).

Depois de meados do século XX, a postura pós-moderna assume a posição de destaque nos estudos do campo psicológico, na qual se sobressai a perspectiva do construcionismo social, com uma proposta antiessencialista e antirrealista, pressupondo que o mundo social e os sujeitos nele inscritos sejam o resultado de um processo social, não existindo “essências” dentro das “coisas/pessoas que as tornem o que são” (Borges et al., 2013, p.733). Aqui reside a crítica tanto à abordagem essencialista, quanto a de socialização, uma vez que as duas concebem o gênero definido em termos de diferenças dicotômicas (sejam elas do campo do biológico, sejam do campo do social) e com caráter de imutabilidade, uma vez estabelecido. Os reflexos da postura pós-moderna podem ser sentidos na atualidade, tendo continua influencia nos estudos de gênero

(idem). Desde então, o gênero é tomado como um sistema de significados e não mais como um atributo dos indivíduos, assim, o processo que estabelece as diferenças sexuais e a maneira como se divide o poder no interior dessas relações sexuais pode ser entendido “em termos de um sistema de gênero” que opera nos níveis societal, interpessoal e individual (Nogueira, 2001, p.22).

Compreendendo, pois, que o sistema de gênero se reflete no comportamento, nas instituições sociais e na organização destas, “tais como o trabalho, a reprodução, os cuidados com as crianças, a educação e a família” (Nogueira, 2001, p.17), coadunamos com Alves (2004), em sua compreensão de que para alcançarmos uma sociedade mais igualitária é preciso reescrever os discursos e as representações de gênero tradicionais, com seus vícios de linguagem e práticas que induzem e legitimam a dominação masculina. É preciso fazer frente a uma ciência e aos meios de comunicação social que construíram uma narrativa pujante de que “o gênero é diferença e que a diferença é estática, bipolar e categorial” (p.16), compromisso que adotamos em nosso posicionamento ético-político.

Com isso estabelecido, passemos ao aprofundamento da discussão das relações sociais de sexo objetivadas por meio de sua base material – o trabalho reprodutivo – que se ancora na produção, reprodução e manutenção da vida sob a égide do capitalismo e do patriarcado. Para tanto, urge que tratemos da Teoria da Reprodução Social (TRS) e seus desdobramentos para nosso estudo, entendendo que esta nos fornece uma ampla compreensão deste trabalho e de seu papel e importância dentro da nossa sociedade.

Teoria da Reprodução Social: Implicações para a Compreensão do Trabalho Reprodutivo

Entender o trabalho reprodutivo dentro da perspectiva da Teoria da Reprodução Social (TRS) nos requisita, inicialmente, que explicitemos a concepção de “reprodução social” e seu papel no sistema de acumulação capitalista. Nessa tarefa, recorreremos ao pensamento de teóricas marxistas feministas como Arruzza (2015), Federici (2018, 2019), Bhattacharya (2018) e Vogel (2022), dentre outras, que fazem uso da análise marxista para a compreensão desse fenômeno. As autoras convergem na percepção de que a TRS atua como uma ferramenta

epistêmica para compreensão da interdependência que se estabelece entre produção e reprodução no capitalismo, ampliando a concepção desse sistema - visibilizando o trabalho reprodutivo - e rompendo com as barreiras dicotômicas entre público e privado, esferas que compõem um mesmo globo.

Em um movimento de resgate da teoria marxista, as teóricas da TRS encontram no pensamento de Marx as bases para o entendimento sobre a opressão sofrida pelas mulheres e sua relação com o sistema capitalista e, mais especificamente, com a reprodução social. Para tanto, segundo Arruzza (2015, p.55) é preciso rever a crítica marxista ao capitalismo, concebendo-o como uma “totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação e alienação”. Partindo da releitura que a TRS faz do capitalismo e do pensamento marxista, Bhattacharya (2018) acresce o argumento anterior, tomando-o como um sistema de relações sociais, onde sua essência, ou força motriz, repousa no trabalho humano, sendo este uma “mercadoria” ¹² indispensável para a acumulação capitalista.

Longe de desejarmos fazer uma exposição delongada acerca do capitalismo e seu funcionamento, atentaremos, entretanto, a algumas considerações importantes que a TRS resgata do pensamento marxista sobre a matéria, e que servirão de argumento para a compreensão da reprodução social e do papel do trabalho reprodutivo nesse quadro. Como referido, Marx toma a força de trabalho como uma “mercadoria” vital que alimenta “o metabolismo produtivo do sistema capitalista” (Pereira, 2025, p.9). De acordo com o pensamento marxista, o trabalho humano valoriza o capital inicial, empregado pelo detentor dos meios de produção (o capitalista), ao produzir um excedente de trabalho que não será remunerado (a mais-valia), caracterizando o processo de exploração da classe trabalhadora - através da expropriação da força de trabalho -, além de constituir a base material da acumulação capitalista (Marx, 2013; Pereira, 2025).

¹² Segundo Marx (2013) mercadoria é todo e qualquer objeto que tenha ao mesmo tempo valor de uso e valor de troca, devendo, contudo, ser fruto do trabalho humano. O valor de uso nos fala sobre o suprimimento de alguma necessidade e/ou desejo humano, e o valor de troca denota que tal objeto não deve ser consumido pelo seu produtor, tendo que – obrigatoriamente – ser trocado com outro sujeito, tornando-se, desse modo, um valor monetizado.

Nesse processo reside um dos fundamentos da tese da TRS: a reprodução da sociedade capitalista depende diretamente e essencialmente do trabalho humano. Segundo Bhattacharya (2018), ao falarmos sobre reprodução da sociedade capitalista no pensamento marxista, referimo-nos, não somente ao trabalho excedente produzido pelo(a) trabalhador(a) com fins à acumulação capitalista, mas, a todo trabalho que é realizado para criação e reprodução da sociedade em sua totalidade, seja no processo produtivo no campo econômico, seja no processo de reprodução dos sujeitos que compõem a sociedade e de suas práticas sociais e elementos culturais que se renovam e se modificam no decorrer de um processo sócio-histórico.

Contudo, ao usarmos o termo reprodução social, a partir da TRS, estamos assinalando um processo mais conciso que abrange especificamente a manutenção e reprodução da vida, tanto em sua renovação diária, como na geracional (Arruzza & Bhattacharya, 2024). Acrescendo, Federici (2019, p.12) enuncia que a reprodução social, nessa perspectiva, é entendida de forma processual e se materializa como “o complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstituídos diariamente”. Desse modo, como Arruzza (2015, p.55) pontua, a reprodução social aponta a maneira pela qual o “trabalho físico, emocional e mental” requerido para a produção dos sujeitos - que compõem a sociedade capitalista - é socialmente estruturado, a exemplo do preparo de alimentos, socialização e educação de crianças e adolescentes, do cuidado com idosos e enfermos, além dos afazeres domésticos e “todo caminho até as questões de sexualidade”.

Em consonância com Arruzza (2015) e Federici (2019), Tejada e Vinhas (2024, p.9) acrescentam, ainda, que o trabalho de produção social não se restringe ao interior dos domicílios, podendo tanto se organizar “na unidade familiar [trabalho doméstico remunerado ou não remunerado] ou fora dela [através de creches, escolas, hospitais, asilos, entre outros]”. Quando o trabalho de reprodução social se coloca na lógica do mercado ele adquire um valor de troca (trabalho produtivo) – seja no âmbito privado ou público – e, em contrapartida, se é realizado de forma não remunerada, geralmente no interior dos lares, ele passa a ser criador de valor de uso (trabalho improdutivo). As autoras ilustram seu posicionamento, tomando como exemplo a

preparação de alimentos, que pode ser realizada no âmbito doméstico por membros da família e de forma não remunerada ou em um restaurante, ocasião em que estará gerando mais-valia. Em ambos os casos temos a mesma tarefa (preparação de alimentos) que se qualifica como atividade destinada à reprodução social, mas, ao se inserir na lógica de mercado ela deixa de ser um trabalho reprodutivo (e improdutivo para a lógica mercantil) e passa a figurar como trabalho produtivo, embora permaneça compondo o conjunto das atividades que se destinam à reprodução social.

Nesse contexto, Fraser e Sousa (2020) denunciam que o capitalismo carece das atividades que materializam o processo de reprodução social, principalmente àquelas que não adentram a lógica mercantil. Essas atividades lhe são, a um mesmo tempo, externas e indispensáveis, gerando uma interdependência entre produção e reprodução. Segundo Vogel (2022), essa interdependência se estabelece no momento em que, para efetivar seu processo de acumulação capitalista, o capital necessita de uma contínua e renovada força de trabalho que esteja à disposição do processo de criação de mais-valia. Em outras palavras, a produção do trabalho excedente que é expropriado por uma classe dominante (detentora dos modos de produção), dependerá de uma contínua presença e renovação de uma classe dominada (aqueles que vendem sua força de trabalho) que esteja engajada com o processo produtivo. Para tanto, o trabalho de reprodução social se torna indispensável, pois garantirá tanto a existência, como a renovação (substituição geracional) e manutenção dessa classe, estabelecendo-se a referida interdependência. Ademais, a concepção de uma unidade indivisível formada entre produção e reprodução já era concebida por Marx, como assegura Arruzza (2015). De acordo com a autora, Marx já reconhecia que apesar de distintas e apresentarem características específicas, produção e reprodução são obrigatoriamente combinadas “como momentos concretos de uma totalidade articulada” (Arruzza, 2015, p. 53).

Entretanto, Berdague (2025) e Pereira (2025) ponderam que Marx, mesmo reconhecendo a totalidade articulada entre produção e reprodução e o papel central que a força de trabalho - como uma “mercadoria singular” - desempenha no processo de acumulação

capitalista, não reconheceria como trabalho o conjunto das atividades desempenhadas para a produção, manutenção e renovação dessa “mercadoria”, a saber: o trabalho reprodutivo. Do mesmo modo, Bhattacharya (2018) denuncia que o capitalismo só legitima como uma forma válida de trabalho, aquele que é realizado dentro da lógica de mercado (trabalho produtivo), negligenciando a imensa quantidade de trabalho realizado no interior das famílias e comunidades. Nesse ponto, Federici (2019) se questiona porque Marx ignora o trabalho reprodutivo realizado de maneira massiva pelas mulheres, e mais, porque ele não reconhece que o capitalismo depende “tanto de uma imensa quantidade de trabalho doméstico não remunerado para a reprodução da força de trabalho quanto da desvalorização dessas atividades reprodutivas para diminuir os custos com a força de trabalho” (p.99). Nesse ponto, a TRS vem fazer avançar o pensamento marxista e se contrapor a lógica capitalista, ao reivindicar a validação do trabalho reprodutivo como tal, e mais, ao defender a tese de que esse trabalho, mais do que a acumulação capitalista, é a base desse sistema, sem o qual não é possível a reprodução do capital (Federici, 2018). Em consonância, a teoria da divisão sexual do trabalho, a ser abordada mais adiante, buscará lançar luz sob o trabalho reprodutivo ao articular o trabalho produtivo e reprodutivo com o trabalho público e privado (Machado & Pinheiro, 2022).

Por conseguinte, o trabalho reprodutivo - desempenhado em quase sua totalidade por mulheres, como referido -, ao não ser realizado dentro de uma lógica mercantil, não auferir uma troca monetária para si, mas é subsumido pelo capital de maneira gratuita e mascarado sob as vestes do “amor à família” (Federici, 2018; 2019). Bhattacharya (2018) partilha dessa compreensão e busca na TRS a explicação para a cisão que o capitalismo institui entre produção e reprodução em nossa sociedade, reconhecendo-a como uma ação deliberada do capital para se isentar de arcar com os custos da reprodução da força de trabalho, por meio da opressão feminina materializada, nesse caso, na apropriação do trabalho não pago das mulheres no interior dos lares.

Corroborando com a autora, Pereira (2025) considera que a exploração do trabalho reprodutivo foi um dos principais motivos da opressão às mulheres que se conforma dentro do

capitalismo. Ao reconhecer que esse trabalho é essencial para a reposição da “energia vital do trabalhador” (p.7) e para manter uma constante renovação da força de trabalho, o capital, por meio da opressão feminina, ao mesmo tempo usurpa esse trabalho e garante a sua perpetuação sem ter que arcar com os custos desse processo. Fraser e Sousa (2020) reforçam esse pensamento e explicitam que a economia capitalista é dependente, ou melhor, “parasita” o trabalho reprodutivo, não lhe conferindo nenhum valor monetário, tratando-o como se nada custasse. Fato é que esse trabalho, sob nomes como “cuidado”, “labor afetivo” ou “subjetivação”, é responsável por formar a classe trabalhadora que alimenta o capitalismo “sustentando-os como seres naturais dotados de corpo, ao mesmo tempo que os constitui também como seres sociais, formando seu habitus e o ethos cultural no qual eles se movem” (p.264). Em síntese, as autoras assentem que sem o trabalho reprodutivo não poderia sequer haver cultura, economia ou mesmo qualquer organização política, em suas palavras, “nenhuma sociedade que mine a reprodução social de modo sistemático pode durar por muito tempo” (p.262).

Pensando sobre as causas que levaram a mulher a ser a destinatária mor na execução desse trabalho e, dessa forma, ser explorada nas relações sociais capitalistas, Vogel (2022) nos lembra que, mesmo considerando que as mulheres possam vender sua força de trabalho no espaço produtivo, será seu “papel diferenciado na reprodução da força de trabalho a raiz da opressão na sociedade de classes” (p. 336). Nesse sentido, Federici (2019) já denunciava que esse papel se exercerá, prioritariamente, na esfera da família, tomada como a “fábrica social” da força de trabalho e dos(as) trabalhadores(as). Respalando o pensamento da filósofa, Vogel (2022) sinaliza que a família constituirá a forma social específica e determinada historicamente onde a substituição geracional, prioritariamente, acontecerá por meio da reprodução humana, uma vez que esta é a forma mais usual para reabastecer a classe trabalhadora de novos corpos nesse sistema. Reforça-se, então, a relação da opressão das mulheres vinculada, também, a sua capacidade reprodutiva.

Federici (2019) avança nessa discussão e expõe que a relação assalariada que se

estabelece no modo de produção capitalista acaba por mistificar a função social da família¹³, sendo uma “extensão da forma com que o capital mistificou o trabalho assalariado e a subordinação das nossas relações sociais ao ‘nexo monetário’”. Como ela bem expressa, da mesma forma que – por meio de Marx (2013) – passamos a compreender que o salário esconde o trabalho não remunerado que é destinado à produção do lucro para o capitalista, podemos entender que mensurar o trabalho pela relação de assalariamento esconde, por sua vez, “a extensão da subordinação das nossas relações familiares e sociais às relações de produção [...] de modo que todos os momentos da vida operam em função da acumulação de capital” (Federici, 2019, p.40). Isto posto, podemos dizer que a ausência de um salário pago ao trabalho reprodutivo gera a subordinação deste à esfera produtiva, condicionando-o, ainda, a ser organizado mediante as necessidades e tempos do trabalho produtivo. Como a filósofa coloca, o trabalho reprodutivo, mesmo sendo realizado fora da lógica econômica, não é livre desta, pois ele está subordinado a todas as limitações que decorrem do fato de que “seu produto” necessita atender os pré-requisitos definidos pelo mercado de trabalho. Como discorreremos posteriormente, o capital requer de um tipo específico de mão de obra que esteja “adequada” ao seu modo de produção, o que impacta na heterodeterminação do trabalho reprodutivo pelo capitalismo.

Seguindo nesta linha de raciocínio, Federici (2019) sentencia que, desde Marx, já é nítido que o capitalismo eregeu seu domínio e se desenvolve por meio das relações sociais assalariadas, sendo a instituição da figura do(a) trabalhador(a) remunerado(a) – e a sua consequente exploração – as fundações da sociedade capitalista. O que não fica evidente, contudo, é que a mesma métrica é utilizada para a organização e exploração do trabalho doméstico não remunerado (trabalho reprodutivo). Ou seja, a ausência do salário esconde a exploração na medida em que transforma o trabalho reprodutivo das mulheres em um “serviço

¹³ Sobre a função social da família, Silva e Silva (2024, p.381) corroboram com Federici (2019) pontuando que a partir do contexto de emergência do capitalismo, a família será tomada não “apenas como unidade reprodutiva, mas também como célula fundamental para a formação de cidadãos disciplinados e obedientes, preparados para integrar e sustentar a ordem social vigente”.

peçoal externo ao capital” (Federici, 2019, p.33). Posicionamento que será defendido, incansavelmente, pela filósofa ao longo do seu trabalho e que foi e é objeto de luta do movimento feminista encabeçado pela mesma.

Por ora, para melhor compreendermos essa relação de opressão feminina que se estabelece por meio das relações sociais capitalistas, bem como a desvalorização e invisibilização do trabalho reprodutivo, vale antes fazer um breve apontamento acerca dos mecanismos que sustentam a cisão entre as esferas pública e privada, que confinou a mulher ao espaço doméstico e selou sua opressão no capitalismo, como nos fala Pereira (2025). Segundo a autora esses mecanismos persistem e continuam garantindo a subordinação da esfera reprodutiva à produtiva, além de manter a família (hoje com formatos diversos) como esse “centro de reprodução da força de trabalho” (p.7) e a mulher como sua operária prioritária (Federici, 2019).

Cisão entre Público e Privado: a Criação da Família como “Fábrica Social” pelo Capital

A família¹⁴ não é um advento do capitalismo, entretanto, o formato nuclear que ela adota nesse regime e a função que ela passa a exercer dentro do seu processo de acumulação e reprodução se inauguram com a consolidação desse sistema. Saffioti (2009) igualmente aponta que a oposição entre público e privado data do surgimento do capitalismo. Apesar de Alves (2004, p.17) reconhecer que a democracia grega já corroborava com “a divisão entre público e privado, ao destinar o espaço da polis aos homens e a esfera do *òikos* às mulheres”, concordamos com o pensamento da socióloga, entendendo que a cisão adotada na Grécia Antiga difere substancialmente da forma radical que é estabelecida nas sociedades capitalistas.

Dito isso, investigando sobre a transição do sistema comunal feudal para o modo de

¹⁴ Marx e Engels (2007) tomam o conceito de “família” dentro da lógica capitalista reconhecendo que nela ocorre a primeira forma de divisão do trabalho – a procriação – por meio do ato sexual. A família representaria, portanto, a primeira forma de propriedade privada, onde filhos e esposa seriam “propriedades” do pai-esposo, que controlaria a força de trabalho da mulher e de sua prole, tornando-os escravos do homem. Na concepção marxiana a família não representa uma instituição sagrada, mas, sim, um embrião da propriedade privada, sendo tomada como relação social necessária para o desenvolvimento do capitalismo. Contudo, com o desenvolvimento de outras relações sociais e surgimento de novas necessidades – impulsionadas pelo crescente aumento da população e urbanização – a família como uma relação social vai se tornando secundária, embora permaneça como unidade básica onde as contradições da sociedade se manifestam.

produção capitalista, Pereira (2025) explicita que houve transformações profundas nas relações sociais nessa nova ordem societal, sendo a redefinição da estrutura familiar uma resultante dessas mudanças, bem como a separação entre os espaços produtivo e reprodutivo. Arruzza (2015) coaduna com a estudiosa e evidencia que a acumulação primitiva¹⁵, marcada pela violenta espoliação de terras, foi essencial para a origem do capitalismo e, como já aludido, para a estruturação de uma nova ordem social, tendo a família nuclear como sua referência. De fato, a filósofa considera que a transformação da família foi, antes de mais nada, a resultante desse processo de acumulação primitiva que culminou no esfacelamento da família camponesa patriarcal. Com efeito, os sujeitos (antes detentores de terras) se viram apartados dos seus meios de produção e subsistência, obrigando-se a vender sua força de trabalho para o capital e, dessa forma, uma parcela cada vez maior da população ia sendo introduzida na lógica da produção capitalista. Esse movimento, requisitou alterações na configuração das formas de habitação e sustento, principalmente da surgente classe trabalhadora, fomentando um inflamado processo de urbanização. Para as famílias herdeiras da ordem patriarcal, o produto final dessas transformações foi que ela deixa de representar uma “unidade de produção com um papel produtivo específico”, tal qual era organizado por meio das relações patriarcais que prevaleciam nas sociedades agrárias pré-capitalistas, ficando reclusas à seara reprodutiva (Arruzza, 2015, p. 45).

De fato, Bhattacharya (2018) reconhece – juntamente com as autoras supracitadas – que em décadas anteriores ao advento do capitalismo, as atividades de pecuária e agricultura familiar, realizadas no terreno das famílias, complementavam a renda destas, sendo o espaço doméstico, nesse período, também um espaço de produção. Entretanto, com o desenvolvimento e a consolidação das relações sociais do capital, tais práticas foram sendo minadas, ou mesmo proibidas, coagindo as famílias a dependerem primordialmente do trabalho assalariado para sua subsistência. O conjunto dessas alterações vai conformar dois âmbitos distintos: de um lado, a

¹⁵ Segundo Marx (2013, p.786), o processo de acumulação primitiva é aquele que separa o trabalhador da “propriedade das condições de seu trabalho” (meio de produção), ou seja, transforma em capital os meios sociais e materiais de subsistência e de produção dos indivíduos e, ao mesmo tempo, transmuta esses sujeitos em trabalhadores assalariados.

casa e a família, como um espaço prioritário de reprodução e reposição da força de trabalho, e de outro, a rua, as fábricas e o comércio passam a ter a exclusividade como espaço produtivo. Assim, como aponta a historiadora, a produção de bens e serviços passa a ser desenvolvida exclusivamente no âmbito da economia formal, enquanto a classe trabalhadora que produz tais mercadorias serão “produzidas” fora desse âmbito no espaço que é baseado, não na troca monetária, mas, “em laços de parentesco” denominado família.

Dessa forma, Bhattacharya (2018) vincula o sistema de opressão às mulheres – caracterizado pela exploração do trabalho não pago realizado por estas – à lógica dessa divisão espacial entre público e privado. Como enunciamos, a historiadora assente que enquanto o primeiro seria um espaço de produção de valor (dentro da lógica de mercado), o outro seria o espaço para a reprodução e reposição da força de trabalho (fora da lógica mercantil). O primeiro geraria dividendos, enquanto o segundo seria o lugar do exercício gratuito de um trabalho que representaria o amor pela família e filhos, ponto fulcral da opressão feminina. Coadunando com a pesquisadora, Fraser e Sousa (2020) reforçam que desde o período industrial (no mínimo) as sociedades capitalistas operaram a separação do trabalho realizado para a reprodução social daquele que é realizado para a produção econômica, destinando-os a sujeitos distintos, bem como particularizando o tipo de remuneração de cada um. Assim, as pesquisadoras reafirmam que o trabalho reprodutivo seria vinculado às mulheres, sendo remunerado na “moeda do ‘amor’ e da ‘virtude’” (p.265), ao mesmo tempo em que o trabalho produtivo seria destinado aos homens e remunerado na moeda financeira. Nesse contexto, o capital cria - ainda na era industrial e colonialista - um “imaginário novo, burguês, em torno da vida familiar” (idem) e a reprodução social passa a representar o “nicho” das mulheres no seio da família nuclear e, dessa forma esse regime cunha o ideal das “esferas separadas”, ao mesmo passo em que priva a maior parte dos indivíduos das condições necessárias para realizar esse processo de reprodução social (Fraser & Sousa, 2020).

Em consonância com as autoras supracitadas, Vogel (2022) reafirma que a família vai se tornando o espaço historicamente hegemônico para a renovação da força de trabalho. Esta irá

exercer uma função essencial tanto na reprodução biológica da classe trabalhadora (substituição geracional), como na restauração ou reposição das forças vitais dos(as) trabalhadores(as) (através do preparo de comidas, acolhimento, cuidados físicos, mentais e emocionais, etc.). Para Berdague (2025, p.1164) ambas as funções (substituição geracional e a recuperação da classe trabalhadora) são desempenhadas de maneira desproporcional (e massiva, acrescemos) pelas mulheres e nisto residirá “sua opressão nesse sistema”.

Entretanto, Bhattacharya (2018) nos alerta que – sob a ótica da TRS – é preciso reconhecer que apesar dessas esferas estarem espacialmente separadas na sociedade capitalista, a natureza dessa divisão é superficial, posto que ambas são formas históricas específicas de manifestação por meio das quais o capitalismo, tomado como um processo, mostra-se. Vigilantes ao alerta da historiadora, entendemos que um olhar para essa cisão de forma rígida, sem perceber tal fragilidade, só atende aos interesses do capital que a utiliza para continuar justificando a exploração do trabalho não pago das mulheres.

Encerramos esse breve recorte sobre a cisão entre produção e reprodução e a inauguração da família nuclear, advindas do sistema capitalista, resgatando os estudos de Federici (2019) sobre essas transformações. A estudiosa nos auxilia a compreender como a criação desse formato específico de família e a destinação do papel da mulher dentro dela se relacionam, também, com um tipo específico de mão de obra que será necessária para o modo de produção capitalista. A socióloga situa sua discussão em uma Inglaterra que estava às vias de uma revolução, em decorrência das lutas proletárias entre os anos de 1830 e 1840 e que se deparava com o assolamento de sua força de trabalho - oriundo das epidemias e do trabalho extenuantes nas fábricas. Diante desse cenário, o modo de produção capitalista vai requerer uma mão de obra “mais estável e disciplinada” (p.38) o que culmina na reorganização da família nuclear para atuar, como já aludimos, como centro da reprodução dessa força laboral.

Contudo, Federici (2019, p.38) ressalta que não se tratava apenas da família assegurar a reprodução de qualquer força de trabalho, mas de uma força particular de trabalho, além de garantir o fornecimento da sua “quantidade e qualidade [...]e o seu controle”. Por assim dizer, a

família nuclear erigida no capital estaria voltada para a reprodução e o “disciplinamento” de uma certa classe trabalhadora que estivesse “moldada” para a acumulação capitalista. Para tanto, a mulher, ancorando-se na capacidade biológica reprodutiva desta, vai ser destinada a ocupar esse lugar de proletária da manutenção, reposição e renovação da força de trabalho sem, contudo, auferir nenhum valor monetário por este, caracterizando a opressão destas no sistema capitalista.

Buscando compreender mais amiúde as contribuições da TRS acerca do entendimento sobre o trabalho reprodutivo - tão necessário ao capital, mas, tão invisibilizado e desvalorizado, ao mesmo tempo - continuaremos a discussão aprofundando a relação deste com a reprodução social sob o prisma da TRS, sendo credores de que esse viés nos auxilia, também, a dar visibilidade a este trabalho “que é analiticamente deixado de lado pelos economistas clássicos e politicamente negado pelos formuladores de políticas públicas” (Berdague, 2025, p. 1158), cuja a distribuição no interior dos lares e as possíveis transformações operadas pela pandemia de COVID-19 é foco do nosso estudo.

O Trabalho Reprodutivo na Lógica da Teoria da Reprodução Social

Na perspectiva feminista marxista da TRS, a categoria trabalho é entendida de forma ampla, não se restringindo à sua forma monetizada, tal qual tomamos na PST (Coutinho et al., 2017). Partindo dessa premissa, Berdague (2025) assente que podemos entender os processos que enlaçam o trabalho produtivo e o reprodutivo como partes de uma mesma engrenagem, sendo responsáveis pela manutenção da sociedade e das relações que se estabelecem no cotidiano, sejam individuais ou coletivas, dentro do capitalismo. Dito isto, nessa perspectiva, como evidenciamos, a reprodução social (Arruzza & Bhattacharya, 2024) abrange toda e qualquer atividade que vise a reprodução da força de trabalho, incluindo aqui - como já exposto - não somente a reposição das condições para desempenhar o trabalho produtivo, mas, a própria reprodução da classe trabalhadora (reprodução geracional).

A esse respeito, Arruzza e Bhattacharya (2024) pontuam que

a reprodução geracional da força de trabalho implica, em primeiro lugar, que as

trabalhadoras têm que existir, isto é, elas têm que ser produzidas biologicamente; mas, em segundo lugar, que elas têm que se reproduzir diariamente: elas precisam repor suas forças não apenas fisicamente, mas também mental e psicologicamente. (p.622)

Nesse sentido, teríamos três dimensões dessa reprodução: a biológica (gestação de novos indivíduos); a física ou material (reposição da energia vital dos corpos) e a dimensão da socialização (reprodução de comportamentos, hábitos, predisposições, habilidades, valores, costumes, etc.). Segundo as pesquisadoras, o processo de reprodução social diria respeito, inclusive, “a reprodução da subjetividade e mesmo a internalização das formas de disciplina” (Arruzza & Bhattacharya, 2024, p. 622). Ademais, ao pensarmos sobre a reprodução social, Arruzza e Bhattacharya (2024) alertam que estamos falando da classe trabalhadora em sua totalidade, incluindo aí, não somente aqueles que vendem ou tentam vender sua força de trabalho diretamente para o mercado, mas, também, aqueles que não estão empregados diretamente, tais como as crianças, idosos e enfermos, ou melhor dizendo, aqueles que não podem trabalhar, assim, o trabalho de regeneração e reprodução dos(as) trabalhadores(as), também significa regeneração e reprodução das suas famílias.

Partindo dessas considerações, já aludimos que o trabalho reprodutivo – parte imprescindível do processo de reprodução social – não auferia remuneração e vem sendo endereçado às mulheres desde a “inauguração” do sistema capitalista, quando estas foram delegadas à esfera privada, configurando um processo de apropriação do trabalho não pago das mulheres. Essa relação de exploração que o capital estabelece com as mulheres por meio do trabalho reprodutivo é entendida pela TRS como uma relação de opressão. Nesse sentido, Federici (2019) explicita que a análise do trabalho reprodutivo representa um ponto-chave na definição dessa opressão. De maneira insurgente, a socióloga denuncia que ao falarmos de trabalho reprodutivo (ou trabalho doméstico não remunerado, como ela se refere), não estaríamos falando de um determinado trabalho em si, mas, da “manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetuou contra qualquer setor da classe trabalhadora” (p.23).

Mas, antes de nos aprofundarmos nesse ponto, precisamos distinguir o trabalho reprodutivo dentre toda a gama de relações e atividades que compõem a reprodução social.

Recorrendo à Federici (2019), entendemos que o trabalho reprodutivo é

muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças - os trabalhadores do futuro -, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas. (p.36)

Em outras palavras, o trabalho reprodutivo é sumariamente compreendido como um conjunto de atividades que se destinam à reprodução e manutenção da vida humana, sem os quais já referimos não haveria possibilidade de reprodução da força de trabalho (Machado, 2014). Esse conjunto de atividades, cujo o reconhecimento como um trabalho é fruto de extensas pesquisas e lutas feministas (Devreux, 2005), vai muito além dos afazeres domésticos, ele diz respeito, também, ao “trabalho parental e a todas as tarefas de cuidados e de assumir responsabilidades pelas pessoas” (p.568). Compõem-no todas as atividades realizadas no âmbito privado e familiar que se destinam ao cuidado com o bem-estar físico e emocional dos membros da família (Bruschini & Ricoldi, 2009). Dessa forma, “trabalho doméstico não remunerado”, “afazeres domésticos”, “cuidados parentais”, “atividades/tarefas de manutenção da casa e dos filhos” são todos considerados “trabalhos reprodutivos”, embora a complexidade do termo possa abranger inúmeras outras concepções (Machado, 2014). Cabe aqui demarcarmos que a reprodução biológica em si, não entra nesse conjunto de atividades que compõem o trabalho reprodutivo, embora faça parte do processo de reprodução social como um todo.

Ao delimitarmos o trabalho reprodutivo - dentro da perspectiva da TRS - como parte integrante de um processo maior chamado reprodução social, passamos a nos questionar porque,

apesar de ser essencial ao capital, dele ele nada aufere. A resposta imediata poderia ser porque ele não se localiza na lógica mercantil, não configurando uma relação de venda e compra de força de trabalho, ou seja, de exploração que é “compensada” pelo câmbio salarial. Essa é a explicação econômicista reducionista que o capital tem “vendido” para a sociedade. Contudo, como já demonstramos, há uma grande “economia” ou, porque não dizer, lucro extraído do trabalho realizado pelas mulheres sob a égide do “amor materno” ou de uma suposta “natureza feminina” e, no entanto, essa riqueza permanece “escondida” pelo sistema capitalista (Federici, 2019).

Para a TRS a resposta é simples: o capital tem a necessidade de se sustentar e o faz por meio do seu próprio processo de geração de lucro que está assentado na expropriação, cada vez mais pungente, do trabalho assalariado. Para esse processo, ele precisa de um crescente montante de força de trabalho, sem o qual, o capital não pode realizar seu propósito. Aqui reside a questão: o capital está sempre buscando meios de “enxugar” seus custos no intuito de gerar uma acumulação de riquezas cada vez mais exponenciais e o faz, dentre outras formas, isentando-se de arcar com grande parte dos custos referentes à reprodução, manutenção e renovação da mão de obra que o serve. Neste ponto é que ele arquiteta o que Federici (2019) denominou como a manipulação e violência mais cruel contra essa parte da classe trabalhadora, em especial, as “donas de casa”¹⁶. Ademais, Berdague (2025) nos mostra que além de fomentar a opressão às mulheres, esse movimento do capital carrega em si uma contradição, pois no seu ímpeto de obter cada vez mais lucro, ele tenderia a precarizar - mais e mais - as condições de reprodução da mão de obra em níveis que colocam em risco sua própria acumulação. Ou como jocosamente é expresso por Fraser e Sousa (2020, p. 266), dizimando suas “próprias condições de possibilidade, a dinâmica de acumulação do capital, realmente, come seu próprio rabo”.

¹⁶ Tomamos por donas de casa, para fins desse estudo, uma acepção parcialmente diversa da utilizada em nosso trabalho dissertativo (Meyer, 2018), a saber: aquelas mulheres que se ocupam, no âmbito doméstico próprio e não remunerado, dos afazeres domésticos e, na existência de filhos e/ou idosos e doentes, dos cuidados para com estes ou da administração e delegação destes. Na ocasião, nosso estudo requeria, também, que as mulheres “donas de casa” apresentassem a exclusividade dessa atividade, não podendo exercer nenhuma outra função laboral - formal ou informal - além da dependência financeira de seus parceiros ou familiares. Em nosso atual estudo, descartamos os critérios de exclusividade e dependência financeira e nos alinhamos ao entendimento de Durán (1983), Montiel (2007) e Santos (2014) que não requerem tais pré-requisitos para classificar determinadas mulheres como donas de casa.

Até aqui já apontamos como o trabalho reprodutivo vem sendo subordinado à esfera produtiva, servindo aos seus interesses e sendo por ela, muitas vezes, conformado, numa relação de interdependência dentro do capitalismo. Resta-nos, sobre essa matéria, entender como ele “elege” as mulheres para serem essas destinatárias da opressão advindas da exploração e dominação que o mesmo estabelece por meio do trabalho reprodutivo que ele não remunera. Ou seja, há que se perguntar porque as mulheres, e não os homens, foram as “selecionadas” para ocuparem o espaço privado e se responsabilizarem majoritariamente pelo trabalho realizado nesse âmbito. Já aludimos que a capacidade reprodutiva feminina corroborou para esse quadro, contudo, acreditamos que olhar para as raízes patriarcais da sociedade capitalista nos pode ser de grande valia para entender como essa condição biológica, dentre outros fatores, culminaram nessa destinação.

Patriarcado e Capitalismo: um casamento que deu certo (para quem?)

A TRS se propõe, dentre outros interesses, a compreender quais as causas da produção e reprodução da opressão às mulheres conformadas no capitalismo, ciente de que essa opressão difere da encontrada nas sociedades patriarcais, apesar de fincar naquelas suas raízes (Arruzza & Bhattacharya, 2024). A partir desse olhar, algumas teóricas da TRS descartam o estudo do patriarcado por entender que ele foi suplantado pela lógica capitalista, sendo absorvido por esta (Arruzza, 2015). Entretanto, Saffioti (2009, p.23) nos alerta que não podemos deixar de enxergar o patriarcado, ou mesmo, não admitir sua influência na atualidade, pois isso seria dar “passos para trás”, erro que não pretendemos cometer. À guisa de exemplo, a socióloga aponta a prática de mutilações genitais que ocorrem de forma massiva no continente africano como reflexo do forte poderio que o patriarcado ainda exerce em nosso tempo (Saffioti, 2015).

Dito isto, é notório que a opressão feminina é anterior à instauração do sistema capitalista, sendo característica do sistema feudal patriarcal que o precedeu (Arruzza, 2015). Nesse sentido, nos propomos, aqui, a realizar um curto apontamento sobre o patriarcado, reconhecendo a complexidade que sua abordagem demandaria, optamos por um recorte específico para dar sequência ao nosso propósito investigativo e entendê-lo na conformação do sistema capitalista atual. Buscando, não somente delimitar sua influência nas relações de

opressão que se estabelecem no capitalismo, mas, compreender como esse sistema foi incorporado pelo capitalismo conformando a nossa sociedade capitalista e patriarcal (Cisne, 2018).

Como anteriormente enunciado, segundo Hartman (1979, p. 232) o patriarcado pode ser entendido como um conjunto de relações sociais que possuem uma base material e no qual se estabelecem relações hierárquicas entre os homens, além de solidariedade entre estes, que os qualificam para controlar as mulheres. Em suas palavras o patriarcado é “o sistema masculino de opressão das mulheres”. Somando-se à autora, Saffioti (2005, p. 51) pontua que as relações patriarcais são hierarquizadas entre sujeitos “socialmente desiguais”, sendo este um caso “específico de relações de gênero”. Nesse contexto, Bola (2020) afirma que a sociedade patriarcal vai normalizar a dominação masculina, naturalizando o lugar dos homens como senhores da classe feminina.

Como Matos (2009, p. 69) já explicitava, esse sistema de dominação que se estabelece no interior das relações sociais de sexo, colocando o homem como centro da sociedade, ou “do conjunto das relações sociais que organiza, estrutura e determina poder, prestígio e privilégios de um ‘sexo’ sobre o outro” validando a opressão e a sujeição feminina é denominado patriarcalismo ou patriarcado. Ele é conformado pelo poder concreto e socialmente sancionado da figura paterna no seio da família monogâmica, detentor do ideal moral da sociedade patriarcal. Segundo Oliveira (2004), tal sistema, vigorou incontestavelmente durante a modernidade, e ainda se faz sentir na atualidade, sendo apoiado e tendo imbricações nas diversas esferas da vida social, alcançando lugares bem mais abrangentes do que a domesticidade familiar. Entendemos que esse lugar concedido aos homens, é uma resultante da relação patriarcal em articulação com as relações de classe do sistema capitalista que vão se expressar, dentre outras maneiras, na divisão sexual do trabalho, fazendo emergir a figura do homem provedor, principal responsável pelo “ganha-pão familiar”, bem como, apresenta a mulher como uma trabalhadora secundária, complementar (Matos, 2009, p. 70). Coadunamos com Matos (2009) quando esta reflete que o capitalismo não criou o patriarcado, mas dele se

apropriada para alimentar e reforçar suas estruturas de poder. Nesse processo, o patriarcado passa a fazer parte da dinâmica desse macro-sistema que reedifica as desigualdades de classe, gênero, raça e geração.

Para Arruzza (2015, p. 35) o termo patriarcado é usado na TRS para evidenciar que a opressão de gênero não é um fenômeno que se pode reduzir a relações interpessoais, posto que possui uma natureza e “consistência societal”, ou seja, a opressão às mulheres nos fala de um processo de dominação-exploração que é estrutural na nossa sociedade. Porém, a teórica nos alerta, assim como Matos (2009), que, nas sociedades capitalistas, o patriarcado deixa de ser um sistema independente e passa a fazer parte da dinâmica capitalista, tendo um papel importante na divisão do trabalho, objeto de nossa investigação.

Assim, consideramos o capitalismo enquanto uma “complexa e articulada ordem social”, que é nuclearmente constituído por relações de “exploração, dominação e alienação”, cuja a dinâmica da acumulação capitalista continua a “produzir, reproduzir, transformar e renovar” (Arruzza, 2015, p. 38). Outrossim, podemos dizer que no capitalismo a opressão às mulheres, bem como, as relações de poder são “consequências necessárias” desse sistema e o patriarcado foi devidamente subsumido pelo capital para servir aos seus propósitos. Respondendo ao nosso questionamento anterior: porque as mulheres e não os homens são o alvo dessa opressão de gênero evidenciada no capitalismo? A resposta está no casamento entre capitalismo e patriarcado. Em outras palavras, o capitalismo encontrou na incorporação (ou instrumentalização) do sistema patriarcal uma forma “barata” de atender cada vez mais aos seus interesses de reprodução desenfreada.

Com essa compreensão “em mãos”, iremos nos deter adiante na Teoria da Divisão Sexual do Trabalho (DST) que, juntamente com a TRS, nos fornece a base necessária para o entendimento do trabalho reprodutivo e da dinâmica que se estabelece no interior das relações sociais de sexo em interlocução com a díade produção-reprodução e que dão corpo ao propósito investigativo que guia nossa tese.

Divisão Sexual do Trabalho e as Relações Sociais de Sexo: um Breve Apontamento

Como Kergoat (2000) já denunciava na virada do século XXI, o conceito de divisão sexual do trabalho (DST) vem perdendo seu caráter insurgente, sendo por vezes utilizado e simplificado a uma questão descritiva de fatos e desigualdades sem o devido aprofundamento teórico, sobretudo nas ciências humanas. Entretanto, desejamos aqui resgatar seu caráter sedicioso e crítico, juntando esforços com autoras que se vinculam à vertente da divisão sexual do trabalho que se situa dentro do referencial das relações sociais de sexo (Ávila, 2010; Ávila & Ferreira, 2014; Federici, 2019; Hirata, 2002; Kergoat, 2000; Nascimento, 2014; Nogueira, 2006; Saffioti, 2009; Souza-Lobo, 2021). Tal vertente busca ultrapassar a simples constatação das desigualdades, articulando uma análise das configurações do trabalho produtivo e reprodutivo de mulheres e homens, com a reflexão acerca dos processos através dos quais a sociedade utiliza esta diferenciação entre produção e reprodução para hierarquizar estas atividades (Kergoat, 2000). As referidas autoras se unem nessa vertente através da ideia de conflito e tensão características das relações sociais de sexo, em oposição a uma certa noção de complementariedade ou de “papéis sociais” de mulher e homem, que discutiremos mais adiante (Machado & Pinheiro, 2022).

Em verdade, como assentimos em trabalho anterior (Meyer, 2018), tomarmos a DST sob este prisma nos remete, impreterivelmente, às relações sociais de sexo entre mulheres e homens, das quais é indissociável. Como Cisne (2018) pontua, as relações sociais se inauguram pelo estabelecimento de um conflito entre dois grupos distintos e, desse modo, essas relações estariam imersas numa disputa, ou melhor dizendo, em uma luta de classes antagônicas cuja resultante seria a exploração de uma classe pela outra, a saber: das mulheres pelos homens.

Outrossim, Devreux (2005, p.577) já assentia que teoricamente uma relação social supõe o antagonismo entre as duas partes que ela opõe. Para a pesquisadora, sem “divergência radical, sem oposição dos interesses respectivos dessas duas classes, simplesmente não há espaço para se falar em relação social”. Nesse sentido, as relações sociais de sexo serão tomadas em nossa investigação como “relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas” (Hirata, 2002, p.

275). Como Souza-Lobo (2021, p.192) explicita, a questão central em torno dessas relações específicas é “que são relações de poder” e, desse modo, tornam-se são basilares para a compreensão dos jogos de poder erigidos na sociedade capitalista, o que nos aponta um alerta ao investigarmos acerca da distribuição do trabalho reprodutivo no interior dos lares (que possa ter decorrido do período pandêmico), uma vez que esta seria perpassada, também, por esses “jogos de poder” entre homens e mulheres, aos quais devemos estar atentos em nossa pesquisa.

Dito isto, podemos sumarizar as relações sociais de sexo pelas seguintes dimensões: partem de relações antagônicas entre grupos distintos; as diferenças que se estabelecem nas práticas dos homens e das mulheres são constructos sociais, não guardando relação com explicações biologizantes; elas possuem uma base material, não sendo apenas ideológicas (o que pressupõe que para haver mudanças no ideário sobre esses atores é preciso que partam de mudanças na divisão de trabalho concreta tal como foram construídas historicamente até hoje); podem ser analisadas historicamente; tais relações se conformam, antes de mais nada, em uma relação hierarquizada entre sexos socialmente contruídos e tratam-se de relações de poder e dominação (Kergoat, 2000).

Por conseguinte, entendemos a DST como sendo “a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo” (Kergoat, 2000). Tal divisão é conformada histórica e socialmente, caracterizando-se pela designação prioritária dos homens ao espaço produtivo e das mulheres ao espaço reprodutivo e, conjuntamente, pela ocupação dos homens em funções com elevado valor social agregado (Hirata & Kergoat, 2007; Kergoat, 2000). À exemplo, Bola (2020) expõe que, em junho de 2019, somente doze mulheres figuravam como chefes de estado e doze como chefes de governo. Para o autor, esse é um dado significativo ao constatar que existiam, à época, cento e noventa e cinco países no mundo e que as mulheres representavam 49,6% da população mundial, caracterizando uma parca representação feminina em altos cargos de poder.

Voltando-nos para o cenário nacional, não podemos olvidar que o campo da política tem sido um dos mais refratários à participação das mulheres (Brasil, 2024). De fato, além de uma

minorias femininas conseguirem se eleger, as que o fazem sofrem com a violência política de gênero, “que consiste na tentativa de excluir mulheres do espaço político” (idem, p.73). Mesmo representando 52,7% do eleitorado nacional, somente 3,3% das mulheres que se candidataram, em 2022, foram eleitas. Tal disparidade se reflete na composição tanto do Senado Federal - que conta com 85,2% de representação masculina e apenas 14,8% feminina -, quanto da Câmara dos Deputados - que é formada por 82,3% de homens e 17,7% de mulheres -. Ainda assim, podemos observar que tivemos um acréscimo de 15,4% nas referidas eleições quando comparadas às de 2018, contabilizando, entre esses números, duas governadoras eleitas nos estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte, respectivamente, o que aponta para uma - ainda que incipiente - mudança. Ademais, é importante considerar que a ampliação dessa participação está vinculada a cota de gênero presente na Lei nº 9.504/1997, conhecida como a “Lei das Eleições” (Brasil, 1997). Destarte, a segregação das mulheres em postos de poder ainda se manifesta de forma pungente em nossa sociedade, estando presente desde o judiciário, passando por cargos de gestão do Executivo e pela carreira militar até chegar às empresas públicas e privadas (Brasil, 2024).

Santos et al (2014, p.22) utilizam o termo “teto de cristal” para caracterizar este aspecto da DST representado nos “mecanismos articulados de discriminação encoberta e autodiscriminação que limitam as possibilidades de formação profissional ou promoção de mulheres no mercado de trabalho”. Para as autoras, esses mecanismos geram, sobretudo, a segregação ocupacional das mulheres e o salário inferior pago às trabalhadoras, a despeito destas possuírem maior escolaridade. De modo similar, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)(2010, p.10), denomina este aspecto como “teto de vidro” e ratifica o pensamento das autoras supracitadas denunciando que este se refere à inferior representação feminina em postos de autoridade nas organizações, sendo “desproporcionalmente abaixo do que a sua participação na força de trabalho”. E pontua, ainda, que tal fenômeno se mostra indiferente, mesmo quando as capacidades produtivas das trabalhadoras são equivalentes às de seus colegas de trabalho. Corroborando com o referido instituto, Santos e Comper (2025, p.5)

constatam que a participação das mulheres em cargos gerenciais está aquém da masculina, além de auferirem menores salários. Ademais, segundo as pesquisadoras, essa disparidade tende a se agravar com o avanço da idade das mulheres, destoando do cenário masculino, “no qual homens de idades mais avançadas e com filhos conseguem alcançar posições mais altas”.

Buscando sistematizar essa dinâmica da DST, Kergoat (2000) postula que esta é conformada por dois princípios organizadores: o princípio da separação e o princípio da hierarquia. O primeiro diz respeito à concepção de que existem “trabalhos femininos” e “trabalhos masculinos” - e dessa forma, poderíamos explicar a baixa representação feminina em cargos de poder, por exemplo - e o segundo, que o trabalho de um homem seria mais valoroso do que o trabalho de uma mulher – como foi exemplificado por Santos e Comper (2025) através da diferença salarial entre homens e mulheres que ocupam o mesmo posto. Para Hirata e Kergoat (2007) esses dois princípios são válidos em todas as sociedades das quais têm conhecimento, podendo ser utilizados ao se fazer o uso do processo de validação advindo da ideologia biologizante, sobre a qual nos reportamos ao tratarmos da categoria de gênero. Como referido, esta ideologia busca reduzir o gênero, igualando-o ao sexo biológico e, dessa maneira, restringe as “práticas sociais a ‘papéis sociais’ sexuais que remetem ao destino natural da espécie” (Hirata & Kergoat, 2007, p.599).

Em termos históricos, de acordo com Albarracín (1999) e Nogueira (2006), podemos identificar outras formas de divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres que antecederam o capitalismo. Todavia, somos credores de que essas outras formas de divisão eram qualificadas por uma relação entre produção e reprodução diversa da que se estabelece dentro do sistema capitalista, “na qual a força de trabalho é vendida como uma mercadoria e o espaço doméstico passa a ser uma unidade familiar e não mais uma unidade familiar e produtiva” (Ávila & Ferreira, 2014). Dito isto, entendemos que essa divisão percorre “toda a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo” (Devreux, 2005, p. 567). Desse modo, evidenciar que a DST não só divide e articula reprodução e produção, mas é responsável, também, pela estruturação das relações do trabalho produtivo e

reprodutivo, nos permite “recolocar a questão da relação entre a dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina sob um ângulo que integra os dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais” (Souza-Lobo 2021, p. 154).

Nascimento (2014) reforça esse entendimento acerca da DST, e de seus princípios organizadores, assentindo que esta, ao seccionar as atividades e ocupações de acordo com o sexo socialmente construído, expõe nitidamente a hierarquia e opressão dos homens sobre as mulheres, uma vez que as funções caracterizadas como “masculinas” são tidas como superiores às “femininas”. A pesquisadora assevera ainda que as funções femininas são tomadas como complementares às masculinas, não sendo centrais, mas periféricas. Corroborando com a pesquisadora, Cisne (2018) assente que a DST determina materialmente a exploração do trabalho feminino, colocando as mulheres em posição inferiorizada em relação aos homens.

De mesmo modo, Santos e Comper (2025, p.4) constata, que a inserção feminina no mercado laboral, apesar de ter possibilitado “um novo modo de viver e sobreviver para as mulheres”, não foi capaz de extinguir sua participação no trabalho doméstico não remunerado, resultando, como já referimos, na intensificação da carga horária total de trabalho das mulheres. Além do que, as autoras verificam, assim como Cisne (2018) e Nascimento (2014) que se mantiveram os princípios da separação e hierarquização da DST nas dinâmicas do mundo do trabalho. Fato observado na tendência de ocupação das mulheres em atividades consideradas femininas em setores tradicionalmente vinculados ao cuidado, à saúde e à educação, em contraposição à tendência masculina a ocuparem predominantemente “cargos de liderança, decisão e prestígio, o que implica salários mais elevados e posições hierárquicas superiores” (Santos & Comper, 2025, p.4),

De fato, Souza-Lobo (2021, p.174) denuncia que a “subordinação de gênero” vai se manifestar na DST - no campo produtivo - por meio das desigualdades salariais e da desqualificação das funções classificadas como femininas. Exemplificando, a pesquisadora traz o caso do ramo industrial – seu *lôcus* de pesquisa – onde as funções tidas como “masculinas” auferem melhores salários e se localizam em posições hierarquicamente superiores às tidas

como “femininas”. Aprofundando o debate, a socióloga evidencia que a questão aqui não está ligada somente ao tipo de trabalho que é executado, mas, a quem o executa. Portanto, a lógica da divisão sexual do trabalho descortina um novo “critério” para separação e valorização do trabalho entre homens e mulheres, onde as desigualdades não estão assentadas apenas no que se faz - especificidade da tarefa em si -, mas em quem a faz - se homens ou mulheres -. Em suas palavras,

é a identidade da força de trabalho que define a função, o salário, a qualificação. E nessa medida, a identidade do trabalhador homem supõe a possibilidade de uma carreira enquanto a identidade da trabalhadora mulher não supõe carreira profissional. A gestão da mão de obra dá conta dessa diferenciação ao definir a política de salários. (Souza-Lobo, 2021, pp. 65-66).

A pesquisadora constata, ainda, que embora as funções tradicionalmente destinadas aos homens não sejam vedadas às mulheres, será a maneira como as oportunidades de qualificação e especialização (requeridas para estes cargos) vão sendo direcionadas para os homens – e não para as mulheres -, um dos mecanismos pelos quais é circunscrita a possibilidade de uma certa “carreira”¹⁷ aos homens, cerceando, a um só tempo, a mesma possibilidade para as trabalhadoras.

Em consonância com os achados de Souza-Lobo (2021) e partindo do olhar da PST para as questões de gênero e trabalho, Santos et al (2014, p.22) já denunciavam que, apesar do ocidente “permitir” o ingresso das mulheres em quase todas as ocupações e profissões, persistiam as desigualdades, estereótipos e preconceitos em torno do trabalho das mulheres, sendo corriqueiro a presença de “discriminação, segregação ocupacional, hierarquização sexual e outros percalços a serem enfrentados pelas pioneiras que se aventuram em trabalhos predominantemente ocupados por homens”.

¹⁷ A carreira pode ser entendida como um projeto profissional que aponta uma certa projeção/ascensão hierárquica dentro de um determinado segmento produtivo. Ela envolve aspectos como status social, identidade profissional e profissionalização para exercer a função (Diogo, 2012). Configurando uma trajetória laboral dentro de profissões específicas, tal qual a “carreira de vigilante”, abordada no estudo de Diogo (2012), o conceito de carreira também estaria sujeito à divisão sexual do trabalho, onde teríamos carreiras masculinizadas e carreiras feminilizadas. Em sua pesquisa, Diogo (2012) aborda esse aspecto ressaltando os entraves e desafios das mulheres ao almejam adentrar a carreira de vigilante, historicamente tida como masculina.

Discutindo sobre essa compreensão pela qual a DST “opera” no âmbito produtivo (e reprodutivo), Machado e Pinheiro (2022) identificam duas correntes ou abordagens - opostas e divergentes - para a sua análise, que seriam baseadas em dois paradigmas distintos - um conciliador e outro conflitivo - como já pontuamos. De acordo com as pesquisadoras, a primeira corrente conteria a lógica da conciliação de tarefas, que alude a uma conceituação nos moldes de “vínculos sociais”, sendo expressa, como bem aponta Hirata (2002, p. 279), através de suas matérias conceituais: “solidariedade orgânica, complementaridade, conciliação, coordenação, parceria, especialização e divisão dos papéis”. Por sua vez, a segunda corrente se vincularia a uma conceituação nos moldes de “relações sociais”, sendo conformada por conceitos como “divisão do trabalho, contradição, antagonismo, oposição, dominação, opressão, poder”, além de fazer parte de uma “teoria geral das relações sociais” (Hirata, 2002, p. 279). Como assentimos inicialmente, vinculamos-nos à segunda corrente que contém o paradigma do conflito, alinhados à perspectiva das relações sociais de sexo, a partir de uma ótica feminista marxista. Entretanto, acreditamos ser salutar ao nosso propósito de investigação demarcarmos mais a miúdo as divergências entre estas duas perspectivas que incidem sobre nosso objeto de pesquisa: o trabalho reprodutivo e sua distribuição no interior dos lares.

Segundo Hirata e Kergoat (2007) a primeira vertente se insere na “tradição funcionalista da complementaridade de papéis” (p. 603), postulando a existência de uma certa forma de divisão, entre homens e mulheres, no que tange ao trabalho produtivo e reprodutivo. No chamado “modelo tradicional” às mulheres caberiam as responsabilidades familiares e o trabalho doméstico, enquanto os homens seriam nomeados ao papel de provedor da família. Dentro da mesma vertente, identificamos, ainda, o “modelo de conciliação”, onde compete prioritariamente à mulher “conciliar” a vida familiar com a profissional - caso ela atue nas duas searas - o que, na prática, dificilmente se sucede aos homens. As teóricas ressaltam, ainda, que na esfera produtiva tal divisão vai se materializar através de “tipos e modalidades de empregos que possibilitam a reprodução dos papéis sexuais” (Hirata & Kergoat, 2007, p. 603).

A segunda vertente, por sua vez, assenta-se na compreensão das “relações sociais de

sexo”, onde a noção de opressão/dominação/exploração está intrinsecamente contida. De acordo com Machado e Pinheiro (2022), a divisão operada pelas relações sociais de sexo no campo do trabalho (produtivo e reprodutivo) estaria assentada no antagonismo entre as duas classes de sexo socialmente construídas – homens e mulheres – de modo que se estabeleceria a opressão e exploração das mulheres pelos homens em ambas as esferas. Aqui, a ideia de antagonismo é essencial para essa vertente e tratar sobre a DST sob esta perspectiva requer, impreterivelmente, que a reconheçamos como qualificante dessas relações sociais (Hirata, 2002). Partindo desse prisma, entendemos que as desigualdades e as assimetrias entre homens e mulheres são próprias dessa forma de divisão social do trabalho, sendo sistemáticas, além de articularem “essa descrição do real como uma reflexão sobre os processos mediante os quais a sociedade utiliza essa diferenciação para hierarquizar as atividades, e portanto os sexos” (Hirata & Kergoat, 2007, p. 596).

Estando interessados nas possíveis mudanças e deslocamentos que o evento pandêmico possa ter operado na conformação e distribuição do trabalho reprodutivo entre os casais no âmbito doméstico, tomamos de empréstimo o pensamento de Ávila e Ferreira (2014) ao entenderem que uma análise sobre o trabalho - dentro dessa vertente - proporciona avançar na problematização da reprodução dos papéis sociais de mulher e homem, que constroem e são construídos no cotidiano das práticas sociais do trabalho produtivo e reprodutivo. Ademais, segundo as pesquisadoras, essa vertente nos possibilita abordar essa questão dialéticamente, abarcando tanto os processos de mudanças quanto os de permanências - ambos de nosso interesse - que vão circunscrever o cotidiano. Outrossim, tal perspectiva nos possibilita acessar, ainda, os processos micropolíticos que se voltam a compreender a vivência, o agir e a produção de sentido - que são viabilizadas, também, pelas reflexões que estão ancoradas na PST (Esteves et al., 2017) -, colaborando, assim, com a construção de um saber que esteja implicado com a mitigação daquelas desigualdades.

Coadunamos com Ávila e Ferreira (2014, p. 40) ao concebermos que a noção conciliatória, inerente à primeira vertente, carrega consigo uma “antinomia”, visto que o objeto

de conciliação dessa vertente é, em verdade, uma contradição, como explicitado na vertente oposta. Tal entendimento é apontado pelas autoras quando reconhecem que, embora sejam importantes para uma certa melhoria da vida cotidiana, “sobretudo das mulheres e para superação dessa contradição”, as políticas públicas, ditas de “conciliação” entre família e trabalho, deveriam usar o termo “enfrentamento” ao invés de “conciliação”, pois o segundo apenas encobre a relação de exploração e dominação que se estabelece nas relações sociais de sexo nos âmbitos público e privado. Em verdade, Federici (2019, p. 274) aponta que, ainda hoje, as políticas públicas que tentam dar conta dos desdobramentos dessa relação entre produção e reprodução apresentam, em sua grande maioria, problemas na forma pela qual são estruturadas “já que elas refletem uma divisão sexual do trabalho desigual e as expectativas tradicionais relacionadas ao papel das mulheres na família e na sociedade”. Ou seja, o que temos é um movimento de reiteração das desigualdades e não de combate estrutural a elas.

Em consonância com a autora, Hirata e Kergoat (2007, p. 603) já afirmavam que na “própria essência dessa política há um paradoxo: a vontade de chegar à igualdade pela promoção da conciliação”. Cientes deste paradoxo, Ávila e Ferreira (2014, p. 40) sustentam o termo enfrentamento credoras de que este “indica um conflito e um processo de mudança”, sendo mais adequado para retratar a realidade da relação que se estabelece entre produção e reprodução do que a possível ideia de arrefecimento de tensões contida no termo conciliação.

De fato, Hirata e Kergoat (2007, p. 604) já denunciavam que “certos pesquisadores propõem substituir ‘conciliação’, ou mesmo ‘articulação’, por ‘conflito’, ‘tensão’, ‘contradição’”, no intuito de explicitar a “natureza fundamentalmente conflituosa da incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres”. Uma abordagem que se proponha crítica em relação a essa concepção de conciliação só se torna viável a partir da análise reflexiva sobre as formas de reprodução da “servidão doméstica” (Hirata & Kergoat, 2007, p. 604).

Ademais, consideramos relevante para nossa pesquisa que se faça uma análise dos motivos da persistente atribuição prioritária do trabalho reprodutivo às mulheres - bem como da

desigual divisão sexual do trabalho no âmbito reprodutivo como um todo -, pois mesmo que observemos algumas alterações na distribuição e execução desse trabalho no interior dos lares - impulsionadas principalmente pela entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho nas décadas de 1970 e 1980 (Federici, 2019) -, ainda temos um “núcleo duro”, como o denominam Hirata e Kergoat (2007), que se mantém inalterado. Outrossim, entendemos que não é suficiente somente refletir sobre as razões dessa permanência, é urgente que pensemos, também, em formas de superá-las.

No âmbito das políticas públicas, como referimos, as estratégias para o enfrentamento dessas desigualdades giram, majoritariamente, em torno de viabilizar condições de conciliação do trabalho produtivo com o trabalho reprodutivo para as mulheres. Para Alvez (2016), centrar os esforços em políticas que visem apenas às mulheres contribui para uma ausência de responsabilização masculina na seara do trabalho reprodutivo, que não consideram a realidade de que “em muitas famílias os homens são ausentes, passivos ou simplesmente omissos” (p. 634). Para a autora, essa não responsabilização intensifica o volume de trabalho das mulheres, reforçando seu papel tradicional e reduzindo sua mobilidade social. Considerando o ônus que essas “políticas de conciliação” acarretam às mulheres, Santos e Comper (2025) asseveram a urgência da criação de “políticas que assegurem a divisão equitativa das responsabilidades domésticas entre todos os membros da família, independentemente do gênero” (p.7).

Como assentimos em pesquisa anterior (Meyer, 2018), somente teremos uma sociedade mais equânime, tanto para mulheres, como para homens, quando estes forem envolvidos nas estratégias para resolução dos conflitos inerentes às desiguais relações sociais de sexo. Marques (2021) corrobora nosso posicionamento, entendendo que só a partir do envolvimento de homens e rapazes nessas discussões é que será possível equilibrar “os pratos da balança e construir um mundo mais justo e igualitário” (p.30)

Reforçando esse posicionamento, a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2011b) entende que a adoção de licenças parentais, gozadas por homens e mulheres em períodos equivalentes, especialmente em acordos coletivos, seria um indicador do reconhecimento do

papel dos homens no desempenho dos cuidados parentais nos dias subsequentes ao nascimento dos filhos. Essa ação também marcaria a aceção do homem como sujeito de direitos e deveres no campo do trabalho reprodutivo. Sobre esse aspecto, no Brasil, além da licença-paternidade - atualmente ainda referente apenas a cinco dias após o nascimentos de filhos - são poucas as legislações que asseguram algum benefício aos homens com responsabilidades familiares (OIT, 2011). No intuito de suprir essas lacunas, em março de 2016, o Governo Federal sancionou a lei 13.257/2016, com efeitos a partir de janeiro de 2017, que permitiu a ampliação da licença-paternidade de cinco para vinte dias consecutivos. Entretanto, somente os trabalhadores de empresas ligadas ao “Programa Empresa Cidadã”, do governo federal, podiam ter acesso a essa ampliação (Brasil, 2016).

Todavia, atualmente, podemos ver alguns avanços em relação a concretização deste direito para toda a classe trabalhadora quando - em março do corrente ano - o Senado aprovou o projeto de lei PL 5811/2025 que amplia a licença-paternidade de cinco para vinte dias para todos os trabalhadores, independente da adoção das empresas ao referido programa. Tal projeto foi apresentado em 2007 pela então senadora Patrícia Saboya, sendo o texto aprovado na Câmara dos Deputados com alterações, tendo que passar novamente pelo Senado. A proposta inova criando o “salário-paternidade” como benefício previdenciário e altera tanto a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), quanto as leis da seguridade social para garantir tratamento mais condizente com a proteção já garantida à maternidade (Campos, 2026).

No momento em que estávamos desenvolvendo nossa pesquisa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou a referida lei, em 31 de março de 2026, que conta também com a estabilidade de um mês para o trabalhador após o retorno da licença-paternidade, além de abranger trabalhadores autônomos, MEI's e segurados especiais. Ademais, possibilita a extensão da licença em casos de internação da mãe ou do bebê e ampliação do afastamento quando o pai se responsabiliza pelos cuidados de forma integral. Outro ponto importante nessa medida é o reconhecimento e avanço dos direitos dos pais adotivos ou responsáveis legais, tanto em adoções unilaterais ou conjunta, quanto por ausência materna no registro ou morte de um

dos genitores. Para além desses avanços, a lei ainda permite a acréscimo do tempo de afastamento em um terço nos casos de crianças com deficiência (Ministério da Previdência Social, 2026).

Aqui pedimos licença acadêmica para celebrar essa conquista que não somente nos deixa mais próximos de uma equidade nos cuidados parentais, mas reforça, ao mesmo tempo, a legitimidade paterna em casos como de casais homoafetivos, por exemplo. Tal medida nos dá esperança na construção de uma sociedade menos misógena e mais afetuosa. Nas palavras do nosso presidente:

A mulher já conquistou o mercado de trabalho, mas o homem ainda não conquistou a cozinha. Essa lei vai ensinar os homens a aprender a dar banho em criança, acordar de noite para cuidar da criança quando chora. Ele vai ter que aprender a trocar fralda. Então é uma lei que eu sanciono com muito prazer (Ministério da Previdência Social, 2026).

Em consonância com a iniciativa governamental, Valenzuela (2025, p.32) pondera que a adoção de uma distribuição mais equitativa das licenças-parentais entre trabalhadores e trabalhadoras constitui um ponto nevrálgico para a mudança dos papéis tradicionais de gênero no que se refere aos cuidados, além de contribuir com a redução da “discriminação de gênero no local de trabalho” e para avançarmos rumo à igualdade de gênero. Para a pesquisadora, esse “também é um direito das crianças recém-nascidas: receber cuidado”. Isto posto, consideramos que a materialização da licença-paternidade de 20 dias, atrelada a uma remuneração (salário-paternidade) e demais particularidades da referida lei, demonstra novos esforços governamentais para fomentar políticas que visem o real enfrentamento das tensões advindas da articulação entre produção e reprodução - deslocando-se do viés conciliatório - apesar de reconhecermos que muitas ações ainda precisem ser tomadas para que possamos atingir a equidade de gênero no campo laboral – tanto público, quanto privado.

Analisando as “estratégias conciliatórias”, Hirata (2010) as sintetiza em quatro modalidades que almejam dar conta do enfrentamento entre vida profissional e vida familiar, que figuram dentro da lógica conciliatória e se entrecruzam. A primeira consiste no já referido

“modelo tradicional”, onde a responsabilidade pela casa e filhos é feminina e ao homem cabe o provimento do sustento familiar. A segunda é o “modelo da conciliação”, onde, embora o homem e a mulher desempenhem atividades produtivas externas ao lar, caberia exclusivamente à mulher a conciliação da vida laboral com as responsabilidades familiares, isentando os homens desta conciliação, sendo respaldado pelas instituições e normas sociais. A terceira seria o “modelo da parceria”, que defende a igualdade entre mulheres e homens, entendendo-os como parceiros, sendo os afazeres domésticos e cuidados familiares divididos entre estes. Apesar deste último modelo figurar como uma “solução” aparentemente justa e equitativa, em termos de gênero, precisamos ponderar que, em verdade, este modelo parte de uma suposta igualdade entre mulheres e homens e da ausência de relações de dominação/opressão/exploração, que como Hirata (2010) nos alerta, na prática não há.

Derradeiramente, a última estratégia consiste no “modelo da delegação”, onde haveria uma transferência ou “delegação” dos cuidados parentais e afazeres domésticos a outras mulheres, a exemplo das empregadas domésticas, diaristas, folguistas, babás e cuidadoras de idosos e deficientes, dentre outras. Este último modelo é historicamente adotado de forma massiva entre casais da classe média, público-alvo da nossa pesquisa (Bandeira & Preturlan, 2016; Pinheiro et al., 2020). Como exposto por Hirata (2002b), Souza-Lobo (2021) e Santos e Comper (2025), esse modelo de delegação gera uma “bipolarização” do trabalho feminino, onde, temos de um lado, a existência de uma minoria de mulheres executivas em altos cargos - com muita qualificação, altos salários e com potencial de desenvolverem uma carreira -, que só dispõem de tempo para dedicar ao trabalho produtivo devido a existência do outro lado, composto por uma grande parcela de mulheres (negras em sua maioria) - em trabalhos desqualificados, com baixa remuneração, carga horária excessiva, sem perspectiva de crescimento profissional, com redução ou exclusão dos seus direitos laborais e previdenciários, além de pouca valorização social, em suma, em trabalhos precarizados -, para quem as primeiras delegam os afazeres domésticos e de cuidados que, de outro modo, recairiam sobre estas.

Fato é que independente do modelo eleito, é notório que a divisão sexual do trabalho “se

reordena e permanece” (Ávila & Ferreira, 2014, p.26). Ou seja, nas mais diversas formas e arranjos familiares, identificamos a persistente atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres, seja qual for a maneira encontrada para enfrentar esses encargos: ora delegando, ora realizando ou mesmo buscando “ajuda”. O comum a todos esses arranjos é que essa atribuição não é direcionada aos homens (Picanço & Araújo, 2020). Aqui utilizamos, deliberadamente, o termo “ajuda” para demarcar o caráter ilusório presente nos discursos que mascaram “a obrigatoriedade e a atribuição deste trabalho a todas as mulheres nos arranjos familiares” (Ávila & Ferreira, 2014, p.26), pois compreendemos que o que se está chamando de “ajuda” deveria ser, em verdade, uma corresponsabilidade de todos os membros familiares, especialmente dos homens.

A OIT (2011a) acresce à questão, pontuando que as estratégias de conciliação do trabalho com a vida familiar permanecem sendo de foro privado e, massivamente, feminino. Ela reconhece que esse modelo conciliatório, baseado em papéis de gêneros petrificados e em um formato familiar biparental não condiz mais à realidade atual (OIT, 2011b). Diante dessa constatação, a referida organização defende ser necessário um novo modelo de enfrentamento das tensões entre trabalho e família. Este deve ser pautado num novo entendimento de que sendo as responsabilidades familiares uma função que remete à manutenção e reprodução da sociedade, estas devem ser de corresponsabilidade de homens e mulheres – no interior das famílias –, do mercado e do Estado. O que se almeja é uma redistribuição dessas responsabilidades entre estes atores (OIT, 2024).

De igual maneira, Valenzuela (2025, p.6) também defende que a organização social do cuidado (ou trabalho reprodutivo) é uma responsabilidade que deve ser compartilhada entre o Estado, a iniciativa privada, as famílias e as comunidades. Entretanto, a pesquisadora entende que o Estado tem um papel diferenciado, sendo peça fundamental na regulamentação e na prestação de serviços de cuidados, objetivando a garantia da distribuição equitativa destes embasada na “corresponsabilidade social e de gênero”. Segundo a autora, a sobrecarga de trabalho de cuidado não remunerado, que incide principalmente sobre as mulheres –

especialmente as mulheres negras e pobres –, é um fator preponderante na transmissão entre gerações “da desigualdade, da exclusão e da pobreza” (Valenzuela, 2025, p.6). Sendo assim, a pesquisadora aponta os avanços que a Lei nº 15.069/2024, responsável por instituir a Política Nacional de Cuidados no Brasil (Brasil, 2025), tem realizado na garantia do direito ao cuidado. Tal Política define o cuidado como um direito humano universal, o que representa que todas as pessoas têm o direito ao cuidado, em todos os seus viéses – cuidar, ser cuidado e se cuidar (Valenzuela, 2025). Ela almeja, portanto, “reconhecer, redistribuir, reduzir, recompensar e representar o trabalho de cuidado, tanto remunerado quanto não remunerado” (Valenzuela, 2025, p.6). A Política Nacional de Cuidados valida, ainda, os princípios da universalidade e da progressividade com relação ao acesso a serviços de cuidado de qualidade, assim como o caráter imprescindível da corresponsabilidade social no cuidado, através do compartilhamento de responsabilidades com os atores sociais que podem prestá-lo - Estado, setor privado, famílias e sociedade civil -, reafirmando a corresponsabilidade entre homens e mulheres e a “incorporação de uma abordagem que contemple as múltiplas dimensões das desigualdades existentes na organização social do cuidado no Brasil” (Valenzuela, 2025, p.7).

À guisa de conclusão, Valenzuela (2025, p.6), aponta que a iniciativa privada - dentre os atores sociais enunciados na referida política – de maneira similar, detém uma responsabilidade essencial na garantia do “direito ao cuidado, do direito de cuidar e a ser cuidado”. O que engloba o fomento de serviços de cuidados acessíveis e de qualidade, a melhoria das condições laborais do setor e a implantação de políticas que proporcionem o enfrentamento das tensões entre vida profissional e familiar. Segundo a pesquisadora, assumindo esse papel ativamente e de maneira responsável, o setor privado pode auxiliar na redistribuição do trabalho reprodutivo, na mitigação das desigualdades de gênero e no aumento da “qualidade de vida das pessoas que cuidam e daquelas que recebem cuidados”. Para tanto, a Política Nacional de Cuidados tem papel essencial no tensionamento do setor privado para desempenhar esse importante papel na busca pela superação das desigualdades de gênero no âmbito do trabalho reprodutivo.

De mesmo modo, a OIT (2011b), através da Convenção nº 156 - que trata sobre a

equidade nas oportunidades e tratamento de trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares¹⁸ - e da Recomendação nº 165, atrelada àquela convenção (ambas de 1981), reconhece os problemas e as privações enfrentados pelos trabalhadores e trabalhadoras e institui como objetivo geral de todas as medidas de enfrentamento dessa realidade a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens. Desde então, o referido órgão internacional, oferece orientações políticas para a construção dessas medidas. A OIT entende que essa realidade desigual sustenta as desvantagens com as quais as mulheres se deparam no mercado de trabalho, além de influenciarem na pobreza e na desigualdade de gêneros, e, desta forma, busca combater estas disparidades.

Kopp (2025) se soma a OIT (2011b) e assevera que a sobrecarga de trabalho reprodutivo imputada às mulheres impactam não somente em seu ingresso no mercado laboral, mas representa um “óbice a ascensão profissional feminina” e, por conseguinte, atingem diretamente a sua renda. Segundo a pesquisadora, o acúmulo de tarefas domésticas implica de forma negativa às oportunidades de qualificação, a ocupação de cargos qualificados e a mobilidade laboral das mulheres. E assim, a desigual distribuição do tempo entre mulheres e homens atua como um eixo estruturante das desigualdades econômicas, obstruindo o trajeto das mulheres para a autonomia financeira. O IBGE (2024) acresce dados importantes à discussão através do 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial, que aponta que as mulheres brasileiras recebiam, em média, 19,4% menos que os homens em 2024. Situação que se agrava quando se comparam as diferenças salariais entre “pais e mães”, subindo para 29,2% a disparidade entre os rendimentos (IBGE, 2024). Segundo Kopp (2025, p.143), esses dados expõem o que autora intitula de “penalidade pela maternidade ou penalidade materna”, fenômeno onde o ser mãe incide ampliando as desigualdades entre homens e mulheres e, ao mesmo tempo, reduz as chances profissionais e de renda destas, ao passo que acaba por impulsionar a “ascensão masculina”.

¹⁸ Estes trabalhadores/as são definidos como “homens e mulheres com responsabilidades com relação a seus filhos e filhas dependentes, quando estas responsabilidades restringem a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e nela ingressar, participar ou progredir” (OIT, 2011a, p. 1)

Diante desse cenário, voltamo-nos à Convenção nº156 e encontramos algumas recomendações políticas que buscam atuar na questão, dentre elas, temos a obrigatoriedade dos Estados de incluírem na proposição de suas políticas nacionais ações que viabilizem a esses trabalhadores e trabalhadoras o acesso ao emprego, sem que haja discriminação ou conflitos entre as responsabilidades familiares e profissionais destes. É da compreensão dessa Convenção que mulheres e homens possuem responsabilidades parentais e, dessa forma, ambos detêm o direito à licença-parental, a ser concedida após o período da licença-maternidade – e, em nosso país, caso, após, também, a licença-paternidade de 20 dias -. Além disso, institui que mulheres e homens devem ter acesso a uma licença que possibilite a ausência do trabalho em casos de doenças de filhos/as ou mesmo de algum outro familiar (cônjuge, por exemplo) (OIT, 2011b). Essas medidas visam aumentar o tempo das mulheres, redistribuindo as responsabilidades familiares, em especial as de cuidado, entre homens e mulheres.

Infelizmente, Sorj, Machado e Fontes (2007, p.576), escrutinando a legislação trabalhista brasileira à época, já denunciavam um visível viés de gênero. As autoras argumentavam que os benefícios decorrentes desta giravam em torno prioritariamente dos direitos reprodutivos das mulheres, à exemplo do direito a estabilidade para gestantes, direito a licença-maternidade de 120 dias, bem como de creches nos primeiros meses de vidas para os filhos/as de trabalhadoras. Ademais, as autoras partilhavam da compreensão de que a legislação trabalhista vigente não dava garantias ao/à trabalhador/a de atender às “demandas familiares como um evento normal e regular da sua vida pessoal”, uma vez que, ao delimitar os direitos trabalhistas referentes aos cuidados com os/as filhos/as aos primeiros meses de vida destes, mantinham descobertas as demais etapas da vida cotidiana.

Atualmente, encontramos-nos em situação semelhante, mesmo tendo iniciativas como a Política Nacional de Cuidados e a expansão da licença-paternidade para 20 dias, ainda assim, podemos considerar que a maioria das políticas que visam o enfrentamento das tensões entre casa e trabalho permanecem, eminentemente, voltadas ao público feminino.

Isto posto, consideramos que o lançamento em 2009 do “Observatório Brasil da Igualdade de

Gênero” - resultante do processo de institucionalização e aperfeiçoamento das políticas públicas voltadas para o público feminino - figura como um “mecanismo estratégico para subsidiar a formulação e implementação das políticas públicas para as mulheres no Brasil”, além de acompanhar os indicadores de desigualdades de gênero e os direitos das mulheres (Brasil, 2024, p.8). Contudo, identificamos um certo paradoxo na iniciativa quando ela se “esquece” de incluir e problematizar a participação dos homens no trabalho reprodutivo, por exemplo, reforçando - mesmo que indiretamente - a divisão sexual do trabalho reprodutivo, contribuindo, de forma implícita, para a responsabilização feminina em relação ao trabalho reprodutivo. Entretanto, não nos furtamos de reconhecer a importância de iniciativas como esta para a formulação de políticas e medidas que avancem na conquista dos direitos femininos, apesar da limitação apontada.

De acordo com a OIT (2011b), no início dos anos 2010, já se identificava um número crescente de acordos, convenções coletivas e decisões judiciais que versavam sobre direitos igualitários entre mulheres e homens em relação a determinados benefícios, a exemplo do auxílio-creche. Porém, no Brasil - na maior parte dos casos - os trabalhadores que necessitam de um auxílio para desempenhar suas responsabilidades familiares precisam invocar um processo administrativo ou judicial, caso contrário, estarão descobertos nessa seara, realidade esta que remete à tradicional e desigual divisão sexual do trabalho (Silva, 2016).

De forma símile, Ávila e Ferreira (2014, p.23), em estudo realizado com homens e mulheres, constataam que ao se pensar sobre o enfrentamento em relação ao trabalho reprodutivo, a ideia que assoma não é de um compartilhamento de tarefas entre mulheres e homens, mas de que maneira as mulheres irão “conciliar” seus afazeres domésticos e de cuidados com seu trabalho remunerado. As pesquisadoras assentem que não há uma complicada “conciliação de papéis” como sugestionam os funcionalistas, mas um “antagonismo que está no âmago da conformação das relações sociais de sexo em uma sociedade patriarcal”. Em vista disso, faz-se urgente a convergência de ações para a inclusão dos homens nas estratégias voltadas para o enfrentamento das responsabilidades familiares, que partam, também, do

reconhecimento da relevância da paternidade, bem como do seu exercício como um direito dos homens, atentando, igualmente, para a diversidade de arranjos familiares existentes na atualidade.

Segundo Bilac (2014, p.141) a permanência do “modelo de conciliação” nas diversas políticas e nas estratégias utilizadas pela sociedade se devem, por um lado, a uma “combinação particular de elementos demográficos e socioeconômicos e, por outro, ao fato de que as poucas políticas existentes de articulação trabalho-família em nosso país não permitem acesso generalizado”. De fato, o que percebemos é um desoneração do Estado em relação ao trabalho reprodutivo decorrente diretamente da “participação autonomizada e voluntarista da família na provisão do bem-estar de seus membros” (IPEA, 2010, p. 16). Assim, o Estado se exime de promover, satisfatoriamente, o desenvolvimento dos serviços coletivos que poderiam viabilizar a socialização dos custos com os cuidados familiares, além de continuar adequando o escopo de suas políticas sociais a um modelo engessado e ultrapassado de família – dupla parentalidade, heterossexual e com presença de filhos – que não representa a realidade brasileira (Picanço & Araújo, 2020). Neste cenário, as disparidades e os estereótipos de gêneros se mantêm, fortificando a divisão sexual do trabalho e recaindo em demasiado na inserção feminina laboral (IPEA, 2010).

Enfocando as famílias, a OIT (2011b) assinala alguns fatores que agudizam essa forma de divisão sexual do trabalho no interior destas, tais como: os estereótipos tradicionais de gênero que perpetuam a mulher como cuidadora, atrelados a uma suposta “natureza feminina”; a inexistência e/ou deficiência de serviços públicos, que sejam acessíveis e adequados, de apoio às famílias, - a exemplo das creches e escolas com horários congruentes com as jornadas laborais regulares -; a assistência a pessoas com deficiência e/ou doenças e ao idoso/a; as exigências dos empregadores que reduzem cada vez mais o tempo para que os casais - homens e mulheres, igualmente - possam dispor deste para si e suas famílias.

Constatamos, dessa forma, que se o país pretende atingir a meta de uma efetiva equidade entre mulheres e homens na seara laboral - recomendada pela OIT (2016) - será necessário uma

mobilização em torno do fomento de uma política integrada e universal, que foque o enfrentamento das tensões advindas da oposição entre trabalho e família, pois o modelo conciliatório - que vem sendo empregado até o momento nas medidas que incidem nesse campo - não contribui para a superação das desigualdades provenientes da divisão sexual do trabalho, tão pouco as medidas adotadas nesse viés se mostram abrangentes o suficiente para atender a atual demanda brasileira. Precisamos de políticas de gênero que centralizem os esforços públicos não somente no reconhecimento e na partilha dos custos da reprodução com as famílias, mas que, também, atuem na desconstrução do ideário de que estes custos são da alçada exclusiva das famílias e que as mulheres devem, prioritariamente, arcar com estes.

Coadunando com nosso posicionamento, Souza-Lobo (2021, p.287) defende a necessidade de articular “medidas imediatas que favoreçam a igualdade de oportunidades de emprego e de salário, tanto quanto medidas de longo prazo que tenham como objetivo a capacitação das mulheres”. Ademais, pontua que essa articulação deve se apoiar em políticas sociais que expandam creches e equipamentos coletivos a fim de que as trajetórias profissionais de mulheres e homens, mães e pais, possam se constituir sem sacrificar a vida cotidiana, sem duplas jornadas, sem a “penalização das crianças”. Para a pesquisadora, esses são elementos fundamentais para uma redefinição da divisão sexual do trabalho nos âmbitos público e privados.

Na direção das recomendações da pesquisadora, no governo da presidenta Dilma Rousseff, assumiu-se o compromisso com a implementação de políticas públicas que tinham como norte a desoneração das mulheres dos afazeres domésticos e de cuidado. Bandeira e Preturlan (2016) destacam, entre essas políticas, a expansão das creches através da ação “Brasil Carinhoso”, uma iniciativa do “Programa Brasil Sem Miséria”. De acordo com as pesquisadoras, a medida objetivou a instalação de 6 mil creches no país, visando a liberação do tempo das mulheres para inserção no mercado laboral e consequente fomento da sua autonomia financeira, além de assegurar mais tempo para se dedicarem “a quaisquer outras atividades, como fazer cursos, participar de atividades associativas, de lazer, de cuidados pessoais etc.”

(Bandeira & Preturlan, 2016, p. 57).

Ainda na direção das medidas necessárias apontadas por Souza-Lobo (2021) no campo produtivo - especificamente aquelas que atuem na igualdade salarial entre mulheres e homens e na capacitação profissional feminina - reconhecemos a promulgação da Lei de Igualdade Salarial entre Homens e Mulheres (Lei 14.611/2023) de novembro de 2023, como um marco legal importante para avançarmos nesse aspecto. Segundo o DIEESE (2025), os efeitos dessa medida só puderam ser sentidos em 2024, a partir da divulgação do primeiro Relatório de Transparência Salarial - ao qual já nos reportamos - que passou a ser obrigatório para empresas com 100 ou mais trabalhadores/as, o que viabiliza a fiscalização e a observância do cumprimento da referida lei. Segundo a referida instituição (DIEESE, 2025, p.7), essa lei configura um importante passo para a equidade salarial, pois

estabelece medidas efetivas para que haja igualdade de remuneração e engloba várias frentes, como aprimoramento das medidas de fiscalização, do sistema de recebimento de denúncias, a promoção de programas de diversidade, o fomento à capacitação das mulheres, além do relatório de transparência.

Outrossim, o objetivo de uma “política de paridade” deve ser a promoção da equidade entre mulheres e homens no exercício dos seus direitos cívicos. Dito isto, Souza-Lobo (2021, p.287) condena ainda a sanção das desigualdades através de medidas que a autora considera protecionistas, a exemplo da antecipação da aposentadoria para as mulheres em comparação aos homens. Segundo a pesquisadora, tal medida é justa se considerarmos a dupla jornada que acomete massivamente às mulheres, entretanto, pode se tornar perigosa “na medida em que tende a reforçar uma diferença que na perspectiva da igualdade tem que ser questionada no dia a dia da vida doméstica, nos espaços privados, tanto quanto no trabalho e nos espaços públicos”.

Compreendemos que uma democratização do cuidado requer uma “revolução social” (Machado, 2014), que ultrapassa o campo das políticas públicas, e diz respeito a problematização dos arranjos pelos quais a nossa sociedade supre suas necessidades sociais, a fim de assegurar a viabilidade da reprodução e manutenção da vida, ou seja, do trabalho

reprodutivo. Neste ponto, somos credores de que ao tomarmos a divisão sexual do trabalho pela via das “relações sociais de sexo”, compreendendo e reconhecendo sua natureza conflituosa, trilharemos um caminho fecundo.

Por fim, guiados epistemologicamente pelo feminismo marxista e ancorados de forma conceitual nas Teorias da Reprodução Social e da Divisão Sexual do Trabalho - e seus desdobramentos para a apreensão do trabalho reprodutivo -, conformamos uma lente que nos permitirá investigar as mudanças e permanências advindas do período pandêmico que podem ter incidido na distribuição desse trabalho no interior dos lares. Imbuídos dessa lente epistêmica, passaremos a discorrer sobre o trabalho reprodutivo em si e como ele se apresenta em nosso país, bem como sobre os atravessamentos e deslocamentos que a Pandemia de COVID-19 possa ter suscitado.

Trabalho Reprodutivo e as Reminiscências do Período Pós-Pandêmico

Vivenciamos tempos onde os olhares se deslocam para a crise do cuidado¹⁹ ou do *care* (Bilac, 2014; Boris, 2014; Brites, 2013; Hirata, 2005, 2022), revelada a medida em que as mulheres vão se inserindo de forma massiva no mercado laboral - e se retirando do espaço doméstico - almejando atender às exigências do mercado, que cada vez mais busca uma mão de obra com disponibilidade ilimitada, ao largo de jornadas formalizadas ou não. Nesse cenário, o trabalho reprodutivo sofre uma revisão, sendo problematizado nas sociedades pós-industriais, diante da busca, pelas mulheres (tradicionais destinatárias desse trabalho), por estratégias de enfrentamento à tensão gerada entre o trabalho produtivo e reprodutivo. Somando-se a este cenário, a pandemia de COVID-19 veio demarcar a centralidade do cuidado em nossas vidas, bem como a importância do trabalho reprodutivo para o funcionamento da sociedade em sua totalidade (Hirata, 2022). Como bem pontua Hirata (2022), no “momento de globalização do

¹⁹ Aqui entendemos o cuidado como uma gama de atividades que compõem o trabalho reprodutivo, mas não definem a sua completude, pois este encobre, também, os trabalhos relacionados aos afazeres domésticos de manutenção do domicílio, por exemplo (IBGE, 2023). Contudo, também consideramos o conceito cunhado por Hirata (2022, p.26) que entende o “cuidado como relação social e como processo”. Sendo a “relação social entre beneficiários[as] e prestadores[as]” constitutiva do cuidado. A crise do cuidado, por sua vez, faz referência ao envelhecimento da população, dado que demanda um aumento do trabalho de cuidados, contrapondo-se a uma escassez de pessoas - leia-se mulheres - para desempenhar este trabalho em decorrência, dentre outros fatores, da sua inserção intensa no mercado laboral e da recusa em desenvolver esse trabalho, que assume historicamente moldes precários quando disponibilizado no mercado (Hirata, 2022).

coronavírus, constatamos a centralidade do cuidado face à vulnerabilidade do ser humano” (p.8).

Contraditoriamente, o trabalho reprodutivo segue desvalorizado e invisibilizado (Bergaque, 2025; Federici, 2019), sendo, corriqueiramente, retratado por termos como “dupla jornada” ou “conciliação de tarefas”, como se fosse meramente uma extensão do trabalho remunerado (Hirata & Kergoat, 2007). Com efeito, há décadas pesquisadores criticam o fato deste trabalho não ser contabilizado para fins de produção nacional - permanecendo ignoradas as longas jornadas domésticas realizadas principalmente pelas mulheres -, além de sinalizarem sua importância para a reprodução e manutenção da sociedade (Jesus, 2018). De fato, se esse trabalho fosse contabilizado, estima-se que ele representaria 12,7% do PIB brasileiro, valor que não deveria ser subestimado (Araújo & Veiga, 2015; Melo et al, 2016).

É notório que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, mais intensamente a partir da década de 1970 - modificando os arranjos familiares e provocando intensas transformações no interior das famílias brasileiras (Bruschini & Ricoldi, 2012) – não foi acompanhada por uma mudança significativa na divisão sexual do trabalho reprodutivo (Picanço & Araújo, 2020). Embora algumas mudanças possam ser contabilizadas, como um maior envolvimento dos homens na criação dos filhos, as desigualdades entre homens e mulheres na seara reprodutiva ainda são grandes (Picanço & Araújo, 2020; Santos & Comper, 2025).

Desse modo, em nosso país, as mulheres seguem se dedicando aproximadamente o dobro de horas ao trabalho reprodutivo em comparação aos homens, o que se intensifica a medida em que aumenta a quantidade de crianças no domicílio, independentemente de estarem ou não participando do mercado de trabalho (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2023; Ludemamann, 2025). No Nordeste - dentre as Grandes Regiões - temos as maiores disparidades de gênero relativas à execução dos afazeres domésticos e/ou de cuidados com pessoas, tanto entre as pessoas ocupadas (8,7 horas a mais para as mulheres), quanto entre

as não ocupadas²⁰ (12,8 horas a mais para elas) (IBGE, 2023), o que torna a discussão sobre as desigualdades da divisão sexual do trabalho reprodutivo mais urgente em nosso cenário.

Como já havia sido constatado por inúmeras pesquisas, tais como a de Araújo e Scalon (2006) e, recentemente, por Zanello et al (2022), a divisão do trabalho doméstico, assim como as outorgas de mulher e homem que se vinculam ao trabalho reprodutivo na vida social cotidiana, permanece como uma das variáveis menos suscetíveis a mudanças, demarcando a sociedade pós-contemporânea. Diante desse cenário, e considerando as transformações que a pandemia de Covid-19 apresentou no campo laboral produtivo e reprodutivo, avulta-se a importância de estudos que se debrucem sobre como a distribuição do trabalho doméstico é realizada no interior dos lares, e mais: quais elementos e critérios estão envoltos nessa distribuição. Se soma a tudo isso a tendência crescente a configuração de famílias monoparentais, quase sempre com prevalência das mulheres nessa condição, que assumem sozinhas a esfera produtiva e reprodutiva (IBGE, 2020). Como bem pontua Kovalczuk (2020), vivenciamos tempos de crise capitalista que nos possibilita o questionamento das estruturas produtivas e reprodutivas, um momento que nos convoca a reinventar o olhar para o trabalho reprodutivo que, em essência, é o sustentáculo da vida. Nessa direção, a pandemia e a quarentena²¹ revelaram que:

são possíveis alternativas, que as sociedades se adaptam a novos modos de viver quando isso é necessário e sentido como correspondendo ao bem comum. Esta situação torna-se propícia a que se pensem alternativas ao modo de viver, de produzir, de consumir e de conviver nestes primeiros anos do século XXI (Santos, 2020, p. 28).

Sobre esse esforço, entendemos ser necessário o questionamento, em especial, sobre os “âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade” (Hirata & Kergoat, 2007), o que nos convoca a um trabalho incansável e interdisciplinar para abordar esse complexo objeto

²⁰Considera-se pessoas “ocupadas” aquelas que estão empregadas ou procurando emprego. Já as pessoas “não ocupadas” ou “desocupadas” são as desempregadas e que não estão à procura de emprego (IBGE, 2023).

²¹ Estamos tomando por “quarentena” os momentos de isolamento social rígido instituídos pelo Governo Federal e por nosso Estado, em específico, em momentos diversos da Pandemia de COVID-19 (Diário do Nordeste, 2022). Atentando-nos, como um todo, ao período de março de 2020 até maio de 2022, intervalo temporal que abrangeu toda a pandemia em nosso país. Ao longo do texto assinalaremos os intervalos de quarentena de nossa cidade (Fortaleza) e estado (Ceará).

de estudo. Nesse sentido, é importante delimitarmos - antes de adentrarmos na distribuição do trabalho reprodutivo no interior dos lares e os desdobramentos da pandemia para essa distribuição - como se configurava o trabalho reprodutivo antes do evento pandêmico, bem como alguns aspectos ligados àquele contexto, a saber: o decurso temporal que o delimita e as medidas governamentais que foram adotadas para seu enfrentamento e que resvalaram na seara reprodutiva.

O Trabalho Reprodutivo e sua Configuração Antes da Pandemia de COVID-19

O trabalho reprodutivo, já definido e discutido anteriormente, enquanto um “trabalho”, partilha características elementares com quaisquer outros trabalhos produtivos, tais como: a “definição de um objetivo claro, a realização de processos, tarefas ou etapas necessárias para atingir esse objetivo, a repetitividade ou continuidade, e o valor gerado, que pode refletir em benefícios econômicos, sociais, culturais ou psicológicos” (Santos & Comper, 2025, p.6).

Contudo, esse trabalho carrega em si uma característica peculiar que o impossibilita de ser totalmente mecanizado e que não é compartilhada com outros trabalhos²²: ele exige um alto grau de interação humana e a satisfação de necessidades de alta complexidade em que “elementos físicos e afetivos estão intrinsicamente combinados” (Federici, 2019, p.113). Desse modo, por mais que possamos otimizar parte das atividades que o compõem, principalmente aquelas ligadas aos afazeres domésticos através, por exemplo, da compra de eletrodomésticos - desde liquidificadores, máquina de lavar roupas e louças até robôs que varrem e lustam a casa automaticamente -, ainda assim, necessitamos de pessoas que o executem.

Dito isto, não existe nenhuma restrição de gênero para a execução desse trabalho, ou seja, homens e mulheres podem desempenhá-lo em sua totalidade a despeito da condição social, idade, aparência, etc. (Araújo & Scalón, 2006; Zanello et al., 2022). Excetuando-se a função gestacional²³, até mesmo o aleitamento materno - que é comumente restrito às mães - pode ser

²² Excetuando-se quando estes trabalhos são terceirizados na lógica do mercado, na figura de babás, faxineiras e empregadas domésticas, por exemplo.

²³ Ressaltamos, como já referido, que a reprodução biológica não é contabilizada como trabalho reprodutivo, mas como parte da reprodução social - processo no qual está contido o primeiro, mas não se restringe a este.

realizado por homens, basta que se faça a retirada do leite materno e lance mão de mamadeiras ou outros utensílios para este fim.

Entretanto, não é o que se têm observado ao longo das últimas décadas (e porque não dizer, séculos). Em verdade, analisando a configuração do trabalho reprodutivo para homens e mulheres, observamos o caráter subsidiário ou de “ajuda” que esse trabalho adquire, quando é executado pelos homens. Em contrapartida, ao ser realizado pelas mulheres é tido como atribuição obrigatória, inerente à sua condição biológica (Jablonski, 2010), a despeito da ausência de restrições, como apontado por Araújo e Scalón (2006) e Zanello et al. (2022).

De fato, o caráter subsidiário que o trabalho reprodutivo realizado pelos homens adquire pode ser exemplificado pela simples constatação de que a “quantidade de horas dedicada pelos homens ao trabalho doméstico está diretamente relacionada à maior ou menor disponibilidade de tempo, tendo em vista o trabalho produtivo que realizam” (Bruschini & Ricoldi, 2012, p.275), enquanto para as mulheres “é a disponibilidade que o trabalho reprodutivo concede que sobra para se dedicar ao espaço produtivo” (Bruschini & Ricoldi, 2012, p. 275). Corroborando com as pesquisadoras, Sousa e Guedes (2016) evidenciam que a “alocação de tempo entre trabalho e família” se apresenta de maneira mais conflitante para as mulheres, marcando suas trajetórias laborais. De modo divergente, o *trade-off* vivenciado pelos homens se configura entre trabalho e opções de lazer, reforçando a naturalização dos díspares lugares sociais que são destinados a homens e mulheres em nossa sociedade, culminando na escolha, mais frequente, das mulheres pela “opção” de dedicar mais tempo a família do que ao trabalho remunerado (Sousa & Guedes, 2016). Nesse sentido, observamos que o *trade-off* feminino gera um impacto negativo na carreira e na autonomia financeira das mulheres, sem mencionarmos os prejuízos no “tempo para si” (Araújo & Veiga, 2015; Zanello et al., 2022).

Não obstante, ao longo das últimas décadas, observa-se uma mudança nessas relações assimétricas, contudo, esta se mostra “vagarosa, quando não nula” dentro e fora do espaço doméstico (Sousa & Guedes, 2016, p. 129). Já não é possível apontar apenas uma inferior inserção laboral das mulheres como causa dessas disparidades, dado o massivo e contínuo

ingresso destas na força de trabalho, como pontuado anteriormente (Federici, 2019). Sendo assim, os arranjos familiares e os vínculos que neles se estabelecem, parece-nos trazer alguma luz para essa questão que está intrinsecamente ligada a tradicional DST.

Nessa direção, Bruschini e Ricoldi (2012, p.263), em estudo com casais heterossexuais de baixa renda (até cinco salários mínimos) e com filhos menores de 14 anos, sintetiza as características que o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado adquire nesse contexto. Primeiramente, ele é tido como uma obrigação feminina e, desse modo, os homens não se responsabilizam por ele e quando o fazem é em caráter de “ajuda”. Em segundo lugar, esse caráter periférico que reveste o trabalho ou a “ajuda” masculina se traduz em tarefas ou atividades que sobram para serem feitas (quando suas mulheres/esposas “não dão conta”) ou em atividades eleitas pelos homens entre aquelas que eles apreciam ou preferem realizar. Destarte, as pesquisadoras chegam à constatação que de a presença de mulheres aptas a fazerem o trabalho reprodutivo no interior das famílias consubstancia a participação masculina neste trabalho a um “auxílio periférico e não obrigatório” (idem). Da mesma maneira, Jablonski (2010, p. 270) também observa em seu estudo - com casais da classe média - que a participação masculina é qualificada pelas esposas como “uma ajuda, na maioria das vezes, bem-vinda e festejada”, reforçando, cada vez mais, os estereótipos que alimentam a divisão sexual do trabalho, a despeito do recorte de classes.

Madalozzo et al. (2010) também já haviam se deparado com semelhante resultado em seu estudo, apontando “que a presença de cônjuge, para mulheres, aumenta o número de horas trabalhadas”, enquanto causa um efeito reverso para os homens, onde a presença de uma esposa lhe reduz essa participação. Ambos os estudos reforçam a presença marcante da tradicional DST no interior dos lares. De fato, mesmo nos casos em que observamos a presença do “dono de casa”²⁴, apontando para “uma tendência à dessexualização” do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, a imensa carga de trabalho reprodutivo realizada no interior dos lares continua

²⁴ Segundo Federici (2019, p.53), a presença de “donos de casa” (homens sustentados por suas mulheres) é observada desde 1970, sendo mais comumente do que podemos observar nas pesquisas, uma vez que “muitos homens relutam em admitir que a esposa os sustenta” (p.53).

sendo feminina, inclusive nos casos em que a mulher tenha um emprego produtivo (Federici, 2019, p.53). Segundo a historiadora, tal situação é percebida até em casais que haviam firmado relações mais equitativas, realidade que se altera quando são surpreendidos com a chegada dos filhos.

Como podemos concluir, o trabalho reprodutivo e sua atribuição - ou não atribuição, no caso masculino - não é passível de compreensão sem que escutinemos as relações sociais de sexo em articulação com a estrutura e a interação familiar, uma vez que pesquisas apontam que a realização do trabalho reprodutivo “tanto reflete quanto perpetua valores culturais de amor familiar e realização pessoal, mas também contribui para estruturar relações subordinadas de classe, raça e gênero” (Pinheiro, 2016, p. 73).

Nesse ensejo, faremos uma breve discussão sobre as configurações de família que vêm sendo adotadas atualmente em nossa sociedade, bem como um panorama dos arranjos familiares que aqui se apresentam.

Arena ou “Lócus” do Trabalho Reprodutivo: a Família e o Domicílio (ou Lar)

Por todo o século passado vigorou uma concepção de família enraizada em “uma tradição” que circunscrevia a autenticidade familiar à reprodução biológica (Santos & Santos, 2024, p.381). Essa “tradição” toma a família como espaço de reiteração das estruturas sociais e culturais, que reflete um arcabouço de valores e costumes forjados, historicamente, por meio de discursos religiosos, legais e culturais. Esse “modelo tradicional” lastreia o ideal do parentesco consanguíneo como a única base válida para a constituição de vínculos afetivos e sociais.

Contudo, nos primeiros anos do século XXI, essa ordem familiar tradicional começa a sofrer abalos, dando início a legitimação de um “novo modelo de família” que traz consigo fronteiras identitárias “fluidas e permeáveis” entre homens e mulheres (Negreiros & Carneiro-Féres, 2004, p. 39), desafiando o referido “modelo tradicional” da família nuclear – pai e mãe heterossexuais com a presença de filhos – onde os papéis de homem e mulher são bem definidos e seccionados (Pinheiro, 2016). Em substituição, muitos outros formatos se apresentavam: “donos de casa”, mãe e pai solos, mulheres chefiando famílias, casais homoafetivos, casais onde

o homem é o mais jovem, casais que escolheram não ter filhos, pessoas que decidem ter uma “produção independente”, inseminação artificial, “barriga de aluguel” ou “barriga solidária” e toda a gama de possibilidades que os avanços na ciência reprodutiva tem proporcionado (Negreiros & Carneiro-Féres, 2004).

Doravante, deparamo-nos com um desdobrar do ideal familiar em configurações diversas que não se atém, unicamente, à consanguinidade e à heteronormatividade. Esses novos arranjos familiares evidenciam a legitimidade das famílias - entendidas como espaços de construção identitária e manifestação de vínculos afetivos - construídas por laços de afinidade, baseados em escolhas e nos “compromissos de convivência que formam redes de apoio e solidariedade” (Santos & Santos, 2024, p. 383).

Como diriam Araújo e Scalón (2006, p.50), vivenciamos hoje uma mescla de aspectos mais “modernos” com outros “conservadores” que escancaram as “ambiguidades da esperada modernização”. O próprio conceito de “lar doce lar” é descaracterizado “visto que o lar pode ser [e é] um lugar de opressão patriarcal para mulheres e crianças” (Oliveira, 2020, p. 157). Passamos, então, a tomar o lar enquanto “espaço aberto e relacional” (p. 159), onde disputas e arranjos são feitos em uma mesa de negociações cujos participantes não detém o mesmo poder de barganha.

Nessa direção, Araújo e Scalón (2006, p.49) identificaram, em seu estudo, que, apesar dos casais concordarem com a relevância e necessidade do trabalho remunerado das mulheres, não o faziam na mesma proporção. Ademais, a percepção masculina acerca do que as mulheres desejavam se vinculava mais à vida familiar “do que a das próprias mulheres”, além do exercício do papel materno e do lugar de “esposas” permanecerem mais relevantes para estes do que para elas (Araújo & Scalón, 2006, p. 49). Em verdade, as mulheres - em maiores proporções que os homens - pendiam para a rejeição do caráter formal do matrimônio e concordavam que o casamento não necessariamente conformava o “ideal de felicidade” almejado (p.50). Corroborando com os dados apontados por Araújo e Scalón (2006), Araújo e Veiga (2015, p.198) evidenciam em sua pesquisa que 29,9% das mulheres casadas se disseram

“extremamente feliz ou muito feliz” em seus matrimônios, enquanto os homens apresentaram um percentual de 40,1%, demonstrando que o sonho de “casar e ter filhos” está mais vívido no cotidiano masculino, ao contrário do que o “senso comum” costuma admitir.

Essa certa “recusa” feminina do lugar de esposa e mãe, pode ser percebida nas mudanças na nupcialidade e nos arranjos familiares nas últimas duas décadas, como atesta o extrato do Censo Demográfico 2022, intitulado “*Nupcialidade e Família*” (IBGE, 2025). Segundo os dados apresentados, de maneira inédita, em 2022, as “família únicas” ou “conviventes principais” - compostas por casais heterossexuais com a presença de filhos - representaram menos da metade da totalidade das famílias brasileiras, decrescendo de 56,4%, em 2000, para 42,0%, em 2022. Nesse cenário, já não pode ser alardeado pelos conservadores que a representação da família brasileira é aquela composta por casais heterossexuais com filhos.

Em contrapartida, os casais sem filhos tiveram o maior crescimento no país, indo de 13,0% para 24,1%, no mesmo intervalo temporal. Os dados denotam uma separação entre “casar” e “ter filhos”, ou seja, a escolha pela parentalidade não está mais atrelada a condição de casados e vice-versa. Tal fato pode ser ilustrado, também, pelo aumento das famílias monoparentais - formadas por um único responsável com a presença de filho(s) – como já referimos. Assim, observamos um acréscimo na proporção de mulheres sem cônjuge e com filhos de 11,6%, em 2000, para 13,4%, em 2022, representando, atualmente, 7,8 milhões de mulheres nessa condição. Já a proporção de homens na mesma posição subiu de 1,6% para 2,0% no mesmo intervalo, computando 1,2 milhões de homens que moram com seus filhos e sem cônjuge (IBGE, 2025). Tal dado pode tanto revelar o aumento do número de divórcios ou separações, quanto de pessoas que decidem pela parentalidade solo.

Fato é que ainda observamos a grande maioria dos/as filhos/as residirem com suas mães, quando moram somente com um dos genitores, demarcando que o trabalho de cuidados ainda é, predominantemente, tido como atribuição feminina. Essa realidade se agrava quando identificamos que, dentre o percentual dessas mulheres, 60,3% se encontram na linha da pobreza, ou seja, compõem o grupo de pessoas que tem renda variável até $\frac{1}{2}$ salário mínimo

(SM). Ademais 65,8% das mulheres que são chefes de família, sem cônjuge e residem com seus filhos, são pretas ou pardas, trazendo um importante traço racial (IBGE, 2025). Dessa maneira, apesar do notório esgarçamento das fronteiras entre os papéis sociais de homem e mulher, a DST permanece atuante e recaindo de maneira funesta sobre as mulheres.

Essa constatação não nos furta o reconhecimento de que, em verdade, estamos diante de uma nítida alteração no convencional modelo de família, em especial, quando olhamos para a grande mudança que houve em termos de liderança familiar. Nesse sentido, o percentual de famílias chefiadas por mulheres praticamente dobrou, saltando de 24,9% - em 2000 - para 49,1% - em 2022. Em contrapartida, tivemos um decréscimo do percentual de homens na mesma posição, de 77,8%, para 51,2%, em igual período (IBGE, 2025). Dentre os fatores que podem explicar essa alteração, o referido Instituto aponta a mudança e consolidação de valores culturais relacionados ao papel da mulher na sociedade brasileira, o ingresso feminino massivo no mercado laboral e o aumento da escolaridade em nível superior combinados, ainda, com a redução da fecundidade - elementos que otimizariam a forma de inserção feminina no mercado de trabalho e, conseqüentemente, dariam-lhes mais condições para alçar a posição de chefia em seus lares (IBGE, 2025). Resta-nos saber se essa alteração na liderança familiar implicou uma alteração, também, na distribuição do trabalho reprodutivo no interior dos lares - o que abordaremos em subseção posterior.

Por ora, soma-se a esses dados, o expressivo aumento de pessoas que vivem sozinhas em unidades domésticas²⁵ intituladas “unipessoais”. Entre 2000 e 2022, o número de pessoas que moravam sozinhas triplicou, atingindo a marca de 13,7 milhões, o que representa uma porporção de 20% das unidades domésticas do país, contabilizando 6,837 milhões de homens e 6,784 milhões de mulheres nessa condição (IBGE, 2025). Vale ressaltar que entre estes, aproximadamente 76,2% tinham 40 anos ou mais (IBGE, 2025), o que nos leva a supor que tal condição é fruto de uma escolha e não de um “curso de vida”, como seria para pessoas idosas

²⁵ Segundo o IBGE a unidade doméstica faz referência ao espaço de convívio permanente de pessoas. Sua configuração pode mudar sendo classificada como individual, quando se vive só, “ou em grupos, seja por relações de parentesco ou convivência com o responsável da unidade” (Brasil, 2024, p.17). Dessa forma, “cada domicílio representa uma unidade doméstica” (idem).

que vão perdendo seus cônjuges e cujos filhos já se retiraram de seus domicílios (Pinheiro et al., 2023).

Outrossim, mesmo entre aqueles que optam pela união é possível observar mudanças históricas: pela primeira vez no país as uniões consensuais (38,9%) - em outras palavras, “juntar-se” -ultrapassaram os casamentos civis e religiosos (37,9%), além de constataremos um aumento considerável das uniões homoafetivas que foram de 67 mil, em 2010, para 393 mil, em 2022 (IBGE, 2025). Ratifica-se, desse modo, que o modelo de conjugalidade tido como “tradicional” - assim como, o formato familiar que ele integra - já não representa a maioria dos arranjos familiares e afetivos em nosso país.

A “escolha” ou a “rejeição” do formato tradicional de família e conjugalidade - que predominou em nosso país por décadas - é perpassada pelas relações sociais de sexo que conformam a DST e recaem de maneira desigual sobre mulheres e homens. Nesse sentido, ao longo dessas duas primeiras décadas do século XXI, numerosas pesquisas foram desenvolvidas tomando por interesse as relações que se estabelecem no interior dos lares (Araújo & Veiga, 2015; Alves, 2004; Bruschini & Ricoldi, 2009/2012; Jablonski, 2010; Madalozzo et al., 2010; Medeiros & Pinheiro, 2018; Pinheiro, 2016; Pinheiro et al., 2023; Oliveira, 2004). De forma uníssona, os estudos apontam que há um *gap* entre o que se partilha enquanto valores e ideias e o que de fato se faz no cotidiano da vida doméstica, ou como diria Araújo & Scalón (2006), entre a “intenção” e o “gesto”.

Realmente, o que as pessoas relatam nos estudos supracitados como sendo seus “valores” ou o que elas pensam, especialmente, sobre o trabalho doméstico e os papéis do homem e da mulher na família, aparentemente, têm sido “mais rapidamente destradicionalizados” do que suas “práticas”, ou seja, aquilo que de fato fazem no cotidiano (Araújo & Veiga, 2015, p. 202). Por exemplo, a “decantada divisão de tarefas” que tem - de forma gradativa - se tornado comum entre maridos e esposas - principalmente na classe média - permanece beneficiando os homens, cabendo às mulheres os afazeres menos desejados relativos tanto ao lar, quanto às crianças (Oliveira, 2004). Dito isto, até mesmo uma suposta mudança na

conduta dos pais, que estariam mais atuantes e afetuosos em relação aos cuidados com os/as filhos/as foi alvo de questionamentos no que compete ao alcance dessas transformações (Oliveira, 2004). Coadunando com Oliveira (2004), Alves (2004, p.21) pontua que os homens ainda se inclinariam ao papel de provedor, mantendo uma relação “de fora para dentro” com sua prole. A figura paterna geraria, ao mesmo tempo, admiração e temor, enquanto as mães cultivariam o carinho e afeto dos/as filhos/as. Nas palavras do autor: “pai é pai e mãe é mãe” (idem).

Entretanto, em pesquisa posterior desenvolvida com casais heterossexuais da classe média, de 30 a 40 anos de idade e com filhos, Jablonski (2010, p.269) obteve resultados diferentes (ao menos no discurso masculino) quando os homens foram questionados acerca do que “fariam de diferente do casamento de seus pais em relação à educação dada aos filhos”. Na ocasião, os entrevistados ressaltaram a importância de manter um diálogo com os/as filhos/as, bem como proporcionar mais liberdade a estes, buscando criar com os/as filho/as uma relação “menos severa e mais amigável”. Ademais, na fala destes, emergiu a vontade de serem mais “presente do que os pais”, denotando, dessa forma, maior participação voluntária dos homens na criação e educação da prole. Parece-nos que “novos” e “velhos” modelos parentais e conjugais coexistem em nossa sociedade, embora tenhamos acompanhado, na última década, uma redução cada vez maior do percentual de famílias tidas como tradicionais (IBGE, 2025).

Somando-se a esses dados, Picanço e Araújo (2020, p.730) apontam em seu estudo - relativo aos dados dos *surveys* sobre “Gênero, trabalho e família”, desenvolvidos no Brasil entre 2003 e 2016 - um “franco declínio” na adoção do modelo do “homem provedor” e da “mulher cuidadora”, que foi mensurado, dentre outras formas, pela concordância ou não em relação a seguinte afirmação: “O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o trabalho da mulher é cuidar da casa e da família”. As pesquisadoras verificaram que, de 2003 para 2016, houve um decréscimo expressivo de homens e mulheres que concordavam com tal afirmação, sendo considerado uma redução coerente com o aumento feminino expressivo no mercado de trabalho.

Outro dado interessante da pesquisa desenvolvida por Jablonski (2010) é o das vantagens e desvantagens do casamento para homens e mulheres. Entre as vantagens que são apontadas pelos homens, aparece - de forma preponderante - a própria constituição de uma família (pressupondo aqui a possibilidade de ter filhos/as), incluindo a segurança financeira e emocional que o matrimônio lhes proporciona. Com relação às desvantagens, tanto os homens, como as mulheres, afirmam não apresentar desvantagens consideráveis, sendo algo mais da ordem de “ajustes”. Mesmo assim, o pesquisador verificou que haviam divergências entre as desvantagens apontadas pelos casais, pois os homens ressaltaram uma certa perda de liberdade, apesar das mulheres, em verdade “ainda se manterem mais presas, em função de seu trabalho dentro e fora de casa. Isto é, quem mais se queixa – o homem – não é de fato quem mais perde!” (p. 269). Por outro lado, na fala das entrevistadas, não foi verificado uma resposta preponderante com relação às desvantagens, mas uma alusão equitativa à “perda da individualidade, de privacidade e da liberdade para tomar decisões que envolvem a vida profissional” (idem). Mais uma vez constatamos que a vida familiar tende a se sobrepor à profissional para as mulheres.

Araújo e Veiga (2015, p.197), em pesquisa que buscou investigar como homens e mulheres “conciliam vida familiar e trabalho remunerado” e de que maneira as relações de gênero atuam nessa dinâmica, soma-se a Jablonski (2010) e assentem que as mulheres apresentam mais estresse ao lidarem com a tensão entre vida profissional e familiar, em comparação aos homens.

Diante desse contexto, Federici (2019, p.51) aponta três “tendências” que surgiram como desdobramentos do “efeito de renda”²⁶ para as mulheres com relação ao trabalho reprodutivo, que compreendem a “redução, redistribuição [também conhecida como ‘compartilhamento’] e socialização” desse trabalho. Em outras palavras, estamos nos referindo às estratégias para lidar com a DST e seus desdobramentos no interior dos lares, o que pretendemos desenvolver na subseção a seguir.

²⁶ A autora se refere aos ganhos que as mulheres obtiveram em termos de negociação no interior dos lares a partir da sua entrada no mercado de trabalho e, consequente, participação no custeio da vida familiar.

A Distribuição do Trabalho Reprodutivo: Acordos e Arranjos ou Tensões e Disputas?

Resgatando nosso interesse em analisarmos os efeitos que se estenderam da pandemia de COVID-19 na distribuição do trabalho reprodutivo, realizado por casais da classe média, no âmbito doméstico, cremos ser necessário investigar, previamente, como se dava a alocação do tempo dedicado ao trabalho reprodutivo antes do evento pandêmico - para em seguida escrutinar a distribuição das tarefas reprodutivas em si entre homens e mulheres. Ademais, entendemos que partir do tempo despendido nesse trabalho é uma das melhores formas para iniciarmos a análise da DST em uma sociedade, visto que, enquanto um “indicador social”, ele nos auxilia na tradução da complexidade da realidade que a DST conforma, além de contribuir para dimensionar a sobrecarga “desproporcional imposta às mulheres” (Kopp, 2025, p.142).

Medeiros e Pinheiro (2018, p.161) respaldam nossa escolha assegurando que o uso do tempo destinado ao trabalho “é uma questão-chave para se entender o funcionamento da sociedade”. Para os pesquisadores as desigualdades de gênero em termos de responsabilidades e “poderes” decorrem, em certa medida, da forma como os indivíduos alocam seu tempo. Nesse sentido, em termos globais, segundo a OIT, constatava-se que as mulheres eram responsáveis por 76,2% do tempo gasto com o trabalho reprodutivo, em 2018, demarcando um desequilíbrio gritante na distribuição do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres (Valenzuela, 2025, p.6).

Na realidade brasileira, a coleta de dados acerca do tempo gasto em trabalho reprodutivo só tem início em 2001, quando a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) passa a computar dados sobre esse trabalho (Pinheiro et al., 2023). Na PNAD, realizada anualmente, o trabalho reprodutivo aparece dentro do extrato da pesquisa intitulado “Outras formas de trabalho” (IBGE, 2023), que abrange os afazeres domésticos no domicílio²⁷ (ou em domicílio de

²⁷ Para o IBGE (2020) os afazeres domésticos consistem nas seguintes atividades agrupadas em oito grupos, a saber: preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça; cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados); fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio; cuidar dos animais domésticos; e outras tarefas domésticas.

parente) e o cuidado de pessoas²⁸ - crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais - (no domicílio ou de parentes não moradores), conformando o trabalho reprodutivo. Ressaltamos que a PNAD inclui, ainda, nesse extrato, a produção para o próprio consumo e o trabalho voluntário, que não são considerados trabalhos reprodutivos para fins da nossa investigação.

De acordo com as recomendações da 19ª Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo (CIET), realizada pela OIT em 2013, essas atividades não são computadas dentro das ocupações registradas pela PNAD e, por esse motivo são intituladas “outras formas de trabalho”. A nomenclatura adotada pelo IBGE, entretanto, reconhece que tais atividades são, também, trabalho, mesmo que não sejam precificadas ou computadas no cálculo do PIB do país (IBGE, 2023), aliando-se ao entendimento da DST e da TRS.

Para tanto, iremos nos ater, a seguir, aos dados relativos ao trabalho reprodutivo apontados pela PNAD em 2019 (IBGE, 2020) - última edição dessa pesquisa antes de ser decretada a pandemia. Assim, considerando a média total de horas semanais despendidas com os afazeres domésticos e/ou cuidados com pessoas, temos uma jornada laboral de trabalho não pago de 18,8 horas no contexto nacional. Quando adicionamos o recorte de gênero a estes dados, encontramos disparidades, tanto para aquelas pessoas que estão ocupadas, quanto para as que se encontram sem ocupação. Tomando a região Nordeste, na qual se situa nossa investigação, constatamos que as mulheres fazem 9,1 horas a mais por semana quando ocupadas em comparação aos homens (19,1 horas para elas e 10 horas para eles). Essa situação se agrava quando olhamos para aquelas pessoas que não se encontram ocupadas, saltando para uma diferença de 11,5 horas semanais a mais para elas (sendo 12,1 horas para os homens e 23,6 horas para as mulheres).

Em ambas as situações verificamos que as mulheres chegam a dedicar quase o dobro do

²⁸ Compõem o cuidado com pessoas as atividades a seguir, como definidas pelo IBGE (2020): auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir); auxiliar nas atividades educacionais; ler, jogar ou brincar; monitorar ou fazer companhia dentro do domicílio; transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas; e outras tarefas de cuidados.

tempo dispendido pelos homens, denunciando uma sobrecarga de trabalho feminina em decorrência da desigual divisão sexual do trabalho, especialmente no âmbito privado. De forma símile, Sousa & Guedes (2016, p.131), em estudo sobre a matéria no Brasil - entre os anos de 2004 e 2014 – verificaram a sobrecarga de trabalho feminino, ao identificarem que as mulheres trabalhavam aproximadamente oito horas a mais do que os homens, considerando a jornada total de trabalho (trabalho produtivo e reprodutivo combinados). De acordo com os pesquisadores, essa diferença decorre da desigual “divisão das tarefas no âmbito privado” que inclina as mulheres a dedicarem mais tempo ao trabalho não pago, enquanto os homens concentram seu tempo laboral no trabalho remunerado.

Os autores pontuam, ainda, que as mulheres vêm disponibilizando, a despeito da sua posição na família, mais que o dobro de horas ao trabalho reprodutivo em comparação aos homens, na década investigada (2004-2014) e, no mínimo, seis horas a menos em trabalhos pagos. A situação se agudiza quando a posição da mulher é de cônjuge, passando a dedicar nove horas a menos, no mínimo, ao trabalho remunerado, e quatro horas a mais ao trabalho reprodutivo. Dessa forma, os dados continuam apontando para uma intensificação dos papéis sociais estereotipados de homem e mulher nas relações conjugais, bem como para a manutenção do já referido *trade off* entre trabalho e vida familiar para as mulheres (Sousa & Guedes, 2016).

Voltando-nos para a PNAD (IBGE, 2020), podemos verificar a desigual incidência do trabalho reprodutivo na média semanal de horas trabalhadas em trabalhos pagos para mulheres e homens, reforçando o *trade off* já constatado. No contexto nacional - dentre as pessoas que haviam dito que realizaram algum trabalho reprodutivo na semana de referência da pesquisa – as mulheres contabilizaram 34,8 horas em trabalhos remunerados, enquanto os homens haviam somado 39,9 horas, uma diferença de 5,1 horas a mais para os homens em termos de inserção e ganhos no mercado de trabalho. No Nordeste, a realidade se torna um pouco menos díspares, mas, ainda assim, encontramos desigualdades, com uma diferença de 4,6 horas a menos para as mulheres dedicadas ao trabalho remunerado (sendo 37,7 horas para os homens e 33,1 para as mulheres). Mesmo assim, podemos inferir que houve uma melhora em nossa região, já que

Sousa e Guedes (2016) apontavam que a jornada de trabalho pago das nordestinas era a menor do país, realidade que começou a mudar segundo o IBGE (2020).

Outrossim, de acordo com a PNAD, essa disparidade se mostra mesmo nos casos das pessoas que declararam não ter realizado afazeres domésticos ou de cuidados não remunerados na semana de referência, apesar de ser inferior. Sendo a diferença nacional de 3,7 horas a menos na jornada laboral das mulheres (39,5 para os homens e 35,8 para as mulheres), enquanto, no Nordeste, a diferença apresentada marcou 2,6 horas a menos para elas (38 horas para os homens e 35,4 para as mulheres), mantendo uma desigualdade menor que a média nacional (IBGE, 2020).

Ademais, a locação de tempo para o trabalho reprodutivo é prevalente para as mulheres em todas as regiões do país, ou seja, “o papel de cuidadora assumido pelas mulheres, e a não responsabilização dos homens pelas atividades domésticas” (Sousa & Guedes, 2016, p. 134) têm se mantido, ao longo dessas últimas décadas, mesmo que observemos alguma melhora. Além disso, a sobrecarga de trabalho feminino tem se conservado, inclusive quando homens e mulheres têm equivalência em suas jornadas laborais remuneradas, como Medeiros e Pinheiros (2018) constata em seu estudo, onde a jornada total feminina era de 41 horas semanais, enquanto a masculina era de 37,8 horas por semana.

Os pesquisadores concluem, portanto, que a DST não é apenas marcada por um “espelhamento de atividades pagas e não pagas entre homens e mulheres”, pois mesmo quando há semelhanças entre as jornadas de trabalho remuneradas, as mulheres, reiteradamente, apresentarão uma jornada total de trabalho (pago e não pago) maiores que a masculina (Medeiros & Pinheiro, 2018). Picanço e Araújo (2020, p.739) acrescem o argumento anterior e são incisivos denunciando que não faltam comprovações científicas de que a sobrecarga de trabalho gerado no enfrentamento da relação entre casa e trabalho tem “sido persistentemente maior para as mulheres, e isto se manifesta em percepções de cansaço, insatisfação e conflito” advindos dessa articulação.

Sobre esse aspecto, Bandeira e Preturlan (2016, p.49) investigam sobre a carga mental

inerente ao trabalho reprodutivo, denunciando que a sobrecarga deste trabalho, em específico, torna-se ainda mais prejudicial para as mulheres, pois são estas que se encarregam, prioritariamente, deste trabalho. Segundo as pesquisadoras, esse tipo de trabalho requer um nível de exigência e dedicação constantes – característico de atividades repetitivas que se refazem dia após dia - que acarreta desdobramentos nas dimensões “emocionais e psíquicas” dessas trabalhadoras. Pinheiro et al (2020), reiteram o apontado por Bandeira e Preturlan (2016), compreendendo que o trabalho reprodutivo se constitui de uma série de atividades realizadas cotidianamente - porém invisibilizadas - que parecem não terem um fim, a medida que se repetem, impreterivelmente, até o último suspiro de vida. Somando-se aos autores supracitados, Picanço e Araújo (2020) defendem que o cuidar envolve, não somente um desgaste físico, mas, também, mental e emocional, pois abrange “relações de confiança, trocas afetivas e emocionais entre as pessoas que cuidam e as que são cuidadas” (p.724).

Coadunando com as autoras, Pinheiro et al. (2023) reiteram que o cuidado com as crianças e com a transmissão de valores, com as pessoas enfermas, com o domicílio, além do cuidado com as pessoas idosas, entre outros afazeres, pedem um gerenciamento dos afetos e das relações que irá demandar um custo mental e emocional das mulheres.

Diante dessas desigualdades, questionamo-nos sobre a distância entre a “intenção” e a “ação”, quando se trata da distribuição do trabalho doméstico entre os casais no interior dos lares, foco de nossa investigação. Como pontuamos anteriormente, as mudanças sociodemográficas, tais como a inserção massiva das mulheres no mercado, a redução no número de filhos, o aumento da escolaridade da população e das uniões tardias, as alterações dos arranjos familiares e conjugais, a paulatina rejeição dos papéis sociais tradicionais de homens e mulheres no seio familiar, entre outros fatores, configuram um cenário que vai tensionar as relações sociais de sexo no âmbito doméstico. Nesse sentido, apesar de percebermos que esse tensionamento começa a deslocar os tradicionais arranjos para lidar com os conflitos advindos da relação entre produção e reprodução, ainda verificamos a presença de um grande *gap* entre o que os casais pensam e dizem fazer e o que de fato é feito.

Como assentido anteriormente por Araújo e Veiga (2015, p.202), parece que estamos diante de uma “destraditionalização mitigada” caracterizada por

percentuais bem elevados de aceitação do trabalho remunerado para mulheres; de aceitação da corresponsabilidade no provimento familiar, provavelmente, também, em face da (im)possibilidade do provimento por um único membro do casal ou da família; de aceitação de novos arranjos conjugais; assim como de corresponsabilidade na divisão de tarefas e do cuidado. A corresponsabilidade tende a ser aceita por ambos os sexos e mais ainda pelas mulheres. No entanto, os indicadores sobre atividades domésticas e de cuidados são bem desequilibrados e desfavoráveis às mulheres, mesmo quando observados os indivíduos que trabalham 40 horas ou mais por semana.

À guisa de conclusão, as autoras constataam que a percepção que foi sendo construída do lar como “lugar de felicidade feminina” se encontra a cada dia mais em confronto com a desigual divisão sexual do trabalho e seus desdobramentos no interior das relações conjugais (Araújo e Veiga, 2015, p. 204).

O mesmo pode ser percebido quando nos voltamos para a distribuição, e execução, propriamente dita do trabalho reprodutivo no âmbito doméstico. No Brasil, em 2019, a taxa de realização de afazeres domésticos no domicílio era de 85,7% (considerando pessoas de 14 anos ou mais). Aplicando o corte de gênero, percebemos uma diferença percentual de 13,5 em detrimento das mulheres. Assim, enquanto 92,3% das mulheres se dedicavam aos afazeres domésticos, somente 78,6% dos homens o faziam. No Nordeste, a situação é ainda mais díspar, apresentando uma diferença de 21%, onde 90,2% das mulheres desempenhavam essas atividades, ao passo que apenas 69,2% dos homens executavam as mesmas (IBGE, 2020).

Disparidades semelhantes também podem ser notadas no que se refere ao cuidado com pessoas. Em termos nacionais, enquanto tínhamos 36,8% das mulheres dedicadas ao trabalho de cuidados, somente 25,9% dos homens o faziam, em 2019. No Nordeste, assim como no caso dos afazeres domésticos, essas diferenças se intensificam, uma vez que temos 37,8% de mulheres realizando esse trabalho em comparação a 24,1% de homens desempenhando o

mesmo (IBGE, 2020).

Ao considerarmos a condição de homens e mulheres no domicílio, identificamos a persistência dessas desigualdades. Disto isto, no Brasil, a taxa de realização de afazeres domésticos para os homens responsáveis pelo domicílio é de 86,6%, enquanto para as mulheres é de 95,3% na mesma condição. Quando estes se tornam cônjuge, a situação de desigualdade se intensifica, indo para 82,2% para os homens e 97,0% para as mulheres, ratificando – como já havíamos referido - que a união conjugal para as mulheres representa um aumento do trabalho reprodutivo, ao passo que para os homens esse fator tende a reduzir a sua participação nessa seara (IBGE, 2020).

Investigando sobre essas disparidades, Araújo e Veiga (2015, p.193) corroboram as desvantagens que a conjugalidade trazem para as mulheres. As autoras questionaram a percepção de mulheres e homens sobre a quantidade de trabalho reprodutivo que faziam, e constataram que a “percepção de ‘injustiça’ entre as mulheres” girava em torno de 59%, quando combinadas as respostas “faço um pouco mais” e “faço muito mais”, enquanto, entre os homens, esse valor ficou em torno de 12% para aqueles que avaliaram fazer mais do que deveriam.

De fato, Araújo e Scalon (2006, p.56) já haviam constatado em pesquisa símile, que os homens que pensam fazer “mais do que o justo”, em verdade, dedicam, em média, menos horas ao trabalho reprodutivo, em comparação as horas dedicadas pelas mulheres que entendem fazer “menos do que o justo”. Em outras palavras, mesmo os homens que assumem fazer mais do que deveriam, ainda fazem menos do que as mulheres que pensam não estarem se dedicando o suficiente ao trabalho reprodutivo, denotando a persistente desigual divisão sexual do trabalho no âmbito privado.

No referido estudo, enquanto os homens partilham a percepção de que as tarefas domésticas são bem distribuídas entre estes e suas parceiras, as mulheres entendem que há uma assimetria nessa distribuição, sendo esta desfavorável para elas. As estudiosas apontam que homens com percepções e crenças mais equânimes tendem a perceber sua participação no

trabalho reprodutivo como sendo, igualmente, mais equalitária (Araújo & Scalón, 2006).

Estariamos aqui, novamente, diante da distância entre a “intenção” e a “ação”.

De maneira diversa, Araújo e Veiga (2015) se deparam, como referimos, com uma certa conformação em relação as desigualdades de gênero na alocação de tempo do trabalho reprodutivo, quando mulheres e homens, majoritariamente, identificam o que fazem como sendo “a parte justa”. Em outras palavras, apesar de haver diferenças consideráveis na jornada de trabalho reprodutivo entre homens e mulheres – imputando uma sobrecarga feminina - estes não parecem considerar que isto seja “injusto”. Assim, para as pesquisadoras, esses dados parecem revelar “não só a permanência de um ideal de provedor, mas também o sentido e a naturalização da divisão sexual do trabalho” (Araújo & Veiga, 2015, p. 193).

Dado semelhante foi encontrado na pesquisa de Jablonski (2010, p.271), onde os casais foram questionados, dentre outros aspectos, sobre o que acreditavam que precisaria ser mudado no outro, em outras palavras, “o que o outro não faz, mas deveria fazer”, obtendo como resposta da maioria dos entrevistados que estes acreditavam “não haver necessidade de mudanças”. Diante desse contexto, o pesquisador reconhece que, embora haja uma sobrecarga de trabalho feminino apontada em seu estudo, não parece ser o suficiente para gerar conflitos de opiniões, o que reitera a ideia de que “os antigos papéis de gênero ainda são os mais aceitos”.

Apesar disso, Araújo e Scalón (2006) apontam como avanço, em sua pesquisa, o fato dos homens, em geral, reconhecerem fazer significativamente menos do que as mulheres, além da proporção daqueles que dizem fazer “menos que o justo” ser, consideravelmente, maior do que entre elas, o que as pesquisadoras acreditam indicar “algum olhar crítico” (p.56), mesmo que o sentido predominante entre estes seja o da justiça - revelando, mais uma vez, a permanência do ideal do homem como “provedor”, onde as atividades do trabalho reprodutivo são tomadas como “ajuda e auxílio e não como dado constitutivo da reprodução de sua vida” (p.56).

A divisão sexual do trabalho é sentida, também, no tipo de afazer doméstico ou cuidado com pessoas não remunerado. Nesse sentido, as mulheres realizam em maiores proporções - em

comparação aos homens - as tarefas que são tradicionalmente tidas como femininas, como preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça e, dessa forma, 95,5% das mulheres realizavam esse tipo de atividade, ao passo que só 62% dos homens as faziam. De mesmo modo, cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos era realizado por 91,2% das mulheres, enquanto somente 54,6% se disponibilizavam a fazê-las. Somente em relação a fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos - atividades tidas como masculinas - os homens apresentam uma participação proporcionalmente maior do que a feminina, onde 58,1% dos homens desempenhavam esse tipo de afazer em comparação a 30,6% das mulheres que os executavam. Outrossim, em todas as demais atividades, computadas na PNAD como afazeres domésticos, as mulheres possuíam uma maior participação percentual, mesmo que as diferenças se tornem menores (IBGE, 2020).

Coadunando com os achados de Jablonski (2010), Medeiros e Pinheiro (2018) e Picanço e Araújo (2020), a taxa de afazeres domésticos no domicílio tende a ser menor para os homens quando são cônjuges, do que quando moram sozinhos, para todas as atividades elencadas nesse agrupamento (IBGE, 2020). Com efeito, quando os homens são o responsável sozinho no domicílio - ou seja, não têm uma companheira - 92,6% destes se dedicam aos afazeres relativos a preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça. Contudo, quando eles se veem na posição de cônjuges (coabitando com uma companheira) sua participação reduz para 57,7%. O mesmo ocorre no caso das atividades de limpeza ou manutenção de roupas e sapatos, cuja realização cai de 88,7% para 50,3% quando os homens deixam de ser os únicos responsáveis e passam a ter uma companheira. De mesmo modo, a única exceção é vista no caso do agrupamento que reúne as tarefas tidas como masculinas - fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos -, onde a participação masculina aumenta após se tornarem cônjuges, migrando de 61,2% para 65,5% (IBGE; 2020).

Curiosamente, a taxa de realização de afazeres domésticos das mulheres não sofre grandes oscilações em decorrência da sua posição no domicílio (se responsável sozinha,

responsável em coabitação ou cônjuge). Essa realidade deixa visível o fato das mulheres, em sua grande maioria, serem as responsáveis prioritárias pelo trabalho reprodutivo, desvelando, de forma reiterada, a desigual divisão sexual do trabalho no âmbito reprodutivo. Tal fato pode ser visto, por exemplo, na taxa de realização de preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça, que permanece inalterada na porcentagem de 97,5%, seja ela cônjuge, responsável sozinha ou em coabitação (IBGE, 2020).

Ao olharmos para as atividades referente ao cuidado de pessoas no domicílio, percebemos que os homens se dedicam mais ao grupo de atividades pertinentes a monitorar e fazer companhia dentro do domicílio (87,6%), seguido das atividades referentes a ler, jogar ou brincar (72,9%), que estão relacionadas a convivência com os filhos. De outro modo, as atividades que eles menos se disponibilizam a fazer, em termos de cuidados, são inerentes a auxiliarem nas atividades educacionais (IBGE, 2020). Em outras palavras, quando o assunto é cuidado, os homens se dispõem a “entreter e vigiar” os/as filhos/as, enquanto o trabalho mais árduo fica a cargo das mulheres.

Garcia e Marcondes (2022) chegam a semelhante conclusão, entendendo que os afazeres domésticos e de “cuidado primários”, inadiáveis e indispensáveis - além de mais dispendiosos -, são realizados pelas mulheres, ao passo que os homens executam as tarefas de “caráter secundário”, mais relacionais e interativas. Mesmo entre os homens de estratos sociais mais elevados que, proporcionalmente, realizam mais afazeres domésticos que os de estratos mais baixos, o fazem “sem grandes alterações no tipo de atividades realizadas ou do tempo gasto na realização destas” (p.19). Ou seja, para os homens, o recorte de classe praticamente não interfere na quantidade de trabalho realizado e, definitivamente, não altera em nada o tipo de trabalho executado por eles.

De fato, em seu estudo, Jablonski (2010) já apontava que 80% dos pais entrevistados, a despeito de terem um discurso mais igualitário, na prática, não participavam - em praticamente nada - do que se referia à educação e aos cuidados com crianças e, menos ainda, em relação aos afazeres domésticos. Assim, nesse estudo, as mulheres se responsabilizavam pela grande

maioria dos afazeres relativos aos filhos, ou seja, frequentavam reuniões da escola, faltavam ao trabalho nas ocasiões em que as crianças adoecessem ou para qualquer tipo de acompanhamento necessário, fosse escolar ou médico, por exemplo.

A referida pesquisa, que entrevistou cerca de mil pais, confirma o que já estamos apontando ao longo do nosso estudo: “entre as bem intencionadas atitudes igualitárias e a prática do dia a dia” (Jablonski, 2010, p.266) o que se constata, em verdade, é que a distribuição de tarefas, no interior dos lares, ainda é intensamente circunscrita pela divisão sexual do trabalho, ficando as mulheres com a maior parte do trabalho necessário para manutenção e reprodução da vida humana.

Em verdade, Medeiros e Pinheiro (2018) expõem que as mulheres acabam por se responsabilizar pelas atividades que não podem deixar de ser realizadas, ou mesmo, adiadas, como é o caso da alimentação da família, por exemplo. Sobre essa matéria, Picanço e Araújo (2020, p.273) dividem o trabalho reprodutivo em duas categorias. A primeira categoria seria composta pelas atividades de “fazer coisas”, ou seja, tarefas que podem ser adiadas ou eliminadas (como varrer a casa ou realizar um pequeno conserto), já a segunda seria composta por ações que envolvem o cuidado de pessoas dependentes (crianças e idosos, por exemplo), menos suscetíveis a serem flexibilizadas, pois raramente podem ser “suprimidas ou postergada dada a sua natureza”. Desse modo, as mulheres acabam por se responsabilizarem, de maneira massiva, pelas atividades de cuidado no interior nos lares, como já apontado por Medeiros e Pinheiro (2018) e Jablonski (2010), além de ser corroborado pelos dados da PNAD (IBGE, 2020).

Como defendemos em nosso estudo, acreditamos que essa desigual distribuição é balizada pela divisão sexual do trabalho, sendo responsável por, dentre outros aspectos, isentar o capital dos custos com a reprodução social da sua força de trabalho, forçando as mulheres a “pagarem” essa conta (Arruzza & Bhattacharya, 2024; Federici, 2019). Nesse sentido, alguns estudos vêm buscando explicar essas desigualdades de gênero no trabalho reprodutivo entre casais e apontam algumas teorias que trariam outros determinantes, além do gênero, que de

forma consubstancial se entrelaçariam para determinar tal distribuição (Medeiros & Pinheiro, 2018; Picanço & Araújo, 2020; Pinheiro, 2016; Pinheiro et al., 2020).

De forma sucinta, teríamos a teoria da barganha (e a teoria da dependência que está inclusa nesta), do curso de vida, da disponibilidade de tempo e da ideologia de gênero (especialmente o *gender display*²⁹). A primeira acredita que os integrantes de uma família, individualmente, usariam os recursos que possuem para “barganhar”, tanto o tempo destinado às atividades reprodutivas e produtivas, quanto quais seriam ou não realizadas. De acordo com essa vertente, o trabalho reprodutivo é percebido pelos casais como uma atividade “indesejável” e, desse modo, sua distribuição entre os membros do casal vai depender de uma série de fatores que dotariam o homem ou a mulher de mais recursos para “negociar” essa distribuição. Nesse sentido, quem tivesse mais recursos estaria em uma posição privilegiada para escolher quando, por quanto tempo e o que fazer (Picanço & Araújo, 2020). Faz parte, ainda, dessa vertente, a teoria da dependência que pressupõe, basicamente, que as mulheres em geral são dependentes economicamente dos maridos e, ao entrarem no casamento, estariam mais inclinadas a realizarem os trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados, como forma compensatória (Pinheiro, 2016).

A segunda teoria - dos cursos de vida - fala sobre a influência que determinados acontecimentos, ao longo do curso de vida de uma pessoa, têm sobre homens e mulheres em relação ao enfrentamento entre trabalho remunerado e não remunerado. Nesse sentido, casar, ter filhos, divorciar-se, envelhecer, etc. afetariam homens e mulheres. Por exemplo, o nascimento dos filhos aumentaria “naturalmente” o tempo dedicado ao trabalho de cuidados, enquanto o divórcio poderia aumentar ou reduzir esse tempo - a depender de quem ficasse com a guarda dessas crianças (Pinheiro, 2016).

A terceira concepção - da disponibilidade de tempo - entende que as famílias

²⁹ O termo se refere a uma certa “resposta compensatória” ou a uma “neutralização dos desvios de gênero” (Pinheiro et al., 2023, p.17), nos casos em que os casais assumam posturas ou posições divergentes dos estereótipos sociais de homem e mulher, a exemplo das mulheres que fazem mais atividades domésticas quando tem salários maiores do que seus maridos, como uma forma de “compensar” esse “desvio” no padrão de comportamento dos casais no interior das famílias (Pinheiro, 2016; Pinheiro et al., 2023).

calculariam os dividendos potenciais de cada integrante no mercado laboral e, de forma “racional”, elegeriam a pessoa que auferisse mais ganhos para alocar maior parte do seu tempo no trabalho remunerado, perfazendo, assim, jornadas pagas mais prolongadas. Por sua vez, as demais pessoas, que teriam “mais tempo livre disponível”, escolheriam “racionalmente” assumir maiores responsabilidades no que se refere ao trabalho reprodutivo (Pinheiro et al., 2023, p.11). Aqui a “barganha” tomaria a forma de negociação racional e direcionada à otimização do uso dos recursos temporais e financeiros das famílias. Por fim, a teoria da ideologia de gênero parte do princípio de que a alocação de tempo em trabalho reprodutivo deriva de relações de gênero que “regulam as expressões simbólicas de masculinidade e feminilidade”. Nessa perspectiva, a divisão do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado atende a um duplo fim, produzir os gêneros masculino e feminino e “produzir bens e serviços consumíveis” no interior dos lares (Pinheiro, 2016, p. 80).

Como apontamos, estas abordagens ou modelos não são incompatíveis entre si, elas se entrecruzam e pendem para um fortalecimento mútuo (Medeiros e Pinheiro, 2018). Contudo, a força com que essas abordagens irão se provar eficazes na compreensão da distribuição do trabalho reprodutivo, entre os casais, será influenciado sobremaneira pelo gênero. Pinheiro (2016, p.90) acresce, ainda, que a despeito de “quais forem as variáveis independentes utilizadas nos modelos, a maioria parece afetar o trabalho doméstico das mulheres de forma muito mais significativa do que o dos homens”.

Por exemplo, com relação a teoria da barganha, os estudos apontam que as disparidades nas jornadas reprodutivas do casal tendem, realmente, a reduzir no momento em que os recursos de ambos são equiparáveis. De mesmo modo, quando a renda das mulheres aumenta, seu trabalho reprodutivo tende a diminuir (Pinheiro et al., 2023). Contudo, o fato de as mulheres usarem seu “poder de barganha” para reduzir sua carga de trabalho reprodutivo, não implica, necessariamente, que elas façam com que os homens aumentem o seu, como seria esperado (Pinheiro, 2016).

Contraditoriamente, estudos tem apontado situações em que esposos que possuem

menos recursos relativos reduzem o tempo de trabalho reprodutivo, enquanto suas esposas – com mais recursos financeiros que estes – passam a dedicar mais tempo nessas atividades, contrariando a teoria da barganha e configurando o que Pinheiro et al (2023, p.13) intitulam de “neutralização dos desvios de gênero” ou “respostas compensatórias”. Nesses casos, os estereótipos tradicionais de gênero estariam sendo reforçados por uma “performance de gênero” dos casais - que atuaria como um atenuante dos “desvios” gerados pela inversão de renda entre estes. Para os pesquisadores, esse fato seria uma prova de que a “barganha não é neutra para a ideologia de gênero” (idem).

De igual maneira, pode-se perceber que os papéis de gênero influenciam como o “curso de vida” afetará de formas distintas os casais. Assim, os estudos mostram que os casamentos heterossexuais aumentam, significativamente, o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo para as mulheres, como podemos comprovar através dados da PNAD já apresentados (IBGE, 2020). Por outro lado, o mesmo efeito se apresenta de forma inversa para os homens, reduzindo o tempo dedicado ao trabalho reprodutivo ou, quando menos, não sofrem alteração alguma. Já no caso dos divórcios, o impacto é contrário, ou seja, aumenta o trabalho reprodutivo para os homens e reduz a carga deste trabalho para as mulheres. Em contrapartida, entre casais do mesmo sexo, a literatura tem indicado haver uma distribuição mais equitativa, entretanto, ainda é notória a influência de gênero, pois em casais lésbicos a divisão é mais equilibrada do que nos casais gays (Pinheiro, 2016; Pinheiro et al., 2023).

Outrossim, a presença de filhos é o evento – na teoria do curso de vida – mais significativo para a alocação de tempo dos casais em trabalho reprodutivo. Em verdade, a presença de filhos aumentará, como já pontuamos, a carga de trabalho destinada aos cuidados não pagos, sendo proporcionalmente maior quanto mais novas forem as crianças. Entretanto, como assentem Pinheiro et al (2023), as pesquisas tem evidenciado que esse acréscimo de trabalho reprodutivo é atravessado pela questão de gênero, uma vez que a chegada de uma criança incidiria, em média, em um aumento três vezes maior para as mulheres do que o computado para os homens.

Um ponto importante observado nesses estudos é que a educação universitária surgiu como um “equalizador das relações de gênero”, na medida em que identificamos uma tendência na redução do trabalho reprodutivo para as mulheres, e um aumento para os homens, quando os casais possuem a graduação completa (Pinheiro et al., 2023). Realidade também apontada nos dados da PNAD, onde o aumento progressivo no grau de instrução é acompanhado pelo acréscimo percentual da participação masculina no trabalho reprodutivo, passando de 74,1% - para aqueles sem instrução ou com o fundamental incompleto - para 85,6% - entre os que possuíam superior completo (IBGE, 2020).

Com relação a teoria da disponibilidade de tempo, já havíamos pontuado que mesmo quando os casais dispõem de jornadas laborais remuneradas similares, são as mulheres quem auferem uma maior carga total de trabalho, contradizendo o que essa perspectiva defende (Medeiros & Pinheiro, 2018). O que se observa quando as mulheres reduzem o tempo de trabalho reprodutivo - para alocá-lo em trabalho remunerado - é uma “compra”, por parte das mulheres, de tempo para o trabalho remunerado, através da terceirização do trabalho reprodutivo para outras mulheres, e não um compartilhamento deste com seus cônjuges (Bandeira & Preturlan, 2016; Medeiros & Pinheiro, 2018).

Entretanto, quando falamos sobre a delegação de trabalho reprodutivo através da compra do trabalho de outras mulheres, estamos considerando que este arranjo é restrito a estratos da população que tem rendas mais altas e podem arcar com tal arranjo (Bandeira & Preturlan, 2016; Jablonski, 2010; Picanço & Araújo, 2020; Pinheiro et al., 2023). Outrossim, a terceirização do trabalho reprodutivo expõe as dimensões das desigualdades estruturais em nossa sociedade, ao constataremos que são as mulheres “pobres e negras e com filhos” aquelas que mais comumente ocupam esse espaço (Picanço e Araújo, 2020, p. 732).

Tal realidade nos interessa, especialmente, quando assumimos, em nossa investigação, um recorte de classe que se localiza exatamente em um substrato privilegiado da nossa população, a saber: a classe média. Nesse sentido, nos é caro o reconhecimento do já tradicional arranjo feito por essa classe para enfrentar as tensões advindas da relação entre casa e trabalho e

que deve ser observado por nós - de maneira acurada - quando analisarmos os efeitos que se estenderam da pandemia de COVID-19 na distribuição do trabalho reprodutivo realizado por esses casais no âmbito doméstico.

De forma sumarizada, podemos afirmar que todos os estudos apontam para uma persistente desigualdade na distribuição e execução do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres, no interior dos lares. De mesmo modo, podemos inferir que o trabalho reprodutivo realizado pelos homens ainda assumia um caráter subsidiário, ou mesmo, de “ajuda” antes do período pandêmico, enquanto o feminino permanecia vinculado a uma certa obrigatoriedade.

Encerramos esta subseção reiterando que a incursão teórica anterior sobre o trabalho reprodutivo foi fundamental, tanto para atualizarmos — sob um viés contemporâneo — nosso posicionamento de que a DST estabelece uma relação específica entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo que nos serve de base para o presente estudo, quanto para situarmos essa relação como um espaço constituído a partir das novas discussões de gênero relacionadas ao trabalho.

Dito isto, passemos ao deslindar das mudanças que a pandemia trouxe para nossa realidade e como estas se mesclaram com nosso objeto de estudo: a distribuição do trabalho reprodutivo entre os casais no âmbito doméstico.

O Contexto Pandêmico no Brasil: as Medidas Sanitárias, a Quarentena e o Isolamento Social e a Expansão do Home-Office

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS anunciava que o surto da doença causada pelo novo coronavírus, a COVID-19, inaugurava uma emergência de saúde pública de relevância internacional. Com menos de dois meses, em 11 de março do mesmo ano, avaliando a vertiginosa disseminação geográfica do coronavírus, o surto foi qualificado pela OMS como uma pandemia (Pinheiro et al., 2020). No Brasil, a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) foi declarada antes mesmo da OMS anunciar a pandemia, por meio da Portaria nº 188 em 3 de fevereiro de 2020 (Ministério da Saúde, 2022a). Tal ação foi seguida por uma série de medidas que visavam conter a disseminação do vírus e dar suporte ao

Sistema Único de Saúde (SUS) para cobrir as necessidades da população naquele período, havendo uma alternância entre medidas mais rigorosas e ações mais flexíveis, em períodos distintos, conforme o vírus avançava e a doença e o seu tratamento/contenção assumiam novas características.

A pandemia de COVID-19 assolou a população mundial por mais de três anos até o seu fim ser decretado pela OMS em 5 de maio de 2023, momento em que o referido órgão internacional declarou que a COVID-19 não constituía mais uma emergência de saúde pública de importância internacional, embora tenha ressaltado que o vírus continuava a circular (OMS, 2023). No Brasil, a portaria nº 188, que estabelecia a ESPIN, foi encerrada no dia 22 de abril de 2022, um ano antes do decreto da OMS, pela portaria nº 913, entrando em vigor 30 dias depois - para que estados e municípios se adequassem à nova realidade – no dia 22 de maio de 2022 (Ministério da Saúde, 2022a). Essa postura nacional refletia o governo reacionário de extrema-direita cujos interesses estavam voltados para o capital pandêmico³⁰ e seus ditames (Antunes, 2020).

No contexto local, o primeiro isolamento em Fortaleza/CE foi decretado no dia 20 de março de 2020 com duração de 10 dias, onde estabelecia o fechamento de todos os serviços não essenciais. Contudo, as aulas em escolas estaduais e federais já haviam sido interrompidas em 17 de março de 2020. Esse primeiro período de suspensão das aulas que, inicialmente, seriam de 15 dias, perdurou por mais 30 dias, quando começaram os movimentos para a instauração do ensino remoto. Com o avanço da pandemia, em 05 de maio de 2020, o Governo Estadual adotou o primeiro isolamento social rígido, incluindo a proibição de circulação de pessoas e deu continuidade ao fechamento de serviços não essenciais, configurando um período de quarentena. Os cidadãos só poderiam se ausentar de casa mediante justificativa que envolvesse o deslocamento para hospitais, supermercados, farmácias ou trabalhos em setores essenciais (serviços de saúde, por exemplo) (Diário do Nordeste, 2021).

³⁰ O autor trata do capital em tempos de pandemia que se adequa às condições sanitárias impostas às custas da vida de uma mundial massa de trabalhadores cada vez mais precários, a exemplo dos *uberizados*, reorganizando-se para extrair cada vez mais mais-valia dos trabalhadores/as e por cada vez menos (Antunes, 2020).

De mesmo modo, tornou-se obrigatório o uso de máscaras para todos os cidadãos, o que, anteriormente, estava destinado somente aos que apresentavam sintomas gripais. Esse primeiro momento de isolamento rígido na capital cearense perdurou até o fim de maio de 2020, quando se iniciou um plano de retomada da economia que previa reabertura gradual dos diversos setores que haviam sido paralisados, sendo estruturado em fases de abertura e de forma regionalizada para a capital e demais municípios cearenses (Diário do Nordeste, 2021).

O primeiro ano de pandemia foi marcado por grande pressão dos setores produtivos para retomada dos serviços. Dentre estes, as escolas particulares tensionaram o Governo do Estado pela retomada, que se deu, primeiramente, pelo ensino remoto e depois de forma gradativa foi sendo liberado presencialmente. Assim, as aulas presenciais nas escolas privadas - nas escolas públicas o retorno foi mais tardio - só começaram a ser liberadas em setembro de 2020, restringindo-se às escolas primárias e com somente 30% da capacidade, considerando as medidas sanitárias de distanciamento social. Nesse sentido, foi necessário lançar mão de um sistema híbrido de ensino, com aulas presenciais e remotas, que foram iniciadas com a educação infantil e creches, sendo obrigatório a oferta de ensino remoto. No transcorrer dos meses, discentes das demais séries foram sendo permitidos nas escolas privadas (Diário do Nordeste, 2021).

De forma diversa, as escolas da rede pública estadual só voltaram a ter aulas presenciais no início do ano letivo de 2021 (Diário do Nordeste, 2021), descortinando a desigualdade no acesso ao ensino, acentuada ainda mais nesse período, principalmente quando nos voltamos para a realidade brasileira - onde há uma grande proporção de crianças e adolescentes que carecem de condições básicas, tais como moradia e alimentação - (Zanello et al., 2022) e não dispõem de recursos para acessarem o ensino remoto, mesmo com iniciativas governamentais como a distribuição de “chips” com internet (Augusto, 2020).

Com o avanço do coronavírus e uma nova onda de contágios, em 19 de fevereiro de 2021, foram suspensas por decreto, novamente, as aulas presenciais em todas as instâncias, excetuando-se as turmas com alunos de 0 a 3 anos, o que gerou novas manifestações do setor

privado de ensino (Diário do Nordeste, 2021). Essa iniciativa veio anunciar um segundo momento de quarentena, sendo instituído o segundo isolamento social rígido em 05 de Março de 2021 em Fortaleza, voltando a funcionar exclusivamente os serviços essenciais, que durou até o dia 21 do mesmo mês. Tal medida foi expandida para todo o estado cearense, em 13 de março do mesmo ano (Herculano, 2021). Após esse período, as atividades foram sendo retomadas de forma gradativa até o decreto do fim da pandemia, como já referido, em grande medida como reflexo da vacinação de parte considerável da população - 89,3% havia sido imunizada em janeiro de 2022 (Bio-Manguinhos, 2022) - e da liberação do número de leitos nas redes públicas e particulares de saúde (Ministério da Saúde, 2022b).

Diante desse breve apontamento sobre o recorte temporal da pandemia do coronavírus em nosso cenário, consideramos, contudo, que esta não configurou uma situação de crise contraposta a um estado de normalidade precedente. A pandemia veio somente agravar um quadro ao qual a humanidade já vinha sendo submetida (Santos, 2020), sendo fruto da ação neoliberal que, no contexto pandêmico, mostrou sua debilidade em lidar com a saúde coletiva, com o desemprego estrutural e com a crise econômica de um modo de produção fincado na acumulação financeira (Mascaro, 2020).

Assim, a pandemia e a consequente crise econômica produziram desdobramentos funestos na população mundial. Associados aos elevados índices mundiais de mortalidade, alastraram-se colossalmente o empobrecimento e a miserabilidade “na *totalidade* da classe trabalhadora” (Antunes, 2020). Somente para o segundo trimestre de 2020, a OIT projetava a perda de 195 milhões de empregos em tempo integral, além de já contabilizar que 1,6 bilhões de pessoas, trabalhadores/as informais, já estavam “sofrendo com a destruição de suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias” (Antunes, 2020).

No Brasil, a pandemia chegou em meio a um processo de recessão econômica e crise política. O Produto Interno Bruto (PIB) apresentava um crescimento moroso, as taxas de desemprego se mantinham elevadas e, sincronicamente, aumentava o emprego informal e a contratação mediante as novas modalidades de trabalho viabilizadas pela reforma trabalhista, a

exemplo das meias jornadas e jornadas intermitentes (DIEESE, 2020). Nesse contexto, ao final de 2019, mais de cinco milhões de trabalhadores/as, partícipes de uma massa em contínua expansão, vivenciavam condições de trabalhos precárias, propiciadas por aplicativos e plataformas digitais, sem contar com “a crescente massa subutilizada, terceirizada, intermitente e precarizada em praticamente todos os espaços de trabalho” (Antunes, 2020, p. 7).

Corroborando com a análise de Antunes (2020), Bridi (2020, p.159) ratifica que a crise impulsionada pela pandemia, em 2020, apenas colocou um “ingrediente mortífero a mais” para a classe trabalhadora que já estava fragilizada, tanto pela crise socioeconômica que se “abateu sobre o país desde 2015” - caracterizada pela ampliação das taxas de desemprego e pelo avanço da informalização laboral -, quanto pela contrarreforma do trabalho de 2017, que fomentou o desmonte dos direitos trabalhistas e a fragilização das instituições públicas e dos sindicatos (Bridi, 2020, p. 159).

Os primeiros meses da pandemia – que foram marcados pelo período de quarentena devido às medidas de contingência – se caracterizaram por adaptações e incertezas. Segundo Affonso et al (2025, p.2) o “distanciamento social, a angústia, o medo e a ausência de previsões sobre as vacinas, além do pouco conhecimento sobre o vírus e sua forma de contágio, fizeram deste um contexto especialmente crítico”. A partir do Decreto nº 10.282, as instituições não consideradas essenciais à manutenção direta da vida tiveram seu fechamento decretado, a exemplo das escolas, creches, academias, órgãos dos setores públicos e privados (idem). Assim, a pandemia de COVID-19, ao forçar essa paralização de diversos setores de trabalho tidos como não essenciais - na tentativa de conter os avanços do coronavírus - voltou os olhares do mundo para um campo do trabalho que seria impossível paralisar, e que tem relação direta com o objeto de nossa investigação: o trabalho reprodutivo realizado no interior das famílias. Nesse sentido, como já referimos, a pandemia veio denunciar a essencialidade sem precedentes do trabalho reprodutivo para a manutenção da vida e do próprio capitalismo (Kovalczuk, 2020).

Destarte, a população brasileira, seguindo as referidas recomendações para o controle da pandemia e, em parte, amparada por direitos trabalhistas consolidados (mesmo que cada vez

mais escassos), foi convocada a ficar em casa. Entretanto, nem todos o puderam fazer, evidenciando um momento em que se agravaram as desigualdades que permeiam a esfera reprodutiva (Kovalczuk, 2020). Zanello et al (2022, p.3), conaduna com a pesquisadora e denuncia que a “Covid-19 escancarou aqui as profundas fissuras sociais já existentes em nossa sociedade”. Dessa forma, teríamos, em um pólo, parcelas privilegiadas da população que conseguiram manter seus trabalhos remunerados e desenvolverem suas atividades produtivas no formato *home office*, bem como tinham acesso a condições básicas de higiene e sobrevivência (a exemplo da água encanada, acesso a rede de esgoto, alimentação, moradia, energia elétrica e internet), e no outro pólo, uma grande maioria que teve suas condições mínimas de sobrevivência colocadas em risco (Zanello et al., 2022).

Nesse sentido, as mulheres que contaram com a “oportunidade” de permanecerem em casa e desempenharem suas atividades produtivas de forma remota acabaram por experienciar o trabalho pago – que em sua maioria ocorria no espaço “público” – invadir o espaço doméstico, obnubilando a separação entre casa e trabalho e “intensificando as múltiplas jornadas” (Affonso et al., 2025, p.3).

Em verdade, a pandemia impôs mudanças na maneira como as pessoas executavam as atividades destinadas aos trabalhos reprodutivos, como aponta o DIEESE (2020, p. 2-3):

O coronavírus, por ser altamente contagioso, exigiu o isolamento das famílias nos domicílios e provocou a suspensão das aulas e de serviços ligados aos cuidados de pessoas. Essa nova situação levou à intensificação dos afazeres domésticos, aumentando a sobrecarga de tarefas para boa parte das mulheres que trabalham como empregadas nos lares. Para outras, a conjuntura trouxe o desemprego, em função da crise econômica que se instalou e obrigou muitas famílias que as contratavam a demiti-las, para reduzir despesas. Também foi motivo de dispensa de trabalhadoras domésticas o temor de que pudessem ser agentes de propagação da doença.

Portanto, os arranjos comumente utilizados por mulheres das classes médias e altas, para lidarem com as tensões entre produção-reprodução, caracterizados pela terceirização do trabalho

doméstico para mulheres de classes baixas - e negras em sua maioria - não se mostraram viáveis em tempos de pandemia (Kovalczuk, 2020). Reforçando aos dados do DIEESE (2020) e de Kovalczuk (2020), somente em 2020, observou-se uma retração de -21,1% do setor dos serviços domésticos, sendo o segundo mais atingido naquele momento em nosso país, caracterizando uma dispensa expressiva dessa mão de obra (Bridi, 2020).

Inobstante, muitas famílias tenderam a permanecer com a mão de obra doméstica, ignorando as recomendações sanitárias e a própria segurança e bem-estar dessas trabalhadoras. Tal realidade mobilizou os sindicatos das trabalhadoras domésticas e a Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) que protestaram, desde o início do período pandêmico, pela segurança dessas mulheres. Os esforços iam em duas direções: realização de campanhas para sensibilização dos empregadores e posterior liberação das trabalhadoras de suas funções diárias, sem suspensão salarial (Pinheiro et al., 2020). Filhos e filhas dessas trabalhadoras encabeçaram uma das campanhas intitulada “Carta-manifesto pela vida de nossas mães”. O documento contou com mais de 90 mil assinaturas e reivindicava a quarentena remunerada para trabalhadoras mensalistas e diaristas. Em consonância com essa mobilização, o Ministério Público do Trabalho (MPT), também se posicionou de forma símile por meio da Nota Técnica Conjunta nº 4/2020, argumentando a favor da “quarentena remunerada” nos casos em que esta fosse possível (Pinheiro et al., 2020, pp.11).

Em verdade, no contexto pandêmico a precariedade do trabalho doméstico se alastrou e foi sentida duplamente: de um lado, a natureza do trabalho expunha essas trabalhadoras ao contágio, uma vez que seu trabalho exige o contato intensivo com as pessoas para as quais trabalham em seus domicílios e seus objetos, sem controle algum acerca dos comportamentos de riscos dessas pessoas – cuidados de higiene, saídas, exposição nos espaços públicos, aglomerações, etc. -, e de outro, a carência de proteção social assentada na impossibilidade das empregadas domésticas recorrerem ao suporte do Estado “seja para reposição da renda, caso sejam demitidas [seguro-desemprego], seja no caso de ficarem doentes e precisarem se afastar do trabalho [auxílio-doença]” (Pinheiro et al., 2020, p.7). Tal realidade se apresenta ao

considerarmos que, de forma majoritária, essas trabalhadoras ainda não possuem vínculos laborais formalizados (a despeito da Lei da Empregada Doméstica), sem contabilizarmos, ainda, as trabalhadoras que estão descobertas pela lei - deliberadamente - por serem diaristas ou folguista (e não permanecerem mais de dois dias semanais no mesmo domicílio), não configurando vínculo empregatício (Brasil, 2017).

A resistência de parte da população privilegiada em abdicar da mão de obra doméstica reflete traços histórico-culturais e sócioeconômicos do nosso país, além das desigualdades de gênero (Zanello et al., 2022). De fato, o Brasil figura entre os países com elevado índice de desigualdade de gênero nos indicadores socioeconômicos, além de apresentar fortes traços conservadores em relação aos valores que regem a sociedade (Araújo & Veiga, 2015). Entendemos que a mitigação dessas disparidades representa uma etapa essencial do progresso civilizatório, em um momento decisivo da história da humanidade, e que esta mudança passa pela problematização do trabalho reprodutivo, o que buscamos desenvolver em nossa investigação.

Destarte, a situação de confinamento, agudizou as tensões entre homens e mulheres, aumentando as desigualdades e intensificando a sobrecarga de trabalho feminino (SOS Corpo, 2020). Contrariamente ao que foi veiculado pela imprensa, a quarentena, longe de ter sido imparcial e indiscriminada, tornou mais visíveis e robusteceu “a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento injusto que elas provocam” (Santos, 2020, p. 21). Desse modo, a tendência era vislumbrarmos uma intensificação das desigualdades na divisão sexual do trabalho, principalmente, quando consideramos que o teletrabalho e o *home office*³¹ se apresentaram como alternativas para os setores produtivos e que se intensificaram no pós-pandemia como prévia Antunes (2020, seção 4)

O teletrabalho e o *home office* mostram-se como modalidades que terão significativo crescimento na fase pós-pandemia, em praticamente *todos os ramos* em que puderem ser implantados. Do ponto de vista empresarial, as vantagens são evidentes [...] teremos

³¹ Para uma discussão mais ampla dessas categorias laborais ver Antunes (2018; 2020).

mais *duplicação e justaposição* entre *trabalho produtivo e trabalho reprodutivo*, com clara incidência da *intensificação* do trabalho feminino, podendo aumentar ainda mais a *desigual divisão sociosexual e racial do trabalho*.

Apesar desse alerta, Jesus e Myrrha (2020) consideraram a “escolha” de permanecer em casa, em *home office*, e manter o isolamento - durante os distintos momentos de reabertura econômica na pandemia - uma decisão individual de um grupo seletivo, caracterizando um “privilegio” dessa parcela da população que podia se resguardar do contágio permanecendo no ambiente doméstico. Entretanto, Santos e Comper (2025) corroboram com Antunes (2020) e analisam de outra perspectiva tal evento, assinalando que a pandemia, ao incrementar a emergência do teletrabalho em *home office*, requereu das famílias uma adaptação do ambiente doméstico para receber esse novo formato de trabalho produtivo que agudizou conflitos.

Para as pesquisadoras, essa nova realidade favoreceu a perpetuação da tradicional divisão sexual do trabalho já instaurada e, conseqüentemente, “aumentou a exposição das mulheres aos fatores de risco associados a essa sobrecarga de responsabilidades” (Santos & Comper, 2025, p.6). Em verdade, apesar de reconhecermos a desigualdade social inscrita nessa “escolha privilegiada”, não podemos ignorar que esta, também, configurou-se como uma necessidade imposta pela pandemia e que precipitou uma situação já anunciada pelo capital, promovendo uma intensificação do trabalho produtivo e reprodutivo. Como Oliveira (2020, p.155) partilha há

uma diferença entre querer ficar em casa e precisar ficar nela por um tempo que não se sabe qual e quando o que está em risco é a própria vida. O imperativo da permanência, da não-mobilidade em um contexto de pandemia é lido como privilégio aos que podem ‘se dar ao luxo’ de não sair e, ao mesmo tempo, é reconhecidamente exaustivo em termos emocionais quando não parece haver outra forma de evitar a propagação do vírus.

Nesse sentido, Portela e Oliveira (2022, para. 5), analisando os prós e contras do trabalho *home office*, apontam que os analistas consideram que esse processo de adaptação ao

teletrabalho foi “supreendentemente rápido: reuniões virtuais, compartilhamento de documentos e assinaturas eletrônicas figuraram entre as novidades a dividirem mentes e braços com tarefas domésticas e relações familiares”. Apesar disso, apontam que tais mudanças, entendidas como superações tecnológicas, trouxeram benefícios e prejuízos, pois juntamente com a “comodidade de trabalhar em casa e não enfrentar engarrafamentos” (para, 6), veio um aumento considerável da carga diária de trabalho.

Os autores reconhecem, ainda, que tal sobrecarga incide de maneira especial sobre as mulheres, ao coincidir as “obrigações familiares” - como a manutenção do lar e a criação da prole - com o desenvolvimento das atividades produtivas (Portela & Oliveira, 2022). Dito isto, os pesquisadores se somam à Arruzza e Bhattacharya (2024, p.624), que defendem que o trabalho reprodutivo ainda é realizado predominantemente pelas mulheres ou por “corpos feminizados”. Desse modo, as estudiosas retomam a denuncia de que esse trabalho é tomado em nossa sociedade como se fosse “supostamente a tarefa, o dever e mesmo parte do lado amoroso das mulheres, que ‘naturalmente’ o realizam” (idem), residindo nesse aspecto a opressão às mulheres. Posto isso, a flexibilização da jornada laboral que o teletrabalho proporcionou só foi vista como benéfica para aquela parcela de trabalhadores “que puderam dividir seu tempo com exercícios físicos, idas ao comércio e ao médico, entre outras atividades” (Portela & Oliveira, 2022, para. 6) e que, em sua maioria, foi composta por homens.

Neste ponto, iremos nos abster de adentrarmos em análises mais aprofundadas sobre os efeitos da pandemia no mercado laboral em sua totalidade, visto que nosso intento é nos voltarmos para seus efeitos no campo reprodutivo, especialmente no interior dos lares. Nesse sentido, faremos apenas um breve apontamento final sobre a taxa de participação de mulheres e homens no mercado de trabalho, a fim de ilustrarmos como as tensões entre produção e reprodução recaíram de forma mais intensa sobre as mulheres durante o período pandêmico, mais especificamente entre os anos de 2020 e 2022 (Brasil, 2024). Ademais, somos credores de que essa realidade nos auxilia a retratar um dos efeitos da divisão sexual do trabalho reprodutivo, que faz com que as mulheres sejam penalizadas e, mais comumente, forçadas a se

retirarem da seara produtiva em favor das “obrigações” que lhe são impultadas no campo reprodutivo (Zanello et al., 2022).

De acordo com o Ministério das Mulheres (Brasil, 2024), apesar do período pandêmico ter apresentado, para mulheres e homens, os menores valores da série histórica em termos de taxa de participação na força de trabalho³², era evidente a disparidade entre estes. A exemplo temos que somente 49,3% das mulheres estavam no mercado ou buscavam se inserir nele, em contraposição a 69,5% de homens que estavam nessa posição, em 2020. Mesmo com a retomada do crescimento da participação em 2021 – tendo 71,2% dos homens e 50,7% das mulheres - fruto da flexibilização das medidas sanitárias, ainda tínhamos ao final do período pandêmico, em 2022, somente 52,5% de mulheres, contra 71,9% dos homens compondo a força de trabalho, permanecendo “a significativa diferença entre homens e mulheres” na composição do mercado de trabalho (Brasil, 2024, p. 20).

De modo símile, a taxa de desocupação entre homens e mulheres, reforça nosso argumento, mostrando que o número de mulheres que deixaram de buscar sua inserção no mercado de trabalho, além de ser superior ao percentual masculino, sofreu um acréscimo durante o período pandêmico, fato que quase não foi sentido pelos homens. Em 2020 tínhamos 16,5% das mulheres de 14 anos ou mais que não estavam a procura de emprego, enquanto somente 11,7% dos homens se encontravam na mesma posição. Os dados apontam que as medidas sanitárias mais rigorosas no primeiro ano da pandemia refletiram na busca menos intensa por trabalho, para ambos, contudo se mostrou mais pungente entre as mulheres (Brasil, 2024). Fato este que se manteve em 2021 (11,4% de homens e 17,4% de mulheres) e, mesmo que tenha apresentado uma redução em 2022, ainda pôde ser observado, representando uma diferença de gênero percentual de aproximadamente 3,9 (p.p), composta por 7,9% dos homens e 11,8% das mulheres. Ressaltamos, ainda, que em nossa região a taxa de desocupação das mulheres permaneceu como a maior do país, contando com 15,9% das mulheres nordestinas desocupadas em 2022 (Brasil, 2024).

³² Consiste no número de pessoas de 14 anos ou mais que participam do mercado de trabalho, seja trabalhando ou buscando trabalho (Brasil, 2024).

O contexto pandêmico aqui sumarizado, como vimos, trouxe impactos para toda a população e, de forma mais pungente, para as mulheres no âmbito do trabalho reprodutivo, sobre os quais nos debruçaremos mais a míude a seguir.

Trabalho Reprodutivo na Pandemia de COVID-19: deslocamentos ou intensificação?

Como aludimos, uma das características do período pandêmico que teve incidência direta no trabalho reprodutivo, realizado no interior dos lares, foi o aumento deste em decorrência, especialmente, das medidas de isolamento e distanciamento social que foram decretadas pelos governantes (Pinheiro et al., 2020). Em verdade, essas medidas geraram não somente uma maior habitação dos lares, mas o fechamento de uma série de serviços e equipamentos com os quais a população “repartia” o trabalho reprodutivo de que necessita, a exemplo das creches e escolas, restaurantes, equipamentos de lazer, centros de convivência para idosos, etc. (Jesus & Myrrha, 2020).

Desse modo, durante o isolamento, as pessoas passaram a fazer uso do espaço doméstico por um intervalo de tempo consideravelmente maior, o que aumentou as demandas por limpeza e manutenção da casa, além de elevar o número de refeições feitas no domicílio. Consequentemente, para atender a essas demandas, os habitantes do domicílio tiveram que intensificar o trabalho de manutenção da casa com limpeza - especialmente, da cozinha e utensílios domésticos -, além de despender mais tempo e esforços no preparo de alimentos (Fares et al., 2021). Ademais, as exigências de uma higienização mais intensa (pessoal, de roupas, compras e alimentos, em especial) e as medidas de prevenção à contaminação por COVID-19 - decorrentes das recomendações sanitárias - também, requereram um aumento dos afazeres domésticos (Oliveira, 2020).

Soma-se a esses fatores, a permanência em tempo integral das crianças e adolescentes no domicílio (decorrente do fechamento de creches, escolas e espaços de lazer e socialização), o que agrava a demanda por cuidados físicos e afetivos, que envolvem, desde o carinho e atenção, até atividades de entreterimento (Oliveira, 2020). Ainda se aliou a esse contexto - especialmente entre as escolas particulares, como já referido - o ensino remoto que apresentou um desafio

adicional para o acompanhamento e supervisão das atividades escolares no ambiente doméstico (que se tornava mais demandante, quanto menores fossem as crianças no domicílio) (Jesus & Myrrha, 2020).

Outrossim, o cenário pandêmico passa a exigir mais “cuidado afetivo-emocional”³³ (Affonso et al., 2025) em formato de suporte a membros da família que se mantinham distantes, seja porque se contaminaram, seja por estarem sob risco e requerem supervisão referente aos cuidados necessários, em razão das condições sanitárias impostas pela pandemia - e aqui ressaltamos que o uso de redes sociais e a comunicação remota foram essenciais para esse suporte (Jesus & Myrrha, 2020). Por fim, não podemos nos furtar de ressaltar que foi requerido um grande esforço afetivo-emocional no cuidado com os familiares enlutados, uma vez que o Brasil já havia registrado 700 mil mortes até março de 2023 (Ministério da Saúde, 2023).

É notório, diante de todo esse contexto, que o trabalho reprodutivo não sofreu apenas um acréscimo quantitativo, mas passou, também, por um visível processo de intensificação no período pandêmico, especialmente, das demandas afetivo-emocionais (Affonso et al., 2025). A questão que aqui se coloca é como foi realizada a distribuição desse novo “montante” no interior dos lares – considerando-se o cenário já referido da desigual divisão sexual do trabalho reprodutivo – e quais consequências essa “nova” distribuição gerou para aqueles que pagaram essa “conta”. Ponderamos, ainda, que esse cenário, apresentado pela pandemia, pode ter se configurado como uma “oportunidade para questionamento dos tradicionais papéis atribuídos a cada gênero, uma vez que homens e mulheres estão mais presentes no espaço doméstico” (Fares et al., 2021, p.59).

Isto posto, devido à pandemia da COVID-19, a temática do extrato da “PNAD Contínua: Outras formas de trabalho” não foi investigada nos anos de 2020 e 2021, retornando somente em 2022, quando os pesquisadores puderam voltar a campo (IBGE, 2023). Pesquisar, durante o período pandêmico, mostrou-se um desafio a ser superado e, nesse sentido, muitas

³³ Segundo os autores, o cuidado afetivo-emocional compreende as atividades que envolvem o afeto e as emoções nas relações de cuidado, tais como dar “atenção, monitorar, se preocupar, acalmar, ouvir, confortar, mediar, entreter, orientar”, entre outras (Affonso et al., 2025, p.3).

pesquisas se utilizaram das tecnológicas da informação para adentrarem - de forma remota - aos lares dos brasileiros, buscando verificar e compreender as mudanças que o referido contexto trouxe para o cotidiano das famílias brasileiras (Affonso et al., 2025; Bridi, 2020; Fares et al., 2021; Jesus & Myrrha, 2020; Oliveira, 2020; Pellegrini et al., 2025; Tejada & Vinhas, 2024; Zanello et al., 2022).

Dito isto, e considerando o nosso recorte social, situado na classe média, iremos nos ater, mais a miúdo, à realidade que se apresentou para esse estrato da população sem, contudo, abster-nos de fazer as devidas ponderações sobre os outros estratos sociais, quando estas se fizerem necessárias. Em verdade, a crise sanitária que se instaurou no Brasil veio aprofundar as desigualdades entre nossa população, especialmente, entre as trabalhadoras que se viram às voltas com encargos adicionais de cuidado não remunerado, como assentimos anteriormente, levando, em muitos casos, a sua retirada do mercado de trabalho. Dentre estas mulheres, encontramos, em maiores proporções, aquelas ocupantes de trabalhos informais e precários – majoritariamente negras e de baixa renda – característicos do setor doméstico e de cuidados (Valenzuela, 2025).

Corroborando com Valenzuela (2025), a “Pesquisa online sobre a contratação do emprego doméstico durante a pandemia da COVID-19”, desenvolvida entre os dias 25 de maio e 06 de junho de 2020, aponta que cerca de 70% dos contratantes de trabalhadoras domésticas “afastaram sua empregada, suspenderam o contrato ou não mais a contrataram” (Jesus & Myrrha, 2020, para 8). De igual modo, Oliveira (2020), em pesquisa com mães que realizaram trabalho remoto na pandemia, constatou que 39% dos contratantes de diaristas recusaram os serviços destas trabalhadoras sem manter, contudo, seus rendimentos, ato considerado de extrema violência pela pesquisadora - e por nós -, quando observamos que em nosso país tínhamos por volta de 6,5 milhões de trabalhadores/as domésticos/as “servindo” 11% das famílias brasileiras à época.

De forma diversa, mas igualmente alarmante, Zanello et al. (2022, p.7), em estudo com mulheres brancas da classe média e alta, em sua maioria, de abrangência nacional (obtendo

5.643 respondentes), identificaram uma porcentagem, mesmo que de forma discreta, entre 46% das entrevistadas que, ao serem questionadas sobre a rede de apoio no período pandêmico, fizeram alusão à “figura da diarista e da babá, revelando que, mesmo na situação de risco sanitário, foi cogitada a possibilidade de terceirização do cuidado e do trabalho doméstico”. Essa realidade vai ao encontro do cenário funesto, ao qual já havíamos nos reportamos, que gerou o manifesto de filhos e filhas de empregadas domésticas em prol da vida de suas mães (Pinheiro et al., 2020).

Apesar disso, o que se observou no período pandêmico, como apontado por Bridi (2020) e já referido por nós, foi a forte tendência à dispensa da mão de obra doméstica - seguindo as recomendações de seguranças sanitárias e de prevenção do contágio, além de atuar como um redutor de gastos em um período de crise econômica – materializada na retração de -21,1% do setor de serviços domésticos. Diante desse contexto, perdura o questionamento: quem pagou a “conta” por se responsabilizar pelos fazeres domésticos e de cuidados com pessoas no domicílio, que se fizeram mais “visíveis” na ausência da possibilidade ou escolha da terceirização dessas atividades? (Pinheiro et al., 2020).

O mesmo questionamento é feito por Jesus & Myrrha (2020), em pesquisa com mulheres em isolamento social, pertencentes à classe média alta, com e sem filhos. De acordo com o estudo, a resposta mais frequente a esse questionamento foi “as tarefas estão sendo divididas igualmente entre os membros do domicílio” (32,3%). Todavia, quando se agrupavam as respostas “As tarefas estão sendo divididas entre os membros do domicílio, mas com sobrecarga para a[s] mulher[es]” e “Majoritariamente a[s] Mulher[es]”, evidenciava-se que 52% das respondentes acreditavam que havia sobrecarga de trabalho reprodutivo e que esta recaía sobre as mulheres. As pesquisadoras concluem que para esse estrato da população - classe média com ensino superior ou mais -, no período pandêmico, as mulheres se perpetuavam como as responsáveis por pelos afazeres domésticos e de cuidados em seus lares.

Zanello et al. (2022), em pesquisa já referida, que tinha como requisito de seleção para o estudo ser mãe e ter estado em isolamento com filhos dependentes (emocional, físico e/ou

financeiramente) por um mínimo de três semanas, se deparou com o mesmo público de Jesus e Myrrha (2020): mulheres da classe média e alta, heterossexuais e com alto nível de escolaridade (68,8% com pós-graduação e 23,2% com nível superior). Para os pesquisadores, apesar de não intencional, esse recorte social se justifica, em verdade, por serem as mulheres das classes privilegiadas aquelas que gozam de maiores possibilidades de trabalhar em formato remoto e com maior acesso à internet (meio no qual a pesquisa teve sua divulgação e o *survey* foi oportunizado).

Dito isto, de forma símile, Zanello et al. (2022) também se questionam sobre quem estava arcando com as tarefas domésticas e de cuidados que antes eram terceirizadas e/ou se apresentavam de forma menos intensa, fazendo alusão, especialmente, ao cuidado com filhos em relação ao acompanhamento do ensino remoto, associado às necessidades de estudar em casa o que, de outro modo, aprenderiam no contexto de socialização escolar.

Apesar de indicarem que esse trabalho deveria estar sendo redistribuído entre os membros do domicílio, o que os pesquisadores encontraram - com relação à divisão de tarefas – foi que 88,9% das respondentes assentiram que passaram a fazer mais trabalho doméstico do que anteriormente à pandemia e que esse fato culminou em um sentimento de sobrecarga em relação a essas tarefas (82,3%). Zanello et al. (2022, p.6) evidenciam, ainda, que 55,2% das participantes apontaram que ter de arcar com as “demandas da família, dos cuidados com a casa e de sustento estava quase impossível naquele momento”.

De fato, Oliveira (2020,p.156) já apontava em seu estudo que a suspensão das aulas e o consequente fechamento das escolas, por exemplo, acresceu “novas formas de estresse aos cuidadores”, tornando o cuidado, em diversos casos, incompatível com outros trabalhos. Nesse sentido, Zanello et al. (2022) entendem que ao serem negadas do “privilégio” da delegação de parte dos trabalhos reprodutivos à mão de obra doméstica - ou aos serviços de cuidado externos ao lar – as mulheres das classes abastadas veem a redistribuição desse trabalho recair, majoritariamente, sobre si, gerando o sentimento de exaustão expresso por estas. Chama a atenção dos pesquisadores, ainda, que mesmo que essa redistribuição do trabalho de cuidados

possa ter colocado em perspectiva “o classismo e o racismo, tão presentes em nossa sociedade” (p.6), parece não ter produzido o mesmo efeito em relação à divisão sexual do trabalho reprodutivo, uma vez que os homens “pouco ou nada foram questionados acerca de seus privilégios, seja de classe, raça ou gênero” (p.6).

Oliveira (2020, p.158), já possui uma visão mais otimista sobre a questão. A pesquisadora acredita que a porção da classe média (e alta) que se absteve dos serviços das trabalhadoras domésticas, fossem empregadas, diarista ou folguistas (e manteve seus salários), ao se responsabilizar por executar a faxina de seus próprios lares, o preparo de refeições e toda a gama de afazeres domésticos e de cuidado que compõem o trabalho reprodutivo, oportunizou a reflexão acerca das relações de trabalho “que sustentamos em uma cultura racista e machista”, mesmo que não tenha gerado um impacto imediato nas práticas cotidianas.

Fares et al. (2021), em pesquisa realizada com 445 pessoas, durante o distanciamento social no Brasil, no intervalo entre os dias 26 de maio e 15 de junho de 2020, trazem importantes contribuições ao debate. O estudo buscou identificar como se deu a divisão do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres, tendo como variável contrastante ter feito ou não trabalho remoto no referido período. Desse modo, 228 mulheres e 123 homens – representando 79% e 73,7% destes, respectivamente - declararam que o trabalho reprodutivo sofreu um acréscimo com a pandemia.

Entre os que trabalharam de forma remota, como era esperado pelos pesquisadores, o percentual daqueles que afirmaram ter ocorrido o aumento do trabalho reprodutivo foi maior, a despeito do gênero, em comparação aos que não realizaram trabalho remoto - 82,2% das mulheres e 65% dos homens, nessa condição, em contraposição a 70,7% das mulheres e 62,5% dos homens em posição oposta (Fares et al., 2021). Entretanto, constatamos mais uma vez que a desigual divisão sexual do trabalho reprodutivo recai sobre as mulheres, a despeito de estarem ou não desenvolvendo atividades produtivas em seus lares – o que poderia ser utilizado como justificativa para uma menor participação nos afazeres domésticos e de cuidados, como pressupunha a teoria da barganha e da disponibilidade de tempo, consubstancialmente (Pinheiro

et al., 2023). Além disso, observamos que o fato de estar trabalhando, tem um impacto maior na desempenho do trabalho reprodutivo para as mulheres, do que para os homens, uma vez que elas sofrem um acréscimo de 11,5% a mais de mulheres se responsabilizando pelo excedente de afazeres domésticos, enquanto para os homens a variação foi de apenas 2,5% (Fares et al., 2021). Ou seja, a “conta” da sobrecarga de trabalho reprodutivo, gerado pelo contexto pandêmico, era comumente paga pelas mulheres.

Pellegrini et al. (2025) chegam à semelhante conclusão, observando que as mulheres - em seu estudo com mães que gestaram entre os anos de 2020 e 2021 - mesmo quando ativas profissionalmente, persistiam como as principais cuidadoras e, no contexto da pandemia, sofrem uma notória sobrecarga de afazeres. Além disso, ressaltam que as mães apresentam uma convergência ainda maior em direção às demandas familiares e de trabalho (remoto à época), abstendo-se do autocuidado, o que pode produzir “sofrimentos emocionais” (p.9). Aqui podemos perceber a influência da ideologia de gênero ratificando o papel social estereotipado da mulher - fortemente ligado à maternidade e a casa – ao mesmo tempo que fortalece a tradicional divisão sexual do trabalho reprodutivo (Federici, 2019; Pinheiro et al., 2023).

De mesmo modo, Oliveira (2020, p.161) pontua – a partir dos seus estudos e do lugar de mãe pesquisadora em trabalho remoto – que na ambiência erigida pelo isolamento social, o lar se torna, também, “lugar-dentro-de-outro-lugar”, onde os novos formatos e funcionalidades do *home office* tiveram que compartilhar “espaço e tempo” com o trabalho reprodutivo. Dito de outro modo, ao se trabalhar em casa, os tempos de trabalho pago e não pago - muitas vezes - se interpõem (Fares et al., 2021). Em decorrência disso, as mulheres sentem que estar “ausentes em presença”, ou seja, isolarem-se dos/as filhos/as e da casa para trabalharem estando no mesmo espaço físico, cobra das “mulheres mães” e de seus filhos (principalmente quando pequenos) um acréscimo de esforço emocional (Oliveira, 2020).

Zanello et al. (2022), de igual modo, evidenciam que as dificuldades imputadas pelo *home office* em face à pandemia, foram impostas às mulheres de maneira díspar. Assim, aquelas que puderam desempenhar suas atividades produtivas em *home office*, mesmo que tenham tido

uma maior possibilidade de estarem perto dos/as filhos/as, depararam-se com um aumento exponencial do seu trabalho total (trabalho pago e não pago, combinados), levando em conta o acréscimo das novas responsabilidades maternas e, também, com os afazeres domésticos, muitos dos quais eram delegados à mão de obra doméstica, anteriormente. Mais uma vez, os pesquisadores se questionam, neste ponto, acerca da participação dos homens nessa redistribuição do trabalho adicional que foi gerado pela pandemia e consequente dispensa das trabalhadoras domésticas (Zanello et al., 2022, p.3).

Em resposta, Zanello et al. (2022) obtiveram que 59,1% das mulheres reconheciam que a distribuição do trabalho reprodutivo entre os membros familiares era injusta e, até nos casos em que eram divididas de forma mais equânime com seus conjuges ou parceiros, restava a elas o “trabalho mental” de cobrá-las (65,7%). Ademais, 68,7% das mulheres - que haviam dividido e delegado parte do trabalho reprodutivo - afirmaram que na ausência de cobranças, em muitas ocasiões, aquelas atividades delegadas não seriam realizadas. Em outras palavras, mesmo quando havia a contribuição de outras pessoas ao trabalho reprodutivo, ainda seria necessário “verificar se elas foram devidamente feitas” (p.6). Situação que se aplicava a 55,6% das entrevistadas.

De forma conclusiva, os pesquisadores denunciam que “planejar, organizar e garantir que as tarefas domésticas diárias fossem realizadas era entendido como algo que dependia principalmente delas (76,5%)” (p.7). Isto é, mesmo contando com certa participação dos homens - ou de outro membro familiar - para a execução dos afazeres domésticos e de cuidado com a família, recaía sobre elas “a famosa ‘carga mental’ implicada na gestão doméstica e no trabalho mental invisibilizado e intangível de planejar, prever, delegar, cobrar e supervisionar ” (Zanello et al., 2022, p.7). Reiteradamente, constatamos que a participação masculina na distribuição e realização do trabalho reprodutivo - no período pandêmico – se manteve em caráter de “ajuda” e de forma subsidiária.

Fares et al. (2021) desenvolvem uma reflexão parecida, quando observam que, embora seus dados apontem para um número significativo de homens e mulheres que afirmaram terem

tido de realizar atividades do trabalho reprodutivo com mais frequência, em verdade, isso não veio a rebote de uma melhora geral na divisão sexual do trabalho para estes. De acordo com a pesquisa, as mulheres que já se encontravam em uma posição em que assumiam mais responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, mantiveram a mesma posição durante a pandemia, ou seja, o estudo revela que foram as mulheres que tiveram que arcar com a maior parte desse aumento, fortalecendo as desigualdades de gênero já existentes.

Jesus e Myrrha (2020) obtiveram um resultado ligeiramente diverso de Fares et al. (2021), quando compararam seus dados aos da PNAD 2019. Em seu estudo, eles compararam a distribuição do trabalho doméstico entre os membros da família, antes e durante a pandemia, considerando os dados dos casais de alta escolaridade e da classe média no Brasil (fornecidos pela PNAD 2019), em contraposição aos de seus respondentes (com o mesmo corte de classe e instrução). Como resultado, elas observaram que no período pandêmico, essa distribuição deu indícios de ter sido alterada, pois antes da pandemia os dados (já referidos por nós, em subseção anterior) demonstravam haver uma desigualdade de gênero nessa distribuição para a maioria nesse estrato, em contrapartida, em seu estudo, o mais frequente passou a ser a divisão igualitária entre os membros do casal, principalmente, para aqueles casais sem filhos pequenos (42,2%) (Jesus & Myrrha, 2020).

Entretanto, a presença de filhos pequenos torna a distribuição de trabalho reprodutivo mais desigual, coadunando com a teoria do curso de vida (Pinheiro et al., 2023). Assim, para os casais nessa condição, a porcentagem que declarou que as tarefas estavam sendo divididas de forma equitativa foi menor (35,9%), mas ainda representou uma melhora em comparação ao período anterior à pandemia, no qual só 24,5% assentiam que a distribuição era equitativa. Outrossim, a porcentagem dos casais com filhos pequenos que afirmaram que as tarefas estavam sendo divididas entre os membros do domicílio, mas com sobrecarga para as mulheres, foi maior em comparação aos casais sem filhos pequenos, sendo 40,7% contra 37,1% (Jesus & Myrrha, 2020). De forma conclusiva, as pesquisadoras reconhecem que houve um aumento considerável da distribuição equitativa entre os casais, com ou sem filhos pequenos, sem,

contudo, superar a desigual divisão sexual do trabalho reprodutivo. Dito isto, os dados corroboram que a maternidade e a paternidade têm efeitos contrários na distribuição do trabalho reprodutivo, aumentando o trabalho para as mulheres, ao passo que o reduzem para os homens, seja antes ou durante a pandemia (Jesus & Myrrha, 2020).

Zanello et al. (2022), ratificam nossa reflexão ao constatarem, em seu estudo, que apenas 38,5% das mulheres entrevistadas sinalizaram que - quando estavam trabalhando no domicílio - podiam delegar a outros membros da família o cuidado com seus filhos. Tal situação descortina a posição superior que a maternidade assume em relação ao trabalho produtivo das mulheres, reforçando os princípios de hierarquia e separação presentes na DST (Kergoat, 2000).

Ademais, a partir dos dados de Jesus e Myrrha (2020), se combinarmos as respostas daqueles casais com filhos pequenos que alegavam serem majoritariamente as mulheres as responsáveis pelo trabalho reprodutivo, com aqueles que assentiram haver divisão entre os membros familiares, mas com sobrecarga para as mulheres, teremos que a maioria dos casais reconhece que a mulher foi - no mínimo - a responsável principal por aquele trabalho (60,4%). Mesmo quadro é encontrado entre os casais sem filhos pequenos, apesar de ser em menor proporção (53,5%) (Jesus & Myrrha, 2020).

Vale resaltar nesse momento que, a despeito desse cenário distributivo desfavorável para as mulheres, durante o período pandêmico, foi possível observar que a prerrogativa de “ficar em casa”, naquele momento de incertezas e insegurança, pôde ser sentido como um ponto favorável pela mulheres, principalmente pelas mães, à exemplo da pesquisa de Pellegrini et al., (2025). Nela, as participantes relataram sentimentos de segurança e cuidado, por terem tido a oportunidade de realizar seu trabalho de forma remota. Assim, o *home office* foi visto, nesse caso, como fator protetivo, principalmente, durante a gestação, “associado à oportunidade das mães em passar mais tempo em casa, contarem com o apoio de familiares próximos e se protegerem da contaminação pela COVID-19” (p.9).

Zanello et al. (2022), de igual modo, puderam captar aspectos positivos do isolamento social em seu estudo. Destarte, 57% das entrevistadas concordaram, parcial ou completamente,

com a afirmativa de que a quarentena estava se mostrando como uma possibilidade positiva de adquirir novas habilidades. Segundo os pesquisadores, na pergunta aberta acerca de quais seriam essas habilidades, teve destaque, mormente, os afazeres domésticos. Dentre esses afazeres, cozinhar foi um dos mais apontado, tendo expressão, ainda, fazer pequenos reparos e costurar.

Aqui entendemos que a “inérita oportunidade” de aprender a cozinhar, por exemplo, descortina o fato de que essa atividade não compunha o cotidiano de grande parte das mulheres da classe média e alta. Nesse ponto, os autores corroboram conosco e assem que o “cozinhar” e demais afazeres domésticos mencionados por estas, provavelmente, eram terceirizados antes da pandemia, geralmente para mulheres pobres. Dito isto, ainda foram apontados o desenvolvimento de habilidades, tais como “exercer paciência; organizar e planejar o tempo; uso de tecnologias; hobbies [tocar um instrumento, desenhar, pintar, cuidar de plantas, falar uma nova língua]” (Zanello et al., 2022, p.6), que evidenciam o privilégio que a condição social dessas mulheres as proporcionou, ao passo que milhares de outras se viam desempregadas ou forçadas a trabalhar em situações precárias e diante de toda a insegurança sanitária que as cercava (Pinheiro et al., 2020).

Voltando-nos ao reiterado aspecto emocional exigido pelo trabalho reprodutivo, especialmente, diante do cenário pandêmico, temos a pesquisa desenvolvida por Affonso et al. (2021) com 584 mulheres – de baixa renda e com filhos – quanto aos maiores desafios vivenciados durante a pandemia. A intenção das pesquisadoras era dar foco à dimensão do trabalho reprodutivo que é ainda mais invisibilizada – o cuidado afetivo-emocional – sendo esta uma “parte fundamental das tarefas do cuidado, principalmente em momentos de catástrofes sanitárias e psicossociais como a pandemia” (Affonso et al., 2025, p.3).

De fato, as pesquisadoras assem que o exercício desse trabalho reprodutivo específico se desdobra em “um cuidado em saúde mental” requerido das mulheres, tanto para com os vínculos familiares, quanto para aqueles que se referem a pessoas íntimas, amigos, vizinhos e colegas, o que não é requerido aos homens (Affonso et al., 2025, p.6). Nesse sentido, dentre as

falas que elucidam a carga mental que o exercício desse cuidado destina às mulheres, podemos apontar, por exemplo: “Manter a relação com meu filho saudável e compreender os sentimentos dele, mesmo enfrentando meus próprios conflitos; manter a vida organizada e conciliar o cuidado” e “Manter a calma. Minha e de minha família. As crianças estão ansiosas e agitadas. Marido inseguro. E eu, a mãe/esposa, segurando firme”. Tais falas carregam em si a obrigatoriedade de cuidar da saúde mental dos seus entes, além de “dar conta” das suas próprias demandas sem, muitas vezes, ter a quem recorrer. Também fica evidente que a presença de maridos ou companheiros, ao invés de representar uma redução nesse trabalho – supondo que elas pudessem dividi-lo com estes –, representa, em verdade, um adicional na carga afetivo-emocional despendida nesse cuidado.

Enfaticamente, as autoras afirmam que – em meio ao contexto pandêmico – ter de assumir a responsabilidade de sustentar “a harmonia da casa e a sanidade de todos na família” pode ser tomado como um esforço desmedido, que “arranca a humanidade das mulheres, invisibilizando seu próprio sofrimento, medo e vulnerabilidade frente aos riscos e incertezas” (Affonso et al., 2025, p.9). Nesse sentido, as pesquisadoras observaram que o cuidado com a própria saúde mental foi pouco relatado pelas participantes do estudo, quando comparado com os relatos sobre o foco na saúde mental dos demais membros familiares, além de amigos, vizinhos e colegas. Além do que, quando o autocuidado era mencionado, ele assumia uma função utilitarista, sendo um pré-requisito para estarem aptas a cuidarem de outrem, ou seja, o cuidado consigo ganhava sentido na medida em que serviria para o desempenho do seu papel de cuidadora (Affonso et al., 2025).

De forma semelhante, Zanello et al. (2022) assentem que 46,1% das respondentes, relataram se sentirem responsáveis pela manutenção da felicidade dos membros da casa, além de mantê-los entretidos. Os estudiosos entendem, do mesmo modo que Affonso et al. (2025), que esses relatos se referem ao trabalho emocional que incide sobre as mulheres, composto por uma gama de ações (visíveis e invisíveis) relativas à promoção do bem-estar emocional da família, “em fazê-los se sentirem cuidados, reconfortados, amados ou encorajados; na

facilitação e gestão das relações interpessoais; em suma, na provisão de suporte afetivo e emocional” (Zanello et al., 2022, p.8). Outrossim, ao serem questionadas sobre a relação consigo mesmas e os sentimentos vivenciados durante a pandemia, 79,7% concordaram parcial ou totalmente que estavam se sentindo mais cansadas do que habitual.

Segundo as respondentes, a maior parte do cansaço estava ligado ao imperativo de estar disponível para os outros, além de 78,3% concordarem que gostariam de ter mais tempo sozinhas. Mesmo estando em casa, 79,2% afirmaram que quase não tinham tempo para si mesmas e 77,1% mencionaram não ter tempo para fazer as coisas de que gostavam. Ademais, o sentimento de solidão foi compartilhado por 43,2% das participantes e 35,3% sinalizaram que, “quando estavam tristes, exaustas ou ansiosas, não conseguiam compartilhar seus sentimentos com os demais membros da casa”, sendo que 54,4% tentavam não demonstrá-los. Ademais, as formas encontradas por essas mulheres para lidar com toda a pressão e ansiedade que o cenário pandêmico trouxe para as respondentes foram, de forma geral, principalmente: comer (tendo maior destaque), beber e fumar (Zanello et al., 2022, p.7). Isto posto, o que fica evidente em ambos os estudos é que, além de se responsabilizarem na sua quase totalidade pelo cuidado afetivo-emocional no interior dos lares, as mulheres ainda o fazem às custas da sua própria saúde mental.

À guisa de conclusão, podemos inferir que o período pandêmico trouxe uma intensificação do trabalho reprodutivo que está ligada diretamente à natureza deste. Entretanto, essa “natureza” não determina, necessariamente, quem pode ou não executá-lo, sendo assim, entendemos decorrer das relações sociais de sexo – que se estabelecem na dimensão da divisão sexual do trabalho reprodutivo – as desigualdades de gênero aqui escrutinadas. Ademais, as mudanças observadas indicam uma maior participação masculina em relação ao trabalho reprodutivo durante a pandemia. Contudo, estas mudanças parecem não se mostrar significativas o suficiente para deslocarem as mulheres do lugar de protagonista na responsabilização e na execução do trabalho reprodutivo, permanecendo os homens como coadjuvantes nessa trama.

Resta-nos saber, findo o período pandêmico, se alguma dessas mudanças permanecem na atualidade. É o que nos propomos, a seguir, em nossa investigação. Desse modo, passaremos a explanação do caminho metodológico que trilhamos em nosso estudo para, em seguida, apresentarmos os dados obtidos e sua posterior análise.

Percurso Metodológico

Para fins da presente investigação, entendemos ser essencial uma explicitação quanto ao método escolhido para a construção de nossa pesquisa. Apresentaremos, portanto, um breve apontamento do percurso metodológico que foi percorrido, abrangendo as etapas que pavimentaram esse caminho no decorrer da investigação proposta, de forma que possamos elucidar o método adotado, as ferramentas de construção dos dados e da análise dos mesmos, para, na seção subsequente, seguirmos com as análises propriamente dita do *corpus* construído nesse percurso.

Sobre os Caminhos Percorridos na Construção da Pesquisa

Consideramos, de início, importante analisar o percurso realizado, desde as indagações que nos impulsionaram ao estudo dos possíveis efeitos que se estenderam da pandemia de Covid-19 na distribuição do trabalho reprodutivo realizado por casais no âmbito doméstico, até as veredas que atravessamos para chegarmos às casas e/ou trabalhos desses casais da classe média fortalezense.

Como já havíamos pesquisado, exclusivamente, o lugar do trabalho reprodutivo para as donas de casa durante o mestrado e concluído que este ocupava uma posição de centralidade, organização e estruturação do cotidiano dessas mulheres, finalizamos aquele momento com o desejo de inserir também a compreensão da perspectiva masculina sobre tal trabalho, além da implicação destes para com ele.

Com o advento da pandemia atrelado à experiência pessoal da pesquisadora, que observou a intensificação do trabalho doméstico em seu lar, ao conjugar o trabalho remoto como professora universitária à maternidade e aos afazeres domésticos – auxiliar no ensino remoto, intensificar a atenção às crianças, pois não tinham espaços de socialização na

quarentena, intensificar as atividades de limpeza da casa e higienização de alimentos e roupas, etc. —, surgiu o interesse de investigar se essa realidade teria “aberto os olhos” dos homens para um trabalho que, por vezes, só é “visto” na sua ausência, ou seja, quando ele deixa de ser feito (Federici, 2019).

Desse modo, partimos da idéia de investigarmos os sentidos e a participação no trabalho reprodutivo somente para os homens. Nosso intuito era verificar se o evento pandêmico poderia ter gerado uma mudança na participação destes no interior de seus lares — uma vez que foram “obrigados” a se recolherem ao espaço doméstico nesse período — e verificar se esta se manteve após findo o referido período.

Entretanto, com o início das orientações, percebemos que não teríamos como apreender as mudanças que pudessem ter ocorrido no trabalho reprodutivo realizado pelos homens, no âmbito doméstico, sem olharmos para as relações sociais de sexo que se estabelecem nesse *lócus* e as tensões e conflitos que a DST opera neste. Ademais, compreendemos que teríamos uma riqueza maior de informações se não deixássemos de fora a perspectiva feminina sobre o fenômeno e, assim, encontramos-nos no momento atual mirando não somente uma perspectiva unilateral masculina, mas conjugando as perspectivas individuais de homens e mulheres à perspectiva enquanto casais. Somos gratos por esses “desvios” em nossa rota original, pois nos levou a caminhos desafiadores e potentes a um só tempo.

Metodologia e Construção de Dados

Este tópico se destina à explicitação dos passos metodológicos que percorremos em nossa investigação, após o qual daremos início à discussão e às análises das entrevistas narrativas realizadas, na seção subsequente. Inicialmente, informamos que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa através da Plataforma Brasil, sob o CAAE de nº 73499823.6.0000.5054, obtendo sua aprovação no dia 14 de setembro de 2023, através do parecer de nº 6.301.300. Desde então, esta foi realizada dentro dos parâmetros e itens que regem a Resolução nº 466, de 2012 do Conselho Nacional de Saúde.

Como já referido, em nosso estudo tomamos o contexto pandêmico como ponto de

partida para nos indagarmos se houve mudanças na conformação do trabalho reprodutivo, especificamente, se houve alterações na distribuição desse trabalho no interior dos núcleos familiares durante a pandemia, considerando que partimos de uma clássica divisão sexual do trabalho, onde, como já assentimos, historicamente a responsabilidade pelos afazeres domésticos e cuidados com pessoas no domicílio é imputada, em sua quase totalidade, às mulheres, praticamente isentando os homens dessa equação.

Ademais, além de nos indagarmos se houve alterações na distribuição desse labor, questionamo-nos se essas alterações se mantiveram após findo o evento pandêmico. Tais questionamentos balizaram a construção do objetivo geral desta pesquisa, a saber: “Analisar os efeitos que se estenderam da pandemia de Covid-19 na distribuição do trabalho reprodutivo realizado por casais da classe média no âmbito doméstico” e como objetivos específicos: (1) Descrever o cenário do trabalho reprodutivo no contexto contemporâneo; (2) Identificar a dimensão distributiva do trabalho reprodutivo no período pandêmico; (3) Investigar se houve manutenção da distribuição do trabalho reprodutivo experimentada na pandemia no contexto pós-pandêmico (4) Discutir os sentidos que os casais da classe média atribuem à distribuição do trabalho reprodutivo entre si.

Partindo dos objetivos já definidos e retomados acima, entendemos ser necessário um “mergulho profundo” ao explorarmos nosso objeto de pesquisa, para assegurarmos, como pontua Pachá e Moreira (2022, p. 158), que não fiquemos apenas na superfície do problema, mas, apreendamos “o que não está posto”, considerando aquilo que se mostra relevante e influente acerca do tema estudado, seja de maneira direta, indireta ou por meio de suas interações. Ademais, faz-se necessário pontuarmos que pesquisar é um ato político e, de mesmo modo, a escolha de como se fazer pesquisa também o é, como defendem Narvaz e Koller (2006). As autoras nos fazem refletir que tal escolha tem repercussões práticas na condução da pesquisa científica e nos apontam as epistemologias feministas como lentes que nos mostram ser o conhecimento sempre localizado dentro de uma perspectiva ético-política, rejeitando o caráter de neutralidade e objetividade que são inestimáveis para a ciência “positivista

androcêntrica”.

Coadunamos com as referidas autoras, recusando a suposta neutralidade e objetividade científica e nos posicionando ético-politicamente ao elegermos - dentre as epistemologias feministas – o feminismo marxista (Cisne, 2018; Federici, 2019) como lente pela qual apreendemos a realidade que se formou ao longo da nossa pesquisa, entendendo, juntamente com Moraes e Quadros (2020), que não existe uma realidade a ser “descoberta”, pré-concebida de antemão, mas que esta vai se constituindo a partir de nossas práticas investigativas, como nos foi possível confirmar ao longo de todo nosso estudo. Como as autoras pontuam, “pesquisar é uma prática arriscada que envolve transformações não previstas” (Moraes & Quadros, 2020, p. 3) e que nos impele sempre a nos questionar para quem e para que produzimos conhecimento. A tal questionamento, o feminismo marxista, como assinala Cisne (2018), enraizado em uma compreensão materialista, histórica e dialética, posiciona-se, veementemente, em prol da luta pela emancipação feminina e, não somente, por uma sociedade onde as desigualdades de sexo, classe e raça (e religiosas, acrescentaríamos) sejam extirpadas. Aqui, unimo-nos às referidas teóricas e reafirmamos nosso compromisso ético-político com um fazer em ciência que contribua para esse fim. Um “fazer feminino” que entrelaça o narrar, o sentir e o pesquisar de forma articulada e inseparável (Moraes & Quadros, 2020, p. 3) ou, como diriam Narvaz e Koller (2006), que resgate a importância das emoções e da experiência feminina na tecitura do saber científico.

Intentando comportar todas as nuances até aqui enunciadas, optamos por lançar mão de uma perspectiva qualitativa de pesquisa, compreendendo, assim como Campos e Saidel (2022, p. 404), sua “natureza ontológica” que nos guia a um certo modo de pesquisar os objetos de estudo que vão em busca dos “sentidos, significados e experiências”. Os autores somam-se a Deslandes et al. (2007, p. 21) quando estes nos recordam de que a pesquisa qualitativa trabalha “com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Deslandes et al., 2007, p. 21), proporcionando uma compreensão esmiuçada do fenômeno estudado a partir de suas múltiplas dimensões: histórica, cultural, social e individual.

Dito isto, consideramos salutar aos nossos objetivos a eleição da abordagem qualitativa que vai ao encontro da perspectiva feminista marxista por nós adotada, onde ambas buscam aquilo que não está dito a priori e que só pode ser construído de forma inter relacional no fazer da pesquisa científica.

De mesmo modo, como situado anteriormente, nossa investigação se insere nos estudos da Psicologia Social do Trabalho que apreende o trabalho de forma ampla, concebendo-o como a “atividade vital, humana, consciente, intencional” (Ribeiro et al., 2017, p.104), não podendo ser reduzida à esfera mercantil – caracterizada pela relação de compra e venda da força de trabalho. Por esse prima, a PST valida de igual modo o trabalho produtivo, em seus diversos formatos, bem como o trabalho reprodutivo, auxiliando-nos, desse forma, a analisarmos esse trabalho que segue invisível e desvalorizado (Ribeiro et al., 2017).

Por meio da PST nos é possível, também, apreender os sentidos que os casais atribuem à distribuição e ao trabalho reprodutivo que realizam no interior dos lares, entendendo com ela que a própria ação humana – contida no trabalho – produz sentidos e por eles é guiada, sendo ambos inseparáveis (Coutinho & Oliveira, 2017). Outrossim, a PST nos fala, ainda, que os sentidos são “produzidos pelos sujeitos a partir de suas experiências concretas com a realidade” (Coutinho & Oliveira, 2017, p.90), motivo pelo qual convidamos os participantes da nossa investigação a rememorarem sua experiência concreta com aquele trabalho, por meio da entrevista narrativa, sobre a qual discorreremos mais adiante.

Ademais, tomamos o sentido aqui dentro de uma perspectiva histórico-cultural³⁴ (um dos vieses possíveis adotados pela PST), ou seja, os “sentidos do trabalho” aos quais estamos nos reportando, consistem “nos modos como as pessoas interpretam e compreendem o trabalho” (Coutinho & Oliveira, 2017, pp. 91-92) e, em nosso caso, o interesse recai sob os sentidos que os casais dão ao trabalho reprodutivo que realizam no interior dos seus lares, bem como a sua

³⁴ Na teoria histórico-cultural o sentido é entendido como “a soma de todos os eventos psicológicos que a palavra desperta em nossa consciência. É um todo complexo, fluido e dinâmico, que tem várias zonas de estabilidade desigual” (Vygotsky, 1998, p.181). Para ela, uma palavra adquire sentido no contexto em que emerge, ou seja, em cada contexto diferente, seu sentido se altera. De mesmo modo, entendíamos que os sentidos que os casais partícipes da pesquisa pudessem atribuir ao trabalho reprodutivo, que realizam em seus lares, poderiam terem sido alterados pelo contexto pandêmico.

distribuição entre estes. Isto posto, localizamos nossa pesquisa, consequentemente, no campo da pesquisa social, ao considerarmos que esta compreende os “vários tipos de investigação que tratam do ser humano em sociedade, de suas relações e instituições, de sua história e de sua produção simbólica” (Minayo, 2007, p. 47).

Buscando estarmos alinhados a metodologias que sejam condizentes com os estudos sobre o campo do trabalho – dentro da perspectiva apontada – e considerando a natureza do nosso objeto de pesquisa, elegemos para a construção dos dados, em nossa investigação, uma articulação da entrevista narrativa (Bauer & Jovchelovitch, 2008; Pachá & Moreira, 2022) com um modelo de construção de dados apoiado no método da autoconfrontação cruzada (Bendasolli & Soboll, 2011). Neste ponto, faz-se necessário pontuar que a autoconfrontação foi por nós utilizada como uma “ferramenta” ou “meio” para motivar a narrativa durante a entrevista com os casais, como será pormenorizado na próxima seção. Resguardamo-nos na ressalva feita por Bendassolli e Soboll (2011) de que os modos de pesquisar, a partir da PST, nos invita a agir como artesãos que produzem novos caminhos, regras e hierarquias, adequando-os conforme as novas situações e realidades analisadas vão nos requerendo.

Dito isto, consideramos adequado o uso da entrevista narrativa entendendo que esta se caracteriza enquanto uma ferramenta não estruturada, que visa à profundidade de aspectos específicos, por meio da qual emergem histórias de vida, “tanto do entrevistado como as entrecruzadas no contexto situacional” (Pachá & Moreira, 2022, p. 159). Esta se estrutura a partir de três etapas: um momento inicial onde o pesquisador faz uma “pergunta motivadora”; o ato de narrar em si sobre o que lhe foi motivado e, por fim, a solicitação de esclarecimentos ou acréscimos ao que foi dito. Ressaltamos que, em nosso estudo, a pergunta motivadora objetivou o modo como era realizado o trabalho reprodutivo no ambiente doméstico, por cada casal, nos três recortes temporais do estudo – antes, durante e depois da pandemia – em busca da compreensão de como se desenvolve essa atividade no interior dos lares, com foco na distribuição desta entre os cônjuges e as possíveis mudanças e permanências advindas do evento pandêmico.

Partilhamos a crença de que ao narrarem sobre sua vida cotidiana com foco no desempenho, organização, distribuição e nos sentidos do trabalho reprodutivo que executam e executaram antes, durante e depois do período pandêmico, não somente estamos fomentando o “apropriar-se da atividade ” na relação com esse trabalho em si, como também co-construímos o significado dessas narrativas, de forma a fazer emergir percepções que antes do narrar “estavam escondidas ou não eram percebidas como relevantes” (Pachá & Moreira, 2022, p. 160). Como Moraes e Quadros (2020) compreendem, o ato de narrar constitui tanto um resgate mnêmico quanto uma produção de realidades dele derivadas.

Pachá e Moreira (2022, p. 150) elucidam esse movimento de tecitura de novas realidades, explicitando que durante a construção da narrativa, os sujeitos recordam os acontecimentos evocados buscando colocá-los em uma determinada sequência e, nesse processo, procuram explicações possíveis para os eventos recordados de forma tal que este e o pesquisador passam a ter acesso “não só à experiência vivida e narrada, como também à ressignificação da história a partir da sua narrativa, constituindo um trabalho de reconstrução daqueles momentos e experiências”. Essa potencialidade gerada a partir do uso da entrevista narrativa é essencial para o alcance dos nossos objetivos, uma vez que almejamos, dentre outros pontos, acessar essas explicações acerca do vivido durante o período pandêmico, bem como nos momentos que o antecederam e sucederam, respectivamente.

Corroborando com as pesquisadoras, Moraes e Quadros (2020, p. 6), assinalam que a narrativa se apresenta como uma “obra aberta, passível de ganhar novos sentidos no próprio ato de narrar”, o que corrobora com nossa escolha de articular a entrevista narrativa com a autoconfrontação cruzada, ao entendermos que esta associação traz uma potencialização do processo autoreflexivo que se quer fomentar. A partir desse processo, torna-se possível a criação de outros modos de existir e resistir ao proliferar novas versões da realidade contra hegemônicas nesse “fazerCOM”.

Dito isto, o método da “autoconfrontação cruzada”, por nós utilizado, consiste no “confronto” entre dois trabalhadores (em nosso caso, entre os casais entrevistados), por meio de

recursos diversos, como filmagens destes executando uma mesma atividade individualmente (próprio da clínica da atividade) ou a partir de diários de tempo, entrevistas e grupos de discussão (como na ergonomia da atividade e ergologia) (Pereira & Rotenberg, 2018; Rocha, 2023). De todo modo, a partir da eleição de um - ou da combinação - desses recursos, forma-se um diálogo entre os dois trabalhadores, momento em que cada sujeito irá tecer comentários para o investigador e para o seu parceiro em busca de tornar “visível” aquilo que se faz e porque se faz. Na ocasião, além de se deparar com a perspectiva que o outro participante traz sobre as mesmas atividades que este desenvolve, ele é confrontado com a visão daquele sobre o seu próprio trabalho, constituindo a “autoconfrontação cruzada”. Nesse momento, cada trabalhador passa a ver sua atividade pelo olhar do outro e esse exercício reflexivo produz ajustamentos, amplia a consciência sobre sua atividade, abre portas para novas formas de se fazer o trabalho e possibilita invenções (Silva et al., 2011). Sendo assim, nesse ponto, éramos credores de que a incorporação da autoconfrontação, como ferramenta na entrevista narrativa, permitiria aos casais entrevistados tornarem visível para si um trabalho que é historicamente “invisível” (Santos & Comper, 2025), possibilitando, ainda, uma reflexão das formas pelas quais ele é, e foi, distribuído entre estes – considerando o evento pandêmico – ampliando, possivelmente, a compreensão sobre esta divisão e sobre os elementos que a conformam.

Ademais, lançamos mão, também, do diário de campo (Lucena et al., 2016) como ferramenta auxiliar que nos possibilitaria registrar as afetações produzidas em nós pelo campo/entrevistas, viabilizando o resgate das nossas primeiras impressões, percepções e questionamentos, sendo esse material extremamente necessário no momento analítico das entrevistas narrativas.

Elucidando o perfil dos participantes da nossa pesquisa, aludimos para o fato de que as trabalhadoras e trabalhadores partícipes são sujeitos que dividem mais do que um ambiente de trabalho, tarefas ou funções, são casais que compartilham o cotidiano familiar e projetos de vida. Como pontuamos em seção anterior, no âmbito doméstico, o trabalho reprodutivo se emaranha no cotidiano das famílias, camuflando-se de amor e dedicação à instituição familiar

materializada nos filhos, na casa, nos compromissos familiares, etc, o que nos requereu uma série de ponderações e adaptações ao delimitarmos o perfil desses casais.

Embasados em trabalhos anteriores que buscaram estudar o trabalho reprodutivo, sua distribuição e impacto no interior das famílias, dentre outros interesses (Araújo & Scalón, 2006; Araújo & Veiga, 2015; Ávila & Ferreira, 2014; Bruschini & Ricoldi, 2012; Jesus, 2018), optamos por delimitar os participantes da pesquisa à casais heterossexuais, com ou sem filhos, da classe média, que coabitam o mesmo ambiente doméstico e possuem trabalhos produtivos semelhantes entre si em termos de jornada laboral, escala de trabalho, remuneração e nível hierárquico. Nossa intenção aqui foi minimizar possíveis desvios na distribuição, execução e nos sentidos do trabalho reprodutivo entre os casais que fossem decorrentes, prioritariamente, de desigualdades entre as profissões que cada um desempenha, tendo por base a potencial distribuição equitativa das tarefas que são demandadas no ambiente doméstico a partir desse recorte.

Aqui, estávamos interessados mais na dinâmica que se estabelece no interior dos lares que nos permitisse ter acesso à divisão sexual do trabalho reprodutivo (Federici, 2018; Hirata & Kergoat, 2007), dentro da perspectiva da Teoria da Reprodução Social (Arruzza & Bhattacharya, 2023), do que nas desigualdades materiais do campo produtivo. Ao buscarmos casais que tivessem escalas, jornadas e salários – vinculados a sua profissão – que fossem semelhantes, reduzimos as causas das possíveis desigualdades na distribuição e no lugar que é dado ao trabalho reprodutivo entre os casais que viessem a ser justificadas, em grande medida, por diferenças profissionais.

Com relação ao recorte de classes³⁵, restringimo-nos a casais que se situavam na classe

³⁵ Aqui iremos nos basear no entendimento marxista de classes, onde estas não são definidas, exclusivamente, em termos de renda, mas, com relação a apropriação ou não dos meios de produção e, em especial, da expropriação de trabalho, ou seja, da geração de mais-valia (Cueva et al., 1997). Assim, teríamos na sociedade capitalista duas classes distintas, proletariados (que vendem a sua força de trabalho) e burguesia (donos dos meios de produção e que expropriam o trabalho). Marx fala ainda de uma classe de transição, a “pequena burguesia” composta por pequenos produtores, artesões e autônomos (idem). Nesse sentido, o que entendemos por classe média em nosso estudo, está dentro da concepção de proletariado, mesmo que se coloquem na relação de exploração capitalista de uma forma menos vulnerável em termos socioeconômicos. Ademais, tomando esse viés marxista, iremos nos basear, também, nos estudos de Salata (2015) sobre a identidade da classe média no Brasil, entendendo-a a partir de uma perspectiva mais sociológica do que econômica. Assim, em nosso estudo, a classe

média, considerando sua relevância sociopolítica³⁶ e o fato que estes fazem, historicamente, uso de mão de obra doméstica para suprir grande parte das necessidades relativas ao trabalho reprodutivo, em um movimento já apontado por Hirata (2005) e Marcondes (2014). Como já referido, foi especialmente essa parcela da população que teve que dispensar esse “arranjo” devido a medidas governamentais adotadas durante o período pandêmico, momento em que se viram “forçados” a estabelecerem outros arranjos, ou seja, a repensarem a distribuição do trabalho reprodutivo entre si (Jesus & Myrrha, 2020; Pinheiro et al., 2020; Zanello et al., 2022), sendo esses ajustes exatamente um dos objetos de interesse principais em nosso estudo.

Ressaltamos, contudo, que não estamos afirmando que as demais classes não tiveram, também, de fazer ajustes ou mesmo que não foram atingidas pelo momento pandêmico, mas, tão somente, estamos elegendo um recorte de classes do qual somos credores que nos permitirá observar com mais nitidez as transformações sobre as quais desejamos nos debruçar, assumindo aqui já uma limitação que este recorte nos trás.

Ademais, raça não figura em nossa investigação como critério eletivo, contudo, será considerada para fins de análise, atendendo a natureza interseccional e consubstancial do nosso objeto de estudo. De mesmo modo, não buscamos incluir casais homoafetivos por desejarmos isolar questões relacionadas a identidade de gênero e sexualidade que pudessem atravessar o objetivo do estudo de forma a “mascarar” a clássica divisão sexual do trabalho reprodutivo, historicamente construída por meio das relações sociais de sexo estabelecidas entre homens e mulheres. Figura, derradeiramente, como critério eletivo para participação na pesquisa, a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), instrumental que nos assegura a livre anuência em participar da pesquisa, após os entrevistados estarem cientes dos objetivos do estudo, além dos riscos e benefícios que essa participação pode trazer para si e para

média se caracteriza pela composição por sujeitos que se localizam nas camas “AB” da população, ou seja, “pessoas com renda domiciliar elevada, nível superior de escolaridade, inseridas em categorias ocupacionais de prestígio médio-alto, com maiores probabilidades de possuir plano de saúde, poupança, frequentar teatros, viajar para o exterior, ter os filhos estudando em escolas privadas etc” (p.134).

³⁶ As classes médias “formam um eixo central do pensamento social brasileiro, com rupturas e questionamentos de valores, de práticas, de linguagens e, enfim, do *modus operandi* da própria classe média, das elites e da sociedade brasileira diante de seus maiores dilemas” (Castro et al., 2023)

a produção do conhecimento científico.

Considerando que nosso estudo não buscou realizar generalizações para a categoria dos casais elegidos e entendendo que o trabalho reprodutivo não está vinculado ou mapeado por nenhuma instituição ou representação de classe (sendo impossível, portanto, delimitar o “universo” dessa população), lançamos mão de uma amostra não-probabilística (Deslandes et al., 2007), por acessibilidade e intencionalidade (Campos & Saidel, 2022). Aqui a representatividade do grupo partícipe da pesquisa está vinculada não a uma questão numérica, mas, à capacidade do grupo de entrevistados de fornecer as informações objetivadas na investigação. Da mesma forma, a intencionalidade na busca por determinados casais se aliou à capacidade dos investigadores de reconhecer nesses indivíduos características que propiciaram o acesso (em nosso caso, a construção) desses dados (idem).

Cientes de que pesquisas prévias apontam o Nordeste como a região do país onde encontramos uma maior disparidade de gênero, especialmente no desempenho do trabalho reprodutivo (Carneiro & Saraiva, 2023; IBGE, 2023; Nery & Brito, 2023), e desejando produzir um conhecimento que contribuísse para uma maior compreensão da nossa realidade local, elegemos o Ceará - dentre os estados nordestinos - para o desenvolvimento de nossa investigação, mais especificamente a cidade de Fortaleza. Tal recorte se fez, também, por questões de recursos e logística, ao compreendermos a importância das entrevistas ocorrerem de forma presencial, necessitando, assim, que nos deslocássemos aos locais eleitos pelos nossos participantes de acordo com a conveniência destes - como já discutido - , forçando-nos a nos restringirmos geograficamente a casais residentes da cidade onde nos situamos.

Partindo para uma perspectiva prática de como foi se desenhado o caminho metodológico da pesquisa, divisamos sua constituição a partir das seguintes etapas: 1. Contato inicial com casais dentro do perfil eleito; 2. Realização das entrevistas narrativas com cada integrante do casal; 3. Covalidação da síntese da entrevista individual pelos entrevistados; 4. Realização das entrevistas narrativas, com cada casal, mediadas através da leitura das sínteses narrativas de ambos (adaptação da autoconfrontação cruzada); 5. Tratamento e análise dos

dados através da análise narrativa na interlocução com o aporte teórico da pesquisa.

Os casais foram acessados por meio da rede de contatos da pesquisadora, seguindo os critérios de acessibilidade e conveniência (Campos & Saidel, 2022), considerando os termos eletivos já elencados. Nesse primeiro contato com os casais, foi informado todo o processo relativo às entrevistas narrativas e ao método da autoconfrontação cruzada, incluindo a gravação das entrevistas e posterior utilização em trabalhos acadêmicos. A partir do aceite dos casais, foram estabelecidas datas e locais para a realização das entrevistas que ocorreram entre os meses de dezembro de 2025 e março de 2026.

Primando por um ambiente que fosse conveniente para os participantes, além de adequado para o sigilo investigativo (atentando para o previsto na Resolução nº 466, de 2012 do Conselho Nacional de Saúde e os recursos disponíveis para a pesquisa), o local marcado para as entrevistas foi flexibilizado e, assim, algumas ocorreram nas residências ou dependências das residências dos casais e outras em salas reservadas nos locais de trabalho destes. Por fim, definimos nossa amostra, que abrangeu três casais (excetuando-se o casal pré-teste), com base na orientação técnica do momento qualificatório deste trabalho, além de considerarmos que a natureza da nossa investigação não recai sobre um determinado quantitativo de dados, mas, sob a qualidade destes em fornecer elementos suficientes para responder aos nossos objetivos (geral e específicos).

O conjunto das três entrevistas realizadas com o primeiro casal contactado (duas individuais com cada cônjuge e uma com o casal) configurou nosso pré-teste. Esse momento foi essencial, pois nos forneceu dados para que realizássemos os ajustes necessários na condução da entrevista narrativa, bem como nos suscitou a necessidade de elaborarmos um breve guia sobre a concepção do trabalho reprodutivo e das atividades que o compõem³⁷ (ver Apêndice B), visando uma melhor compreensão do nosso objeto de estudos, uma vez que - finalizadas as entrevistas individuais - o casal pré-teste mencionou ter ficado confuso sobre quais

³⁷ Tanto o guia explicativo, quanto as “perguntas motivadoras” utilizadas nas entrevistas narrativas foram baseados nas atividades contempladas pela PNAD 2022 (IBGE, 2023), bem como no nosso referencial conceitual sobre a matéria investigada.

tarefas/atividades compunham o trabalho reprodutivo, pontuando que não estavam familiarizados com o termo. A partir dessas modificações foram realizadas as demais entrevistas, sendo possível observar um desenvolvimento mais acurado da narrativa dos/as entrevistados/as seguintes sobre o tema.

Ademais, todas as entrevistas foram gravadas e transcritas para viabilização das análises. Uma vez que a seção seguinte tratará especificamente do conteúdo das entrevistas e, de mesmo modo, fará um delineamento do perfil dos entrevistados, não teceremos, por ora, mais detalhes sobre as entrevistas em si.

Tendo discutido a proposta metodológica da nossa pesquisa – que se coloca no movimento inventivo de conjugar a entrevista narrativa com uma inspiração na autoconfrontação cruzada – deslindando os arranjos frutos dessa escolha metodológica, iremos nos concentrar adiante na explicitação do método de análise do material erigido tanto nas entrevistas narrativas individuais, quanto na entrevista narrativa com os casais (momento favorecido pela autoconfrontação cruzada) que foi por nós utilizado.

Segundo Nunes et al. (2017) as entrevistas narrativas se configuram como técnicas para produzir histórias, podendo ser analisadas por diferentes formatos, após feitas a captação e a transcrição das mesmas. Conde e Souto (2023, p. 4), por exemplo, sumarizam dez passos para a feitura da análise de narrativas, enquanto Pachá e Moreira (2022) elencam cinco etapas para o mesmo fim. Embora Nunes et al. (2017, p. 10) reconheçam uma certa pluralidade nas formas de análise de narrativas, os autores pontuam, de forma geral, que estas visam escrutinar não “apenas o que é relatado, mas também como é relatado”. Dessa forma, aspectos paralinguísticos como o tom da voz, diferenças na entonação, expressões e pausas, por exemplo, são de suma importância para a compreensão do que não foi expresso em palavras, além de enriquecerem a análise do pesquisador.

Por questões de afinidades com a forma de análise proposta fizemos o uso, em nosso estudo, do método de análise de narrações tal qual proposto por Pachá e Moreira (2022) e . Para as referidas pesquisadoras, a análise de narrativas busca realizar um exame do material focando

em despertar os sentidos presentes na narrativa, assim, não pretendíamos esgotar as possibilidades de análise, mas, tão somente “abrir os sentidos” (p. 164).

A análise teve início desde o momento das transcrições das entrevistas, onde buscamos captar de forma mais fidedigna possível tudo aquilo que foi narrado, inclusive pontuando, como referido, as características paralinguísticas (tom de voz, pausas na narrativa que imprimiam significados, momentos em que foram adicionados gesticulações ao narrado, diferenças na entonação de determinadas palavras, seja enfatizando alguma parte silábica, seja imprimindo conotações irônicas, jocosas ou coléricas ao discurso, etc.) que foram observadas.

Para tal, as transcrições foram realizadas com o auxílio da ferramenta de inteligência artificial (IA) TurboScrib©, que se enquadra como um serviço de transcrição por IA, do tipo “ferramenta de fala-para-texto (speech-to-text)”, sendo uma plataforma de transcrição automática com versões gratuita e paga. Na versão paga – qual utilizamos – o usuário da plataforma tem acesso a ferramenta via conta – vinculada ao seu e-mail pessoal – por meio da qual pode “carregar” (ou enviar) os arquivos de áudio e receber as transcrições, que podem ser exportadas da plataforma em formatos diversos. Em nosso caso, elegemos o formato “word” (docx) para facilitar as correções e inclusão posterior das características paralinguísticas ao longo destas. Ressaltamos que na versão paga, o conteúdo dos arquivos enviados e/ou gerados pela plataforma, são armazenados de forma sigilosa, não estando disponíveis para quaisquer acessos que não sejam realizados pelo proprietário da conta, motivo pelo qual elegemos essa versão, a fim de assegurar o sigilo das informações que foram coletadas nas entrevistas.

Assim, de posse das transcrições, fomos realizando – de forma simultânea – a escuta e as correções necessárias das transcrições de cada entrevista (nos casos em que identificamos troca de palavras ou erros na grafia, por exemplo). Após a correção das transcrições, voltamos a escutar cada entrevista e, utilizando nossa capacidade mnêmica, bem como os registros do diário de campo – erigido ao longo da nossa investigação – relativos às entrevistas, íamos fazendo os acréscimos dos elementos paralinguísticos nas respectivas transcrições, como já referido, para garantir maior fidedignidade às nossas ponderações e inferências.

De posse das transcrições por nós validadas, realizamos uma análise formal do texto, que consistiu na separação entre o material indexado – relacionado a fatos e eventos – e o não indexado – pertinente a julgamentos e valores ou “aprendizados de vida” – momento em que expressamos nossas primeiras “impressões” acerca da narrativa como um todo, identificando as passagens narrativas (pequenos eventos e acontecimentos, dentro da narrativa maior), como orientado por Pachá e Moreira (2022). A partir desse primeiro tratamento das transcrições, geramos dois marcadores (cores) para selecionar/separar o material indexado e não indexado de cada entrevista, bem como um arquivo em separado com nossas impressões iniciais (que ia sendo acrescido a cada entrevista) fossem elas inferências ou articulações primárias com o nosso aporte teórico.

A fase seguinte da análise de narrativa é a mais minuciosa e busca a integração do conteúdo indexado ao não indexado, ou seja, o pesquisador deve se ater não somente a *o quê* está sendo narrado, mas ao *como* foi narrado, com o objetivo principal de identificar as unidades narrativas (as pequenas histórias ao longo da história maior) e a subsequente “identificação de seus temas ou mensagens principais” (Pachá & Moreira, 2022, p. 165) que devem constar em todas as entrevistas do *corpus* da pesquisa - e que serão por nós especificados no momento das análises.

Como Bauer e Jovchelovitch (2008) nos falam, a narrativa não é somente uma “listagem de acontecimentos”, mas o esforço de conectá-los, tanto no aspecto temporal, como no seu sentido (formando o enredo³⁸ da narrativa). Assim, essa fase possibilitou a identificação dos “pontos de transformação, momentos dramáticos, entrelaçamentos de eventos” (p.165) que podiam se relacionar com nosso objetivo central, ou seja, identificar, especificamente, se o evento pandêmico figurou como um momento, ao mesmo tempo, dramático e de possíveis transformações para os sentidos e a distribuição do trabalho reprodutivo entre os casais

³⁸O enredo é o que possibilita que as unidades narrativas ou individuais ganhem sentido na narrativa dos sujeitos. Ele dota a narrativa de coerência e sentido, fornecendo o contexto em que passamos a entender cada um dos eventos, personagens, descrições, metas, valores morais e relações que, comumente, compõem a história (Bauer & Jovchelovitch, 2008)

partícipes no interior de seus lares. Foi nesta fase que intentamos identificar a linha do tempo, com seus fatos e eventos, que foi conduzindo a dimensão distributiva do trabalho reprodutivo realizado pelos casais – antes, durante e depois do período pandêmico – buscando evidenciar se houve manutenção da distribuição do referido trabalho, experimentada na pandemia, no contexto atual. Nessa fase, também produzimos “comentários livres” que nos serviram de apoio para a elaboração de ideias e suspeitas, além de nos dar suporte para a “identificação de temas principais ou secundários” (Pachá & Moreira, 2022, p.165).

A terceira fase ou “fase analítica”, almejou relacionar os distintos eventos ou caminhos comunicados pelos casais de forma sistemática no intuito de reconstruir a biografia destes como um todo, abrangendo não somente a sequência biográfica das experiências em cada ciclo – em nosso caso, no antes, durante e após a pandemia –, mas também as funções e os sentidos do enredo que se apresenta na atualidade e que nos possibilita compreender a narrativa (Bauer & Jovchelovich, 2008).

A quarta fase, tratada como “análise do conhecimento”, centrou-se no material não indexado em busca das teorias e explicações narradas pelos/as entrevistados/as que formavam sua “autocompreensão dos eventos experienciados” (Pachá & Moreira, 2022, p. 165), ou seja, “as teorias desenvolvidas pelo entrevistado sobre sua história de vida e sua identidade”. Esta fase nos possibilitou alcançarmos não somente as “razões” que eles forneceram para a configuração distributiva narrada, mas, também, as influências culturais e sociais que são intrínsecas a essas explicações ou justificativas, aprofundando os sentidos que os casais entrevistados atribuem à distribuição do trabalho reprodutivo entre si. Ademais, nesse momento, nos foi possível confirmar ou refutar as tendências e justificativas teóricas que as pesquisas apontavam acerca da distribuição desse trabalho entre os casais heterossexuais de classe média.

Por fim, a última e conclusiva fase consistiu na “comparação contrastiva” entre as entrevistas. O intuito desta fase foi a “construção de um modelo teórico ou processual” acerca do tema central da investigação (p. 165), momento em que aglutinamos os achados acerca dos três casais em categorias analíticas que compõem nosso tema central, a saber: Sentidos do

Trabalho Reprodutivo, Distribuição do Trabalho Reprodutivo, Pandemia e Conciliação ou Enfrentamento.

Após concluirmos a “comparação contrastiva”, passamos para o processo de inferências a partir dessas categorias finais, atingindo o processo de análise propriamente dito dos resultados obtidos através da interlocução com nosso arcabouço teórico. Dito isto, na seguinte seção abordamos a análise e a discussão do *corpus* construído, momento final, no qual somos credores, possibilitou-nos o alcance dos nossos objetivos (geral e específicos).

Nos Embalos do “Lar Doce Lar”: Discussões e Análises

Para além da análise e discussão do *corpus* desta pesquisa, nesta seção intencionamos transmitir ao nosso leitor um pouco da história de cada entrevista narrativa realizada, desde os primeiros contatos até a sua realização. Somos credores de que a riqueza presente naqueles momentos não pode ser resumida ao que foi gravado e transcrito, extravasando para o que foi vivenciado no encontro com cada participante – em separado e enquanto casais –, tão símiles e diferentes a um só tempo. Ao intentarmos dar visibilidade a dinâmica distributiva do trabalho reprodutivo para cada casal, devemos iniciar dando destaque para cada um destes em suas idiossincrasias.

Dessa forma, iremos apresentar, inicialmente, um breve relato de alguns percalços que tivemos – e que já anunciavam que a temática abordada nos trazia um desafio a mais, ao adentrar na intimidade das relações sociais de sexo no interior dos lares – até chegarmos no grupo de entrevistados finais. Na sequência, apresentaremos um sucinto perfil socioeconômico e laboral dos casais entrevistados, seguido da narrativa de cada entrevista e finalizaremos esta seção com a análise e discussão do *corpus* propriamente dito.

Nesse sentido, após a definição do caminho metodológico a seguir, acionamos (via *whatsapp*) nossa lista de contatos (pessoais e profissionais) no intuito de receber indicações de potenciais participantes dentro do perfil eleito. Desde o primeiro momento, suspeitávamos que o requisito de semelhança laboral fosse gerar uma certa dificuldade em encontrarmos casais que se encaixassem neste. Conscientes dessa possibilidade, iniciamos nossas buscas em novembro

de 2025 e somente em dezembro de 2025 conseguimos os primeiros interessados. Dois casais de amigos se prontificaram, mas, embora preenchessem o perfil laboral requerido, foram excluídos, pois começaram a coabitar no momento da pandemia, o que invisibilizaria perceber mudanças que o referido evento pudesse ter trazido para a distribuição do trabalho reprodutivo entre estes. No começo de dezembro, também, realizamos o pré-teste, com um casal de médicos, que gerou a elaboração de um breve guia com a definição e descrição das atividades que conformam o trabalho reprodutivo (ver Apêndice B), como já referido, a ser apresentada no momento do *rapport* das entrevistas individuais.

No final de dezembro, mais um par foi indicado por um dos casais amigos que não se enquadraram nos pré-requisitos. Entramos em contato com a esposa e esta, prontamente, deu seu consentimento, mas informou que precisava verificar a adesão do seu marido. Alguns dias depois, ela retornou e informou que não poderiam participar, devido a recusa do esposo, ao saber da temática do estudo (a distribuição do trabalho reprodutivo entre estes). A contatada ainda relatou que tentou insistir, mas seu companheiro afirmou não se sentir “à vontade” para falar da temática.

No começo de janeiro de 2026, ao intensificarmos os esforços de divulgação entre grupos de whatsapp e listas de emails, outro casal é indicado: um administrador (45 anos) e uma farmacêutica (40 anos) com 1 filho (5 anos). O marido aceitou participar, mas pede para checar com a esposa e informa que dará retorno. Não recebemos retorno e quando o procuramos novamente, ele afirma que a esposa está relutante. Ocasão em que ele nos solicitou mais informações para “convencer” sua companheira (apesar de fornecermos, desde o primeiro contato telefônico, informações breves sobre a natureza da pesquisa e objeto de estudo). De todo modo, encaminhamos o TCLE e nos dispomos a falar com a companheira para dirimir quaisquer dúvidas e receios, mas depois de dois dias, ele informa que ela decidiu não participar, sem dar mais explicações.

Continuamos com a divulgação e conseguimos, por meio de contatos no trabalho da pesquisadora (professora universitária), dois casais de professores sem filhos que se dispuseram a participar. Em meados de janeiro, tivemos nossas últimas indicações, crescendo mais três

casais. Desses cinco casais, três foram contactados e aceitaram o convite (formando nosso grupo de entrevistados). Um casal não chegou a ser contactado, após definirmos que limitaríamos a três casais (conforme já reportamos) e o último que havia sido contactado e dado o seu aceite – além de já ter marcado data e horário para as duas primeiras entrevistas individuais – contudo, quando fomos confirmar a entrevista na semana do agendamento, não tivemos mais retorno. Dado curioso sobre o último casal desistente é que o marido havia enviado um áudio para o contato que nos indicou, informando o seu aceite e alertando que a conclusão de nossa investigação seria: Não se case! Essa informação aliada a recusa dos dois primeiros casais contactados nos fez recuar pelo momento em que estaríamos entrevistando os casais conjuntamente, ocasião em que “confrontaríamos” as perspectivas de cada cônjuge sobre a distribuição do trabalho reprodutivo entre estes. De todo modo, demos sequência a nossa investigação, certos de que a pesquisa social tem seus desafios, porém é necessária e urgente!

Dando continuidade, dispomos na Tabela 1, abaixo, sinteticamente, as principais informações socioeconômicas relativas aos casais entrevistados. Asseguramos que os reais nomes dos participantes da pesquisa foram omitidos e substituídos, cumprindo com a prerrogativa do anonimato firmado junto a estes. Para tanto, tomamos por inspiração o nome de casais fictícios de duas obras da célebre escritora cearense Rachel de Queiroz, a saber: os casais “Marialva e Valentim” e “Maria Moura e Duarte” da obra “Memorial de Maria Moura” (Queiroz, 1992) e o casal “Dôra e Jesuíno” do livro “Dôra, Doralina” (Queiroz, 1975). Elegemos os nomes de personagens que, de certa maneira, guardam alguma similitude com a dinâmica exalada por cada par, além de desejarmos prestar homenagem à estimada escritora do nosso Estado.

Tabela 1

Dados sociodemográficos dos casais entrevistados

Entrevistados/as	Idade	Residência	Idade dos filhos / gênero ³⁹	Composição familiar	Escolaridade
Dôra	36	Própria		Casal e 2 crianças	Doutorado

³⁹ Consideramos o gênero atribuído a cada criança pelos seus respectivos pais, sendo todas consideradas cisgênero.

Jesuíno	38		4 e 3 anos (menino)		Pós-graduado (residência médica)
Maria Moura	41	Própria	8 anos (menino)	Casal e 2 crianças	Pós-graduado (residência médica)
Duarte	45		e 4 anos (menina)		Pós-graduado (residência médica)
Marialva	44	Própria	—	Casal sem filhos	Doutorado
Valentim	43				Doutorado

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

Como referido, o recorte eleito para nossa pesquisa foram casais heterossexuais e de classe média. Ademais, todos os casais se declararam brancos, corroborando os dados das pesquisas de Zanello et al. (2022) e Jesus e Myrrha (2020) que obtiveram o mesmo recorte racial em sua amostra com casais de classe média e alta, denunciando, ainda, a nítida desigualdade sóciorracial, quando comparamos com estudos com casais de baixa renda que eram, em sua maioria, negros ou pardos (Bruschini & Ricoldi, 2012; Affonso et al., 2025).

Com relação a formação escolar, todos possuíam alto grau de instrução (pós-graduação) nos indicando que, possivelmente, a distribuição do trabalho reprodutivo entre estes fosse mais equitativa, em comparação àqueles casais com menor grau de escolaridade, como apontam os mais recentes estudos (IBGE, 2023; Carneiro & Saraiva, 2023; Valenzuela, 2025). Ademais, em termos etários, temos um intervalo de 38 a 45 anos de idade, localizando-os na faixa etária que mais é demandada em termos de trabalho reprodutivo, uma vez que as pesquisas assentem ser nessa fase do curso de vida que surgem os filhos (ou já há a presença de filhos pequenos) demandantes de mais cuidados (Pinheiro et al., 2023; Medeiros & Pinheiro, 2018). O que vem a ser o caso dos casais “Maria Moura e Duarte” e “Marialva e Valentim”, ambos com filhos pequenos de 3 a 8 anos de idade.

Partindo para o conjunto dos critérios profissionais eleitos para seleção dos nossos participantes, apresentamos, a seguir, a Tabela 2 que dispõe as principais informações sobre o trabalho produtivo dos casais entrevistados.

Tabela 2

Dados laborais dos/as entrevistados/as

Entrevistados/as	Profissão	Renda em SM ⁴⁰	Cargo / Especialidade	Jornada Laboral	Vínculo
Dôra	Psicóloga	13 SM	Psicóloga Clínica	Horários flexíveis (em torno de 20 horas)	Autônoma
Jesuino	Médico	23 SM	Traumatologista	Escalas 12/36 e horários fixos	Concursado / Autônomo
Maria Moura	Médica	23 SM	Anestesista	Escalas 12/36 e horários fixos	Concursada / CLT
Duarte	Médico	15 SM	Médico Intensivista / Gestor	Escalas 12/36 e horários fixos	Concursado / CLT
Marialva	Psicóloga	13 SM	Professora Universitária	40 horas semanais	Concursada
Valentim	Odontologista	6 SM	Professor Universitário / Coordenador de Curso	20 horas semanais (10 coordenação e 10 de horista com oscilações)	CLT

Fonte: Elaborada pela autora (2026).

De maneira uníssona, os entrevistados compõem a classe dos profissionais liberais, notórios representantes da classe média (Castro et al., 2023) que, apesar de gozar de uma renda favorável, não é detentora dos meios de produção, ou seja, precisa se colocar no mercado tal qual o restante da classe trabalhadora, embora em situações inexoravelmente menos precárias (Cueva et al., 1997).

Considerando as rendas dos casais - que variam de 18 a 38 salários mínimos - pode haver o questionamento se o casal “Maria Moura e Duarte”, por exemplo, que conjugados auferem renda de 38 salários mínimos, não estariam na classe alta. Contudo, como já referimos, tomamos a formação identitária da classe média brasileira a partir de uma perspectiva mais sociológica do que econômica. Dito isto, em nossa investigação, a classe média é caracterizada por ser constituída de sujeitos que se localizam nas camas “AB” da população, ou seja, “pessoas com renda domiciliar elevada, nível superior de escolaridade, inseridas em categorias ocupacionais de prestígio médio-alto, com maiores probabilidades de possuir plano de saúde, poupança, frequentar teatros, viajar para o exterior, ter os filhos estudando em escolas privadas etc” (Salata, 2015, p.134). E dessa forma, adequa-se aos dados encontrados no perfil dos participantes do nosso estudo que, além de ocuparem cargos de considerável reconhecimento social em nossa sociedade, como médicos e professores universitários, possuem renda familiar elevada e todos contam com pós-graduação.

⁴⁰ Consideramos os valores das rendas autodeclaradas pelos/as entrevistados/as.

Entretanto, encontramos algumas adversidades quando iniciamos as entrevistas. Mesmo tendo feito a divulgação da pesquisa explicitando os pré-requisitos que qualificavam os participantes para mesma, ou seja, divulgando os critérios sócio laborais e confirmando estes com as pessoas que indicaram os participantes - e com os próprios entrevistados no momento do contato telefônico - tivemos divergências entre os vínculos laborais e as jornadas de trabalho entre dois casais: “Marialva e Valentim” e “Dôra e Jesuíno”, em especial. O primeiro casal apresenta uma diferença de estabilidade no vínculo e na jornada laboral: enquanto Marialva é concursada, com carga horária fixa, Valentim é celetista e tem uma jornada laboral que pode variar, semestre a semestre, conforme as aulas que ele ministra. Já Dôra é autônoma e “estabelece” seus horários no consultório, em contraposição a Jesuíno que, embora seja autônomo e, de mesmo modo, tenha horários variados dedicados ao consultório, é, também, “pejotizado”⁴¹ trabalhando em regime de plantões (12/36). Somente Maria Moura e Duarte são médicos celetistas e plantonistas concursados, tendo jornadas e vínculos laborais semelhantes, atualmente.

Nesse sentido, questionamo-nos sobre a viabilidade do estudo diante essa variação no perfil que traçamos inicialmente. Porém, por questões de prazo para realização da pesquisa e considerando a dificuldade na indicação e aceite dos participantes, optamos por validar esses dois casais, entendendo que teremos que estar atentos para distinguir as disparidades inerentes às questões produtivas, daquelas que falem das relações sociais de sexo que se estabelecem no interior do casal. Dito isto, passemos a narrativa das entrevistas individuais e com os casais.

Relato das Entrevistas: sobre aproximações, reflexões e afetos

Exclusivamente para esse momento específico, reservamo-nos a prerrogativa de uma linguagem mais coloquial (em primeira pessoa) a fim de expressarmos todas as afecções e sensações geradas e apreendidas ao longo das entrevistas, além de favorecer o compartilhar do percurso que trilhamos, retratando as incertezas, os medos, as angústias e mesmo as falhas e percalços que fazem da “pesquisa social um campo de possibilidades, caminhos e descaminhos”

⁴¹ Profissional que constitui pessoa jurídica para realizar a prestação de serviços a terceiros.

(Meyer, 2018, p.101). Salientamos que as informações aqui acessadas são decorrentes, tanto das entrevistas, quanto do diário de campo que foi se constituindo ao longo de nossa investigação, como já referido.

Para tanto, iremos discorrer sobre as entrevistas com cada casal, de forma sequenciada, sem seguirmos, necessariamente, a ordem cronológica em que estas foram ocorrendo, considerando que foram realizadas três entrevistas por casal e algumas delas ocorreram de forma intercalada. Assim, por questões didáticas, abordaremos cada bloco de entrevistas por cônjuges de forma sequenciada, no intuito de demarcarmos a dinâmica de cada diáde, iniciando pelo casal referente à primeira pessoa entrevistada.

Duarte

Eu já conhecia Maria Moura (esposa de Duarte) da turma de Yoga, na qual sou instrutora. Ela foi minha aluna, mas saiu desde julho de 2025, pois queria estar presente nos momentos de colocar as crianças para dormir, evento que acontece simultaneamente ao horário da prática de Yoga. Assim, eu já sabia que ela estava dentro do perfil da pesquisa, restava-me descobrir se o marido também. Entrei em contato com ela via whatsapp, informei dos critérios eletivos para os casais participantes e ela, sem nenhum questionamento sobre a natureza da pesquisa ou esclarecimentos, prontamente, disse que aceitava, bem como seu esposo (mesmo sem consultá-lo). De todo modo, passei as principais informações sobre a pesquisa, assim como o TCLE para eles assinarem e devolverem.

Na data e horário marcados (18 horas), mando mensagem antes de sair de casa para lembrar do compromisso. Ela não responde, mas vou à sua residência (local eleito por ela) de todo modo. No elevador do prédio, “cruzo” com o esposo: Duarte, que me cumprimenta e segue descendo no elevador. Eu o reconheço e penso que irei começar primeiro com ela e depois com ele (que deveria retornar). Assim, subo para o apartamento, toco a campainha da porta de serviços e quem me recebe é o filho do casal de 8 anos. Me apresento e digo que vim falar com a mãe dele. A criança avisa que a mãe não está e que ele está sozinho com a babá e a irmã de 4 anos (que está tomando banho). Nesse momento me dou conta de que, ou Maria Moura

esqueceu da entrevista agendada, ou aconteceu algum imprevisto, e me sinto constrangida perante a criança que me olha de forma inquisitiva.

Logo em seguida surge a babá, com um semblante supreso e me questiona o que desejo. Informo o corrido e ela tenta entrar em contato com Maria Moura que, assim como ocorreu comigo, não lhe retorna. Nesse meio tempo, Duarte retorna carregando um garrafão de água de 20L. Ao me ver na cozinha da casa (local onde toda a cena se desenrolava) expressa mais surpresa do que a babá. Eu lhe explico a situação, mas ele diz que não estava sabendo de nada. Me vejo numa “saia justa”, mas decido convidá-lo e pergunto se ele se oporia a fazermos a entrevista, explico-lhe sobre a pesquisa rapidamente e ele diz sorridente que “topo fazer sem problemas”. Ele explica que apesar de Maria Moura não ter lhe comunicado, esse é “bem o jeito dela”(sic), fazendo menção a ela combinar eventos ou compromissos para os dois e não lhe comunicar, antecipadamente, de modo que ele estava “acostumado” (sic).

Vamos para a sala e, antes de iniciarmos, o filho pergunta se pode assistir TV no mesmo ambiente ou se é o caso dele ir para o quarto. Duarte pede pra ele ir para o quarto, de maneira carinhosa e fazemos a entrevista na sala, a sós, sem sermos interrompidos até a sua conclusão. Antes de iniciarmos, leio o TCLE com ele, coeto sua assinatura – entendendo que a ausência de retorno dos TCLE’s assinados, que foram solicitados no agendamento, haviam, assim como a entrevista, sido esquecidos – e faço a explanação do que seria trabalho reprodutivo com auxílio do guia descritivo. Sem questionamentos da parte de Duarte, passo ao preenchimento dos dados sociodemográficos e, após ele assentir que entendeu os critérios da pesquisa, seguimos com o gravador ligado.

Durante a entrevista, Duarte se mostra a vontade, mas inseguro sobre se está conseguindo responder ao que se pede, questionando-me algumas vezes. Faço algumas intervenções dizendo que é exatamente o que ele está narrando e apenas ao final da narrativa, peço que ele detalhe algumas tarefas e porque ele as “assumiu”. Durante toda a entrevista, Duarte se mostra tranquilo e bem humorado. Em alguns momentos, ele olha para baixo ou diminui o tom de voz quando ia apontar algum aspecto que parecia não sentir orgulho, em uma

espécie de “confissão” ou “segredo”, como procrastinar alguma tarefa (a exemplo de consertos na casa) ou declinar de algum afazer que ele não goste (como acompanhar os assuntos escolares). Ele, também, faz gestos de embaraço com boca e mãos, simulando alguém que prevê uma “bronca”, encolhendo os ombros e sorrindo com um certo toque de “nervoso”, a exemplo de quando menciona que não se habilita a participar de reuniões escolares ou sobre não saber de remédios e consultas das crianças ou mesmo do que elas estão precisando em determinado momento (roupas novas, materiais de higiene etc.).

Após encerrada a pesquisa, ele me acompanha até a saída e me deseja boa sorte, mas questiona o nome “trabalho reprodutivo”. Explico, novamente, o que significa e ele assente que terei mais “sorte” de conseguir participantes se trocar por “trabalho doméstico”. Duarte, ainda, faz a “previsão” de que aqueles casais em que os homens são “sem futuro”(sic), em outras palavras, que não desempenham tarefas domésticas, não irão aceitar participar da pesquisa. Nesse momento, acabo por soltar um riso de cumplicidade, pois eu compartilhava da mesma suspeita/percepção.

Maria Moura

Como pontuei, realizei o agendamento da entrevista dela e de seu marido, mas na data e horário marcados ela não estava em casa e nem respondia as mensagens que eu havia enviado de confirmação. No mesmo dia, já tarde da noite, ela responde as mensagens, informando que teve um evento (aniversário de casamento de uma grande amiga) que já havia sido marcado anteriormente e que ela havia esquecido no momento em que agendou comigo. Em sua mensagem, ela pede desculpas e justifica que havia esquecido de marcar na agenda, e nesses casos, certamente ela esquece, pois afirma ter muitos eventos para se lembrar. Remarcamos para a semana seguinte. No dia marcado, pela manhã, confirmo a entrevista e ela assente que está confirmada e que já acordou lembrando.

À noite, às 20horas, vou à sua casa para entrevista. Os filhos estão se arrumando para dormir e fazemos a entrevista no quarto da filha, pois sua mãe estava na sala com os netos. A filha nos acompanha até o quarto, mas Maria Moura solicita que ela fique com o pai e pede

“emprestado” seu quarto para fazermos a entrevista. A criança concede o empréstimo e iniciamos. Nesse momento, recorro a forma que Duarte falou com o filho, na entrevista anterior, e fica notória a forma como esses pais tratam as crianças com respeito e amorosidade, exercendo a parentalidade de forma não violenta ou autoritária. Inicio pelos dados sociodemográficos e Maria Moura começa a responder, mas me questiona se o esposo já não havia dado essas informações. Explico que ele não mencionou a renda dela, por exemplo, e ela diz que realmente eles não sabem o que o outro ganha, denotando uma certa independência financeira do casal entre si.

Findo esse momento, acionamos o gravador e Maria Moura se mostra bem à vontade para falar sobre a temática abordada, mas de forma bem sucinta e, em alguns momentos, vejo-me tendo que intervir, para solicitar detalhamentos. Durante a entrevista ela busca confirmação ou apoio em algumas colocações, um certo “companheirismo” de uma “mãe-trabalhadora-dona de casa” para outra. Nesses instantes, sorrio de forma a encorajar a continuidade da narrativa. Em alguns momentos, Maria Moura solta suspiros quando fala do cansaço e exaustão que a maternidade trouxe. No meio da entrevista, Duarte entra silenciosamente para pegar o pijama da filha no guarda-roupa e sai discretamente como se não tivesse sido notado. Ela ri e menciona que esse é o momento de colocar as crianças para dormir e que esse foi um dos motivos para ter se ausentado das aulas de Yoga, que eram realizadas no seu prédio de 19:30 às 20:30. Ela queria poder ter esse momento com os filhos, em família e, assim, abdicou desse “tempo para si”.

Ao final da entrevista ela me leva à porta e vai perguntando sobre os “próximos passos” e pergunta quando eu vou marcar a “acareação”, insinuando que o momento da entrevista com o casal junto seria um momento de tensões, mas o faz de maneira jocosa, rindo. Marcamos a data para a entrevista do casal e nos despedimos afetuosamente.

Maria Moura e Duarte

No dia marcado, chego a sua casa, no horário combinado, e Maria Moura me recebe a porta, porém está acompanhada de uma amiga (também médica) do seu “clube do vinho”. Elas estavam selecionando vinhos para o próximo encontro e, dessa forma, espero alguns minutos

antes de podermos dar início. Duarte estava fazendo uma vitamina para os filhos e a babá estava na cozinha. Enquanto eu esperava sua amiga ir embora, Duarte ficou “dando atenção” às crianças que estava assistindo TV, ao mesmo tempo em que estava organizando um “cinema com pipoca” para estas, a fim de fazermos a entrevista sem interrupções. Esperei cerca de uns 15 minutos, sentindo que, de alguma forma, havia “invadido” a rotina da família. Maria Moura, porém, estava bem a vontade conversando com a amiga, sem demonstrar preocupação com a minha presença. Depois que finalizou, fomos para outro cômodo para não sermos interrompidos. As crianças ficaram entretidas na TV e não tivemos contratempos.

Maria Moura ainda estava de roupa de academia, dando a impressão que foi surpreendida pela chegada da amiga e, desse modo, não teve tempo de tomar banho e trocar a roupa. Duarte, por sua vez, já se encontrava visivelmente “trocado”. Como os dois fazem atividade física juntos, no condomínio, ao fim da tarde, esse fato me sinalizou, em verdade, que possivelmente ela não teve o mesmo “tempo” que Duarte para se preparar para a entrevista. Maria Moura, antes da entrevista, começa a arrumar a sala em que vamos fazer a mesma, que está visivelmente cheia de revistas, brinquedos e outros objetos, supostamente, fora de lugar. Seria uma sala da “bagunça”. Duarte, nesse momento, não se prontifica a arrumar o ambiente da mesma forma. Eles se sentam juntos no sofá e eu em um “pufe”.

Durante toda a entrevista eles mantêm um clima de leveza e comicidade, especialmente, Maria Moura que riu em demasia durante toda entrevista e, por inúmeras vezes, teve que “limpar” seus olhos em sua camiseta, pois usa óculos e estes ficavam embaçados com as “lágrimas de riso”. Duarte também riu em alguns momentos. Ao iniciarmos, entreguei a transcrição da entrevista individual de cada cônjuge para seu/sua companheiro/a. No momento, solicitei que cada um fosse lendo a entrevista e pedi que em caso de se sentirem a vontade, já podiam tecer alguns comentários durante este momento e, a partir de então, a gravação de áudio teve início. Essa condução não havia sido planejada dessa maneira, mas como era a segunda entrevista de casal realizada na pesquisa, optei por manter a mesma dinâmica que foi se constituindo na primeira entrevista, onde o casal leu simultaneamente e, de mesmo modo, foram

tecendo comentários, o que se provou ser muito pertinente para os elementos que eu buscava “despertar” com esse momento de “autoconfrontação cruzada”.

Contudo, nessa entrevista não funcionou da mesma forma. Duarte leu quase toda a entrevista da esposa em silêncio, assim como Maria Moura – que de tempos em tempos parava a leitura para gargalhar de algo – e ambos fizeram poucos comentários. Entretanto, Maria Moura teceu um pouco mais de comentários. Durante a entrevista eles tiveram poucas discordâncias: Maria Moura pontuou algumas datas e eventos que estava fora de uma ordem cronológica, ao passo que Duarte considerou que ela não prestou o devido reconhecimento ao trabalho que ele fazia em casa, dizendo que ela afirmou que ele não fazia nada (fato que não constava da entrevista da Maria Moura). Porém, sua afirmação levava um tom de brincadeira, onde ele interpretava alguém bem “carente e injustiçado”. Ambos riam e faziam carinho um no outro constantemente, por exemplo, ela lhe deu um beijo quando agradeceu os cafés da manhã que ele preparava. Ele ficou um pouco mais alheio da entrevista quando acabou de ler e a esposa ainda estava lendo.

Quando Duarte finalizou a leitura da entrevista de Maria Moura, passou a “consertar” coisas na sala: juntando peças de brinquedos e objetos. Pareceu-me um pouco ansioso, ser alguém mais “inquieto”. Maria Moura exclamou algumas vezes que ele era repetitivo em sua fala, mas depois disse que realmente era uma rotina que não tinha muitas mudanças, justificando o padrão de narrativa do esposo. Quando ambos finalizaram a leitura, Duarte comenta que, realmente, ele não tem muitos amigos e lazer e que Maria Moura tem mais eventos e um ciclo de amizades diverso. Pareceu-me que somente no momento da entrevista que Duarte percebe ou “se dá conta” desse fato. Quando questionados se tem alguma controvérsia no que foi dito por cada um, Maria Moura fala que eles se complementaram, que as entrevistas estavam de acordo entre si. E, desse modo, eles não expressam desejo de mudanças ou insatisfações em relação à distribuição do trabalho reprodutivo entre estes. De mesmo modo, não percebo que esse momento de “confronto” tenha gerado alguma tensão entre o casal, ao contrário, percebi um certo companherismo deles ao resgatarem a história como um casal (e

família), uma espécie de “renovação dos votos” de uma vida a dois. Despeço-me feliz e aliviada por não ter gerado incômodos para o casal (o que veremos, a seguir, não foi o caso de Jesuíno e Dôra).

Jesuíno

Realizei o contato com Dôra, que me foi indicada por uma amiga dos tempos de mestrado. Prontamente ela aceitou o convite, afirmando: “Por mim é tranquilo. Tenho mestrado e doutorado, sei bem os desafios de encontrar participantes para a pesquisa” (sic mensagem do Whatsapp). Contudo, ela me solicitou algum material informativo para conversar com o esposo e conseguir seu aceite. Enviei o TCLE para eles assentirem e um áudio explicando mais detalhes da pesquisa. Na semana seguinte, como não tive retorno, contactei Dôra novamente e ela respondeu: “Poxa, essa semana foi tão corrida que eu esqueci. Mas dá certo” (sic Whatsapp). Marcamos o horário e local de conveniência para o casal (sábado às 10 horas da manhã na residência destes). Quando chego na residência do casal – um condomínio de casas duplex – Dôra me recebe a porta e informa que ainda não tomou café da manhã, pois estava em uma reunião da escola. Desse modo, eu iria começar a entrevista com Jesuíno que já estava ciente. Aguardo alguns minutos, conversando com Dôra, pois Jesuíno ainda está tomando banho – reservo apenas esse apontamento sobre tal momento, pois vamos entender melhor na entrevista com Dôra. Quando ele desce (a casa é duplex), pede-me desculpas pelo atraso e justifica que havia se atrasado por ter que limpar o vômito que uma das duas cachorras do casal havia feito no quarto destes. Dôra sugestiona que ele vá para o quarto de hóspedes, mas Jesuíno diz preferir que a entrevista seja no “deck” do condomínio, onde ele acredita que será mais “tranquilo”, pois as crianças estão em casa.

Durante toda a entrevista, Jesuíno se mostra tranquilo, após fazer uma breve explanação sobre trabalho reprodutivo (com auxílio do guia) e solicitar sua assinatura do TCLE, peço-lhe autorização para iniciar a gravação e ele começa sua narrativa sem problemas, mas quando vamos falar do período pandêmico, ele diz que ficava difícil de recordar, contudo, consegue dar prosseguimento. Em alguns momentos, ele diz que a esposa vai discordar dele, ou responder

outra coisa, mas fala que eu devo acreditar em sua “versão”. Jesuíno não se mostra constrangido com nenhum assunto e se diz feliz com sua paternidade e por ter feito diferente do exemplo paterno. Encerramos a entrevista sem interrupções. De forma geral, Jesuíno esteve bastante relaxado falando da rotina da família e resgatando a história de vida do casal e sua relação com o trabalho doméstico.

Dôra

Como mencionei, ao chegar a sua casa Dôra abriu a porta para mim e percebo que há cachorros de médio porte latindo na sala. Ela pede para eu esperar na entrada, uma vez que ela ia colocá-los para o segundo andar, de modo que não atrapalhem a gravação da entrevista. Dôra pede desculpas por não estar “pronta” para fazermos a entrevista, pois ainda estava tomando café da manhã, na mesa da sala, com um dos filhos (o mais velho). Assim, como já abordamos, ela fala que seria melhor, então, começarmos a entrevista por Jesuíno.

Enquanto aguardamos Jesuíno descer, Dôra vai narrando a correria que é o fim de semana sem “as ajudantes” (empregada doméstica e babá) e com duas crianças pequenas e dois cachorros. Na ocasião, ela me explica que somente está tomando café naquele horário porque tinha acabado de retornar de uma reunião da escola dos filhos que demorou mais do que o esperado. Dôra reclama da reunião, visivelmente chateada, pois alega que a mesma não trouxe “informações novas”, e que era a terceira reunião promovida pela escola para abordar praticamente os mesmos tópicos. Ela menciona, ainda, que devido ao nosso compromisso, ela saiu antes da reunião acabar. Aqui eu já começava a me questionar sobre o desgaste e a carga mental que lhe era imposto com relação ao acompanhamento escolar das crianças, que adentrava o fim de semana. Nesse momento, o filho mais novo aparece na escada – que tem uma grade para os cachorros não saírem – e “solta” um dos cachorros, ele vem na minha direção e ela o chama pra retornar para o segundo andar. O cachorro obedece prontamente, na ocasião comento que ele é muito “adestrado” e ela fala que todos na casa são muito obedientes, “cachorros, filhos e até o marido” (sic).

Enquanto aguardo ela terminar o café, Dôra vai comentando sobre a amiga em comum

(a que lhe indicou para a pesquisa), comentamos sobre fazer pesquisa (mestrado e doutorado), ela vai contando como foi fazer o doutorado em São Paulo, da relação muito próxima com sua orientadora – uma mãe – que garantiu que ela não desistisse. Nesse momento, Jesuíno aparece e já sabemos o desenrolar dessa ocasião. Um pequeno detalha a acrescentar: antes de iniciarmos as entrevistas, para otimizar o tempo, antecipei a coleta dos dados sócio-demográficos (renda, idade, tipo de moradia, etc.) com os dois. Nesse momento, ela estima o valor da renda de Jesuíno em 45 mil, mas ele a interrompe e diz que “não ganha isso tudo”(sic) e declara ganhar entre 30 a 35 mil reais. Na ocasião, percebo em certo desconforto de Jesuíno com o valor que Dôra estimou.

Após a conclusão da entrevista de Jesuíno, aguardei no deck do condomínio por Dôra, pois ele havia dito que ela me ligaria e ela também fazer naquele espaço e disse que iria chamá-la. Dôra chega perguntando se deu certo a entrevista com o marido, se foi como eu precisava. Assinto que sim e damos continuidade a nossa entrevista. Leio com ela o TCLE e as instruções sobre o que seria o trabalho reprodutivo para que ela considere aquele conjunto de atividades em sua fala. Começamos a entrevista gravada e ela se mostra bem confortável, sem receios em suas respostas e fazendo avaliações dos vários momentos que relatava. Muito tranquila nos questionamentos de esclarecimentos – ao fim da entrevista – e não mostrou receio em falar sobre nenhum tópico. Ao final, pontua que “fala muito”, questiona se eu “consegui” o que queria e diz que está muito curiosa para saber o que o marido falou em sua entrevista. Nos despedimos, deixando agendado a entrevista com o casal, sem precisar que ela conforme com ele, mostrando que ela tem uma certa influência sobre os compromissos que o casal assume. Um fato interessante: ao final da entrevista, ela diz que eu somente iniciei a entrevista por Jesuíno, em verdade, porque ele deveria ter ido a reunião na escola, mas como ele não acordou no horário, ela teve que ir em seu lugar, gerando o “atraso” de nosso compromisso. Nesse ponto, percebo que as tarefas relativas aos filhos, nesse casal, parecem ter um “peso” maior para a mulher.

Chego no horário marcado e encontro Dôra chegando, também, a sua residência. No meio da semana anterior, ela havia entrado em contato para remarcar a entrevista para um horário mais cedo (8 horas da manhã), considerando que as crianças teriam dois aniversários para irem e um deles seria no período da manhã. O filho mais velho está acordado na sala de estar e o mais novo dormindo. Jesuíno está tomando banho e logo desce as escadas. Ela chegou da academia e já começa a preparar o café da manhã da família. Jesuíno se coloca para “ajudar”, enquanto ela corta as frutas dos filhos, prepara o café e vai fazer ovos mexidos para as crianças. Ele pega umas panquecas na geladeira e coloca no prato do filho, além de iogurte e outros itens prontos na geladeira (já percebo uma certa divisão de tarefas nesse momento, onde ela “prepara” os alimentos, enquanto ele os “serve”).

Dora sugere que façamos a entrevista à mesa da sala, onde estão tomando café da manhã, pois não teremos tempo de fazê-la após o término da refeição, uma vez que já iriam arrumar as crianças para os referidos eventos. Sem ter como controlar o ambiente, barulhos e interrupções, mesmo assim, aceito o “ajuste”, pois, também, estou com o cronograma limítrofe para finalizar as entrevistas. A entrevista começa com minha sugestão de que eles leiam a transcrição um do outro para depois conversarmos sobre seu conteúdo. Na ocasião percebo que esqueci as cópias impressas, desse modo, “abro” as transcrições no meu laptop e Jesuíno decide iniciar a leitura.

Ele começa a ler em voz alta, mesmo que não tenha sido solicitado (o que eu achei bem pertinente, pois Dôra pôde ir acrescentando explicações ao que estava sendo lido). Depois de um certo tempo, Dôra questiona se pode começar a ler a entrevista dele no celular dela. Assinto que sim e lhe envio, via Whatsapp, a transcrição dele. Do mesmo modo que Dôra foi realizando comentários sobre sua própria narrativa, Jesuíno o fez em relação ao que ele estava lendo. Nesses momentos, ele direcionava os comentários para a esposa, questionando sua narrativa, demarcando quais partes ele discordava. Dôra “rebatia” as colocações de Jesuíno, afirmando que ele é “cara de pau”(sic) ou rindo e fazendo um gesto de discondância com a cabeça.

Na maioria das vezes, Dôra lança seu olhar para mim, em busca de alguma confirmação

para o que ela estava refutando ou em sinal de me fazer “entender” a “verdade”. Nesses momentos, eu ficava ligeiramente desconfortável, sentido-me em uma velada mediação de conflitos. Ao longo da entrevista, Jesuíno vai se mostrando chateado por não concordar com as colocações da esposa e contesta o “tom de brigas e discussões” (sic) que a entrevista dela lhe remete, pois ele considera não considera os “desentendimentos” ou “conversar sobre a relação” sinais de conflito. Pareceu-me que ele estava preocupado em não validar a “imagem” de um casamento conflituoso.

Dôra, de início, assume um tom jocoso e reafirma sua narrativa com frases como “é muita cara de pau mesmo”(sic) ou “a gente tem percepções muito diferentes mesmo”(sic). Contudo, quando ela começa a ler a dele, em voz baixa, ele passa a intercalar ler em voz baixa e ler em voz alta. Nesse ponto, pareceu-me que ela percebe a chateação dele e vai mudando a postura para apaziguar o que ele estava lendo, explicando o que quis dizer em sua narrativa e reafirmando os pontos positivos. Em alguns momentos, Dôra se retrata ligeiramente de algumas partes do seu relato. Dessa forma, sinto como se ela percebesse que aquele momento poderia gerar um conflito posterior e tenha começado a fazer uma “contenção de danos”.

Nesse ponto da entrevista, Jesuíno passa a sair da mesa, seja para fazer algo em relação aos cachorros, seja para ir acordar filho caçula que tem que tomar seu café antes de irem se arrumar para saírem. Essa postura me soou como uma espécie de “fuga” do momento de confronto ou desconforto. Em determinado momento, Dôra pede que ele venha se sentar novamente na mesa, pois sinalizo que o gravador pode não estar captando a fala dele na cozinha (apesar de ser uma cozinha conjugada com o ambiente onde estávamos). A partir desse momento, fica evidente que Jesuíno queria encerrar a entrevista e que Dôra estava desconfortável com a postura dele. De minha parte, sinto que a “autoconfrontação cruzada” gerou um embate de percepções que provavelmente o casal não havia compartilhado antes. Confesso, inclusive, meu receio em trazer aqui esse detalhamento, mas o faço certa de que são elementos valiosos para compreendermos a distribuição do trabalho reprodutivo entre os casais.

Sendo assim, Dôra encerra sua fala fazendo elogios a conduta de Jesuíno, especialmente

como pai. Quando questiono se eles têm mais algo a acrescentar sobre o que foi lido, ele diz que não há mais comentários, mas reafirma que achou que a esposa deu “um tom de brigas” que não existe entre o casal, ocasião na qual ela reafirma que ele é “diferenciado em relação a outros casais amigos”(sic), onde os homens não têm participação na criação dos filhos. Enceramos a entrevista e sinto o alívio do casal em poderem retomar suas atividades sem minha presença. Um elemento interessante dessa entrevista foi como esse cotidiano da vida familiar “tomou de conta” da entrevista, sendo esta interrompida para auxiliarem os filhos no café da manhã, para resolver algo dos cachorros ou, mesmo, para conversarem sobre algum compromisso futuro.

Valentim

Eu conhecia Valentim desde a época em que trabalhei como professora substituta em uma universidade pública e ele era esposo de uma colega de trabalho do mesmo local. Na atual universidade em que atuo hoje, ele é professor do curso em que trabalho e coordenador de outro curso da mesma instituição. Desse modo, quando fechei o perfil dos casais que iam participar da pesquisa já tinha perspectiva que ele e a esposa cumpriam os critérios eletivos. No final de novembro, entrei em contato pessoalmente com ele para sondar se teriam interesse em participar. Valentim, prontamente, aceitou participar e informou que iria sondar a esposa. Uns dias depois, ele me confirma a participação e, em janeiro, entrei em contato novamente para marcar o dia. Ele agendou o casal para entrevista individual no final do referido mês, na universidade em que trabalhamos pois ambos (eu e o casal) estaríamos já nos encontrarmos lá no horário marcado, sendo mais conveniente do que marcar em sua residência.

Em dia e horário marcados, iniciamos a entrevista em uma sala de estudos da universidade que era adequada para o sigilo requerido pela pesquisa. Como sempre, inicio pelos dados sócio-demográficos e pela assinatura do TCLE, solicitando que a partir desse instante possamos começar a gravação da entrevista. Na ocasião, Valentim se mostra muito à vontade para responder as perguntas, mas extremamente sucinto em suas respostas. Não me pareceu que ele estava incomodado ou receoso em responder sobre a temática, mas seu pragmatismo tornou a entrevista muito sucinta, o que tornou o momento final de esclarecimentos mais

longo. Desse modo, ele menciona que “achava” que eu teria uma lista de perguntas extensas e detalhadas, mas explico que a entrevista narrativa foca nas recordações dele sobre os eventos solicitados, ao invés de uma “sondagem” sobre tarefas. Mesmo assim, Valentim continua a narrativa de forma sucinta, mas colaborativo. Não hesita em falar sobre nenhum dos tópicos e não demonstra alterações de humor, apenas uma sensação de timidez com relação ao que se pede, se está atendendo aos critérios da pesquisa, momento em que confirmo que ele está fornecendo os dados que preciso. Nos despedimos e tive que remarcar com Marialva que teve um imprevisto e não pode comparecer.

Marialva

No horário marcado, Marialva chegou pontualmente ao local firmado, em uma sala ao lado daquela em que realizamos o momento com Valentim. De mesmo modo, começamos pela leitura do TCLE e do guia sobre o trabalho reprodutivo, seguido do começo da gravação de áudio. Durante a entrevista, ela se mostra bem à vontade em responder as perguntas, fica atenta à lista de atividades que compõem o trabalho reprodutivo, em alguns momentos, solicita a lista para checar se abordou todos os tópicos. Não demonstra nenhuma resistência em falar sobre os assuntos abordados e questiona apenas sobre o anonimato e quem terá acesso a transcrição, pois conhece meu orientador e não deseja que ele tenha acesso. Na ocasião, reafirmei sobre o sigilo e que o orientador não teria acesso às transcrições propriamente ditas, somente ao texto que aqui vos narro, além de lhe assegurar que os nomes utilizados seriam fictícios.

Ao final da entrevista ela comenta que o esposo queria discutir com ela o conteúdo da entrevista que ele havia concedido anteriormente, mas ela lhe disse que não poderiam comentar sobre sua entrevista para não interferir nos resultados que ela traria no momento em que fosse realizar a dela, conduta que remonta ao seu longo histórico de pesquisadora. Neste momento, agradeço-lhe o cuidado e informo que a próxima entrevista é com o casal e peço que, se possível, não conversem sobre as entrevistas. Na ocasião, ela menciona que o marido estava “animado” de conversar sobre elas depois que ela finalizasse, mas ela afirmou que ia garantir que não falariam sobre o assunto para não interferir na última entrevista com o casal. Esse fato

aponta tanto para uma curiosidade, como para o engajamento que o tema despertou em Valentim.

Marialva e Valentim

Chego no horário marcado, em um condomínio de casas, onde residem, próximo à universidade onde Marialva é professora concursada. Marialva me encontrou na portaria e me conduziu ao deck do condomínio, onde logo em seguida Valentim chegou. Iniciamos a entrevista a partir da minha orientação para eles lerem as entrevistas um do outro e, se quisessem, já poderiam ir fazendo comentários sobre o conteúdo. Na ocasião, explico que o objetivo é que cada um se depare com a perspectiva do outro e isso possa gerar um diálogo entre eles. Nesse momento, Marialva “brinca” afirmando que se soubesse que seu marido iria ler sua transcrição, ela teria feito edições a mais - menciona a fase em que receberam as transcrições para fazerem a validação -. Informo que eles podem ler em voz alta ou em silêncio, como desejarem.

Marialva sugere, então, que seja em voz alta para irem comentando juntos. Valentim concorda e pergunta quem começa. Marialva responde que ele, pois diz que Valentim estava curioso para saber o que ela falou – os dois riem. Ele começa a ler, mostra certa dificuldade em entender o discurso transcrito e ela pede para ler em seu lugar, pois seria mais “fácil”, entretanto, interfiro dizendo que o procedimento é que eles sejam confrontados ao lerem. Assim, ele continua a leitura e vão fazendo pausas para comentar. Elas faz mais comentários, explicando os trechos que estão sendo lidos e ele comenta sempre para concordar ou complementar alguma informação. No geral, a entrevista transcorre muito tranquila, num tom de leveza, com muitos sorrisos e certa “nostalgia” dos fatos narrados. Não há controvérsias ou sinais de que estejam discordando.

Em um determinado momento, começa a chover e aumentar o barulho da chuva, Marialva se preocupa com a gravação e Valentim decide afastar a mesa e as cadeiras – onde estamos sentados – para ficar mais longe do barulho. Eles continuam no mesmo “tom complementar”. No momento em que Valentim lê que Marialva se sentia sobrecarregada e que isso gerou um atrito, ela o questiona se ele lembra dessa ocasião. Ele não recorda, diz que não lembra. Durante a entrevista, Marialva volta nesse momento e pergunta se depois de ler toda a entrevista ele passou

a lembrar, entretanto, ele continua afirmando que não lembra. Marialva, então, afirma que acredita que foi algo marcante para ela e talvez não tenha sido para ele.

Não há tensões durante a entrevista, em alguns momentos eles riem, quando lembram do começo da relação ou de como nenhum dos dois gosta de cozinhar. Também riem quando falam de viagens e de serem diferentes em alguns aspectos, quanto à criatividade, necessidade de rotina e organização. No final, ela diz que achou as entrevistas complementares e ele concorda. Depois que encerramos a entrevista, eles questionam sobre os resultados, afirmando que querem ler a tese final. Asseguro que irei enviar para ambos. Comento sobre o condomínio ser agradável e que as vezes penso em morar em um local assim, para proporcionar mais espaço para minhas filhas, então, Marialva diz que esqueceu de mencionar na entrevista, mas que foi Valentim quem escolheu a casa, tendo feito várias pesquisas e separado, ao final, cinco casas para ela visitar e decidirem. Marialva termina dizendo que eles são assim: sempre se ajudando e, quem tem mais tempo, assume mais atividades domésticas. Aqui não posso deixar de mencionar que essa fala final é a corporificação da teoria da disponibilidade de tempo, por nós já referida.

Análises e Discussão do Corpus

A par do desenvolvimento das entrevistas, dos percalços e “ajustes de rota”, passaremos a nos debruçar sobre a análise das 4 categorias narrativas que emergiram do tratamento dos dados relativos às entrevistas narrativas, a saber: Sentidos do Trabalho Reprodutivo, Distribuição do Trabalho Reprodutivo, Pandemia e Conciliação ou Enfrentamento.

Sentidos do Trabalho Reprodutivo: um Trabalho (In)Visível e (Des)Valorizado?

Partindo da perspectiva histórico-cultural, adotada pela PST dentre outras possibilidades, compreendemos que os “sentidos do trabalho” são construídos na relação dialética que os sujeitos estabelecem com sua atividade (Coutinho & Oliveira, 2017). Nessa relação, os indivíduos vão desenvolvendo afetos e estabelecendo conceitos em relação a si e ao trabalho experienciado, de modo que os significados do trabalho vão sendo dotados de qualidades que “despertam” em nossa consciência uma série de reações psicológicas, constituindo os sentidos dessa atividade para o sujeito (Vygotsky, 1998).

Desse modo, quando nos questionamos sobre quais sentidos o trabalho reprodutivo adotaria para os casais entrevistados, tínhamos - a princípio - a suspeita, dentre outros pressupostos, de que esse trabalho seria tomado como algo indesejado e desgastante, considerando a notória desvalorização e a invisibilidade deste na sociedade capitalista patriarcal (Federici, 2019), principalmente para os homens que, historicamente, não são destinados a esse trabalho (Hirata & Kergoat, 2007). Contudo, percebemos que a relação que cada indivíduo estabelece com o trabalho, e a partir dela constrói seu sentido, não é estática, alterando-se conforme o contexto em que se desenvolve, tal qual Vygotsky (1998) já enunciava. Em outras palavras, o trabalho reprodutivo assume sentidos diferentes para o mesmo sujeito a depender do contexto de vida que ele está vivenciando e das condições que ele dispõe na relação com este.

Maria Moura ilustra bem nossa reflexão em sua narrativa:

quando era nós dois, assim, eu pouco sentia que era uma coisa difícil ou pesada, a casa, o funcionamento da casa funcionava e ia bem [...] Eu só fui sentir o trabalho doméstico depois da chegada dos filhos.

Desse modo, antes da chegada dos filhos o volume de trabalho era pouco “perceptível” e, dessa forma, não era vivenciado como algo desgastante, sendo quase “naturalizado”. De mesmo modo, Marialva relata que no início do relacionamento com Valentim, quando moravam em um pequeno apartamento – de fácil manutenção – não havia uma percepção de injustiça ou cansaço relacionada a esse trabalho. Somente ao mudarem para uma casa maior e com área externa, o trabalho reprodutivo começa a “aparecer” e ser dotado de um sentido mais extenuante.

Tal qual Maria Moura e Marialva, Dôra também sente que o trabalho reprodutivo ganha novas nuances a partir do nascimento dos filhos, e com a mudança para uma casa maior, de tal modo que a fazem questionar a própria condição de casada – que está fortemente atrelada ao trabalho reprodutivo em nossa sociedade, principalmente, à parte deste que se destina aos cuidados com a prole (Federici, 2019) – ao afirmar que:

um momento muito sofrido pra mim que foi esses seis primeiros meses do nascimento

do [filho mais velho], e aquilo pra mim foi assim, eu chegar ao ponto de pensar: ‘rapaz, eu não quero mais estar casada, não, se for pra ser esse sofrimento. Não quero mais viver nesse contexto. (Dôra)

Aqui o trabalho reprodutivo, especificamente aquele relacionado aos cuidados com os filhos, adquire um sentido negativo, desgastante, quase insuportável, como o percebido no estudo de Zanello et al. (2022). De maneira símile, Maria Moura traz o “peso” que o sentido do trabalho reprodutivo toma ao ser atrelado à função materna desempenhada nos moldes da sociedade capitalista e patriarcal, na qual a mulher é responsável pela quase totalidade dos cuidados despendidos com os/as filhos/as (Federici, 2019; Matos, 2009). Em suas palavras:

No começo foi realmente tudo muito pra mim [o trabalho de cuidados com os filhos]. Eu acho que de certa forma isso é consolidado pela sociedade patriarcal. Mas de algum modo, também, as mulheres elas gostam, não sei... Tem mulher que gosta eu acho, que quer que seja assim [remete a desigual divisão sexual do trabalho reprodutivo], que se sente melhor, maior, não sei, ou uma melhor mãe, melhor isso, melhor aquilo. E eu fui me libertando dessa besteira [risos]. Do chicote e dos pesos, para chegar onde eu estou. (Maria Moura)

Destarte, além de estar atrelado a contextos de vida específicos – ou a um determinado ponto do curso de vida, como a chegada dos filhos (Pinheiro et al., 2023) – os sentidos que o trabalho reprodutivo adquire para os casais estão ligados a perspectivas de gênero que, ora são mais tradicionais, ora mais fluídas (Negreiros & Carneiro-Féres, 2004) e, dessa forma, mesclam-se e coexistem, influenciando a dinâmica das relações sociais de sexo que se estabelecem no interior dos lares (Araújo & Scalón, 2006), como Maria Moura expôs.

Somando-se ao reconhecimento de que os estereótipos de gênero – que se vinculam à opressão patriarcal (Oliveira, 2020) – influenciam nos sentidos que o trabalho reprodutivo vai tomando, podemos perceber, ainda, que a construção de sentidos é processual, sofrendo alterações e se atualizando no interior das relações sociais de sexo (Hirata & Kergoat, 2007), como no trecho a seguir:

Mas eu acho que nem todo mundo consegue [se livrar do papel tradicional de mãe-esposa]. E também tem homem que é difícil né, que não consegue porque o parceiro não é parceiro mesmo. Mas tem muito do que a gente constrói nas relações, porque ele não nasceu sendo pai, nem eu sendo mãe. E eu acho que realmente a maternidade, a paternidade – no caso - foi o que mais mudou a nossa vida em relação a trabalho doméstico, muito mais do que o casamento. (Maria Moura)

Assim, no caso de Maria Moura, o “dar-se conta” do “peso” que o tradicional papel de “mãe-esposa” impôs a si e às mulheres em nossa sociedade – como denunciado por Federici (2019) e Arruzza (2015) – lhe permitiu, na relação com seu parceiro, alterar esses sentidos e recriar uma maternidade e paternidade diferentes daquela inerente à clássica divisão sexual do trabalho (Ávila & Ferreira, 2014). Assim, o que começou como um “chicote” passa a ser questionado e vai adquirindo novos sentidos. O que faz Duarte “brincar” durante a entrevista de casal, quando fala: “É, agora é o dia todo, passa o dia fora, virou o macho da casa [falando e rindo]. Eu vou começar a cozinhar, ficar lavando roupa em casa”. Descortina-se, então, a tradicional divisão sexual do trabalho reprodutivo que é tomada como motivo de “piadas”, mas que, no íntimo, revelam uma reconhecida concepção tradicional da DST que conforma os sentidos do trabalho reprodutivo em nossa sociedade, embora venha sendo desconstruída por esse casal.

Por exemplo, Maria Moura, após perceber a sobrecarga de trabalho, passa a “delegar” mais atividades de cuidados para Duarte, entendendo que o cuidado não é somente sua obrigação, mas algo a ser compartilhado, embora ainda perceba que há uma “tendência” a olhar para esse trabalho como uma responsabilidade sua, reconhecendo que o fato de “delegar” pressupõe uma “posse” da tarefa, como nos fala a seguir:

Mas geralmente essas responsabilidades [com eventos sociais das crianças] eu acabo delegando pra ele, como se fosse minha mesmo né, ‘Ah, compra o presente tal, porque eu estou ocupada’ [fala como se estivesse dialogando com ele]. (Maria Moura)

Outrossim, percebemos que o sentido do trabalho reprodutivo, para essas três mulheres,

ainda está atrelado ao caráter de obrigatoriedade que emana do princípio da separação na conformação da DST. Tal princípio impulta às mulheres o trabalho reprodutivo e aos homens o trabalho produtivo, fazendo com que tudo que pertença ao contexto doméstico seja tomado, prioritariamente, como um trabalho feminino (Kergoat, 2000).

Em verdade, por mais que elas tenham expressado um nítido desacordo com o que este princípio institui, ainda assim, elas denotam que ele exerce - ou exerceu - influência nos sentidos atribuídos ao trabalho doméstico não remunerado, uma vez que, quando o montante de trabalho era menor, parecia-lhes “natural” assumir a maior parte dos afazeres com a casa, por exemplo, não sendo questionado seu sentido tradicional. Essa “naturalização” do trabalho reprodutivo para as mulheres é reforçada, principalmente, se há disparidades entre os ganhos do casal, denotando uma influência mais marcante da teoria da barganha (e da dependência) para as mulheres do que para os homens (Medeiros & Pinheiro, 2018) na construção dos sentidos desse trabalho entre o casal, como exposto na fala de Dôra:

E, realmente, a renda da casa era dele. Era, assim, ele que provia. Porque a minha bolsa era muito pequena. [...] era completamente incompatível, assim, né os custos. E aí, realmente, era ele. [...] Então, ficou subentendida a divisão de tarefas, assim, eu cuidando da casa né, porque ele não tinha nem tempo. Então, eu era responsável por fazer a comida, apesar de que ele não almoçava em casa, só no final de semana. Mas eu fazia o almoço, arrumava a casa, a gente não tinha grana pra pagar a diarista, então eu limpava ali o dia a dia. E aí, no final de semana, a gente fazia uma faxina na casa. Era um apartamento pequeno, então a gente conseguia dividir as funções. Mas eu que lavava a roupa, eu que engomava a roupa e tal.

Apesar de haver uma menção ao compartilhamento de funções, fica evidente, em sua fala, que essa divisão não era equitativa, sendo a maior parte do trabalho reprodutivo de sua “obrigação”. Assim, quando o homem assume o papel de provedor principal, o trabalho reprodutivo feminino tende a adotar o sentido de “compensação” pela menor contribuição financeira para a renda familiar (Pinheiro, 2016), sendo a participação masculina subsidiária,

sob as vestes de “uma ajuda, na maioria das vezes, bem-vinda e festejada”, como já aludimos (Jablonski, 2010, p.270). Nesse formato, não somente se perpetua o ideal de provedor, como também “o sentido e a naturalização da divisão sexual do trabalho” (Araújo & Veiga, 2015, p. 193).

Entretanto, o mesmo efeito não é notado para as mulheres. O que pode ser observado, quando tomamos o caso de Marialva que, mesmo auferindo maiores valores do que o esposo, ainda pôde sentir certa sobrecarga de trabalho reprodutivo quando as atividades domésticas aumentaram, em face da mudança residencial. Ademais, a postura adotada por Valentim no começo do casamento – quando este estava temporariamente desempregado – evidencia uma tendência masculina de se isentar do trabalho reprodutivo, mesmo havendo a disponibilidade de tempo para tal, como se esse trabalho não lhe pertencesse na mesma medida. Assim, como Pinheiro et al. (2023) e Pinheiro (2016) apontam, a força do gênero se sobrepõe a disponibilidade de tempo, bem como ao poder de barganha. O que podemos constatar no diálogo entre o casal, no momento da autoconfrontação cruzada:

Mas o que eu estou dizendo aqui assim, [...] é que eu acho que quando a gente começou a morar junto, a princípio, eu não sentia você sendo tão proativo pra fazer as coisas, entendeu assim, é como se você naquela época ainda esperasse um pouco né e aí, hoje em dia, nos últimos anos, eu tenho a impressão que você aumentou muito a questão de você já chegar e já falar: deixa que eu faço. Entendeu? (Marialva)

Uhum [barulho de afirmação] (Valentim)

Acho que você tem aumentado a frequência com que você prontamente faz as coisas, e eu acho que antes há tipo uns 10, 12 anos atrás, eu acho que você tinha menos. Mas tu acha também ou não? (Marialva)

Não tinha conversado ainda né, depois de conversado né. [...] Porque assim, logo no início era novo, né. E aí você [direciona a fala para a esposa] tem a tendência de tomar a frente e fazer, né. Depois que conversou que está sobrecarregada comecei a fazer também, né (Valentim)

Mais uma vez, expressa-se o sentido de pertença feminina em relação ao trabalho reprodutivo, mesmo que velado, pois é preciso se mostrar sobrecarregada para que o companheiro atente para a necessidade de compartilhamento dessas atividades. Todavia, podemos perceber que no desenvolvimento das relações sociais de sexo, ao longo do relacionamento, os sentidos do trabalho reprodutivo foram mudando, assim como a postura para com ele, conforme Marialva pontua em sua fala.

De todo modo, a narrativa dos homens entrevistados transparece, de forma persistente, que o trabalho reprodutivo realizado por eles ainda assume, em momentos distintos, o sentido de “ajuda”. De igual modo, mesmo que de forma sutil, ao adotarem o trabalho realizado de forma subsidiária, reafirmam a pertença deste às mulheres, a despeito de os rendimentos femininos serem maiores ou similares, como é o caso de Duarte:

eu vou fazer, não vou deixar tudo só pra ela, porque se ela sobrecarregar e fizer muita coisa, ela vai ficar cansada, estressada, e não vai conviver bem comigo, então, pra que ela conviva bem comigo, eu vou fazer minha parte pra ela viver bem também, né? Se eu ajudar, ela vai ficar melhor, né? Então, a gente sempre teve essa distribuição, nunca teve muito: ‘as tarefas de casa, empurra [faz gesto de empurrar], você que faz, pronto, ah chega, eu tô cansado, vou me deitar, e o outro que resolva’. (Duarte)

Ademais, em sua fala, podemos sentir a contradição e/ou o conflito entre um sentido mais igualitário e compartilhado, que o trabalho reprodutivo realizado por ele assume ao se referir a este como “fazer a minha parte”, em contraste com o sentido de “ajuda” que, em seguida, ele auferi a esse trabalho. Outro ponto importante, em sua fala, é que há um reconhecimento do desgaste e da sobrecarga que o trabalho reprodutivo impulta às mulheres ao ser destinado prioritariamente a estas (Kopp, 2025; Valenzuela, 2025), o que faz ele atuar de maneira mais igualitária, ao entender que não pode “simplesmente” destinar todas as afazeres domésticos e de cuidados para a esposa, pois parte deste é, também, de sua responsabilidade.

Um ponto importante a ser destacado, ainda na fala supracitada, é que a construção dos sentidos do trabalho é perpassada pela afetividade presente na relação do casal. Ao mencionar o

desejo de uma boa convivência e reconhecer que a sobrecarga de trabalho reprodutivo pode gerar atritos entre eles, o trabalho reprodutivo passa a ser “nosso”, a ser partilhado, mesmo que o caráter subsidiário permaneça “latente” no discurso de Duarte.

Dito isto, embora tenhamos identificado, nos três casais entrevistados, que os sentidos do trabalho reprodutivo vêm mudando, ao longo da relação destes - principalmente para os homens, passando de uma “ajuda” à “minha parte”-, percebemos que na presença de filhos pequenos esses sentidos ainda mostram resquícios da influência dos papéis estereotipados de gênero no que diz respeito à paterentalidade, como é o caso de “Dôra e Jesuíno”:

Não é um equilíbrio [a divisão do trabalho reprodutivo entre o casal]. Mas é harmônico.

Não é um equilíbrio. Em relação aos meninos, nunca vai ser (Dôra)

Mãe é mãe, não é pai [falando para o filho que escuta o diálogo] (Jesuíno)

Mãe é mãe. Eu odeio essa frase, porque já subentende a responsabilidade da mãe. (Dôra)

Não só de responsabilidade. De amor né. (Jesuíno)

Tal qual Bhattacharya (2018) e Fraser e Sousa (2020) nos falam, o trabalho reprodutivo, encoberto sob as vestes de amor à família, é subsumido pelos homens (e pelo capital) no interior dos lares. Assim, os sentidos do trabalho reprodutivo se tornam, eminentemente, díspares quando se coloca o “amor” em jogo. Dito isto, Jesuíno, de forma síncrona, afirma que o trabalho de cuidados com a prole é responsabilidade da mulher (não sendo uma escolha) e que essa responsabilidade decorre do “amor materno” que a habilita para tal. Como Arruzza e Bhattacharya (2024, p.624) denunciam, o trabalho reprodutivo assume o sentido de “dever”, sendo “mesmo parte do lado amoroso das mulheres, que ‘naturalmente’ o realizam”.

Paradoxalmente, em sua narrativa, Jesuíno afirma que ser pai é sua “função primordial”, e se considera distinto de amigos que exercem uma paternidade vinculada apenas aos momentos de lazer:

Eles só estão com as crianças na hora de brincar, do brincar. Eles não têm cuidado nenhum, tem uns que nem trocam fralda, tem outros que não conseguem botar para dormir, tem outros que não conseguem dar comida. (Jesuíno)

Porém, ao justificar sua postura em relação aos cuidados paternos, o sentido que essa adota é de uma “escolha”, uma decisão que parte de um certo desejo de “diferenciação” em relação ao tradicional papel paterno desempenhado por seu pai na infância, tal qual Jablonski (2010) percebeu em seu estudo com pais de classe média. Em outras palavras, o que em relação à esposa é entendido – por ele – como “obrigação” ou um ato “natural”, para ele é tomado como uma espécie de “evolução” volitiva para um desempenho paterno mais valoroso:

eu faço questão de fazer. Eu sempre quis que eles tivessem um pai muito presente. Até porque, assim, não que meu pai não tenha sido muito presente, mas meu pai era assim esse estilo de cuidar do lazer. Eu não tenho lembrança do meu pai me dando banho, do meu pai me dando comida, do meu pai pegando a gente, eu e meu irmão, para passear no shopping, alguma coisa. Todos os eventos eram com a minha mãe assim. Todo esse cuidado era da minha mãe e todos os eventos externos eram ele e a minha mãe. Ele nunca estava só. Então foi uma coisa, eu me propus a ser pai e eu vou ser pai. Valendo. Então, vou me dedicar mesmo. Eu tento né [risos]. É difícil, mas eu tento.

Assim, ao perceber a paternidade como uma “decisão”, o trabalho de cuidados ganha contornos afetivos positivos que influenciam a forma como esse papel social vai ser exercido no cotidiano das atividades de cuidados que a paternidade requer. Dito de outro modo, esse trabalho, tanto no caso de Jesuíno, como no de Duarte, “desperta” em suas consciências reações psicológicas positivas (Vygotsky, 1998), dotando essas atividades de um sentido com o qual eles se identificam, o que facilita a apropriação masculina do trabalho reprodutivo na condição de responsáveis, mesmo que de forma coadjuvante.

Por outro lado, quando voltamos o olhar para a parte do trabalho reprodutivo que é composta pela gama de afazeres domésticos não remunerados, não encontramos a mesma identificação que a parentalidade concede ao trabalho de cuidados para os homens. Diante dessa realidade, percebemos, de forma ainda mais pungente, a obrigatoriedade dessa parte do trabalho reprodutivo recair sobre as mulheres. O que pode ser apreendido desde o seu processo de socialização, onde estas são “treinadas” para saberem gerir uma casa, e a complexidade de

afazeres que sua manutenção requer (Federici, 2019), mesmo quando há uma perspectiva mais progressista em relação ao papel feminino nas relações sociais de sexo, como se deixa antever na narrativa de Dôra:

Só que eu sempre bati muito de frente com isso [refere-se as desigualdades na execução dos afazeres domésticos], porque a minha criação não foi assim, a minha mãe ela sempre, sempre [mais enfática] repetia para a gente, eu crio minhas filhas para serem independentes, eu não crio minhas filhas para ser donas de casa. Ela ensinou tudo o que a gente precisava saber para cuidar de uma casa, ‘vocês vão ter capacidade de cuidar de uma casa, mas vocês vão trabalhar, vocês vão ganhar o dinheiro de vocês, vocês não vão depender de ninguém’.

Nitidamente, apesar de ter “sido criada” para desviar-se do destino de dona de casa, coube a sua mãe ensiná-la a cuidar de uma casa como um pré-requisito da vida adulta de uma mulher-esposa. O contrário não foi identificado em relação aos homens entrevistados. Embora eles se reconheçam (e são reconhecidos por suas esposas) como homens menos “machistas” e mais participativos, em termos do trabalho reprodutivo, ainda coube, em grande medida, às suas companheiras o “treinamento” destes para desempenharem essa parte dos afazeres domésticos não remunerados, como podemos observar nas seguintes falas:

tudo foi eu que ensinei, porque ele não sabia fazer nada [fala mais baixo, em tom de segredo]. Ele não sabia a diferença do sabão pra amaciante, nada. Não sabia fritar um ovo, foi eu que ensinei. Não sabia cozinhar um arroz, foi eu que ensinei. E... Até hoje ele se recusa a fazer comida, mas, assim, aprendeu a fazer uma macarronada, que eu ensinei a ele, [risos] que ele até hoje come quando eu digo que não vou fazer comida. Aí ele vai.
(Dôra)

Ela cozinha bem melhor do que eu, claro. Então, eu geralmente ajudo com alguma coisa. Eu peço [comida pelo delivery] ou ajudo com coisas simples. Então, geralmente, ela está lá fazendo e eu ajudo, com relação a uma coisa ou outra, faço pequenas coisas. Hoje em dia, já aprendi algo mais e já consigo fazer uma refeição mais simples, embora não aos

pés dela. (Duarte)

Reiteradamente, os sentidos do trabalho reprodutivo possuem caráter subsidiário para os homens, mesmo que nossos entrevistados demonstrem estarem caminhando para uma apreensão cada vez mais igualitária desse labor, principalmente no que se refere ao trabalho de cuidados. De todo modo, podemos perceber que esse engessamento da mulher no papel de “prendada” (Federici, 2019) vem mudando. Assim, ao contrário de Maria Moura, que encontra no preparo de alimentos uma atividade prazerosa, buscando aperfeiçoá-la, Marialva, por sua vez, demonstra aversão pela cozinha, sendo a parte do trabalho reprodutivo que lhe é mais desgastante e fruto de sofrimento:

Eu tentava fazer comida, mas eu não gostava de fazer comida. E aí eu ficava de fato tentando fazer, tem que aprender a fazer comida, eu não gosto muito de cozinhar, mas eu tentei cozinhar, aí eu tentei, para mim cozinhar é a pior coisa que tem. Então eu acho que isso foi uma das coisas que me sobrecarregava. E quando a gente decide: ‘então tá, nenhum dos dois quer cozinhar, nenhum dos dois gosta de cozinhar, então vamos comer fora de casa’. Acabou [o sofrimento]. (Marialva)

Dessa maneira, ser mulher-esposa não está vinculado, necessariamente, a habilidades domésticas, estando cada vez mais atrelado ao vínculo afetivo que se estabelece entre o casal, principalmente, se este opta por não ter filhos, como é o caso de Marialva e Valentim. Outrossim, percebemos que os sentidos que o trabalho reprodutivo foi adquirindo para nossos entrevistados guardam estreita relação com a identificação e realização que estes sentem no desempenho dessa atividade, como também podemos perceber na fala de Jesuíno:

Olha, particularmente, eu gosto muito, eu adoro cuidar da minha casa, porque eu tenho uma mania de organização assim, sabe? Tu vê o meu lado do guarda-roupa, ele é... O da Dôra as coisas ficam meio bolando, o meu guarda-roupa é todo separado, de um lado tem as roupas que eu uso no dia a dia ou para sair para o shopping [...] do outro tem as roupas de trabalho, que são mais formais. Eu costumo separar as minhas coisas nas gavetas também, fica tudo separado. Eu gosto de arrumar, eu gosto de deixar as coisas

certinhas [...]. Antigamente, isso é uma coisa que eu até me trabalhei, porque eu queria sempre que tivesse tudo muito certinho. E casa com criança e com dois cachorros, não dá. Hoje em dia, eu acabei ficando um pouco mais relapso, meio que como uma forma de proteção, para não me estressar tanto.[...] Mas eu gosto sempre de estar cuidando da minha casa, eu acho que é uma coisa importantíssima.

Desse modo, tanto Jesuíno, como Maria Moura, ao se identificarem com afazeres domésticos específicos, demonstram apreço por estes e sua execução não toma ares de obrigatoriedade, inclusive, sendo menos notório o desgaste em relação a estas atividades específicas.

Por fim, não podemos nos furtar de pontuarmos que quando a questão se coloca entre os sentidos do trabalho produtivo *versus* reprodutivo, temos algumas discordâncias quanto a valorização e a primazia de um sobre o outro. Para Valentim e Marialva, que não tem filhos, o trabalho produtivo dita os ritmos e a intensidade do trabalho reprodutivo que - em quase sua totalidade – é terceirizado, seja em forma de contratação de mão de obra doméstica, seja acessando serviços como *deliverys* de comida ou restaurantes. Assim, para esse casal, a primazia é do trabalho produtivo, além de não se identificarem com os afazeres domésticos, sendo considerados apenas um trabalho necessário para a manutenção da vida.

Entretanto, para os casais com filhos – principalmente filhos pequenos – o trabalho reprodutivo maximizado na figura dos cuidados parentais, conflita em termos de importância e valorização com o trabalho remunerado, principalmente quando ambos possuem trabalhos produtivos e necessitam lidar com a tensão inerente à relação produção-reprodução (OIT, 2024; Valenzuela, 2025). A exemplo temos o diálogo de Jesuíno com Dôra:

A babá faltava, eu entrava em desespero, tinha que acordar os meninos, porque eu tinha que estar lá na faculdade, 7h40, eu acho que eu começava a aula, era uma coisa assim, 7h40, 7h50, tinha que acordar os meninos, às vezes o lanche dos meninos era um iogurte. Porque eu saía correndo, sabe? E ele [marido] já tinha ido embora. Então, às vezes, isso me chateava profundamente, porque eu ficava assim: “cara, eu fico no

desespero, eu fico na correria, eu tenho que dar um jeito”. Às vezes eu que ligava pra mãe dele, [...] porque ela conseguia sair do trabalho e vir, às vezes a babá faltava, ligava pra ela: ‘minha sogra, pelo amor de Deus, venha’. Aí ela conseguia, mas era eu. Ele ia embora, entendeu? Era meio... Se vira. (Dôra)

Porque o plantão começa 7:00h também né amor. (Jesuíno)

Mas você não fazia nenhum movimento. Você ia pro plantão [gesto com as mãos de ‘tanto faz como tanto fez’], quem tinha que ligar pra sua mãe era eu, ou pra minha mãe, ou pra minha irmã, ou pra qualquer pessoa. Você não se preocupava se eu tinha resolvido ou não, se isso ia ser um problema pra mim ou não. Isso me chateava muito. (Dôra)

Notoriamente, o enfrentamento dos conflitos inerentes a situações como estas recai sobre as mulheres (Santos & Comper, 2025) e, desse modo, elas são incumbidas de buscar soluções para estes, como bem expresso por Dôra. Ademais, também é nítido o fato de que a rede de apoio - ou os recursos encontrados para solucionar o conflito - se materializam em outras mulheres (sogra, mãe, irmã ou babá), expressando a patente feminização do cuidado (Affonso et al., 2025).

Mesmo que consideremos a alegativa de que Jesuíno trabalha em regime de plantão e, dessa forma, não pode adiar sua entrada no hospital, Dôra lhe lembra que ela era celetista na época e, de mesmo modo, poderia ser demitida por atrasos ou faltas, pois este é um vínculo cada vez menos estável (Antunes, 2020). Contudo, ela não podia “simplesmente” deixar as crianças sozinhas em casa e ir, pontualmente, para o trabalho pago. Antes, deveria se certificar de que estas estariam recebendo os cuidados necessários para a manutenção do seu bem-estar e integridade física, ao contrário do esposo que, embora reconheça a importância da “paternidade presente”, prioriza o trabalho produtivo – na certeza de que os cuidados serão prestados pela esposa ou providenciados por esta – servindo de exemplo clássico para os efeitos da DST no interior dos lares.

De mesmo modo, Maria Moura nos fala que o trabalho de cuidados requerido com a

chegada dos filhos, impulsionou a sua redução de carga horária remunerada:

Quando o bebê nasce, o cuidado fica muito pra mãe. Até porque tem a questão da amamentação. Do vínculo mesmo é diferente. Eu até eu brinco, o povo: ‘ah quando vão ter o terceiro?’ e eu digo: ‘Não! Quando eu tive o [filho mais velho], eu deixei isso, deixei aquilo [empregos]. Quando eu tive a [filha caçula], deixei isso, deixei aquilo. O terceiro, como é que eu vou criar? Porque trabalhar menos [rindo] vou trabalhar menos e ter mais um para sustentar. Os meus dois filhos, quando eu voltei da licença [maternidade], cada qual eu trabalhei menos.

Nesse sentido, ratifica-se o que Bruschini e Ricoldi (2012) já denunciavam, ou seja, o tempo dedicado ao trabalho produtivo para as mulheres dependerá da disponibilidade que o trabalho reprodutivo lhes concede para se dedicarem ao trabalho pago e, em contrapartida, será a carga horária de trabalho remunerado que determinará o tempo que sobra para os homens dedicarem ao trabalho de afazeres domésticos não remunerados e de cuidados. Portanto, o trabalho reprodutivo continua assumindo – principalmente para as mães – um lugar de primazia em relação ao trabalho pago das mulheres.

Ademais, esse movimento de Maria Moura coaduna com os achados de Oliveira (2020) que indicam que a parentalidade, quando ativamente exercida, leva 43% das mães recentes e 23% dos novos pais a declinarem do emprego remunerado em tempo integral depois do nascimento dos/as filhos/as. Em verdade, tanto Duarte, como Jesuíno, também, alegam que reduziram a carga horária de trabalho pago para dedicarem mais tempo aos filhos/as. Assim, mesmo que em menor proporção, podemos perceber deslocamentos nos sentidos do trabalho reprodutivo para os homens, tomando cada vez mais um lugar de relevância em suas vidas.

De todo modo, entendemos que a maior expressão das mulheres na renúncia do trabalho pago em favor do trabalho reprodutivo, como Oliveira (2020), Dôra e Maria Moura nos mostram, pode manter estreita relação com o que já era denunciado por Picanço e Araújo (2020, p.738), ou seja, que as mulheres, em sua maioria, “reportam mais do que homens, sentimento de culpa, situações de cansaço e cobranças conjugais em relação ao tempo quando se trata, por

exemplo, de deixar filhos pequenos para trabalhar”. Em síntese, por mais que os homens venham fazendo a opção de estarem mais presentes e ativos no âmbito doméstico, principalmente no exercício da paternidade, ainda temos indícios que nos levam a constatar que para as mulheres, em especial as mães, o trabalho reprodutivo não é uma escolha, mas um destino, acarretando em culpas e autocobranças caso não consigam “dar conta” deste (Zanello et al., 2022).

De maneira sumarizada, finalizamos esta categoria indicando que os sentidos do trabalho reprodutivo para os casais entrevistados vêm sofrendo alterações à medida que homens e mulheres se relacionam com esse trabalho – e são por ele afetados. Esse processo gera conflitos, ajustes e mudanças que vêm sendo impulsionadas pelas mulheres - ao confrontarem a desigual divisão sexual do trabalho reprodutivo no interior de seus lares - e essas mudanças têm indicado uma aceção cada vez mais de pertença para os homens e de menos obrigatoriedade para as mulheres. Entretanto, não podemos nos furtar de considerar que esse movimento se deve, em certa medida, ao estrato social ao qual pertencem os casais entrevistados: a classe média. De fato, os estudos vêm apontando que nesse recorte social se encontram os números menos díspares em termos de execução e divisão do trabalho reprodutivo, embora ainda não sejam equitativos (Jablonsky, 2010; Jesus & Myrrha, 2020).

Distribuição do Trabalho Reprodutivo: O Meu, o Seu, O Nosso Trabalho?

Considerando o que discutimos na categoria anterior, entendemos que a distribuição do trabalho reprodutivo dos casais entrevistados vai refletir, em certa medida, os sentidos que cada atividade ou tarefa doméstica e de cuidados assume para cada um dos cônjuges. Mas não somente, essa distribuição revelará, também, as forças que operam no interior dos lares, demonstrando, uma vez mais, que o gênero se mantém soberano dentre outros aspectos que influenciarão a divisão sexual do trabalho reprodutivo no interior dos lares (Pinheiro et al., 2023).

Para fins didáticos, e almejando destacar as nuances da distribuição do trabalho reprodutivo que se formam nas relações sociais de sexo no interior de cada casal, abordaremos a

distribuição do trabalho reprodutivo por pares, para em seguida fazermos as devidas análises comparativas.

Marialva e Valentim. Tomamos como ponto de partida o arranjo familiar e a configuração laboral de cada casal, entendendo que estes aspectos influenciam sobremaneira, não somente a forma como a distribuição do trabalho reprodutivo é determinada no interior dos lares, como, também, a distribuição em si das tarefas e atividades que o compõem, além de determinar o montante de trabalho reprodutivo que é requerido para cada casal.

Dito isto, tanto Marialva, como Valentim são professores universitários, exercendo a docência e ocupando cargos de gestão, contudo, Marialva é concursada, enquanto Valentim é celetista e horista. O referido casal optou por não ter filhos, escolha que se alinha com a tendência nacional ao observamos que – dentre os arranjos familiares identificados em nosso país – essa composição familiar apresentou o maior crescimento em 2022, representando 24% das famílias, no Brasil, e 20,9%, no Nordeste (IBGE, 2025). Nesse sentido, a parte do trabalho reprodutivo composta pelo trabalho de cuidados com pessoas no domicílio se restringe, aqui, aos cuidados com os dois adultos, em idade economicamente ativa, inseridos no mercado de trabalho formal, com jornadas parcialmente semelhantes. Ademais, o casal não desempenha atividades de cuidados em domicílio de parentes, uma vez que suas famílias de origem residem em outros estados (Marialva é proveniente de Campinas e Valentim da Bahia).

As várias formas que a distribuição do trabalho reprodutivo tomou para este casal, reflete as transformações pelas quais estes passaram desde o momento que oficializaram a sua união, até o momento presente. Desse modo, o casal, após o casamento, permaneceu morando em cidades separadas, Marialva morava em Campinas e Valentim em São Paulo. Nesse período o trabalho doméstico não remunerado era compartilhado quando estavam juntos na casa um do outro – somente aos fins de semana – sem uma divisão de tarefas específica. Sendo assim, as atividades que eram compartilhadas se referiam ao preparo de algumas refeições, pois tinham o hábito de utilizar o serviço de alimentação *delivery*, e de lavar a louça que, porventura, tivesse sido usada, como expresso por Marialva:

Porque, como que isso funcionava lá em São Paulo? O Valentim ficava na capital e eu ficava no interior. Aí, nos finais de semana, ou ele ia pra Campinas ou eu ia pra São Paulo. E aí, quando a gente ficava em casa, era tudo dividido, né? Assim, no final de semana. Mas era no final de semana, né? Que a gente se encontrava. E aí, era muito... Era muito tranquilo, né? A gente não tinha... Imagina, passava a semana longe. Na hora que você ia ver, tudo era festa, né? Só queria era estar junto mesmo [risos – Valentim concorda rindo também]

Quando o casal vem para Fortaleza – Marialva veio assumir o cargo de professora universitária concursada – estes passam a coabitar em um apartamento “pequeno” – de fácil manutenção – no qual as tarefas eram compartilhadas, sem sentirem necessidade de tercerização de serviços domésticos. Nesse momento, o volume de trabalho requerido não era dimensionado e sua divisão não foi especificada durante a narrativa de ambos, o que se deve, também, ao fato de, nesse período, os sogros de Marialva terem passado a morar com o casal, em vista de um tratamento de saúde do pai de Valentim, que estava sendo realizado em Fortaleza. Na época, a sogra de Marialva passa a se responsabilizar por todos os afazeres domésticos e de cuidados requeridos pela unidade domiciliar, como ela expõe em duas ocasiões distintas, na entrevista individual e na entrevista do casal:

Então, o que que acontecia? Se você for pensar a tarefa da casa como sendo aquelas coisas do tipo, ah, fazer a comida, de fazer as compras, de ficar preocupado em cuidar, sabe, de todo mundo, de fazer tudo isso. Era muito mais da minha sogra. E o Valentim e eu só tínhamos a nossa preocupação era do tipo, ir trabalhar, voltar, né? A gente era mimado por ela. (individual)

A tua mãe que cuidava de tudo. Ela fazia supermercado, ela cuidava de comida. Eu lembro que eu tava trabalhando, ela chegava e levava as frutinhas picadas 10 horas da manhã pra mim, porque eu não comia e ela ficava assim: ‘Marialva não tá comendo direito’. Aí ela ia e fazia todo esse papel de cuidado assim da gente, né? (casal)

Nesse arranjo, percebemos que há uma clássica divisão sexual (e geracional) do trabalho

reprodutivo (Federici, 2019), onde a mulher mais velha e experiente se responsabiliza pela quase totalidade dos trabalhos de cuidados e afazeres domésticos não remunerados, mesmo que o casal de sogros tenha participado ativamente na manutenção financeira do domicílio.

Entretanto, no momento em que o casal se muda para uma casa – no intuito de ficar mais próximo do trabalho de Marialva, considerando que este é permanente – e que os sogros já haviam retornado para a Bahia, os afazeres domésticos não remunerados, em especial, adquirem uma divisão mais tradicional, refletindo a clássica divisão sexual do trabalho (Hirata & Kergoat, 2007). Assim, Marialva se responsabilizava, principalmente, pela manutenção da casa e roupas, enquanto Valentim dedicava mais tempo para a manutenção dos automóveis da família e pequenos reparos, corroborando com os dados da PNAD, que nos mostra ser esse o único agrupamento onde os homens têm maior expressão na sua realização do que as mulheres, sendo 60,2% para eles e 32,9% para elas (IBGE, 2023). Todavia, a higienização dos banheiros, abria uma exceção na divisão mais tradicional dos afazeres domésticos entre o casal, pois Marialva não gostava de realizar essa tarefa e era feita por Valentim, nesse período.

Dito isso, somente o preparo de alimentos era mais compartilhado – e aqui enfatizamos que este costuma ser uma tarefa menos frequente e usual para o casal – configurando-se em pequenos lanches e cafés da manhã realizados de forma alternada, a depender, por exemplo, de quem teria que estar mais cedo no trabalho pago naquele dia específico. Portanto, observamos que, em geral, Marialva passa a assumir as atividades tidas como femininas, enquanto Valentim se responsabilizava por aquelas consideradas masculinas (Nascimento, 2014) como ela ressalta:

Eu acho que antes era muito, entendeu, assim, eu acho que quando a gente, por exemplo, veio morar pra cá [casa] final de semana, você ficava lavando os carros e eu ficava arrumando a casa. Então era bem essa coisa tradicional que eu acho que hoje não é mais desse jeito.

Contudo, a “natureza” dessa divisão não é discutida pelo casal, nessa ocasião. De fato, para Valentim a divisão havia sido realizada por “afinidade” com a tarefa, embora Marialva afirme que não houve um debate sobre esse critério, tendo sido algo “natural”. De todo modo, a

mudança para um espaço maior aumenta a demanda por trabalho doméstico não remunerado e faz o casal decidir terceirizar parte do trabalho para uma diarista, como exposto por ela:

Só que, quando a gente vai pra casa, a casa é maior, tem quintal, essas coisas também aumentam muito o volume. E aí, nesse tempo, foi quando a gente percebeu que a gente não tava dando conta. E aí, foi quando a gente chamou uma pessoa. Então, a gente tem uma pessoa que nos ajuda uma vez por semana em casa. (Marialva)

Outrossim, esta diarista passou a se responsabilizar pela faxina da casa, bem como por parte da manutenção das roupas. Chama-nos atenção que, mesmo sendo um trabalho remunerado, este ainda ganhe o sentido de “ajuda”, expressando a patente desvalorização que este adquire diante de outros trabalhos pagos (Pinheiro et al., 2020; Saffioti, 2015). O casal também passa a terceirizar parte da manutenção da área externa (jardim) ao zelador do condomínio onde se localiza a residência. Essa mudança ocorreu em função da transição laboral pela qual Valentim passou no período, conforme demonstra o diálogo do casal:

Antigamente, eu fazia mais, né? Mas estava... Quando começou a coordenação [novo cargo dele] mesmo, não dá para fazer. Aí, começou a chamar ele. (Valentim)

E é prático, né? Você chama ele, ele faz. Ele faz isso nas várias casas. Então, ele já tem mais praticidade. E também ajuda ele, né? Porque, tipo, o salário que ele ganha aqui como zelador também não é muito, não. Então, acho que ele ganha mais com esses pequenos serviços que ele vai fazendo nas casas. (Marialva)

Novamente o termo “ajuda” é utilizado, dessa vez para simbolizar o ato de delegar parte das tarefas de manutenção. Aqui podemos pontuar, reiteradamente, o reconhecimento, agora explícito, da desvalorização que o trabalho doméstico sofre, também, no campo produtivo, auferindo baixas remunerações, além da notória insegurança social, pois a maior parte dos trabalhadores do setor de serviços domésticos encontram-se sem vínculos empregatícios formais (DIEESE, 2025).

Sendo assim, constatamos que para lidar com a divisão de tarefas o casal lançou mão do arranjo já conhecido e usual para a classe média: a delegação ou terceirização/aquisição de

serviços domésticos (Bandeira & Preturlan, 2016; Jablonski, 2010; Picanço & Araújo, 2020; Pinheiro et al., 2023). Destarte, esse arranjo veio arrefecer os possíveis conflitos que pudessem advir do enfrentamento entre as demandas do trabalho pago e as da vida doméstica.

Ainda sobre a divisão de afazeres domésticos, com a contratação de serviços e mão de obra, o casal passa a fazer somente algumas tarefas de “conservação” do trabalho realizado pela faxineira no decorrer da semana, como expresso por Marialva:

O que a gente faz é [...] no sábado a gente só varre a casa, só faz alguma coisinha, mas é muito mais, tipo manutenção é coisa rápida, a gente leva, o que, uns 30 minutos cuidando da casa. É, assim, não precisa muita coisa né, porque assim, não é todo dia que eu varro a casa não [risos]. Durante a semana, o que a gente tem que fazer, o máximo que faz é colocar o robôzinho, né. É de vez em quando. Tipo, de vez em quando, ah, tem muito fio de cabelo, então pronto, passa lá o robôzinho, mas é pouca coisa assim, né, pra gente.

Mesmo que o volume de trabalho seja consideravelmente menor com o arranjo da delegação, ainda podemos perceber que o casal se utiliza de eletrodomésticos para realizar parte desse trabalho, denotando uma não identificação com a atividade, o que gera a recusa em exercê-la, além de visibilizar o desgaste físico que os afazeres domésticos requerem.

Com relação a gestão dos empregados e de serviços, notamos a influência do princípio da separação (Kergoat, 2000), ficando Marialva responsável por delegar e cobrar as atividades realizadas pela faxineira e Valentim pelos serviços prestados pelo Zelador. De mesmo modo, quando precisam realizar manutenção nos veículos, Valentim se encarrega de fazer as tratativas especialmente se está acessando um serviço desconhecido. Somente quando ele não “tem tempo” para realizar a atividade, e o local já é de uso do casal, é que Marialva se dispõe a realizar a tarefa, pois afirma se sentir sendo “trapaceada” pelos prestadores. Aqui observamos que a DST se expande, ainda, para os serviços que não se enquadram na lógica do trabalho reprodutivo, ou seja, o gênero permanece atrelado às formas de serviço prestado.

Por sua vez, na gestão financeira do casal, Marialva se responsabiliza pela organização e

pagamentos, repassando para Valentim apenas a parte proporcional que lhe coube das despesas para que este a ressarça. Essa divisão foi ponderada com base nas características de cada cônjuge. Por Marialva ser mais organizada e sistemática, além de trabalhar com aplicativos de bancos, que viabilizam todos os tipos de transações financeiras – Valentim se recusa a ter qualquer app de bancos no celular – ela se encarregou dessa gestão. De mesmo modo, a organização e planejamentos das atividades de lazer do casal – programação cultural, passeios e viagens – são realizadas, na grande maioria das vezes, por Valentim que afirma gostar mais de estar fora de casa, enquanto Marialva se diz extremamente caseira.

Partindo para o trabalho de cuidados, vimos que, inicialmente, o casal era cuidado pela sogra/mãe. Posteriormente, essa tarefa passa a ser compartilhada, mas com uma certa sobrecarga para Marialva, especificamente no início do período em que foram morar na casa. Nessa época, Valentim ainda permanecia desempregado e sua esposa sentia certa responsabilidade por esse fato, pois ele havia deixado seu emprego em São Paulo para acompanhar Marialva, que viera assumir a já referida vaga do concurso para professora universitária na capital cearense, como ela nos fala:

Na minha cabeça é isso, eu tirei ele do emprego dele, eu tirei ele do canto dele, e ele veio por conta disso. Então eu acho que eu assumi muito essa responsabilidade de que ‘eu preciso dar conta de garantir que ele se sinta bem’. E aí eu ficava de fato tentando fazer, tem que aprender a fazer comida, eu não gosto muito de cozinhar, mas eu tentei cozinhar, aí eu tentei, para mim cozinhar é a pior coisa que tem. Então eu acho que isso foi uma das coisas que me sobrecarregava. (Marialva)

Tal comportamento retrata a tendência das mulheres a se responsabilizarem pela carga de trabalho referente ao cuidado afetivo-emocional dos membros familiares (Affonso et al., 2025). Contudo, esse cuidado foi retribuído no momento em que Marialva passa por uma crise de ansiedade, como podemos notar em sua fala:

Então, foi quando eu tive as crises de ansiedade [em 2019] que eu comecei a fazer psicoterapia, uma coisa que eu achei bem bonitinha, foi que o Valentim, ele me levava

toda quinta-feira à tarde pra psicoterapia. Toda quinta-feira, ele ia me levar, me acompanhava, ficava me esperando, aí quando eu terminava a psicoterapia, a gente ia tomar um café, alguma coisa. (Marialva)

De maneira geral, a distribuição do trabalho de cuidados nos parece mais “compartilhada” entre o casal, sem demonstrar fortes influências da DST. Por outro lado, em relação aos afazeres domésticos não remunerados – que não são delegados/terceirizados – ainda persiste uma certa divisão de gêneros com relação as atividades que o compõem. Ademais, não identificamos uma forte influência das diferenças laborais (estabilidade e rendimentos) na conformação da DST percebida.

Maria Moura e Duarte. O casal tem dois filhos: um menino de 8 anos de idade e uma menina de 4 anos de idade. Atualmente, esse tipo de arranjo (casal com filhos) deixou de representar a maioria dos modelos familiares no país, configurando 41,8% do total em 2022, sendo mais expressivo em nossa região (42,1%). Mesmo assim, permanece como o formato mais expressivo dentre as diversas configurações familiares brasileiras (IBGE, 2025). Ambos são médicos concursados e celetistas e intercalam jornadas de plantão com horários fixos. De modo símile ao casal anterior, as diferentes formas que a distribuição do trabalho reprodutivo tomou, para Maria Moura e Duarte, expressam as transformações pelas quais eles passaram ao longo do casamento.

No início da união, eles moravam em um apartamento menor – que não demandava muita manutenção – e não tinham filhos. Nesse período, a divisão de tarefas, apesar de ser compartilhada, recaía de maneira mais acentuada sobre Maria Moura, como ela nos fala:

Então, quando a gente se casou, a gente já tinha uma certa independência na divisão de tarefas, embora esse cuidado com o lar sempre partiu mais de mim, porque a minha tolerância pra, né, pra bagunça, pra não sei o que, né, o zelo pra certas coisas, cozinhar, sempre a minha tolerância é menor do que a dele, né, sempre foi. Ele era mais assim, apesar de que ele já era um adulto funcional, ele era só funcional mesmo, e não tinha esse refinamento assim, de cuidar de detalhes e nem de bagunça e tal. (Maria Moura)

Novamente, podemos perceber que, mesmo quando compartilhada, essa divisão não chega a ser equitativa, tendendo quase sempre para as mulheres o maior encargo sobre esse conjunto de afazeres (Nascimento, 2014). Assim, ela se responsabilizava pelo preparo da maioria das refeições do casal, limpeza e organização da casa, enquanto ele fazia a maior parte das compras de abastecimento do domicílio, gerenciava o pagamento de contas, realizava ou era responsável pela contratação de serviços de reparos na casa, bem como de consertos e manutenção de utensílios. Desse modo, ainda podemos identificar uma clássica divisão sexual do trabalho reprodutivo (Hirata & Kergoat, 2007), uma vez que ela se responsabilizava, prioritariamente, pelas tarefas tidas como femininas, enquanto ele se vinculava, principalmente, aos afazeres tidos como masculinos ou que eram realizados no ambiente externo ao lar (compras e aquisição de serviços). Em verdade, esse dado corrobora a tendência distributiva do país, onde a maior participação masculina (73,6%) é encontrada no conjunto de afazeres intitulado “fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio” (IBGE, 2023). Ademais, somente na questão do cuidado com as roupas, Duarte mostra certo destaque, como sua esposa pontua:

ele é até mais, melhor, sempre foi melhor que eu nisso aí, porque eu não tenho paciência com roupa. Eu uso o que tiver, se não tiver engomado, eu troco a opção. Ele não, ele sabe engomar, engoma. Ele, realmente, com a roupa veio melhor que eu [risos]. Eu nunca engomei uma roupa e ele sim. (Maria Moura)

Entretanto, atentamos para o ponto de que ele “engomava” a roupa dele, mas não a da esposa, ou seja, o cuidado com as roupas acabava sendo individualizado. Já a lavagem do vestuário, era feita por ela de forma a beneficiar o casal. Assim, nesse período, podemos assentir que Duarte atuava de forma coadjuvante ou, como ela nos diz, apenas sendo “um adulto funcional”. Como exemplo, temos a cena corriqueira dela preparando as refeições para o casal, nos fins de semana, enquanto ele ia lavando a louça que era utilizada na ocasião, de forma complementar, como ele expressa em sua fala:

Eu sou um pouco complementar, ela, fim de semana, por exemplo, ela cozinha, e eu

limpo as coisas, organizo as coisas, né? Eu complemento um pouco, mas assim, a ideia sempre foi, não vou deixar tudo pro outro, porque não ajuda, assim, tem que ser realmente dividido, né? (Duarte)

Dito isto, mesmo que haja um compartilhamento de tarefas, mantêm-se uma dinâmica que reitera a divisão sexual do trabalho, na qual as mulheres são responsáveis prioritárias pelo trabalho reprodutivo, tornando subsidiário o trabalho masculino nessa seara (Federici, 2019).

Entretanto, essa divisão, a princípio, não gera questionamentos entre o casal e é considerada um arranjo fruto da combinação das personalidades de cada cônjuge, pensamento que ofusca a divisão sexual do trabalho presente nesse contexto. Ou seja, para estes, pelo fato de ela possuir mais iniciativa e Duarte ser mais “procrastinador” – característica confirmada por ambos –, Maria Moura acabava tomando para si a maior carga de trabalho reprodutivo, como exposto a seguir:

Porque talvez antes ele ficasse sem se incomodar com aquela louça ali. Deixa ali, até que... às vezes eu me incomodava antes dele. Não era que ele não fosse resolver, mas é porque os tempos são bem diferentes. E agora não, acho que ele já puxou pra si. E aí ele vai lá e bota na máquina e diz que a máquina [de lavar louça] salva casamento [risos].
Besteira, né?

Além do caráter subsidiário do trabalho realizado por Duarte, ainda identificamos o reconhecimento, por parte dele, da aversão e do esforço que os fazeres domésticos lhe suscitam, especialmente quando menciona que a utilização de eletrodomésticos para eliminar parte desse desgaste “salva casamentos”, mesmo que em tom de brincadeira.

Todavia, o discurso de uma distribuição por afinidades e personalidade muda quando chegam os filhos e o trabalho de cuidados se avoluma, como já referimos na categoria anterior. Aqui observamos que, mesmo nas relações mais equitativas, a chegada de filhos altera essa composição e tende a desequilibrar a balança dos cuidados a favor dos homens em detrimento das mulheres (Federici, 2019), como exemplificado na narrativa de Maria Moura:

Quando vieram os filhos, o primeiro filho, aí mudou muito, aí realmente foi a hora que

começou a pesar [fala enfática]. Porque assim que eu fui mãe, eu também sou um pouco centralizadora, eu puxei muitas responsabilidades pra mim, tanto em relação à criança em si, que tem umas que são inerentes da mãe, principalmente no começo [refere-se à amamentação], como também da casa, dessa organização da casa, do alimento, da feira, funcionário – que eu não tinha antes – então, assim, junto com o filho vieram trocentas mais responsabilidades. [...] e aí, inicialmente, eu acho que tudo recaiu sobre mim, só que depois eu fui percebendo essa situação e fui começando a reorganizar e empurrar cada vez mais um pouquinho né pra ele.

Em sua fala, notamos que ainda há resquícios de papéis de gênero estereotipados, nos quais a mãe é a única responsável pela alimentação do lactante, por exemplo, mesmo que saibamos que é possível a delegação dessa tarefa, bastando que se ordenhe o leite para ser ofertado ao bebê, o que poderia ser feito pelo pai (Araújo & Scalón, 2006; Zanello et al., 2022).

Dito isto, esse posicionamento, atrelado à sua personalidade proativa e centralizadora – como exposto por ela –, culmina no acúmulo da maior parte das novas tarefas que surgem com a chegada do filho: alimentação da criança, da mãe e da nova funcionária; aumento da necessidade de organização do ambiente doméstico, que passa a ser mais habitado; aumento do volume e da frequência de compras de insumos; gestão da funcionária, além de todos os cuidados direcionados ao infante. Tal qual Zanello et al. (2022) nos mostram, torna-se recorrente o fato de que a divisão sexual do trabalho é camuflada sob o discurso de gênero que coloca as mães na centralidade dos cuidados parentais.

Como mencionamos, o casal passa a terceirizar parte dos afazeres domésticos e de cuidados para a funcionária recém-contratada, retratando o tradicional arranjo daqueles que podem arcar com a compra de serviços domésticos e de cuidados para enfrentar as demandas da relação produção-reprodução (Picanço & Araújo, 2020; Pinheiro et al., 2023). Ademais, eles ainda contavam com a presença da mãe de Maria Moura que lhes auxiliava quando era preciso, cuidando do neto, juntamente com a babá, quando o casal precisava se ausentar do domicílio. Mesmo assim, Maria Moura – diante do desgaste que a sobrecarga de cuidados ocasiona às

mulheres (Affonso et al., 2025) – passa a delegar mais afazeres ao esposo, reconhecendo, nessa ocasião, as desigualdades de gênero conformadas pela divisão sexual do trabalho que atingem mesmo aquelas mulheres que dispõem de rede de apoio, seja ela gratuita ou remunerada.

Faz-se necessário assinalarmos que, até o seu primogênito completar um ano, Duarte permaneceu em um emprego cuja escala laboral era extenuante, o que contribuiu para sua menor participação nos cuidados parentais, como pode ser constatado no diálogo entre o casal:

Eu acho que foi quando você deixou aquelas visitas [domiciliares à pacientes] quando ele [o primeiro filho] tinha um ano. Porque antes do [primogênito] ter um ano, mais ou menos, ele não tinha entrado no emprego do Frotão [hospital público de Fortaleza] e tu fazia as visitas [falando com ele]. (Maria Moura)

É porque aí não tinha dia livre, não tinha dia livre não. (Duarte)

Era fim de semana, não tinha hora. Ele trabalhava muito mais. Então até um aninho, mais ou menos, foi muito eu. Aí depois, quando você [para o marido] entrou no Frotão, que saiu da EAME [Equipe de Assistência em Medicina Intensiva]. (Maria Moura)

Que aí eu passei a ter tarde livre, passei a ter turnos livres, ter fim de semana. (Duarte)

E aí começou a cuidar mais mesmo. (Maria Moura)

Porque antes, todo horário livre era assim: a qualquer hora pode chamar pra alguma coisa, sair de madrugada. (Duarte)

Ele trabalhava muito mesmo. (Maria Moura)

Nesse contexto, percebemos o impacto da ausência de políticas que fomentem, de fato, o exercício da paternidade, a exemplo das que existem para as mães – mesmo que ainda sejam insuficientes (Valenzuela, 2025) –, principalmente, ao comparamos que são destinados 120 dias para as mulheres cuidarem dos infantes, enquanto os pais usufruem somente de 20 dias, recém conquistados (Ministério da Previdência Social, 2026). De todo modo, podemos observar um deslocamento do lugar paterno para Duarte, quando este decide sair do referido emprego, passando a ter mais tempo disponível para realizar parte dos cuidados com o filho.

Entretanto, continuava visível o caráter secundário desse trabalho, uma vez que, ainda,

era caracterizado por Maria Moura como uma “ajuda”. Mesmo assim, ele passa a executar atividades que envolviam, principalmente, a socialização do filho (brincar, ler, fazer companhia, acompanhar em eventos sociais, levar a parques, entreter, etc.), dar banho à noite no bebê e colocar para dormir – e caso ele acordasse na madrugada, ele se responsabilizava por fazê-lo adormecer novamente – , além de lhe prestar os cuidados afetivo-emocionais (Affonso et al., 2025). Por sua vez, ao encerrar o período de licença-maternidade, Maria Moura volta a trabalhar com redução de carga horária a fim de se dedicar ao filho – comportamento observado por Oliveira (2020), como nos referimos na categoria anterior – , principalmente em momentos de lazer e, posteriormente, para o acompanhamento escolar.

Outrossim, como mencionamos há pouco, conforme a criança foi envelhecendo e demandando outros cuidados, Maria Moura passa a delegar mais afazeres para o esposo. Entretanto, o ato de delegar parte do trabalho reprodutivo gera uma carga mental associada à delegação e ao acompanhamento dessas tarefas que, geralmente, não é contabilizada dentro dos “custos” do trabalho reprodutivo (Zanello et al., 2022), além de expressar a persistente obrigatoriedade desse trabalho às mulheres, como podemos identificar na seguinte fala:

Mas, realmente, eu passei um bom tempo com esse alarmezinho que tocava todo dia no trabalho [para lhe lembrar de verificar com sua funcionária se ela havia pedido o taxi que ia pegar o filho na escola, em dias fixos, bem como, para ligar para o taxista e ver se ele estava à caminho]. Aí: “Oi, taxista, Oi Babá” [gesticulando uma ligação para os dois]. E aí, depois, ele [marido] só entrou nesse balaio na semana que eu viajei, que ele precisou se lembrar que tinha filho na escola, né? (Maria Moura)

Em sua narrativa, é visível a carga mental, impultada às mulheres, inerente à terceirização do trabalho reprodutivo por elas. Mesmo que seja algo periódico (como buscar o filho na escola), ainda lhes resta a (pré)ocupação em se certificar que os envolvidos cumpram com o firmado. Depreende-se, também, que os homens somente se tornam cientes desse desgaste mental, quando passam a exercer essa função gerencial, o que geralmente só ocorre nos casos em que as mulheres estão impossibilitadas de fazê-la – como durante a viagem

realizada por Maria Moura. De fato, Bruschini e Ricoldi (2012) assentem que os homens tendem a realizar aquelas tarefas que “sobram” ou que suas esposas não puderam realizar, como é o caso exemplificado.

Isto posto, no mesmo período, a maior parte dos afazeres domésticos é delegada à funcionária, que reside com o casal. Desse modo, ela se responsabilizava pelo preparo de alimentos e por servir as refeições, realizar a faxina da casa e manutenção de roupas (lavar e passar) e sapatos, além de lavar as louças. E nos momentos de folga desta, eles dispunham de uma folguista para os auxiliar nos fins de semana.

Ademais, Duarte continuava responsável pelo pagamento das contas mensais e Maria Moura das despesas extras (passeios, atividades de lazer e entreterimento, viagens ou aquisição de bens mais onerosos), fato que não se alterou desde o início do casamento. Segundo o casal, como ele é menos organizado financeiramente, foi mais seguro mantê-lo arcando com todas as despesas cotidianas, enquanto ela guardava recursos para gastos de alto custo. De mesmo modo, ele permanecia realizando ou contratando os serviços para pequenos reparos da casa e era responsável por manusear o garrafão de água de 20 litros (como pudemos presenciar no momento da entrevista individual).

Por sua vez, Maria Moura afirma que, praticamente, não realizava tarefas relativas a afazeres domésticos, à exceção dos fins de semana, quando gostava de cozinhar para a família. Durante a semana, seu trabalho reprodutivo se concentrava nos cuidados com o filho, como participar de reuniões escolares, acompanhar as tarefas da escola, levar o filho a consultas ou eventos e providenciar a compra de bens dos quais ele necessita (vestuário, por exemplo). Além disso, ela também participava do conjunto de cuidados intitulado “auxiliar nos cuidados pessoais”, que incluem alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho e colocar para dormir (IBGE, 2023), bem como dos cuidados afetivo-emocionais – assim como Duarte –, como dar carinho, afeto e presença. Neste ponto, ressaltamos que as atividades de cuidado eram todas voltadas aos residentes da unidade domiciliar – principalmente com a criança – uma vez que os familiares de ambos eram independentes e não necessitavam de auxílio, pois, como vimos, eram

eles que ajudavam ao casal quando necessário, a exemplo da sogra/mãe.

Ainda nos chamou atenção o fato de Duarte não se envolver no acompanhamento escolar do filho, o que corrobora com os dados da PNAD, uma vez que essa tarefa foi a menos executada entre os homens (58,8%), em 2022 (IBGE, 2023). De mesmo modo, a atividade de cuidados com a qual ele mais se engajava é a aquela que os homens apresentaram a maior taxa de realização, a saber: monitorar ou fazer companhia no domicílio (85,5%). Na ocasião, ele justifica que seu baixo envolvimento na área escolar se deve ao fato de que ele não levava, com frequência, o filho para escola, pois geralmente inicia às 7 horas da manhã no emprego. Assim, cabia à Maria Moura o encargo de levar o filho à escola e, dessa forma, ela teria mais “oportunidades” de acompanhar, junto aos professores, o desenvolvimento educacional dele.

Em verdade, o que se percebe é uma nítida fuga dessa atividade por parte de Duarte que, em um momento posterior da entrevista individual, “confessa” não gostar de frequentar as reuniões e eventos escolares, “deixando” para sua esposa essa tarefa. Assim como Bruschini e Ricoldi (2012) e Picanço e Araújo (2020) identificaram em seus estudos, parece-nos que aos homens cabem as tarefas que podem ser adiadas ou as que eles escolhem, ficando para as mulheres aquelas que não podem deixar de ser realizadas e que demandam certa urgência, o que coloca em dúvida a ideia de divisão (ao menos no sentido equitativo).

Por fim, pareceu-nos que a diferença salarial entre Maria Moura e Duarte – ela auferia maiores valores do que ele – se mostrou significativa o suficiente para que esta “barganhasse” uma menor disponibilidade para o trabalho reprodutivo, corroborando a teoria da barganha (Medeiros & Pinheiro, 2018). Em verdade, sua renda favorável lhe permitiu tanto terceirizar grande parte de seus afazeres comprando o “tempo para si” (Araújo & Veiga, 2015), quanto delegar mais tarefas ao esposo, embora essa “barganha” tenha sido mais velada, ou seja, não foi explicitada essa negociação.

De forma sintética, podemos concluir que a distribuição de tarefas se tornou menos desigual conforme o primeiro filho crescia, embora não tenha atingido um patamar equitativo. Outrossim, as tarefas realizadas prioritariamente por cada cônjuge representavam não somente

uma afinidade por essas atividades específicas, como também a persistente e desigual divisão sexual do trabalho reprodutivo (Ávila & Ferreira, 2014), ainda que sob formas menos evidentes.

Ademais, outras alterações foram percebidas quando a segunda filha do casal nasceu. Todavia, esse momento está compreendido dentro do período pandêmico, motivo pelo qual será discutido na categoria seguinte.

Dôra e Jesuíno. O casal tem dois meninos, com 4 e 3 anos de idade. De antemão, identificamos que a chegada dos filhos ocorreu no período pandêmico entre 2021 e 2022 (Diário do Nordeste, 2021). Nesse sentido, iremos nos concentrar na análise da distribuição do trabalho reprodutivo somente até o início da pandemia, ainda que compreendamos que o nascimento dos filhos tenha desencadado uma série de mudanças significativas nessa dinâmica. Sendo assim, os aspectos relativos às implicações que o contexto da quarentena – e demais medidas restritivas – trouxeram para a distribuição do trabalho reprodutivo entre o casal, bem como o impacto da chegada dos filhos na divisão de tarefas, serão abordados na categoria subsequente.

Dôra é psicóloga clínica e, eventualmente, ministra disciplinas em cursos de pós-graduação, tendo uma jornada laboral variável. Por sua vez, Jesuíno é traumatologista, trabalhando em regime de plantões e com horários variados em consultório particular como pessoa jurídica (pejotização). Aqui encontramos uma maior diferença em termos de jornada de trabalho pago e remuneração, gerando um desequilíbrio laboral – no qual os homens são favorecidos – já conhecido na sociedade capitalista e patriarcal que reforça a tradicional divisão sexual do trabalho reprodutivo no interior dos lares (Souza-Lobo, 2021).

Dito isto, conforme o casamento se desenvolve e o curso de vida vai trazendo novos eventos, como a mudança residencial e o nascimento do filho, podemos notar a influência marcante, para Dôra e Jesuíno, das teorias da barganha (e da dependência), da disponibilidade do tempo e, sobretudo, dos estereótipos de gênero na determinação da alocação do tempo em trabalho reprodutivo, bem como da sua distribuição (Pinheiro et al., 2023).

Assim sendo, quando o casal inicia a vida conjugal, eles passam a morar no Rio de Janeiro, por questões profissionais: Dôra foi cursar o doutorado em psicologia e Jesuíno foi

fazer a residência médica em traumatologia. Na ocasião, ele trabalha em ritmo mais intenso, tendo uma jornada integral de trabalho. Dôra, por sua vez, muda-se antes das suas aulas começarem, o que lhe deixa, a princípio, com grande parte da jornada diária livre. Nesse período o casal retrata a clássica divisão sexual do trabalho (Ávila & Ferreira, 2014): ela se responsabiliza prioritariamente pelos afazeres domésticos e de cuidados e ele se coloca na posição de “ajudar”, nos fins de semana, com a faxina da casa, conforme já exposto por Dôra na categoria anterior.

Nesse ponto, percebemos que há um incômodo para Dôra em relação a esta distribuição, contudo, ela usa as diferenças de disponibilidade de tempo do casal para justificar essas desigualdades (Medeiros & Pinheiro, 2018). Entretanto, entendemos que o uso da temporalidade – disponibilidade de tempo – como recurso de divisão do trabalho, esvazia-se ao contabilizarmos o tempo do trabalho reprodutivo, o que está expresso na própria ideia de “dupla jornada” (Souza-Lobo, 2021). Ademais, em sua narrativa, ela evidencia que a disparidade de renda entre eles tornou “subentendida” essa distribuição: “E, realmente, a renda da casa era dele. Era, assim, ele que provia. [...] Então, ficou subentendida a divisão de tarefas, assim, eu cuidando da casa né”. Tal contexto reforça tanto a teoria da barganha, como a teoria da disponibilidade de tempo (Pinheiro, 2016), ao mesmo tempo em que tende a mascarar a divisão sexual do trabalho, ignorando as desigualdades de gênero (Pinheiro et al., 2023).

Entretanto, quando suas aulas começam, ela tensiona Jesuíno para que ele aumente a sua participação nos afazeres domésticos, especificamente, quando ele está no domicílio:

Quando as minhas aulas começaram, que deu uma puxada mais na rotina, o que ele ainda fazia da casa, assim, era... a gente dividia os dias de lavar a louça. Era, tipo assim, segunda, quarta e sexta era eu, terça, quinta e sábado era ele. Era, tipo assim, a louça, que era uma coisa que me irritava profundamente, mas a função da casa continuou sendo minha [suspiro de cansaço]. E aí, quando eu estava em aula, alguma coisa assim, que tinha uma roupa pra lavar, uma coisa, eventualmente, ele botava a roupa pra lavar.

(Dôra)

Mesmo a disponibilidade de tempo tendo mudado entre o casal, percebemos um deslocamento de alocação de tempo ínfimo em relação a Jesuíno, restringindo-se a tarefa de lavar as louças, pois ele não valida que participasse dos cuidados com a roupa do casal: “Lavar roupa. Nunca lavei roupa. Nunca mesmo. Nunca botei uma roupa na máquina. Sei nem ligar a máquina [risos]”. Outrossim, como exposto em categoria anterior, Jesuíno passou a preparar algumas refeições, quando a esposa estava ausente, como observado em sua fala:

Cozinhar eu aprendi algumas coisas quando a gente morava no Rio de Janeiro. Porque lá era só eu e ela. A gente não tinha ninguém na casa. E às vezes ela estava fora. E eu não queria sair para comer fora. Aí as vezes eu... eu pedi para ela me ensinar a fazer, especificamente, uma macarronada. Aí eu faço uma macarronada e almoço né. Jantar não, porque às vezes eu faço um sanduíche. Um lanche, um snack. Mas o almoço sempre foi meu calo. Eu fiz arroz uma vez. E foi um desastre. (Jesuíno)

Enfatizamos, porém, que a atividade de preparo das refeições se destinava a ele especificamente, não sendo uma tarefa para benefício do casal, como acontecia quando a esposa as preparava. Assim como Duarte, que “engomava” somente a própria roupa quando desejava, Jesuíno preparava a refeição para si e de forma discricionária, ou seja, ele gozava da escolha entre cozinhar, pedir comida ou comer fora. Aqui se torna nítido que o cuidado masculino, na ausência de filhos, é mais direcionado para si do que para sua companheira, em contraposição aos cuidados femininos que abrangem o casal.

Essa dinâmica retrata a realidade brasileira, na qual o casamento incide em um aumento do trabalho doméstico para as mulheres e em uma redução deste para os homens. De fato, conforme referimos, a taxa de realização de afazeres domésticos masculina no país reduz de 86,6% (quando são solteiros e responsáveis pelo domicílio) para 82,2% ao se tornarem cônjuges. Em contrapartida, para as mulheres na mesma situação, o índice aumenta de 95,3% para 97,0%. Assim, quando casam, a desigualdade no desempenho dos afazeres domésticos atinge consideráveis 14,8 (p.p.) em desfavor das mulheres (IBGE, 2020).

Isto posto, em 2018, o casal retorna para Fortaleza e Dôra passa a dar aulas como

professora universitária e a atender no consultório. Essa mudança econômica e de disponibilidade de tempo faz o casal decidir contratar uma diarista, como exposto:

Aí, nessa época, a gente chamou, como eu comecei a trabalhar mesmo, comecei a dar aula na faculdade e atender no consultório, a gente contratou uma diarista que ia duas vezes na semana fazer o grosso assim, aí deixava um almoço, uma coisa, mas era eu que continuava cozinhando. Mas ela botava a roupa pra lavar, engomava, mas aquele grossão assim do dia a dia né, era eu que continuava fazendo e continuo fazendo até hoje, assim, nos finais de semana. Mas aí foi até 2020, né? Então, ele [marido] continuou fazendo poucas coisas na casa, era mais eu mesmo e a diarista que a gente contratou. (Dôra)

Essa mudança não ocorre somente em decorrência da redução na disponibilidade de tempo de Dôra para o trabalho reprodutivo, mas, principalmente, pelo fato dela passar a contribuir com uma quantia maior para a manutenção do domicílio. Desse modo, observamos, aqui, o fenômeno apontado por Jesus e Myrrha (2020): em média, quanto mais elevada for a renda, menor será a carga de trabalho reprodutivo a qual uma mulher estará submetida. Com efeito, para Dôra, bem como para as demais entrevistadas, a sua situação financeira favorável lhe garantiu uma redução da carga de trabalho reprodutivo a medida que esta se tornou mais “visível” ou extenuante.

Segundo as pesquisadoras, isso ocorre porque níveis mais altos de renda possibilitam o acesso a serviços substitutivos ou atenuantes do tempo e esforço dedicados ao trabalho doméstico não remunerado e de cuidados, tais como a aquisição de refeições prontas, a contratação de mão de obra doméstica – faxineiras, diaristas, folguistas e babás – ou de serviços como berçários e creches (Jesus & Myrrha, 2020). De fato, todas as mulheres do nosso estudo lançaram mão da contratação e terceirização de grande parte do trabalho reprodutivo que antes era da “responsabilidade” delas, em um movimento compensatório. Em outras palavras, ao serem responsabilizadas pela grande parte do trabalho reprodutivo, são as mulheres que geralmente decidem pela contratação de trabalhadores externos, quando dispõem de recursos,

como meio para o enfrentamento da relação produção-reprodução, cujo encargo nos parece ser tomado como exclusivamente delas. Outrossim, as pesquisadoras assinalam, ainda, que a renda também possibilita a estruturação dos domicílios, por meio da aquisição de bens que facilitam a execução e reduzem o tempo destinado aos afazeres domésticos (Jesus & Myrrha, 2020), a exemplo da máquina de lavar louças de Duarte e Maria Moura, do “robozinho” para varrer a casa de Valentim e Marialva ou da máquina de lavar roupas de Dôra e Jesuíno.

Como Bandeira e Preturlan (2016) e Medeiros e Pinheiro (2018) já denunciavam, ainda que a terceirização do trabalho reprodutivo e a aquisição de bens que o facilitem alterem a dinâmica doméstica, esse efeito é significativamente mais expressivo no tempo e nos esforços dedicados pelas mulheres do que naqueles despendidos pelos homens, conforme Dôra enfatiza ao final de sua fala. Em outras palavras, a redução do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres não incide, necessariamente, em um aumento desse tempo para os homens. Em verdade, estes continuam a executá-lo sob as vestes da “ajuda, como Jesuíno assente:

O apartamento é muito diferente de casa. A manutenção era muito mais simples, né. Às vezes quebrava uma coisa, chamava alguém. Se ela tivesse um contato fácil ela chamava, senão eu chamaria. Agora a casa requer muito mais cuidado. Mas sempre foi dividido entre a gente. Eu sempre tentei ajudar em termos disso. (Jesuíno)

Mais uma vez, apesar de ser evocado o termo “divisão”, em alusão ao compartilhamento de tarefas, ainda assim, observamos que, quando realizado pelos homens, esse trabalho se torna subsidiário e discricionário, além de ser executado em proporções inferiores às femininas (Picanço & Araújo, 2020).

Voltando-nos para os trabalhos destinados aos cuidados, até 2020, o casal não era responsável por auxiliar parentes ou crianças, fosse no próprio domicílio ou no de parentes. Quanto aos reparos e serviços de manutenção da casa, estes eram divididos entre o casal, não havendo a tradicional “guarda” desse trabalho por Jesuíno, como ocorria nos casos de Duarte e Valentim. De mesmo modo, a manutenção dos automóveis era dividida, ficando cada qual com a responsabilidade pela manutenção do seu respectivo veículo, apesar de Jesuíno afirmar que, às

vezes, levava o carro da esposa para lavar ou calibrar pneus como forma de “ajuda”.

Percebemos que nessas duas tarefas temos uma distribuição mais equitativa e que se afasta da tradicional divisão sexual do trabalho reprodutivo (Nascimento, 2014). No entanto, tal como observado com Marialva e Maria Moura, a gestão da diarista que o casal passou a contratar era realizada por Dôra. De forma símile, assim como Duarte, Jesuíno era responsável pela compras de insumo para o domicílio, embora tivesse que ser assessorado por Dôra, que realizava o levantamento de necessidades e lhe repassava a lista de compras necessárias, como exposto por ela: “Ele vai ao supermercado, enfim, mas a gente tem que mandar a lista, né? E especificar o que ele tem que comprar [risos], você tem que comprar tal coisa”. Ainda cabiam, prioritariamente, a Jesuíno os cuidados relativos aos animais domésticos – o casal possuía três cães –, como dar banho e levar para passear.

Com relação à gestão financeira, chama-nos a atenção o caráter subsidiário que Jesuíno denota à contribuição da esposa para os gastos do casal:

Cada um tem a sua fonte de renda. E a gente divide as contas de uma forma... Como eu sou o provedor principal ainda né [risos], eu acabo arcando com um custo maior de veículo. Mas ela tem o veículo dela também. Mas da própria casa, os custos eram mais aliados a mim. Mas sempre foi dividido. O que ela pode me ajudar, ela acaba me ajudando sabe. (Jesuíno)

Em verdade, ao contrário de Marialva e Maria Moura – que auferem maiores valores que seus cônjuges –, Dôra recebe uma quantia inferior ao esposo, o que nos faz questionar se a maior disparidade entre a distribuição e execução das tarefas domésticas, verificada entre ela e Jesuíno, é decorrente desse fator econômico. Ademais, esse casal é o único, dentre os três entrevistados, que possuem profissões distintas, uma vez que Maria Moura e Duarte são médicos e Valentim e Marialva são professores universitários (embora de formações diferentes).

De todo modo, percebemos que até o período que antecede à pandemia, esse casal apresentava as maiores disparidades de gênero em relação à distribuição do trabalho reprodutivo, quando comparado aos demais casais da pesquisa, além da tradicional divisão

sexual do trabalho ser mais marcante entre eles. Em contraposição, Valentim e Marialva apresentavam a distribuição mais equitativa – após alguns ajustes – até o início de 2020, o que inferimos ter relação com a ausência de filhos.

Em verdade, grande parte do trabalho reprodutivo, bem como o maior desgaste mental requerido por esse trabalho é associado aos cuidados com crianças no interior dos lares (Affonso et al., 2025; Zanello et al., 2022), denotando que o exercício da parentalidade, nesses casos, configura-se como a função primordial do trabalho reprodutivo. Soma-se a este argumento, ainda, o fato de que as maiores disparidades relativas aos afazeres domésticos não remunerados e de cuidados são encontradas em casais com filhos (Federici, 2019; Jesus & Myrrha, 2020; IBGE, 2023; Zanello et al., 2022). Outrossim, como expresso por Pinheiro et al. (2023), após a chegada dos filhos, as mulheres sofrem um acréscimo de trabalho reprodutivo três vezes superior àquele destinado aos homens. Tal disparidade foi corroborada pelos relatos das mães deste estudo, conforme verificado tanto na categoria anterior, quanto na presente análise, ratificando nossa suspeita.

A guisa de conclusão, chegamos a um resultado semelhante ao estudo de Garcia e Marcondes (2022), ao constataremos que os afazeres domésticos não remunerados e de cuidado que são “primários”, irrefutáveis, não postergáveis e mais desgastantes eram realizados pelas esposas de nosso estudo (ou terceirizados à outras mulheres), em contraposição aos homens que se responsabilizavam por tarefas, em sua maioria, tidas como “masculinas” e subsidiárias (Souza-Lobo, 2021). Desse modo, até o período que antecedeu a pandemia, nossos achados corroboram o entendimento de que, mesmo entre homens de elevados estratos sociais que, de forma proporcional, executam mais tarefas domésticas em comparação aos de estratos inferiores, o fazem sem se distinguirem em termos do tipo de atividades realizada ou do tempo dispendido na execução destas (Marcondes & Garcia, 2022). Em outras palavras, para os homens do nosso estudo, o recorte de classe praticamente não altera o volume de trabalho realizado e, em definitivo, não muda o tipo de trabalho executado por eles.

Pandemia: Mudanças e Permanências

Partindo da dinâmica dos padrões distributivos e relacionais de cada casal, discutidos na categoria anterior, buscaremos averiguar quais mudanças o contexto pandêmico trouxe para o cotidiano dos cônjuges e como elas impactaram essas dinâmicas prévias. Por fim, intentaremos perceber em que medida o “retorno à normalidade” representou uma volta aos padrões anteriores ou a consolidação de novas assimetrias (ou simetrias), configurando o cerne do nosso estudo.

Nesse sentido, observamos que uma das primeiras alterações impostas pela pandemia aos casais foi a recomendação sanitária de isolamento e distanciamento social (Diário do Nordeste, 2021). Tal medida impactava diretamente a terceirização de parte do trabalho reprodutivo para a mão de obra doméstica, arranjo utilizado de forma unânime por eles. Entretanto, a maneira como cada núcleo familiar manejou essas recomendações revelou estratégias díspares.

Dito isto, Marialva e Valentim optaram pela dispensa da faxineira – bem como dos serviços do zelador – como expresso no trecho a seguir:

Que quando a gente começou a pandemia, a gente dispensou ela de vir. Ela não precisava ir. Enquanto a gente não voltou a trabalhar, ela também não precisava ir. Mas a gente continuou remunerando ela, né? Por conta que era justo. A gente tava, de alguma forma, recebendo né?(Marialva)

A decisão do casal converge, parcialmente, com os dados de Bridi (2020), Jesus e Myrrha (2020) e Oliveira (2020) que observaram o aumento da dispensa da mão de obra doméstica como recurso de contenção do contágio por coronavírus, além de configurar uma estratégia de redução de custos devido aos desdobramentos econômicos que o contexto pandêmico impôs à população. Todavia, constatamos que os rendimentos da faxineira foram mantidos pelo casal. Tal gesto denota uma preocupação com a subsistência da trabalhadora, distanciando-se do cenário identificado por Oliveira (2020), no qual 39% dos empregadores que dispensaram suas funcionárias o fizeram sem a manutenção da remuneração, o que consideramos um ato de violência contra essa parcela da classe trabalhadora mais precarizada.

Segundo Oliveira (2020), as famílias que se abstiveram da mão de obra com a manutenção dos salários desses trabalhadores, oportunizaram a reflexão sobre as relações laborais alimentadas por nossa “cultura racista e machista” (p.158). De fato, percebemos na narrativa de Marialva e Valentim uma conscientização acerca das condições díspares entre eles e sua funcionária, evidenciada, por exemplo, pela afirmação de que seria “justo” que ela continuasse recebendo, uma vez que eles gozavam do “privilégio” de permanecerem em casa (Oliveira, 2020; Santos & Comper, 2025), com seus rendimentos preservados por vínculos laborais que lhes proporcionaram esse direito.

Por sua vez, Duarte e Maria Moura optaram por manter a mão de obra doméstica, que sofreria um acréscimo em face ao nascimento da segunda filha do casal em 2021. Como visto no estudo de Zanello et al. (2022), nesse estrato social – a classe média – a manutenção de trabalhadores, principalmente aqueles ligados ao cuidado com crianças, configurou uma tendência. Outrossim, o fato de a funcionária residir no emprego, desde o momento de sua contratação, eliminava a necessidade de deslocamentos para o trabalho e o contato externo, o que “tranquilizou” o casal quanto ao risco de contágio. Ademais, entendemos que a condição financeira favorável de Maria Moura e Duarte lhes permitiu manter a terceirização de parte do trabalho reprodutivo, preservando o arranjo doméstico prévio mesmo diante da crise sanitária. De mesmo modo, podemos considerar que a manutenção desse arranjo representa a continuidade do confinamento prévio a que já era submetida(s) essa(s) trabalhadora(s).

De outra parte, Dôra e Jesuíno que – anteriormente a pandemia – contavam com a terceirização de parte do trabalho reprodutivo para uma diarista, a princípio, dispensam essa mão de obra (sem remuneração). Entretanto, quando o primogênito nasce em julho de 2021, eles passam a contratar uma empregada doméstica para “assumir” parte dos cuidados com o filho e os afazeres domésticos, durante a semana, como exposto a seguir:

O [primogênito] nasceu na metade de 2021. Já tinha passado as duas primeiras ondas. Aí eu já aumentei o ritmo de trabalho, fui aumentando novamente. E a gente veio pra casa, né? Aí a gente já contratou uma pessoa fixa pra ficar na casa, como babá, e ela ajudava

na casa. Que é a nossa babá até hoje, né? E aí os cuidados com a casa, realmente, aí já ia passando pra ela. (Jesuíno)

Quando o [primogênito] nasceu em 2021, a gente acordou de que ia contratar uma pessoa. Porque aí não dava mais pra tá. E aí, uma semana antes do [primogênito] nascer, a gente contratou a [babá], que é a pessoa que está com a gente até hoje. (Dôra)

Como podemos perceber, a chegada do filho e o “afrouxamento” das medidas sanitárias – devido ao arrefecimento da pandemia em meados de 2021 (Diário do Nordeste, 2021) – contribuíram para que o casal mudasse o posicionamento quanto a terceirização de parte do trabalho reprodutivo, indo ao encontro da tendência já observada na classe média (Zanello et al., 2022).

Isto posto, a forma como cada casal redimensionou a divisão do trabalho reprodutivo acompanhou esses novos ou “velhos” arranjos. Desse modo, Marialva e Valentim voltam a redistribuir entre si a parte do trabalho reprodutivo que era delegado, demonstrando um certo retorno às práticas cotidianas anteriores à contratação da mão de obra doméstica, conforme nos mostra Valentim:

A gente tentava [dividir tarefas e “dar conta” da demanda de trabalho reprodutivo, sem a diarista]. Que a gente continuou trabalhando, né [remoto]? Nós como professores, né? Quem estava mais livre ia fazendo ou dividindo, né? Essa limpeza mais pesada que era essa pessoa que ajuda, a gente dividiu. Certo. Mas só naquele momento, né? Quando começou a retornar [após os lockdowns] ela voltou. Naquele momento, acabou sobrecarregando um pouco, né? Porque os dois tinham uma carga horária elevada e, ao mesmo tempo, tinham que fazer aquele trabalho, mas a gente ia fazendo aos poucos, não deixava acumular, né? Ia tentando contornar dessa maneira. (Valentim).

Dessa forma, sua fala antecipa que a pandemia em si, não trouxe alterações que permaneceram após seu encerramento. Para o casal, o que figura como “marcos” para reajustes na configuração do trabalho reprodutivo entre eles foram três momentos distintos que não incluem o contexto pandêmico em si, como relatam:

Acho que a pandemia não interferiu muito na nossa dinâmica, né? Eu acho que o ponto de mudar pra cá [casa] e a [diarista], eu acho que acabou interferindo mais, né? Ou modificando mais, né? (Valentim)

A pandemia não é um marco pra gente, entendeu? Pra gente, eu acho que o marco é, primeiro, ter vindo morar em Fortaleza [passam a coabitar]. O segundo marco, eu colocaria o fato da gente ter saído da [bairro de Fortaleza] e morar onde a gente mora agora [casa], que é quando a gente começou a ter uma pessoa ajudando a gente.

Enquanto a gente morava num apartamento [...], era a gente mesmo que cuidava.

Quando foi morar lá na casa, aí a gente tem uma pessoa que nos ajuda uma vez por semana. E o terceiro marco que eu considero é quando a gente começa a fazer atividade física, porque aí aumenta as demandas, e aí então diminui o tempo, e aí a gente então também começa a reorganizar. Mas a pandemia em si, de verdade, eu não vejo como sendo algo que tenha afetado. (Marialva)

Nesse sentido, a pandemia parece apenas ter trazido uma configuração “antiga”, que se dava quando o casal morava no apartamento, que perdurou enquanto as medidas restritivas e de isolamento social vigoraram. Outrossim, entendemos que a referência ao fato da pandemia não ter gerado alterações na organização e divisão do trabalho para o casal esteja vinculada à percepção do pós-pandemia, quando eles retornam ao mesmo arranjo distributivo que envolve a terceirização de parte do trabalho reprodutivo para a mão de obra doméstica e demais serviços de suporte à esse trabalho, exemplificados na figura do zelador.

Em verdade, no momento em que trabalho docente retorna no formato remoto e, posteriormente, as normas restritivas são suspensas, a diarista é convocada a regressar também, mesmo que o estado de emergência sanitária ainda estivesse em vigor. Entretanto, o casal ainda demonstra certa preocupação com a possibilidade de contágio e, desse modo, durante o período em que a pandemia vigorou, eles se responsabilizavam por fazer o transporte da funcionária no trajeto de ida e volta para o trabalho. Atribuímos tal conduta, simultaneamente, tanto a um certo respeito ao direito da trabalhadora de se resguardar — assim como eles o fizeram — quanto ao

receio em relação ao contágio. De fato, eles se mantiveram isolados de contatos sociais, saindo apenas para compra de insumos a fim de evitar o contágio, bem como de representarem risco à diarista, como podemos observar na fala de Marialva:

Durante a pandemia, a gente ficava só nós dois em casa, né? Então, tipo, não tinha [contatos externos]. Então, também aconteceu de que eu não saía de casa. Então, a gente ficou lá mais fechadinho, né?

De modo diverso, Maria Moura e Duarte não puderam usufruir da mesma prerrogativa de isolar-se em casa, lançando mão do recurso do trabalho remoto. Como já expussemos, ambos são médicos e compõem o grupo de profissionais de serviços essenciais, cujas atividades não foram suspensas durante a pandemia (Pellegrini et al., 2025). Entretanto, por questões de especialidade, Duarte intensificou o trabalho pago durante a pandemia, enquanto Maria Moura reduziu sua carga horária, como podemos perceber nas narrativas a seguir:

Durante a pandemia ela se isolou um pouco mais, ela começou a trabalhar um pouco menos, porque o tipo de trabalho dela [anestesista], diminuiu um pouco a demanda durante a pandemia, principalmente na primeira onda, ela não tinha anestesia propriamente, não tinha muita cirurgia, então ela reduziu bastante a carga de trabalho dela, basicamente ela ficava só no trabalho da [Hospital Público], que lá é um regime de plantão, duas vezes por semana, então lá ela mantinha ainda o plantão, ainda tinha que ir. Eu fiquei um pouco mais consumido, na primeira onda eu tinha acabado de mudar de trabalho, saí de um hospital para outro, assumi uma carga de chefia, aí começou o caos. (Duarte)

A pandemia aqui em casa foi uma situação bem, eu vou dizer, de “exceção” também por conta da nossa profissão. Porque o Duarte é médico intensivista e aí foi uma época que ele foi muito requisitado [fala enfática], inclusive assim, o pós pandemia foi uma virada de chave na nossa vida por conta de tanto [fala enfática] que ele trabalhou na pandemia. (Maria Moura)

O casal expõe a exaustão e os riscos aos quais foram submetidos os profissionais de

saúde, principalmente os que estavam na chamada “linha de frente” (Alves et al., 2024), como foi o caso de Duarte. Nesse contexto, a pandemia não trouxe apenas a necessidade de isolamento social e cuidados redobrados com higienização da casa e das compras, por exemplo, mas também impôs uma intensificação do trabalho, atrelada ao desgaste mental que a crise sanitária insidiosamente embutiu no fazer desses profissionais.

De fato, Alves et al. (2024) observaram em seu estudo – com trabalhadores da linha de frente em serviços de urgência, emergência e terapia intensiva no Brasil – que esses profissionais apresentaram uma carga horária estimada em 53,5 horas semanais, bem como uma prevalência de sintomas de estresse e depressão em mais de 45% dos participantes, com predomínio de sintomas graves ou extremamente graves. O estudo mostrou, ainda, que havia uma prevalência, dentre os sintomas físicos, de dor musculoesquelética (84,7%) e fadiga (83,3%), concluindo que o trabalho no período pandêmico acarretou um profundo prejuízo à saúde física e mental daqueles trabalhadores. Esses desdobramentos do trabalho na linha de frente do combate ao covid-19 se apresentam de maneira marcante nas narrativas de Duarte e Maria Moura:

Ninguém acreditou que ia acontecer nada, depois dos três meses a gente entendeu que era o fim do mundo. Aí dessa época foi um pouco ruim, porque eu ficava preso o dia inteiro, tinha aquele temor de adoecer. Cheguei a adoecer uma vez, logo no começo, bem no início mesmo, no primeiro mês que já estava acontecendo pandemia, adoeci e fiquei trancado no apartamento. Fiquei trancado no quarto, entre aspas, por mais de uma semana, com o meu filho batendo na porta querendo entrar e a gente achando que aquele era o melhor jeito. (Duarte)

Ele era chefe das UTIs [unidade de tratamento intensivo] de um hospital privado grande aqui, e aí ele tinha que gerir equipamento, pessoal. Na primeira onda não tinha nem EPI, os médicos dele caíam doentes, daqui a pouco ele tava dando plantão. Ele de domingo a domingo ele estava trabalhando, só trabalhava. Então assim, a pandemia pra gente foi fora de padrão [...]. Então, nessa época aí, realmente, eu acho que a casa, ele não sabia

nem se tinha casa, vinha só pra comer. (Maria Moura)

Por conseguinte, esse cenário laboral veio impactar no arranjo distributivo antes estabelecido, mesmo que tenham mantido a mão de obra doméstica. Com a constante ausência de Duarte, os cuidados com o filho pequeno - que não eram delegados à funcionária - recaíram exclusivamente sobre Maria Moura, de tal forma que ela intervém junto ao esposo, ao final da “segunda onda”, como relata abaixo:

Ele trabalhou de um tanto que quando tava melhorando assim - a segunda onda - eu disse: ‘vamos rever isso aqui, porque não vai dar certo não’. Eu tava realmente, assim, o período da pandemia em si eu fiquei muito abandonada, entre aspas, em casa, porque ele tava muito dedicado ao trabalho.

Soma-se à condição laboral do esposo, o fato de Maria Moura também ter se mantido no trabalho presencial – inclusive em regime de plantões – mesmo que com redução de jornada. Assim, a sobrecarga de trabalho reprodutivo, aliada à necessidade de permanecer trabalhando de forma presencial, traz para ela um desgaste que impacta no seu bem-estar, de maneira símile à identificada no estudo de Pellegrini et al. (2025). A sensação de estar sem o “apoio” de outrora e de ter que trabalhar, cuidar da casa e dar suporte para a família, coaduna com os achados de Zanello et al. (2022), no qual 55,2% das mulheres de seu estudo diziam que arcar com todas essas demandas estava “quase impossível naquele momento” (p.6), ou nas palavras de Maria Moura: “a pessoa chegou no fundo do poço”.

Conforme referimos anteriormente, com o nascimento da segunda filha do casal, Maria Moura optou pela contratação de mais uma funcionária, que também passou a residir no domicílio. Nesse período, ao entrar em licença-maternidade, Maria Moura se afasta de seu trabalho remunerado e passa a se dedicar integralmente aos cuidados com os dois filhos, compartilhando parte do trabalho de cuidados com as duas funcionárias, como ela nos fala:

A [filha mais nova] nasceu em 2021, né. Eu fiquei grávida, aí veio a segunda onda.

Então ela nasceu também nesse contexto pandêmico. Aí depois que a ela nasceu, eu contratei uma segunda funcionária aqui pra casa, tenho duas pessoas que me ajudam

aqui. Então, a questão da organização da casa, do serviço mesmo doméstico, diminuiu muito pra gente, porque eu tenho duas pessoas trabalhando na minha casa. (Maria Moura)

Tornou-se nítido, em nossas análises, que o conjunto de atividades que compõem os afazeres domésticos foi, em quase sua totalidade, delegado às funcionárias. De maneira oposta, observamos que o trabalho de cuidados – principalmente aquele que envolve o aspecto afetivo-emocional (Affonso et al., 2025) – continuou, em grande medida, sob a responsabilidade de Maria Moura, inclusive o cuidado destinado aos adultos da família, como percebemos em sua narrativa:

Eu assumi realmente essa postura mais de mãe, de esposa, inclusive foi uma época que eu fazia questão de cozinhar pra jantar, pra gente jantar junto, sentar e jantar, às vezes tomava um vinho, de inventar coisa diferente, porque estava todo mundo dentro de casa também, era o prazer que a gente tinha assim, era o nosso momento.

De fato, a literatura indica que as mulheres, durante o período pandêmico, sentiram-se responsáveis pelo bem-estar dos membros familiares, atitude que, ironicamente, convertia-se em uma carga mental adicional a ser administradas por elas (Affonso et al., 2025; Zanello et al., 2022). Como resultado, os estudos apontam, de maneira convergente, que as mulheres findaram sobrecarregadas pelo trabalho reprodutivo na maioria dos casos analisados (Affonso et al., 2025; Fares et al., 2021; Jesus & Myrrha, 2020; Pellegrini et al., 2025; Zanello et al., 2022). Com efeito, observamos que Duarte se mostra sensível a essas consequências para a esposa, conforme evidenciamos em sua narrativa:

Teve um tempo que ficou sem aula, aí ficou um pouco mais, porque ela ficava mais em casa, ficava mais com eles, mesmo com a ajuda, mas ficava mais com eles. E eu ficava até às 17 horas no hospital, chegava mais tarde, já chegava: “Opa, eu vou dormir, amanhã vem o próximo dia, né? E foi na época, durante a pandemia, né? Como a gente não saía muito [...], não pesou muito, mas ela absorveu mais a parte dos meninos, né. Absorveu um pouco mais a parte da casa. [...] O que pegou para ela foi: ‘eu estou mais

com as crianças, estou mais presente e fiquei mais ociosa’ [fala como se fosse a esposa].

E aí engordou um pouco, ficou mais estressada, enfim, depois as coisas se reorganizaram um pouco, né? Mas, não sei, assim, historicamente, não lembro de grandes mudanças não, entendeu?

Apesar da nítida percepção de que o contexto pandêmico e a sobrecarga com o trabalho de cuidados afetaram sua esposa, Duarte denota uma preocupação majoritária voltada não a esse cenário, mas ao trabalho produtivo. Em verdade, ele utiliza o tempo em que estava em casa para “repor” a sua força de trabalho para o dia seguinte, sem demonstrar preocupação em contribuir com o trabalho reprodutivo, o que reproduz a clássica divisão sexual do trabalho (Hirata & Kergoat, 2007). Outro ponto que nos salta aos olhos é que, mesmo diante do cenário relatado, Duarte avalia que não houve grandes mudanças, ratificando que as alterações nesse contexto foram mais impactantes para as mulheres do que para os homens, conforme apontam os estudos (Affonso et al., 2025; Fares et al., 2021; Jesus & Myrrha, 2020; Pellegrini et al., 2025; Zanello et al., 2022).

Destarte, Duarte permanecia com o mesmo ritmo intenso de trabalho, fator que levou sua esposa a requerer uma reorganização da divisão de tarefas, como mencionado previamente. Esse movimento culminou na mudança de trabalho de Duarte, visando atender às demandas parentais reivindicadas por Maria Moura, como observamos no seguinte diálogo:

Aí foi ajeitando assim, hoje em dia eu não me acho mais injustiçada em relação às crianças e à casa. Acho que foi muito, a pandemia foi bem [enfática] mesmo, essa virada de chave pra gente por isso. Porque chegou no auge do fundo do poço [risos], que a pessoa [marido] só trabalhava, não tinha mulher, não tinha filho, não tinha nada, e aí quando passou [a segunda onda], eu dei essa chamada e aí as coisas começaram a mudar, a melhorar. (Maria Moura)

Mas tinha uma carga de trabalho um pouco mais alta, eu chegava mais tarde em casa e tudo, aí, quando acabou a pandemia eu saí desse trabalho, porque consumia tempo demais, não tinha um retorno financeiro adequado, era um hospital que era mais um

peçoal que consumia mesmo, era pessoalmente mais tóxico, assim o ambiente era mais difícil, competitivo demais e muita sobrecarga, muito acúmulo de funções. (Duarte)

Chama-nos atenção a diferença entre as narrativas do casal, referente aos aspectos negativos do trabalho de Duarte. Enquanto Maria Moura enfatiza a questão da ausência no ambiente familiar e no desempenho das atividades reprodutivas, Duarte se concentra nos aspectos extenuantes do trabalho que estão vinculados especificamente à ele. Mais uma vez, observamos uma maior implicação das mulheres em relação a obrigatoriedade do trabalho reprodutivo, enquanto os homens se centram na esfera produtiva (Ávila & Ferreira, 2014; Federici, 2019). De todo modo, o tensionamento de Maria Moura resulta em uma redistribuição das atividades reprodutivas, como ela expõe a seguir:

A gente teve essa reorganização da nossa vida, principalmente do trabalho dele, de passar a trabalhar ‘bem menos’ [fala enfática], aí eu comecei a distribuir essas tarefas [domésticas/reprodutivas]. Ele começou a estar mais em casa e aí eu comecei a reorganizar, o mercantil [ele passa a fazer mais vezes], ‘ah o menino agora vai fazer natação fora’, ‘o prédio é tão prático’ [fala como se fosse o marido], ‘pois é, mas é melhor fora’ [resposta dela ao diálogo anterior]. Tem a outra [filha mais nova]: ‘aí eu deixo um dia que você [esposo] não vai ter oportunidade, porque você tá trabalhando o dia todo, mas nesse dia aqui, que você tá em casa, aí você que vai deixar, terça e quinta, né?’ [fala dela – resgatando um diálogo]. ‘Ah, mas terça tu tá em casa também’ [fala dele resgatada por ela]. ‘Pois é, mas quinta você não tem oportunidade, terça é você quem vai’ [resposta dela ao diálogo anterior].

Tal qual observamos no estudo de Zanello et al. (2022, p.7), Maria Moura, ao se encarregar da distribuição do trabalho reprodutivo entre o casal, assume o desgaste da carga mental atrelada à “gestão doméstica”, que inclui o trabalho cognitivo – intangível e invisível – de arquitetar, antecipar, delegar, cobrar e fiscalizar a execução das atividades delegadas. Ademais, esse contexto vem reafirmar o lugar subsidiário do trabalho reprodutivo realizado pelos homens. Todavia, não podemos deixar de assinalar que essa redistribuição lhe trouxe o

sensação de não ser mais “injustiçada”, expondo uma redução na sobrecarga de trabalho reprodutivo. Outrossim, podemos perceber que a nova distribuição desse trabalho envolveu de forma mais acentuada a participação nos cuidados com os filhos, como ela nos fala:

Aí assim, principalmente, eu acho que mudou a questão do cuidado com as crianças, ele sempre foi um pai muito preocupado, mas a mão na massa, ele botava também, dava um banho, botava pra dormir, mas assim, eu sempre levei para todas as consultas médicas. Antes ele não participaria de alguma coisa assim: ‘ah, ficou um dia pra você, outro dia pra mim pra ir deixar na natação’ [diálogo de uma fala dela]. Essa logística né, do dia a dia.

Desse modo, a rotina de demandas dos filhos passa a ser mais compartilhada, principalmente no que se refere ao acompanhamento e transporte para atividades extracurriculares e consultas médicas, além da dedicação de mais tempo para as atividades de leituras, brincadeiras, lazer, monitoramento e/ou fazer companhia dentro do domicílio. Todavia, constatamos que permaneceram algumas divisões anteriores à pandemia, tais como o maior envolvimento de Maria Moura no transporte e acompanhamento escolar, bem como na gestão das funcionárias e de prestadores de serviço, corroborando os dados distributivos expressos na PNAD (IBGE, 2023).

Consideramos, ainda, que a pandemia apresentou mudanças permanentes para o casal no que diz respeito à valores e estilo de vida, como eles nos falam no diálogo a seguir:

Mudou porque mudou a nossa vida. Passamos a estar mais em casa também. Não morrer por trabalho. A gente reduziu carga de trabalho. (Duarte)

Mudou por isso. Mudou até a nossa forma de ver a vida né. (Maria Moura)

É, não vale a pena né, não vale a pena morrer, trabalhar e não estar em casa, não aproveitar. (Duarte)

Mas eu acho que foi a nossa vida particular, porque a gente foi muito sofrido na época da pandemia, por conta desse cargo de gestão [do esposo]. Ele trabalhava de domingo a domingo e quando estava em casa era no telefone. Então, depois que passou esse ‘*rush*’

[se refere ao período mais crítico da pandemia], a gente resolveu mudar de vida mesmo.

Ter mais tempo para a família, para casa, um para o outro. Eu acho que mudou muito essa questão mesmo do trabalho. A relação com o trabalho, principalmente dele. Eu mudei também, mas ele foi mais nessa época. (Maria Moura)

Assim, o que mudou pré e pós pandemia é: antes da pandemia, a gente tinha mais apego ao material. Depois da pandemia, hoje em dia, ah se eu tiver duas camisas, pronto! Para resolver para mim, tá ok. Não preciso de mais nada [risos]. (Duarte)

Acreditamos ser necessário pontuarmos que a redução de carga laboral remunerada, adotada pelo casal, reflete uma condição de sua classe social que goza do “poder de escolha”, uma vez que se encontram em condições laborais menos precárias, mais estáveis e bem localizados economicamente. Corroborando com a nossa análise, constatamos – durante a entrevista – que essa “escolha” não incidiu em uma mudança ou reorganização dos gastos familiares, pois ambos continuaram auferindo altos ganhos em seus respectivos empregos. Conforme pontuado por Duarte, a mudança de trabalho preservou seus rendimentos anteriores, alterando-se apenas a jornada laboral. No caso de Maria Moura, embora tenha ocorrido uma certa redução em seus ganhos, estes permaneceram superiores aos do esposo – tal qual ocorria antes do período pandêmico –, visto que a sua especialização (anestesia) figura entre as áreas de maior rendimento no setor médico (Indeed, 2023). Dito isto, a mudança no estilo de vida não impactou economicamente o casal, incidindo, prioritariamente, no acréscimo do tempo dedicado ao lazer e acompanhamento dos filhos, bem como no tempo de convivência do casal e no “tempo para si” (Araújo & Veiga, 2015; Zanello et al., 2022).

Voltando-nos para o casal Jesuíno e Dôra, percebemos dois momentos distributivos distintos durante a pandemia: o primeiro que antecedeu à chegada do primeiro filho – em julho de 2021 – e um posterior que se deu após o nascimento da criança. Conforme mencionado, antes da parentalidade, o casal havia dispensado a diarista que assumia grande parte dos afazeres domésticos. Nesse período, observamos que Dôra retoma, prioritariamente, as atividades que haviam sido terceirizadas, deixando transparecer a obrigatoriedade dessas tarefas

para si (Federici, 2019). Ademais, em um movimento semelhante ao de Marialva e Valentim, ela passa a trabalhar de forma remota na sua prática clínica e na faculdade onde lecionava até o momento em que entra em licença-maternidade. Por sua vez, Jesuíno adota uma posição similar a de Maria Moura, permanecendo no trabalho presencial, porém com redução de carga horária, deixando o consultório e ficando apenas com os plantões, devido à sua especialização (traumatologista) como observamos em seu discurso:

Eu particularmente reduzi muito o trabalho, porque apesar de eu ser médico, a minha especialidade não mexe propriamente com a Covid. Então eu passei a trabalhar – eu antes trabalhava todos os dias na semana – eu passei a trabalhar acho que uma ou duas vezes por semana apenas. O resto dos dias a gente ficava em casa. Bem restrito mesmo no começo.

Durante esse período, a divisão do trabalho reprodutivo permanece praticamente a mesma: Dôra era responsável pela higienização da casa e roupas, preparo de alimentos, lavar louças e demais afazeres domésticos eminentemente tidos como femininos, enquanto Jesuíno continuava com as tarefas tidas como masculinas, tais como a manutenção do carro e pequenos reparos no domicílio (Nascimento, 2014). Apenas os cuidados com os animais domésticos eram compartilhados pelo casal, bem como eventuais “faxinas” na casa, aos fins de semana. Tal qual o período anterior à pandemia, a disponibilidade de tempo (Pinheiro et al., 2023) é utilizada por Dôra para justificar parcialmente a distribuição adotada, conforme podemos observar a seguir:

Eu passava muito mais tempo em casa do que ele, né? Porque a rotina dele não mudou tanto na pandemia, né? E aí continuou, como a gente não tinha mais a diarista que ia, né? Enfim, continuou que eu que assumia. Aí no final de semana eu chamava ele pra gente fazer uma faxina, porque o Jesuíno ele tem uma grande qualidade, ele é muito organizado, extremamente organizado. Então, quando eu chamava ele pra fazer faxina, ele ia, limpava as coisas, passava pano nos sapatos, arrumava ali, limpava o guarda-roupa inteiro e tal. Então, a gente conseguia dividir, aliás, as atividades, né? Mas o dia-a-dia mesmo era eu.

Entretanto, observarmos uma certa contradição no discurso de Dôra em relação à jornada laboral do esposo. Em verdade, Jesuíno passou a habitar mais o espaço doméstico – visto que teve uma redução de carga horária –, contudo, percebemos que essa maior permanência no domicílio, embora tenha contribuído para que ele aumentasse sua contribuição nos afazeres domésticos aos fins de semana, praticamente não alterou o tipo de tarefas que ele realizava antes do período pandêmico. Tampouco eliminou o caráter subsidiário que esse trabalho adotava para si. Nesse ponto, acreditamos que a permanência de uma participação subsidiária pode ter levado à percepção de que ele não havia alterado de forma considerável sua rotina de trabalho, como podemos observar no diálogo a seguir:

Que é isso amor? Dizer que a minha rotina não mudou na pandemia? (Jesuíno)

Não, mudou, mas você ainda saía. (Dôra)

Trabalhava uma vez a cada dois dias e olhe lá [começa a demonstrar certa irritação com as discordâncias]. Não tinha consultório, os plantões diminuíram, eu era só plantonista.

(Jesuíno)

Mas eu lembro que você ainda saía, eu lembro até que as coisas quem comprava era você, que você saía. (Dôra)

Fazia uns dois, três plantões na semana [levemente irritado]. (Jesuíno)

Eu não me lembro muito da nossa rotina em casa na pandemia [começa a adotar uma postura menos argumentativa]. (Dôra)

Em verdade, Dôra alega que esse quadro somente sofrerá uma alteração significativa quando se inicia o segundo momento distributivo conformado pela chegada da parentalidade.

Assim, percebemos que o novo arranjo (presença da empregada doméstica/babá) trouxe para o casal um arrefecimento das tensões que se apresentaram quando foram acrescido ao trabalho reprodutivo, prioritariamente realizado por Dôra, os cuidados com o bebê. Desse modo, a empregada doméstica assume as tarefas relativas as afazeres domésticos não remunerados e parte dos trabalhos de cuidados com a criança. Entretanto, as tensões que a recém-parentalidade trouxe para o casal não foram solucionadas por completo com essa terceirização, como pode ser

evidenciado a partir da narrativa de Dôra:

O puerpério do [filho mais velho] foi muito difícil, foi muito sacrificante [fala de forma enfática], e aí quando ele tinha por volta de seis meses, que eu já estava completamente exaurida, porque como o [filho mais velho] tem a epilepsia do sono, e a gente descobriu isso só ano passado, ele nunca dormiu bem, o sono dele sempre foi terrível. Então eu não dormia à noite, e no outro dia eu precisava ser produtiva né [refere-se à cuidar da criança e realizar atendimentos *online*], e aí a gente teve uma briga, um conflito assim muito severo, [...] que eu falei pra ele que eu não aguentava mais, e que eu não estava mais suportando a presença dele, porque ele não me ajudava em nada em relação a criança, que eu tinha consciência que ele ia trabalhar no dia seguinte, mas eu também trabalhava né, não era como se eu estivesse de férias em casa.

O relato de Dôra vem denunciar de forma pungente a sobrecarga de trabalho reprodutivo à qual as mulheres são submetidas, na maioria dos casos, mesmo quando consideramos que ela lançou mão do artifício da delegação de parte desse trabalho para mão de obra doméstica. Ratifica-se, desse modo, o entendimento de que a maternidade acresce as desigualdades inerentes à divisão sexual do trabalho (Federici, 2019; Zanello et al., 2022). Entretanto, após essa discussão empreendida por Dôra, Jesuíno passa a assumir mais o trabalho de cuidados, especialmente quando se inicia a introdução alimentar. Desde então, ele se torna mais atuante no período noturno, em momentos como colocar o filho para dormir e acordar de madrugada para fazê-lo adormecer novamente.

Passado o período pandêmico, o movimento rumo a uma redução das desigualdades de gênero em relação aos cuidados parentais se mostra contínuo ao passo em que as crianças (o segundo filho chega ao final da pandemia) crescem e se tornam mais “independentes” do cuidado materno, como alega Jesuíno:

Cuidado com as crianças, era basicamente com ela, assim, né? O [filho mais velho] demorou um tempo pra se acostumar comigo, até por conta do peito, né? O peito eu acho que é um fator divisor, assim, pra gente. Depois que ele largou o peito e começou a

aceitar mais a mamadeira, acho que foi por volta dos 7, 8 meses. Aí eu consegui ninar ele e botar ele pra dormir com a mamadeira. Aí eu assumi muito mais. [...] Eu sempre dei banho, sempre fiz troca de fralda, comida que eu não consigo fazer né. Então, eu administrava alguma coisinha, se estivesse pronto já, dava a refeiçãozinha dele.

Nesse ponto, ainda podemos observar a persistente força dos estereótipos de gênero que ligam os cuidados parentais prioritariamente às mulheres (Pinheiro & Medeiros, 2018). Nesse sentido, a sobrecarga que essa relação impõem às mulheres pode ser evidenciada na narrativa de Dôra, como ela expõe no trecho adiante:

Acabou a fralda, eu tinha que dar conta. Uma pomada, um remédio, uma consulta.

Então, até hoje, tudo o que diz respeito aos meninos, sou eu que marco o médico. Sou eu que vou atrás de comprar o remédio. O [filho mais velho] é, não sei se o Jesuíno te falou, ele é epilético. Então, sou eu que vou atrás de marcar as consultas periódicas com a neurologista, marcar os exames periódicos que ele tem que ficar fazendo. Se você perguntar pro Jesuíno, quando é que o [filho mais velho] tem que fazer o próximo videoeletroencefalograma, ele não sabe. Eu sei, ele tem que fazer em abril, né? Então, eu fiquei com essa gestão dos meninos, da rotina da casa.

De todo modo, na atualidade, o casal divide os cuidados com os filhos de forma mais igualitária do que a observada no período pandêmico, muito embora Dôra ainda assinala que esta ainda não é equitativa, principalmente, no que tange aos compromissos escolares, acompanhamento médico – como exposto na fala anterior – e atividades extracurriculares, corroborando, tal qual o caso de Duarte, os dados encontrados na PNAD (IBGE, 2023).

De fato, Affonso et al. (2025), Pellegrini et al. (2025) e Zanello et al. (2022) apontam que as mães assumem a sobrecarga mental relativa ao cuidados com a prole, não somente no que se refere ao cuidado afetivo-emocional, como também em relação à carga mental de gerir, delegar, cobrar, fiscalizar e acompanhar as atividades que são divididas – entre a mão de obra doméstica e o cônjuge, nesse caso –, como é denunciado de forma enfática na narrativa de Dôra, no momento da confrontação com o casal:

Mais ou menos [não concorda com o que leu, de que ele não se responsabiliza pelos cuidados médicos]. (Jesuíno)

Jesuíno! [fala enfática sinalizando que ele deve repensar o que falou] (Dôra)

É você quem marca as consultas. O cuidado com eles, assim, em relação à remédio, mas quem compra remédio sou eu. (Jesuíno)

Quando eu digo o remédio tem que comprar. (Dôra)

O coiso [refere-se ao remédio] tá acabando aqui, eu faço a receita, vou e compro. (Jesuíno)

Tu só sabe do remédio da epilepsia do [filho mais velho] porque tu dá e tu vê quando tá acabando. E ainda assim, eu tenho que te lembrar que tem que pegar a receita para comprar o remédio [ele tenta interromper] (Dôra)

Não, mas eu faço a outra receita do Lantracetil. (Jesuíno)

E do Frizion? Aí eu que tenho que ir atrás da receita azul. (Dôra)

Não, não. Eu consegui lá a receita azul no hospital. (Jesuíno)

Quando eu te lembrei. (Dôra)

Não, eu que falei que tava acabando, amor. (Jesuíno)

Aí o que foi que você me disse? (Dôra)

Fala com a médica. (Jesuíno)

Eu vou sábado pro [hospital que ele trabalha], me lembra pra ver se eu consigo pegar uma receita azul. (Dôra)

Sim, tem que me lembrar que lá é uma correria. (Jesuíno)

Deus me livre de eu “demenciar” um dia [ironia]. Acabou: a vida da família. (Dôra)

Notoriamente, a participação e engajamento de Jesuíno é impulsionado pela “lembança” e constantes cobranças de Dôra, evidenciando a sobrecarga mental à qual os estudos supracitados se referem. Todavia, podemos perceber que, embora necessite desse trabalho de supervisão/gestão de parte das tarefas que lhe são delegadas, Jesuíno desenvolveu uma maior autonomia em relação aos cuidados dos filhos, como apontado a seguir:

Hoje eu trabalho até 20 horas e os meninos saem do colégio 17:50, aí ele [esposo] pega os meninos no colégio, leva para os esportes, volta para casa. Quando eu chego em casa os meninos estão jantando, só para a gente dar o banho e colocar para dormir. Mas se um dia eu tiver que esticar e voltar às 22 horas, eu vou chegar em casa com os meninos dormindo, eles já vão ter tomado banho, escovado os dentes, contado a historinha e ele [esposo] vai lá e desenrola, né. (Dôra)

Outrossim, podemos observar que os deslocamentos na distribuição do trabalho reprodutivo, assim como no caso de Duarte e Maria Moura, deram-se para Jesuíno e Dôra em termos do trabalho de cuidados com os filhos, mais do que em relação aos afazeres domésticos não remunerados. De fato, esses afazeres são, preferencialmente, terceirizados por todos os três casais entrevistados e, no caso de Dôra e Jesuíno, eles acrescentam o trabalho de uma diarista para auxiliar a babá/empregada doméstica. Sendo assim, permanece a divisão antes referida, onde Dôra se responsabilizava pela gestão das funcionárias na semana e, nos fins de semana, ela assume, prioritariamente, as funções que são delegadas à mão de obra doméstica. Por sua vez, Jesuíno continua atuando de forma subsidiária em relação aos afazeres domésticos, como já referimos acima.

Ademais, podemos constatar que mais uma vez coube à mulher o papel de abster-se do trabalho remunerado em favor do trabalho reprodutivo, a fim de lidar com as tensões advindas da relação produção-reprodução (Ávila & Ferreira, 2014). Remetemo-nos ao fato de que Dôra, ao retomar o trabalho presencial – no período pós-pandemia – teve que renunciar ao trabalho de professora para “solucionar” os conflitos inerentes às faltas da empregada doméstica (já referidos em categoria anterior).

De fato, mesmo que atualmente ela reconheça que Jesuíno remarca horários no consultório para cuidar das crianças em ocasiões como aquelas, ainda assim, denuncia que recaía consideravelmente mais sobre ela o papel de manejar esses “imprevistos”. Sendo assim, esse cenário lhe motivou a sair da docência, concentrando seu trabalho na atuação clínica, onde o manejo de horários se tornava mais flexível. Destarte, entendemos que a renúncia à docência

não é uma “escolha livre”, mas uma estratégia em frente à rigidez da divisão sexual do trabalho que se mostra ainda marcante para este casal.

Sumarizando esta categoria podemos perceber que a divisão sexual do trabalho reprodutivo sofre alguns deslocamentos em face às transformações derivadas do contexto pandêmico, porém não se desfaz, permanecendo o trabalho reprodutivo como uma obrigatoriedade para as mulheres, ao passo em que ainda figura de forma subsidiária, sob às vestes de uma “escolha” ou de uma “ajuda” para os homens (Jablonski, 2010). Todavia, como Fares et al. (2021) previam, o contexto pandêmico surgiu como uma oportunidade para o questionamento dos papéis de gênero estereotipados, principalmente por iniciativa das mulheres ao se perceberem sobrecarregadas no contexto da crise sanitária. Esses questionamentos levaram a uma distribuição do trabalho reprodutivo, entre os casais, menos díspare, mesmo que não equitativa.

Ademais, identificamos que essa redistribuição foi mais marcante entre os casais com filhos e em relação aos cuidados com a prole. Reconhecemos, de igual modo, que o contexto laboral de cada casal interferiu diretamente nessa divisão. Nesse sentido, ressaltamos que os indivíduos que trabalharam nos serviços de saúde, no contexto pandêmico, experimentaram reverberações distintas daqueles que não atuaram nesse cenário. Haja vista que tanto Dôra quanto Maria Moura sentiram de forma mais intensa – conforme discutido anteriormente – o impacto da ausência de seus cônjuges na divisão dos cuidados com os filhos.

Outrossim, de maneira geral, ainda consideramos que a alta escolaridade dos casais partícipes, pode ter contribuído para uma maior participação masculina, corroborando o apontado pelo IBGE (2023). De fato, segundo o instituto, a taxa de realização dos afazeres domésticos passa de 74,4%, entre os homens que possuem o fundamental incompleto, para 86,2%, quando apresentam o ensino superior completo. O mesmo pode ser observado em relações as atividades relativas ao cuidado que aumentam de 19,8% para 27,5%, nas mesmas condições.

Finalizamos essa categoria com o pensamento de Souza-Lobo (2021, p.286) que nos auxilia na crítica às relações estereotipadas de gênero – principalmente aquelas que se referem à parentalidade – quando nos diz que:

é preciso poder viver a maternidade e a paternidade, e se os homens não a vivem é também porque a paternidade só é entendida através da ética do provedor. Não se dá tempo aos homens para que sejam pais. E para que as mulheres sejam mães é preciso que renunciem ao trabalho.

Ou seja, é necessário que lutemos por políticas que fomentem a parentalidade para ambos os genitores, de tal modo que os homens possam priorizar a paternidade em detrimento do trabalho produtivo quando necessário, bem como as mulheres não precisem sempre abdicar de suas carreiras para enfrentar, de forma desproporcional, os encargos da maternidade.

Conciliação ou Enfrentamento: Entre a Intenção e a Ação

Ao longo da nossa investigação, percebemos a presença pungente da divisão sexual do trabalho atuando sobre a maneira como os casais distribuíam e organizavam o trabalho reprodutivo no interior dos lares, seja antes, durante ou depois do período pandêmico. Mesmo que as relações sociais de sexo entre os casais se apresentassem, aparentemente, mais “harmônicas” – além deles terem transmitido certa safistação em seus casamentos e com a vida doméstica atual –, ainda assim, percebemos o conflito inerente às relações sociais de sexo que são por definição “relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas” (Hirata, 2002, p. 275).

Tal percepção se apoia no fato de que, apesar de afirmarem que a divisão, e a consequente distribuição do trabalho reprodutivo, não foi fruto de uma negociação prévia, sendo algo “natural” ou “subentendido”, o que se apresenta em suas narrativas são momentos específicos em que as mulheres, sentindo-se sobrecarregadas – em momentos distintos – encabeçam um diálogo (ou discussão) com seus cônjuges, o que gera a reflexão sobre as desigualdades e um posterior redimensionamento (em proporções díspares entre os casais entrevistados) da distribuição do trabalho reprodutivo, conforme podemos evidenciar nos

diálogos a seguir:

Não sei se você lembra que teve uma vez que a gente teve um desentendimento, e aí eu falei que eu estava me sentindo sobrecarregada. E aí, não sei se você lembra, que você pegou um caderno e você sentou do meu lado e falou assim: ‘então está aqui ó, vamos fazer a lista do que a gente precisa fazer e vamos dividir essas tarefas’. (Marialva)

Não lembro [tentando lembrar]. Mas bom que resolveu, né? (Valentim)

Já tivemos muitas [fala dando ênfase] brigas por causa disso. (Dôra)

Quem foi que disse isso [discordando da percepção da esposa] (Jesuíno)

Meu Deus, como tua memória tá ruim [fala enfática]. Quando o [filho mais velho] era bebê e a [empregada] faltava, aí era eu que tinha que ficar em casa. (Dôra)

Eu sei que seu trabalho é importante. Uma coisa é a mãe, outra coisa é o pai, com a criança né. Mas depois que o Gael ficou mais velho, eu desmarco atendimento pra ficar com eles. (Jesuíno)

Assim, percebemos que, no caso de Marialva e Valentim, após o diálogo sobre a sobrecarga de trabalho dela, o casal refaz a distribuição das atividades domésticas de maneira mais equitativa e de comum acordo. De maneira oposta, Dôra e Jesuíno passam por momentos conflituosos que evidenciam, de forma mais marcante, a influência das relações de gênero no interior dos lares. De fato, constatamos no argumento de Jesuíno o persistente estereótipo dos papéis de gênero vinculados à parentalidade que atrelam, prioritariamente, os cuidados com a criança – sobremaneira nos primeiros meses do nascimento – , às mães (Pinheiro et al., 2023). Ademais, a desigualdade material que se faz presente através das diferenças produtivas entre o casal, é utilizada por Jesuíno, de mesmo modo, para justificar uma primazia do seu emprego sobre as responsabilidades parentais, conforme percebemos no diálogo do casal:

E eu me lembro de uma discussão que a gente teve, exatamente, eu acho que a [empregada doméstica] não veio trabalhar, foi alguma coisa do tipo, eu ia ter que dar aula na faculdade, eu tinha aula nesse dia, e aí você simplesmente foi só se arrumar para

ir para o trabalho. E eu: “peraí, eu posso faltar o trabalho e você não? Por que seu trabalho é mais importante que o meu? Por que você não consegue alguém pra lhe substituir? (Dôra)

Porque eu estou de plantão né amor. Plantão é diferente. (Jesuíno)

Sim amor, eu podia ser demitida, eu era carteira assinada. (Dôra)

Tudo bem meu amor, mas tem que ter alguém no hospital, eu posso responder processo amor, se eu não aparecer no plantão amor, é abandono de plantão. (Jesuíno)

Reiteradamente, Jesuíno evidencia que as diferenças laborais impactam a divisão do trabalho reprodutivo, principalmente quando a natureza do trabalho está relacionada aos serviços essenciais que não foram suspensos no período pandêmico. Isso aponta para compreensão de que discutir a possível redistribuição do trabalho reprodutivo não está disvinculada da dimensão e articulação com a realidade produtiva. Constatamos, ainda, nesse trecho que a teoria da barganha (Pinheiro et al., 2020) exerce mais força sobre as mulheres do que em relações aos homens. De fato, embora ambos pudessem sair prejudicados em seus empregos, o trabalho de Jesuíno se torna mais “relevante” do que o de sua esposa por auferir maiores rendimentos – o que não ocorre sem os protestos de Dôra.

Dito isso, identificamos ainda alguns descompassos entre o que os homens pensavam sobre sua participação no trabalho reprodutivo e o que de fato suas esposas reconheciam que estes faziam – tal qual o observado no estudo de Araújo e Scalón (2006) –, conforme expresso nos diálogos seguintes:

Ai ai.(Dôra)

Ok? (Jesuíno)

Porque ele botou, cadê? “Eu não sou muito de cozinhar” [lendo a entrevista dele], beleza [concordando com a afirmativa] ‘Mas eu costumo as vezes lavar a louça’ [lendo a entrevista dele] (Dôra)

Sim [reafirmando a frase lida]. (Jesuíno)

A louça do final de semana é a única coisa que eu peço pra ele lavar [fala para a

pesquisadora] (Dôra)

E eu lavo. (Jesuíno)

Eu passo o final de semana inteiro lavando a louça pra ver se ele se sensibiliza [risos].

Na semana passada, eu acho que eu lavei a louça umas 4 ou 5 vezes. Tipo assim: ‘tu tá vendo que é a quarta vez que eu lavo a louça?’ [falando para ele]. Não, não serviu de nada. (Dôra)

Conversa [expressando cearense para sinalizar que a outra pessoa está mentindo ou inventando algo] (Jesuíno)

Ela fala [na entrevista individual que ele leu] eu não fazia nada, que eu não prestava atenção, que eu não participava de nada, que tudo era ela. Isso é um absurdo [fala em tom de brincadeira]. Não, eu acho que combinou [o conteúdo das duas entrevistas individuais do casal]. Porque, no fim das contas, a minha descrição é que não é tão boa assim [rindo]. Eu não fazia tanta coisa assim [rindo]. É porque eu lembro eu dando banho no menino de ofurô. E aí eu ficava pensando: ah eu era um pai ótimo, né? (Duarte)

Tal qual o estudo de Araújo e Veiga (2015) apontam, de forma geral, observamos que os homens se percebem sendo mais participativos no trabalho reprodutivo do que suas esposas assentem, o que gerou no caso de Dôra e Jesuíno, um clima de conflito durante a entrevista com o casal. Em contrapartida, Duarte ao ser confrontado com a narrativa da esposa – que apontava desigualdades que ele não havia mencionado em seu relato – não demonstra resistência em assentir que, em verdade, a percepção dela era a correta.

Resgatamos aqui os dados apontados por Pinheiro et al. (2020, p.85) que indicam haver uma interação entre as concepções que dos cônjuges possuem acerca dos papéis de gênero em “termos dos efeitos conjuntos na contribuição dos homens ao trabalho doméstico”.

Resumidamente, o estudo aponta que a contribuição masculina ao trabalho reprodutivo estará atrelada à própria concepção masculina sobre os papéis de gênero somente nos casos em que

esse homens forem casados com mulheres “igualitaristas”, o que se torna mais evidente no caso de Duarte e Valentim, por exemplo. Em outras palavras, homens “conservadores ou igualitaristas” estarão inclinados a fazerem menos trabalho reprodutivo sempre que forem casados com esposas que possuam concepções sobre os papéis de gênero mais tradicionais. Em contrapartida, se forem casados com mulheres “igualitaristas”, os “homens igualitaristas” tenderão a dividir de forma mais equitativa o trabalho reprodutivo, embora os “maridos tradicionais”, com mulheres “igualitaristas”, continuem tendendo a se envolverem menos nestas atividades.

Desse modo, percebemos que Dôra demonstrou ter uma visão ligeiramente menos igualitarista do que Maria Moura e Marialva, buscando – de forma recorrente – justificativas nas diferenças laborais ou financeiras para as desigualdades na distribuição do trabalho reprodutivo que se relacionavam, em maior medida, com as desigualdades de gênero perpetradas pela DST, embora demonstre ter consciência destas, conforme podemos observar em sua fala:

Eu acho que nunca houve um acordo, assim eu acho que ficou um subentendido cultural né, porque a nossa cultura ainda é uma cultura muito do patriarcado, dessa coisa do homem provedor da casa e a mulher responsável pelo cuidado da casa e dos filhos né, e do marido, inclusive.

Ademais, ela é casada com o homem que demonstrou, em seu discurso, uma visão também menos igualitarista em comparação aos demais participantes. De maneira oposta, Duarte já assentiu, desde o princípio, que sua esposa tem uma personalidade forte e que “vinha de uma linhagem de mulheres dominantes” fazendo alusão a um papel de gênero menos tradicional, expresso também em seu discurso:

A gente tem uma divisão de tarefas bem igualitária. Todos fazem tudo, não tem muito aquela coisa: ‘ah isso é meu e isso é seu’. Não tem muito um papel: “aqui é o homem, aqui é a mulher”, não existe muito isso. Minha mulher é extremamente mandona, né? Então, assim, eu obedeço, ok, tranquilo.

O caso de Valentim se aproxima da realidade de Duarte, na medida em que o casal

demonstra uma concepção mais igualitária em relação aos papéis de gênero. Nesse sentido, fazem alusão à rejeição do que eles denominam “machismo da região”, como Marialva pontua em sua fala:

O Valentim, ele tem muita noção dessa questão, ele discute muito essa questão do machismo, sabe? Ele sempre fala, assim, que ele mesmo se assusta com o quanto que aqui no Ceará o povo é muito machista [fala mais baixo em tom de segredo ou receio]. As mulheres também são machistas aqui no Ceará [risos]. Então, ele mesmo vai falando a respeito disso, né? Que quebrar essa relação é, de fato, isso da gente estar dividindo, da gente estar fazendo junto. (Marilava)

Percebemos que a referência ao termo “machismo” está atrelada – para o casal – à clássica divisão sexual do trabalho, na qual os homens são destinados à esfera produtiva, estando propensos a uma participação mais subsidiária em relação à esfera reprodutiva, enquanto as mulheres são cerceadas à esfera doméstica, responsabilizando-se prioritariamente pelo trabalho reprodutivo (Ávila & ferreira, 2014). Aqui entendemos que essa visão do casal acerca de um “machismo” em nossa região, expõe uma visão estereotipada da cultura local que invisibiliza a posição política reacionária que enfrentamos ao sul do país. De todo modo, ao rejeitarem essa concepção mais tradicional dos papéis de gênero, o casal apresenta a distribuição mais equitativa entre os cônjuges do nosso estudo. Todavia, não deixamos de ratificar que a ausência de filhos também contribui para que a distribuição do trabalho reprodutivo se torne menos dispare, como os estudos apontam (Pinheiro et al., 2023; Pinheiro & Medeiros, 2018; IBGE, 2023).

Por fim, reafirmamos que, embora todos os casais tenham considerado que o trabalho reprodutivo é dividido entre estes e que essa divisão tende a ser igualitária, ainda se mantêm as desigualdades de gênero, mesmo que em proporções distintas, no interior dos lares. Como Ávila & Ferreira (2014, p.26) denunciam, independente do modelo de enfrentamento utilizado, a divisão sexual do trabalho “se reordena e permanece”. Em outras palavras, apesar dos três casais trazerem arranjos por vezes similares e, ao mesmo tempo, diversos entre si, constatamos

a contumaz atribuição do trabalho reprodutivo às mulheres. Desse modo, independente de qual for a forma encontrada para enfrentar a carga de trabalho reprodutivo, seja delegando, seja executando ou recorrendo a “ajuda” de familiares ou terceiros, o trabalho reprodutivo permanece prioritariamente de responsabilidade feminina, ao passo que essa responsabilização não é imputada aos homens (Picanço & Araújo, 2020), continuando seu trabalho sob às vestes subsidiárias (Jablonski, 2010).

Concluimos com o pensamento de Valenzuela (2025, p.5) que denuncia que a vigente “organização social do cuidado” – fundada na divisão sexual (e racial) do trabalho – é “desigual, injusta e insustentável”. A estudiosa denuncia, ainda, que esta forma de organização sobrecarrega as famílias e, no interior delas, as mulheres, principalmente aquelas mais carentes e as negras, que se encarregam de uma carga desproporcional do trabalho reprodutivo no interior dos domicílios. Essa desigual distribuição desse trabalho conforma e reproduz as disparidades “de gênero, raciais, étnicas, de classe, idade, deficiência e territoriais, entre outras” (idem).

A partir dessa denúncia, constatamos que as possibilidades de enfrentamento oportunizadas aos casais de nosso estudo está diretamente vinculada a tal divisão, que lhes permitiu transferir grande parte do trabalho – e das tensões referentes à relação produção-reprodução – para a mão de obra doméstica (ou através da contratação de serviços) constituída por mulheres mais vulneráveis. Assim, podemos concluir que a persistente DST se mascara através de discursos que se dizem igualitários, mas que escondem desigualdades sociais.

Considerações Finais

Resta-nos, nesse momento, a tentativa de sumarizar tudo aquilo o que foi desenvolvido ao longo de nosso estudo até o presente momento. Tal empreitada não se mostra de fácil realização, posto que os caminhos e percalços que nos guiaram até aqui são dotados de uma riqueza que extravasa qualquer tentativa de ser pormenorizada. De todo modo, lançamo-nos a esta tarefa certos de que muito ainda poderia ser tratado.

Estamos cientes de que a análise por nós delineada é uma das inúmeras vias possíveis de interpretação do fenômeno do trabalho reprodutivo e que esta guarda uma estreita vinculação com nossa vertente teórica e política situada na Psicologia Social do Trabalho, bem como do nossa episteme feminista marxista, no que toca à produção do conhecimento científico engajado com a mitigação das desigualdades psicossociais, em especial, as de gênero.

Avaliando o trabalho finalizado, identificamos que este difere bastante de seu projeto inicial, o que atribuímos, em parte, à inclusão de ambas as perspectivas, feminina e masculina, para compreendermos as alterações na distribuição do trabalho reprodutivo no interior dos lares, que guardassem relação com o período pandêmico. Ademais, a investigação, nessa perspectiva (PST), lança mão do olhar dos entes implicados em sua produção e da interação daí advinda (pesquisador, pesquisado e a relação entre eles), o que trouxe uma mirada mais ampliada e dialética para nossa investigação. Tal câmbio nos levou a novos questionamentos, resultando na reconfiguração dos nossos objetivos. Estes não se propuseram a serem genéricos, mas ilustrativos possíveis tendências, reconhecendo que não pretendíamos produzir generalizações. Neste momento conclusivo, somos instados a retomar os objetivos gerais e específicos para averiguar se fomos capazes de alcançá-los a contento.

No que tange ao nosso primeiro objetivo específico, “descrever o cenário do trabalho reprodutivo no contexto contemporâneo”, acreditamos tê-lo alcançado com êxito – ainda que reconheçamos a sua complexidade – uma vez que deslindamos a configuração que ele adota na atualidade, denunciando que este ainda carrega, de forma pungente, as marcas da divisão sexual do trabalho. Em outras palavras, as mulheres seguem como as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo, enquanto os homens se mantêm mais engajados nas atividades produtivas, assumindo uma participação subsidiária em relação aos fazeres domésticos não remunerados e ao trabalho de cuidados. Nesse sentido, as atividades que compõem o trabalho reprodutivo e que são tidas como femininas, continuam sendo realizadas prioritariamente e de forma massiva pelas mulheres. Por sua vez, as atividades tidas como masculinas, tais como realizar a manutenção de veículos e executar pequenos reparos, são priorizadas pelos homens.

Dito isto, entendemos que o trabalho reprodutivo segue sendo invisibilizado e desvalorizado, por mais que tenhamos conquistado alguns direitos – a exemplo da extensão da licença-paternidade – e que o governo brasileiro venha demonstrando uma preocupação afirmativa com a crise do cuidado, materializada pela instituição da Política Nacional de Cuidados (lei nº 15.069/2024). Ainda assim, seguimos sem contabilizar o montante deste trabalho para fins do PIB nacional, embora que se reconheça que este é um trabalho essencial para a manutenção e reprodução da vida humana e do próprio sistema capitalista. Tal fato, perpetua a opressão masculina no interior dos lares por meio das relações sociais de sexo, que seguem sendo hierarquizadas, antagônicas, assimétricas e de opressão/exploração. Outrossim, constatamos que as mulheres seguem, majoritariamente, executando a maior parte do trabalho reprodutivo requerido pelas famílias e, quando há possibilidade de delegação ou terceirização das atividades que o compõem, estas são destinadas a outras mulheres – em sua maioria, pobres e negras –, escancarando a persistente desigualdade sociorracial da nossa sociedade.

Todavia, verificamos que há deslocamentos na tradicional divisão sexual do trabalho ao identificarmos que os homens vêm aumentando sua participação na seara reprodutiva, principalmente entre aqueles que se encontram nas uniões sem filhos. Nesse sentido, constatamos que a presença de filhos ainda é um fator que favorece uma tradicional divisão sexual do trabalho, embora os homens venham dedicando mais tempo aos cuidados com a prole. De mesmo modo, observamos que a participação masculina no trabalho reprodutivo tende a crescer com o aumento da escolaridade e entre aqueles que estão solteiros ou moram com seus dependentes sem a presença de uma companheira. Ademais, explicitamos que a renda não se mostra um fator influente na alocação de tempo ou no tipo de trabalho reprodutivo que os homens executam. Por fim, entendemos que a configuração do trabalho reprodutivo permanece desigual e generificada, mesmo que venha apresentando uma redução – ainda lenta e incipiente – dessas disparidades.

Considerando o segundo objetivo específico, “identificar a dimensão distributiva do trabalho reprodutivo no período pandêmico”, acreditamos ter empreendido uma análise capaz

de retratar, sob o viés da divisão sexual do trabalho, tal dimensão que se mostrou diversa daquela estabelecida anteriormente. Entre os casais entrevistados, o período pandêmico – que trouxe a necessidade de isolamento social e da dispensa da mão de obra doméstica – incidiu de diferentes formas. Para os cônjuges sem filhos e cujas profissões não se relacionavam com os serviços essenciais, houve a opção pela dispensa da mão de obra doméstica (com manutenção do salário) e redistribuição dos afazeres domésticos que eram delegados. Nessa “nova” divisão reconhecemos que houve um retorno ao padrão estabelecido antes da contratação da diarista, que já havia sofrido um ajuste em termos de redução da sobrecarga de trabalho reprodutivo para a esposa. Essa redução se deu, principalmente, através da terceirização do preparo de alimentos para serviços de *delivery* e restaurantes, mas não somente. Assim, o esposo passou a se responsabilizar pela higienização dos banheiros, acrescentando sua participação nas atividades de manutenção da limpeza do domicílio.

Ressaltamos que a condição econômica do casal favoreceu a manutenção dos rendimentos da funcionária que havia sido dispensada, bem como a aquisição de recursos tecnológicos para diminuir a carga de trabalho reprodutivo, tais como máquina de lavar roupas e robô aspirador de pó, além da própria aquisição de refeições prontas. Ademais, avaliamos que a ausência de filhos e de animais domésticos, além da possibilidade de manterem o trabalho remunerado em formato remoto e, desse modo, poderem ter se mantido mais reclusos em casa, arrefeceu os possíveis conflitos que a pandemia agudizou no interior dos lares em que as famílias tiveram que assumir as funções escolares e de socialização das crianças, bem como intensificar os cuidados com os animais domésticos.

Para os casais que estavam ligados aos serviços essenciais e tinham filhos, verificamos que, a princípio, a pandemia trouxe uma sobrecarga de trabalho para as mulheres que apresentaram uma redução da jornada laboral ou realização desta em formato remoto, ficando mais reclusas no ambiente doméstico. Em contrapartida, os maridos permaneceram mais atuantes no espaço produtivo. Mesmo no caso do casal de médicos, a esposa passou a trabalhar menos, devido a natureza da sua especialidade, enquanto o marido sofreu uma intensificação do

trabalho pago ao estar vinculado diretamente aos serviços de atendimento às pessoas acometidas pelo coronavírus nas unidades intensivistas, denotando o atravessamento de gênero – e do tipo de ocupação – conformando e ratificando a divisão sexual do trabalho.

Ademais, a manutenção da mão de obra doméstica foi evidenciada por ambos os casais com filhos, denotando que o trabalho de cuidados vinculado à prole influenciou esse arranjo, além de reconhecermos que a condição econômica favorável destes casais oportunizou essa escolha. Em verdade, mesmo o casal que não possuía filhos antes da pandemia, quando nasce o primogênito, contrata uma babá para auxiliar nos cuidados com a casa e com a criança. De mesmo modo, o casal que já tinha um filho e possuía uma funcionária, acresce o trabalho de mais uma empregada doméstica após o nascimento da segunda filha, corroborando nossa análise.

Outrossim, observamos que a redistribuição do trabalho reprodutivo entre os casais com filhos se deu mais em relação aos cuidados parentais, impulsionada pelo reconhecimento feminino da sobrecarga de trabalho reprodutivo, o que culminou em momentos de “discussão” entre estes casais para que houvesse um aumento da participação masculina no trabalho de cuidados. Desse modo, encerra-se o período pandêmico com uma redistribuição do trabalho de cuidados, porém ainda não equitativa.

Concluimos, assim, que o período pandêmico trouxe uma maior alteração no cotidiano das famílias vinculadas aos serviços essenciais de saúde, como também naquelas que apresentavam a presença de crianças, o que impulsionou a manutenção da mão de obra doméstica e uma redistribuição do trabalho de cuidados entre os cônjuges desse arranjo familiar. De outro modo, para o casal sem filhos e que não estava vinculado aos serviços essenciais, houve a dispensa da mão de obra, bem como um certo “retorno” ao arranjo distributivo anterior à contratação dessa trabalhadora.

Partindo para o terceiro objetivo específico, “investigar se houve manutenção da distribuição do trabalho reprodutivo experimentada na pandemia no contexto pós-pandêmico”, entendemos que este foi contemplado através da análise e exposição das permanências e

mudanças na configuração do trabalho reprodutivo para cada casal entrevistado. Isto posto, identificamos que as alterações em termos de uma maior participação masculina nos cuidados com a prole permaneceu e vem sendo incrementada a medida em que os filhos estão se desenvolvendo, o que requer um acréscimo de trabalho reprodutivo atrelado às demandas escolares e sociais. Assinalamos, ainda, que essas mudanças vêm sendo fomentadas pelas esposas, a partir da delegação e gestão dessas atividades aos seus respectivos cônjuges. Desse modo, apesar da distribuição do trabalho de cuidados estar se tornando, paulatinamente, mais equitativa, ainda recai sobre às mulheres a carga mental de delegar, fiscalizar e cobrar a execução destas atividades.

De maneira oposta, a maior participação do casal sem filhos em relação aos afazeres domésticos, identificada no período pandêmico, não se manteve. Assentimos que este fato se deve, em grande medida, à opção pela retomada dos serviços da faxineira que havia sido afastada. Nesse sentido, as tarefas, que haviam sido redistribuídas entre o casal, retornam para a mão de obra doméstica. Ressaltamos, também, que o casal manteve a aquisição de refeições prontas e a utilização de eletrodomésticos para reduzir a carga de trabalho reprodutivo nos dias em que a faxineira não está no domicílio.

Por fim, com relação ao último objetivo específico, “discutir os sentidos que os casais da classe média atribuem à distribuição do trabalho reprodutivo entre si”, avaliamos que o atingimos ao explanarmos, através de nossas análises, que os sentidos do trabalho reprodutivo se alinham, em certa medida, a identificação e valorização de partes específicas que compõem este trabalho. Desse modo, aquelas atividades que são mais prazerosas e que gozam de uma maior apreciação adquirem um sentido de pertença ou mesmo de “escolha”. Em oposição, as atividades que são percebidas como dispendiosas e com as quais não há afinidade ou identificação – não auferindo satisfação ao serem realizadas – são sentidas como uma obrigação, “um peso”, gerando a sua delegação ou rejeição. Contudo, apesar de haver diferenças nos sentidos atribuídos a determinadas atividades – à exemplo do preparo de alimentos – concluímos que, de maneira geral, o trabalho reprodutivo ainda é tido como uma obrigação

feminina (especialmente quando as mulheres se tornam mães), ao passo em que é visto como uma “opção” ou em caráter de “ajuda” para os homens, assumindo um sentido subsidiário em relação aquele realizado pelas mulheres.

Pontuamos, ainda, que o advento da parentalidade para os homens entrevistados impactou na percepção e, conseqüentemente, nos sentidos que eram dados a parte do trabalho reprodutivo vinculados aos cuidados, voltados – majoritariamente – à prole. Destarte, ele passa a ser entendido pelos pais como seu “papel”, mesmo que ainda o desempenhassem em proporções menores em relação a das mães.

Em resumo, os sentidos que a distribuição do trabalho reprodutivo adotou para cada casal sofre a influência, tanto da relação que eles estabelecem entre si, correspondendo às concepções acerca dos papéis de gênero apreendidas por cada cônjuge, assim como das condições materiais que cada casal dispõe para mitigar os conflitos advindos da relação produção-reprodução, tais como a terceirização e aquisição de bens e serviços que reduzam a carga de trabalho reprodutivo.

Na conjunção dos nossos objetivos específicos, somos credores de que nos foi possível alcançarmos nosso objetivo geral, a saber: analisar os efeitos que se estenderam da pandemia de COVID-19 na distribuição do trabalho reprodutivo realizado por casais da classe média no âmbito doméstico. Sumarizando nossos resultados, os dados corroboram o que afirmamos anteriormente: vivemos tempos em que o “velho” e o “novo” se entrecruzam. Contudo, e mais uma vez, afirmamos que as desigualdades presentes na DST continuam operando dentro e fora dos lares. Outrossim, entendemos que a parentalidade, em nosso estudo, mostrou ser um vetor de mudanças em termos da conformação do trabalho reprodutivo, que foram catalizadas durante o período pandêmico.

Resta-nos apontar as limitações que encontramos no percurso trilhado, assim como na conclusão de nossa investigação. Sendo assim, acreditamos que, ao delimitarmos nosso estudo à classe média, deixamos de perceber as nuances e contrastes que a desigualdade social imprime na distribuição do trabalho reprodutivo. Como foi apontado em nossa investigação, a

possibilidade de compra e delegação de parte do trabalho reprodutivo “arrefeceu” alguns conflitos, inerentes ao enfrentamento da relação produção-reprodução, que poderiam ter se destacado em um contexto de vulnerabilidade social. De mesmo modo, entendemos que se tivéssemos introduzido a questão racial poderíamos ter apreendido diferentes aspectos que não nos foi possível em nosso estudo, uma vez que os três casais se identificam como brancos. Em um país caracterizado pela desigualdade social e o racismo que atingem de forma pungente a maioria da população, a inclusão desses aspectos poderia ter nos dado uma visão mais abrangente acerca do nosso objeto de estudo.

Outrossim, ressaltamos que, mais do que um ponto de chegada, nossa investigação deve ser tomada como um ponto de partida para aprofundamentos e novas investigações. Nesse sentido, os resultados apontam para a necessidade de pesquisas que investiguem, mais a miúdo, como os estereótipos de gênero vêm interferindo na conformação da divisão sexual do trabalho no interior dos lares – assim como os aspectos culturais e regionais, que foram apontados, por parte de nossos entrevistados, como aspectos que influenciam na conformação da distribuição do trabalho reprodutivo. Por fim, entendemos que teria sido enriquecedor, incluímos em nossa abordagem, a perspectiva das trabalhadoras domésticas, uma vez que estas compõem o arranjo distributivo adotados pelos casais da nossa investigação e poderiam ter nos fornecido aspectos que não foram rememorados pelos entrevistados.

À guisa de conclusão, desejamos que a tese aqui apresentada possa contribuir para as discussões do campo laboral, especificamente aquelas relativas à divisão sexual do trabalho e à mitigação das desigualdades de gênero em nossa sociedade. Como diria Federici (2019), queremos chamar de trabalho o que nos dizem que é amor, para que possamos redimensionar o amar.

Referências

- Albarracín, J. (1999). Trabalho doméstico e a lei do valor. In N. Faria & M. Nobre (Orgs.), *O trabalho das mulheres: Tendências contraditórias* (pp. 43–61). SOF.
- Affonso, L. C., Farias, C. P., & Luczinski, G. F. (2025). Dar conta de tudo: Pandemia, trabalho reprodutivo e cuidado afetivo-emocional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, Artigo e280015. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003280015>
- Alves, L. I., Siqueira, G. R., Santos, G. S., Soares, A. R., Souza, A. I., Dantas, D. S., & Tenório, A. S. (2024). Condições de trabalho e saúde de profissionais da linha de frente na pandemia de covid-19. *Saúde em Debate*, 48(141), e8791. <https://doi.org/10.1590/2358-289820241418791P>
- Alves, J. E. D. (2004). *A Linguagem e as representações da masculinidade*. Escola Nacional de Ciências Estatísticas.
- Alves, J. E. D. (2016). Desafios da equidade de gênero no século XXI. *Estudos Feministas*, 24(2), 629–638. <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p629>
- Antunes, R. (2020). *Coronavírus [recurso digital]: O trabalho sob fogo cruzado*. Boitempo.
- Arán, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea. *Estudos Feministas*, 11(2), 309-422. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000200004>
- Araújo, C., & Scalón, C. (2006). Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 21(62), 45–68. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092006000300003>
- Araújo, C., & Veiga, A. (2015). Domesticidade, trabalho e satisfação pessoal: Horas no trabalho doméstico e bem-estar no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 18, 179–209. <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151807>
- Arruzza, A. (2015). Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, (23), 33-58. <https://outubrorevista.com.br/wp->

content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf

Arruza, A., & Bhattacharya, T. (2023). Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. *Contemporânea*, 13 (2), 619-651.

<https://doi.org/10.14244/contemp.v13i2.1258>.

Augusto, F. (2020, 28 de dezembro). *Estudantes da rede de ensino do Governo do Ceará começam a receber os chips com pacotes de internet*. Secretaria da Educação (SEDUC).

<https://www.seduc.ce.gov.br/2020/12/28/estudantes-da-rede-de-ensino-do-governo-do-ceara-comecam-a-receber-os-chips-com-pacotes-de-internet/>

Ávila, M. B. (2010). O Tempo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo na Vida Cotidiana. *Revista ABET*, 9(2), 53–70.

Ávila, M. B., & Ferreira, V. O. (2014). *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. SOS CORPO.

Bandeira, L. M. & Preturlan, R. B. (2016). As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In Fontoura, N. & Araújo, C. (Orgs.). *Uso do tempo e gênero* (pp. 43-60). UERJ.

Bardin, L.(2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bauer, M. W. & Jovchelovitch, S. (2008). Entrevista narrativa. In Bauer, M. W. & Gaskell, G. (Eds.), *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (Cap. 4). Vozes.

Berdague, V. M. (2025). Trabalho reprodutivo e capitalismo: a teoria da reprodução social como ferramenta de análise crítica. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 11(2), 1151-1169. <http://dx.doi.org/10.51891/rease.v11i2.18176>

Bendasolli, P. F. (2022). Crítica às apropriações psicológicas do trabalho. *Psicologia e Sociedade* (Impresso), 23(1),75-84. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S010271822011000100009>.

Bendasolli, P. F., & Soboll, L. A. P. (Orgs.)(2011). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. Atlas.

- Bhattacharya, T. (2018). Introduction: Mapping social reproduction theory. In Bhattacharya, T. (Ed.), *Social reproduction theory: Remapping class, recentering oppression* (pp. 1-20). Pluto Press.
- Bilac, E. D. (2014). Trabalho e família: Articulações possíveis. *Tempo Social*, 26(1), 129–145. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100009>
- Bio-Manguinhos. (2022, 17 de janeiro). *Vacinação contra a Covid-19 no Brasil completa um ano*. Agência Fiocruz de Notícias; Fundação Oswaldo Cruz. <https://fiocruz.br/noticia/2022/01/vacinacao-contracovid-19-no-brasil-completa-um-ano>
- Bola, J. J. (2020). *Seja homem: A masculinidade desmascarada* (2a. edição). Editora Dublinense.
- Boris, E. (2014). Produção, reprodução, casa e trabalho. *Tempo Social*, 26(1), 101–121. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100007>
- Brasil. (1997). *Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm
- Brasil. Ministério das Mulheres. (2024). *Relatório anual socioeconômico da mulher* (1ªed). <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/raseam/ministeriodasmulheres-obig-raseam-2024.pdf>
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome & Ministério das Mulheres. (2025). *Política Nacional de Cuidados: Compromisso com quem cuida e com quem é cuidado - Cartilha para estados e municípios*. 11/Poli%CC%81ticas%20para%20a%20Corresponsabilidade%20no%20Mundo%20do%20Trabalho_FINAL.pdf
- Bridi, M. A. (2020). A pandemia Covid-19: Crise e deterioração do mercado de trabalho no Brasil. *Estudos Avançados*, 34(100), 141–165. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.010>
- Brites, J. G. (2013). Trabalho doméstico: Questões, leitura e políticas. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 422–451. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000200004>

- Bruschini, M. C., & Ricoldi, A. M. (2009). Família e trabalho: Dificil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. *Cadernos de Pesquisa*, 39(136), 93–123.
<https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000100006>
- Bruschini, M. C., & Ricoldi, A. M. (2012). Revendo estereótipos: O papel dos homens no trabalho doméstico. *Estudos Feministas*, 20(1), 259–287.
- Butler, J. (2020). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Civilização Brasileira.
- Campos, A. (2026, 4 de março). *Senado decide que licença-paternidade será de 20 dias*. Rádio Senado. <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2026/03/04/senado-decide-que-licenca-paternidade-sera-de-20-dias>
- Campos, C., & Saidel, M. (2022). Amostragem em investigações qualitativas: conceitos e aplicações ao campo da saúde. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 10(25), 404-424.
- Carneiro, L. & Saraiva, A. (2023, 11 de agosto). *Engajamento de homens em tarefas domésticas é menor do que das mulheres em todos os graus de instrução*. Valor Investe.
<https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2023/08/11/engajamento-de-homens-em-tarefas-domesticas-e-menor-do-que-das-mulheres-em-todos-os-graus-de-instrucao.ghtml>
- Castro, E., Santiago, S., Schwartzman, S., & Silvério, V. (2023, 29 de setembro). *Classe média, este enigma*. Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social (BVPS) [Blog].
Recuperado de <https://outraspalavras.net/desigualdades-mundo/classe-media-este-enigma/>.
- Cisne, M. (2018). Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. *Serv. Soc. Soc.*, (132), 211-230.
<http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.138>
- Clot, Y. (2011). Clínica do trabalho e da atividade. In: Bendassolli, P. & Soboll, L. (Orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. São Paulo: Atlas, 2011, 71-83.

Conde, R., & Souto, T. (2023). Análise narrativa e investigação qualitativa em Psicologia:

Porquê e como fazer. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 12, e4589.

<https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2023.e4589>

Coutinho, M., Bernardo, M., & Sato, L. (Orgs.). (2017). *Psicologia Social do Trabalho*.

Vozes. 1ª ed.

Coutinho, M., & Oliveira, F. (2017). Algumas ferramentas teóricas para o estudo psicossocial

do trabalho: práticas cotidianas, processos de significação e identidades. In M. C.

Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 81-102). Vozes.

Cueva, A., Oberdiek, H. & Tomasi, N. (1997). A concepção marxista de classes sociais. *Rev.*

Mediações, 2(2), 69-79.

Deslandes S., Gomes, R., & Minayo, M.(2007). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*.

25. ed.Vozes.

Devreux, A.-M. (2005). A teoria das relações sociais de sexo: Um quadro de análise sobre a

dominação masculina. *Sociedade e Estado*, 20(3), 561–584.

Diário do Nordeste. (2021, 4 de março). *Relembre os meses de isolamento social em 2020 e a*

retomada das atividades em Fortaleza.

<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/relembre-os-meses-de-isolamento-social-em-2020-e-a-retomada-das-atividades-em-fortaleza-1.3055478>

Diogo, M. F. (2012). “*Só tem homem, pera né, eu também quero entrar nesse lugar.*” *Reflexões*

sobre a inserção de mulheres no segmento de vigilância patrimonial privada (Tese de

Doutorado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/96365/304555.pdf?sequence=1> -

Durán, M. A. (1983). *A dona-de-casa: Crítica política da economia doméstica*. Edições Graal.

Fares, L. S., Oliveira, A. L. M., & Rolim, L. N. (2021). Gênero, trabalho remoto e trabalho

reprodutivo não remunerado no Brasil durante a pandemia de Covid-19. *Mercado de*

Trabalho: Conjuntura e Análise, (72), 59-70 .

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11024>

Federici, S. (2018). *El patriarcado del salario: Críticas feministas al marxismo*. Traficantes de Sueños.

Federici, S. (2019). *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Elefante.

Fraser, N. & Sousa, J.(2020). Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia* 27(53), 261–288. <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>.

Fontanella, B., & Luchesi, B., (2011). Amostragem em pesquisas qualitativas: proposta de procedimentos para constatar saturação teórica. *Cadernos de Saúde Pública*, 27 (2), 389-394.

Garcia, B. C., & Marcondes, G. dos S. (2022). As desigualdades da reprodução: homens e mulheres no trabalho doméstico não remunerado. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 39, 1–23. <https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0204>

Giddens, A. (2005). Gênero e Sexualidade. Em *Sociologia* (p. 101–127). Artmed.

Hartman, H. (1979). The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union, *capital and class*, 8,1-33.

Herculano, D. (2021, 11 de março). *Ceará terá Isolamento Social Rígido em todos os municípios a partir de sábado (13); decreto inclui Fortaleza e segue até dia 21*. Governo do Estado do Ceará. <https://www.ceara.gov.br/2021/03/11/ceara-tera-isolamento-social-rigido-em-todos-os-municipios-a-partir-de-sabado-13-3-decreto-inclui-fortaleza-e-segue-ate-dia-21/>

Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Boitempo.

Hirata, H.(2005). Globalização, trabalho e gênero. *Revista Políticas Públicas*, 9(1), 111–127.

Hirata, H. (2014). Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, 26(1), 61–73. <https://doi.org/10.1590/S0103->

20702014000100005

- Hirata, H. (2017). O trabalho de cuidado. *Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, 14(24), 53-62. <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (1994). A classe operária tem dois sexos. *Estudos Feministas*, 2(1), 93–100. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewArticle/16291>
- Hirata, H., & Kergoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595–609. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>
- Indeed. (2023, 20 de março). *15 das áreas da medicina mais bem pagas no Brasil*. <https://br.indeed.com/conselho-de-carreira/encontrando-emprego/areas-medicina-mais-bem-pagas>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2025). *Censo Demográfico 2022: Nupcialidade e Família: Resultados preliminares da amostra* (2ª ed. atual. e corr.). IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102230.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Outras formas de trabalho 2022* (Informativo). IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102020_informativo.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: Outras formas de trabalho 2019* (Informativo). IBGE. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf
- Instituto De Pesquisa Econômica Aplicada. (2010). Mulher e trabalho: Avanços e continuidades. *Comunicados do Ipea*, 40, 1–19.
- Jablonski, B. (2010). A Divisão de Tarefas Domésticas entre Homens e Mulheres no Cotidiano do Casamento. *Psicologia Ciência e Profissão*, 30(2), 262–275.
- Jesus, J. C. de, & Myrrha, L. J. D. (2020, 16 de julho). *Afazer domésticos antes e depois da pandemia: Desigualdades sociais e de gênero*. Demografia UFRN. <https://demografiaufrn.net/2020/07/16/afazer-domesticos-antes-e-depois/>

- Jesus, J. C. de. (2018). *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: Uma análise de consumo e transferência*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- Kopp, J. B. (2025). O trabalho reprodutivo e a divisão sexual do trabalho: novas perspectivas jurisprudenciais do Poder Judiciário do Brasil. In Cavalcanti, V. R. S. (Org.), *Inclusão e Gênero: Construindo equidade e respeito na diversidade* (pp. 136-153). Atena.
<https://atenaeditora.com.br/catalogo/post/o-trabalho-reprodutivo-e-a-divisao-sexual-do-trabalho-novas-perspectivas-jurisprudenciais-do-poder-judiciario-do-brasil>
- Kergoat, D. (2000). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Em *Dictionnaire critique du féminisme*. Ed. Presses Universitaires de France.
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos*, 86, 93–103.
- Lavinas, L. (1999). Empregabilidade: Uma noção conjugada no feminino. In N. Faria & M. Nobre (Orgs.), *O trabalho das mulheres: Tendências contraditórias* (pp. 38–42). SOF.
- Lattanzio, F. F., & Ribeiro, P. C. (2018). Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. *Psicologia Clínica*, 30(3), 409–425. <https://doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n03A01>
- León de Aranoa, F. (Diretor). (2002). *Segunda-feira ao sol [Los lunes al sol]* [Filme, DVD comercial]. Mediapro; Querejeta Producciones.
- Lima, M., E., A. (2011). Abordagens clínicas e saúde mental no trabalho. In Bendassolli, P. F. & Soboll, L. A. P. (Orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade* (pp.227-257). Atlas.
- Lucena, D. M. R., Miranda, L. L., Feitosa, G. L., Cardoso, N. F. S., Oliveira, P. S. N., & Oliveira, T. C. D. (2016). Pesquisando com professores: A centralidade do diário de campo e da restituição em uma pesquisa-intervenção. *Revista de Psicologia*, 7(1), 81–93. <https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/3675>
- Machado, B., & Pinheiro, C. (2022). *Relações de gênero e trabalho: História e teoria*. Editora Intersaberes.
- Machado, M. S. (2014). Trabalho remunerado e trabalho doméstico: Conciliação? In *Trabalho*

- remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres* (p. 51–78). SOS CORPO.
- Marcondes, M. M. (2014). O dia deveria ter 48 horas: práticas sociais de cuidado e demandas das mulheres brasileiras por políticas públicas para sua democratização. In Ávila, M & Ferreira, V. (orgs). *Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres*. SOS CORPO, 79–105.
- Marques, N. (2021). *Os homens também choram: Histórias da nova masculinidade*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Marx, K. (2013). *O capital: Crítica da economia política: Livro I: O processo de produção do capital* (R. Enderle, Trad.). Boitempo. (Obra original publicada em 1867).
<https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/marx-e-engels/o-capital-livro-1.pdf>
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (R. Enderle, N. Schneider, & L. Martens, Trans.). Boitempo. (Obra original publicada em 1932). <https://www.kufunda.net/publicdocs/A-Ideologia-Alem%C3%A3.pdf>
- Mascaro, A. L. (2020). *Crise e pandemia [recurso eletrônico]*. Boitempo.
- Matos, V. C. S. (2009). Um estudo histórico das relações de gênero e classe. *Saber Acadêmico*, 7, 57–73.
- Medeiros, M., & Pinheiro, L. S. (2018). Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. *Sociedade e Estado*, 33(1), 161–187.
<https://doi.org/10.1590/s0102-699220183301007>
- Meyer, A. (2018). *O lugar do trabalho reprodutivo: um estudo com donas de casa da cidade de Fortaleza* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará]. Repositório Institucional da Universidade Federal do Ceará.
- Money J. (1955), Hermaphroditism, gender and precocity in hyperadrenocorticism: Psychologic findings, *Bull. Johns Hopkins Hospital*, 96, 253–264.

<https://doi.org/10.1521/jaap.1.1973.1.4.397>

Minayo, M. (2007). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. Hucitec.

Ministério da Saúde. (2020, 3 de fevereiro). *Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020*. Diário Oficial da União. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>

Ministério da Saúde. (2022a, 22 de maio). *Após dois anos, chega ao fim estado de emergência em saúde pública por conta da Covid-19 no Brasil*. Governo do Brasil.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/maio/apos-dois-anos-chega-ao-fim-estado-de-emergencia-em-saude-publica-por-counta-da-covid-19-no-brasil>

Ministério da Saúde. (2022b, 23 de dezembro). *Ministério da Saúde investiu mais de R\$ 14 bilhões em leitos para pacientes de Covid-19*. Governo Federal do Brasil.

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/dezembro/ministerio-da-saude-investiu-mais-de-r-14-bilhoes-em-leitos-para-pacientes-de-covid-19>

Ministério da Saúde. (2023, 28 de março). *Brasil chega à marca de 700 mil mortes por Covid-19*. Governo Federal. [https://www.gov.br/saude/pt-](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19)

[br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/brasil-chega-a-marca-de-700-mil-mortes-por-covid-19)

Ministério da Previdência Social. (2026, 31 de março). *Governo sanciona lei que amplia licença-paternidade para 20 dias e cria salário-paternidade*. Governo Federal do Brasil.

<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/noticias/2026/marco/governo-sanciona-lei-que-amplia-licenca-paternidade-para-20-dias-e-cria-salario-paternidade>

Montiel, A. V. (2007). Por la visibilidad de las amas de casa: rompiendo la invisibilidad del trabajo doméstico. *Política y Cultura*, (28), 173–193. <https://goo.gl/oBwZma>

Moraes, M. O., & Quadros, L. C. T. (2020). Ciência no feminino e narrativas de pesquisa: PesquisasCOM e a artesanaria na pesquisa. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 15(3), 4-10.

Narvaz, M., & Koller, S. (2006). Metodologias feministas e estudos de gênero: Articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo*, 11(3), 647-654.

- Nascimento, S. D. (2014). Precarização do trabalho feminino: A realidade das mulheres no mundo do trabalho. *Temporalis*, 14(28), 39–56.
<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6779>
- Negreiros, T. C. de G., & Carneiro-Féres, T. (2004). Masculino e feminino na família contemporânea. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1, 34–47. Alves, J. E. D. (2004). *A Linguagem e as representações da masculinidade*. Escola Nacional de Ciências
- Nery, C., & Britto, V. (2023, 11 de agosto). *Em 2022, mulheres dedicaram 9,6 horas por semana a mais do que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas*. Agência de Notícias IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37621-em-2022-mulheres-dedicaram-9-6-horas-por-semana-a-mais-do-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>
- Nogueira, C. (2001). *Feminismo e discurso do gênero na psicologia social*.
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4117>
- Nogueira, C. M. (2006). *O trabalho duplicado: A divisão sexual no trabalho e na reprodução: Um estudo das trabalhadoras do telemarketing*. Expressão Popular.
- Nunes, L. S., de Paula, L., Bertolassi, T., & Neto, A. F. (2017). A análise narrativa como instrumento para pesquisas qualitativas. *Revista Ciências Exatas*, 23(1). Recuperado de <https://periodicos.unitau.br/exatas/article/view/2>
- Oliveira, A. L. (2020). A espacialidade aberta e relacional do lar: A arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia de Covid-19. *Revista Tamoios*, (1), 154–166. <https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50448>
- Oliveira, P. P. (2004). *A construção social da masculinidade*. Editora UFMG; IUPERJ.
- Organização Internacional do Trabalho. (2011). Promoção da igualdade de gênero e políticas de conciliação entre o trabalho e a família. *Notas da OIT-Trabalho e Família*, 2, 1–4.
- Organização Internacional do Trabalho. (2024). *Resolução relativa ao trabalho digno e à economia do cuidado* (CIT 112/Resolução V).
<https://www.ilo.org/sites/default/files/2025-03/CIT112-Resolucao%20V->

%7BRELMEETINGS-240620-001%7D-Web-PT_2.pdf

Organização Internacional do Trabalho. (2016). *Mulheres no trabalho: Tendências 2016 –*

Sumário. https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_457474/lang--pt/index.htm

Organização Internacional do Trabalho. (2011a). *Trabalho e responsabilidades familiares:*

Novos enfoques (Notas da OIT – Trabalho e Família). Escritório da OIT no Brasil.

<https://goo.gl/int73i>

Organização Internacional do Trabalho. (2011b). *Promoção da igualdade de gênero e políticas*

de conciliação entre o trabalho e a família (Notas da OIT – Trabalho e Família).

Escritório da OIT no Brasil. <https://goo.gl/8FNTdA>

Organização Mundial da Saúde. (2020, 11 de março). *WHO Director-General's opening*

remarks at the media briefing on COVID-19 - 11 March 2020.

<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>

Organização Mundial da Saúde. (2023, 5 de maio). *Statement on the fifteenth meeting of the*

International Health Regulations (2005) Emergency Committee regarding the

coronavirus disease (COVID-19) pandemic. [https://www.who.int/news/item/05-05-](https://www.who.int/news/item/05-05-2023-statement-on-the-fifteenth-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-coronavirus-disease-(covid-19)-pandemic)

[2023-statement-on-the-fifteenth-meeting-of-the-international-health-regulations-\(2005\)-emergency-committee-regarding-the-coronavirus-disease-\(covid-19\)-pandemic](https://www.who.int/news/item/05-05-2023-statement-on-the-fifteenth-meeting-of-the-international-health-regulations-(2005)-emergency-committee-regarding-the-coronavirus-disease-(covid-19)-pandemic)

Pachá, P., & Moreira, L. (2022). Entrevista narrativa como técnica de pesquisa. *Synesis*, 14(1),

157-168.

Pellegrini, T. B., Silva, N. D., Finkler, L., & Patias, N. D. (2025). Percepções de mulheres sobre

maternidade e trabalho na pandemia da Covid-19. *Psico-USF*, 30, Artigo 292432, 1-13.

<https://doi.org/10.1590/1413-8271202530292432>

Pereira, M. (2025). Mecanismos da opressão do gênero feminino: a interconexão entre produção

e reprodução social. *Serviço Social & Sociedade*, 148 (3), e-6628472.

<https://doi.org/10.1590/0101-6628.472>

Pereira, M. S. (2020). A Psicologia Social do Trabalho como campo de práticas, saberes e

- resistências [Resenha do livro *Psicologia Social do Trabalho*, de M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato, Orgs.]. *Psicologia & Sociedade*, 32, e192604.
<https://doi.org/10.1590/1807-0310/2020032192604>
- Pereira, A., Oliveira, S., & Rotenberg, L. (2018). A autoconfrontação com o próprio tempo como perspectiva analítica no estudo das relações entre o tempo e a saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(7), p. 2393-2402. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.07182016>
- Perez, O. C. & Ricoldi, A. M. (2023). A quarta onda feminista no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 31(3). Recuperado em 04 de março de 2026, de <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2023v31n383260>
- Picanço, F. S., & Araújo, C. M. D. O. (2020). Conflitos desiguais: Homens e mulheres na articulação casa -trabalho no Brasil. *Século XXI: Revista de Ciências Sociais*, 9(3), 720–749. <https://doi.org/10.5902/2236672540286>
- Pinheiro, L., Medeiros, M., Costa, J., & Barbosa, A. de H. (2023). *Gênero é o que importa: Determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil* (Texto para Discussão No. 2920). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
http://dx.doi.org/10.38116/td2920-port_9
- Pinheiro, F. P. H. A., Costa, M. F. V., Melo, P. B. & Aquino, C. A. B. (2016). Clínica da Atividade: conceitos e fundamentos teóricos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 68 (3), 110-124.
- Portela, R., & Oliveira, N. (2022, 11 de março). *Perspectiva de trabalho híbrido no pós-pandemia mobiliza organizações e legisladores*. Senado Federal.
<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/03/perspectiva-de-trabalho-hibrido-no-pos-pandemia-mobiliza-organizacoes-e-legisladores>
- Queiroz, R. (1992). *Memorial de Maria Moura*. Siciliano.
- Queiroz, R. (1975). *Dôra, Doralina*. José Olympio.
- Ribeiro, M. A., Oliveira, F., Bernardo, M. H., & Navarro, V. L. (2017). Práticas em psicologia

- social do trabalho: pesquisa e intervenção. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo, & L. Sato (Orgs.), *Psicologia Social do Trabalho* (pp. 103–126). Vozes.
- Rocha, R. (2023). O debate nas Ciências do Trabalho: do que estamos falando?. *Saúde E Sociedade*, 32(2). <https://doi.org/10.1590/s0104-12902023210766pt>
- Rubin, G. (1993). O tráfico de mulheres: Notas sobre a "economia política" do sexo (C. R. Dabat, E. O. Rocha, & S. Corrêa, Trans.), *Cadernos Pagu*, (1), 9–42. (Obra original publicada em 1975). Recuperado em 03 de março de 2026, de <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/1919>
- Saffioti, H. (1999). Primórdios do conceito de gênero. *Cadernos Pagu*, (12), 157-163.
- Saffioti, H. (2005). Gênero e Patriarcado. In Castillo-Martín, M. & Oliveira, S.(Orgs) *Marcadas a Ferro: violência contra a mulher: uma visão multidisciplinar*. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 35-76.
- Saffioti, H. (2009). Quantos sexos? Quantos gêneros? Unissexo/Unigênero?. *Cadernos de crítica feminista*, (2), 6-33.
- Saffioti, H. (2015). *Gênero patriarcado violência*. 2.ed.São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo.
- Salata, A. (2015). Quem é Classe Média no Brasil? Um Estudo sobre Identidades de Classe. *Dados*, 58(1), 111-149. <https://doi.org/10.1590/00115258201540>
- Santos, B. de S. (2020). *A cruel pedagogia do vírus [recurso eletrônico]*. Boitempo.
- Santos, E. F., Diogo, M. F. & Shucman, L. V. (2014). Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 17(1), 17-32. Recuperado em 02 de março de 2026, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172014000200003&lng=pt&tlng=pt.
- Santos, L. (2014). *Donas de casa, donas da própria vida? Problematizações acerca do trabalho (in)visível e da saúde mental de mulheres (des)valorizadas* [Tese de doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://goo.gl/8AjB6U>

- Santos, L. S., Santos Júnior, J. L., Alves, V. S., Alves, R. S., Guimarães, J. J., Silva, I. L. S., Sales, L. F., Silva, C. L., Santos, G. V. R., Santos, J. A., & Pagan, A. A. (2022). Qualidade de vida de transexuais após cirurgia de redesignação sexual. *Research, Society and Development*, 11(1), Artigo e58411125383 . <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i1.25383>
- Santos, D. V. B. & Santos, G. V. (2024). Transformações no conceito de família e suas implicações sociais. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, 10(4), 378–411. <https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv>
- Santos, S. J., & Comper, M. L. C. (2025). Saúde, gênero e invisibilidade no trabalho doméstico não remunerado. *Saúde em Debate*, 49, Artigo e210496P. <https://doi.org/10.1590/2358-28982025E210496P>
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 71-99. Recuperado em 02 de março de 2026, de <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>
- Silva, Barros & Louzada. (2011). Clínica da atividade: dos conceitos às apropriações no Brasil. In Bendassolli, P. F. & Soboll, L. A. P. (Orgs.). *Clínicas do trabalho: novas perspectivas para compreensão do trabalho na atualidade*. Atlas, 188-207.
- Sorj, B., Machado, D. C., & Fontes, A. (2007). Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 573–594. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300004>
- Sousa, L. P. & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: Um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123–139. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>
- Souza-Lobo, E. (2021). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. Perseu Abramo, Editora Expressão Popular. 3 ed.
- Tejada, B. & Vinhas, L. (2024). Sentidos de trabalho reprodutivo: mães na pandemia e o funcionamento do pré-construído. *Revista Investigações*, 37(2), 1–19.

<https://doi.org/10.51359/2175-294x.2024.264411>

Valenzuela, M. E. (2025). *Políticas para a corresponsabilidade no mundo do trabalho*.

Organização Internacional do Trabalho; Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. <https://www.ilo.org/sites/default/files/2025->

Vygotsky, L. S. (1998). Pensamento e palavra. In L. S. Vygotsky, *Pensamento e linguagem* (J. L. Camargo, Trad., pp. 149–194). Martins Fontes. (Obra original publicada em 1934)

Vogel, L. (2022). *Marxismo e a opressão das mulheres: rumo a uma teoria unitária*. Editora Expressão Popular.

Zanello, V., Antloga, C., Pfeiffer-Flores, E., & Richwin, I. F. (2022). Maternidade e cuidado na pandemia entre brasileiras de classe média e média alta. *Revista Estudos Feministas*, 30(2), Artigo e86991.

<https://www.scielo.br/j/ref/a/zGZmKbD67GCXCyC8mKmwwSj/?format=pdf&lang=pt>

Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

O(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) por Antônia Vaneska Timbó de Lima como participante da pesquisa intitulada “TRABALHO REPRODUTIVO: REPERCUSSÕES PÓS-PANDÊMICAS”. Você não deve participar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos. A qualquer momento o(a) Senhor(a) poderá se recusar a continuar participando da pesquisa, sem que isso lhe traga qualquer prejuízo. Garantimos que as informações conseguidas através da sua participação não permitirão a identificação da sua pessoa, exceto aos responsáveis pela pesquisa, e que a divulgação das mencionadas informações só será feita entre os profissionais estudiosos do assunto. Se o(a) Sr(a). estiver de acordo em participar deve preencher e assinar este Termo de Consentimento Livre Esclarecido. O(a) senhor(a) receberá uma via deste Termo, e a 2º via ficará com a pesquisadora.

1. PROCEDIMENTOS DA PESQUISA: Este estudo tem por objetivo a análise dos efeitos que se estenderam da pandemia de Covid-19 na distribuição do trabalho reprodutivo realizado por casais da classe média no âmbito doméstico. Espera-se que a pesquisa amplie a compreensão dos processos psicossociais que envolvem a realidade laboral concreta no âmbito doméstico, apontando os impactos gerados na configuração deste trabalho pela pandemia de Covid-19. Para atingir esse objetivo, nesse momento, o(a) Senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de uma entrevista que tem por objetivos conhecer a sua rotina e suas experiências como dono(a) de casa. Se o(a) Senhor(a) consentir, a entrevista será gravada pela pesquisadora responsável para garantir a precisão durante a análise de sua fala.

2. RISCOS E DESCONFORTOS: A participação nesta pesquisa não traz complicações; salvo algum constrangimento que possa surgir ao fornecer informações pessoais. Nesse caso, o(a) Senhor(a) pode recusar-se a responder ou a qualquer momento desistir da pesquisa. Os

procedimentos utilizados nesta pesquisa seguem as normas estabelecidas pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e não oferecem riscos à sua integridade física, psíquica e moral. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade.

3. BENEFÍCIOS: A pesquisa fornecerá dados da vivência de trabalho reprodutivo no período pandêmico e pós-pandêmico, possibilitando a compreensão dos elementos que foram alterados nesse trabalho, de modo a subsidiar ações futuras em relação ao fomento deste, visando uma melhor distribuição do trabalho reprodutivo entre homens e mulheres e, assim, contribuir para o enfrentamento das desigualdades de gênero historicamente construídas.

4. CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: As informações são estritamente confidenciais e não permitirão a identificação de sua pessoa. Os dados obtidos ficarão sob a guarda dos pesquisadores responsáveis, sob regras éticas e de sigilo, utilizando essas informações apenas para os fins desta pesquisa.

5. PAGAMENTOS E DESPESAS: A sua participação será totalmente voluntária. O(a) Senhor(a) não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa e nada será pago por sua participação.

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:

Nome: Antônia Vaneska Timbó de Lima

Instituição: Universidade Federal do Ceará – Centro de Humanidades - Departamento de Psicologia.

Endereço: Av. da Universidade, nº2762, Benfica, Fortaleza–CE, CEP 60020-181.

Telefones para contato: (85) 3366.7722

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UFC/PROPESQ – Rua Coronel Nunes de Melo, 1000 - Rodolfo Teófilo, fone: 3366-8344. (Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira).

O CEP/UFC/PROPESQ é a instância da Universidade Federal do Ceará responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

O abaixo assinado _____, _____ anos,
 RG: _____, declara que é de livre e espontânea vontade que está como participante da pesquisa. Eu declaro que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Fortaleza, ____ / ____ / ____

Nome do participante da pesquisa:	Data	Assinatura
_____	____ / ____ / ____	_____

Nome do pesquisador:	_____	____ / ____ / ____	_____
----------------------	-------	--------------------	-------

Nome da testemunha (se o voluntário não souber ler):	_____	____ / ____ / ____	_____
--	-------	--------------------	-------

Nome do profissional que aplicou o TCLE:

Apêndice B

GUIA DE TAREFAS / ATIVIDADES QUE COMPÕEM O TRABALHO REPRODUTIVO

O **Trabalho Reprodutivo** consiste em um conjunto de atividades que se destinam à reprodução e manutenção da vida humana. Compõem-no todas as atividades realizadas no âmbito privado e familiar que se destinam ao cuidado com o bem-estar físico e emocional dos membros da família. Para os fins da presente pesquisa, considere todas as atividades elencadas abaixo:

- 1) preparar ou servir alimentos, arrumar a mesa ou lavar louça;
- 2) cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos;
- 3) fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos;
- 4) limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim;
- 5) cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados);
- 6) fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio;
- 7) cuidar dos animais domésticos;
- 8) outras tarefas domésticas;
- 9) afazeres domésticos em domicílio de parente;
- 10) o cuidado de pessoas (crianças, idosos, enfermos ou pessoas com necessidades especiais) no domicílio ou de parentes não moradores;
- 11) cuidar da organização financeira da família (investimentos, gestão de despesas com lazer – viagens, passeios, etc).
- 12) Acompanhamento do desempenho escolar em caso de menores (tarefas, reuniões, eventos escolares e festivos, transporte para escola, compra e gestão de material escolar, etc).
- 13) Transporte de menores, idosos e dependentes para necessidades diversas (lazer, consultas médicas, compromissos sociais, etc.)”.

Apêndice C

ROTEIRO DA ENTREVISTA NARRATIVA

- 1) Narre sobre o trabalho reprodutivo que você desempenhava do momento em que passaram a morar juntos até o período pré-pandêmico.
- 2) Narre sobre o trabalho reprodutivo que você desempenhava durante o período pandêmico.
Quais mudanças ou adaptações ocorreram?
- 3) Narre sobre o trabalho reprodutivo que você desempenha desde o fim do período pandêmico.
- 4)

Pergunta esclarecedora: Você poderia discorrer sobre como a distribuição do trabalho reprodutivo era feita em cada um dos momentos narrados e como ela está hoje.